UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ADELAINE ELLIS CARBONAR DOS SANTOS

“VIVÊNCIAS TRANSMASCULINAS EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DO SUL DO BRASIL E A MULTIPLICIDADE ESPACIAL”

PONTA GROSSA - PR
2020

ADELAINE ELLIS CARBONAR DOS SANTOS

“VIVÊNCIAS TRANSMASCULINAS EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DO SUL DO BRASIL E A MULTIPLICIDADE ESPACIAL”

Tese de Doutorado apresentada para obtenção de título de Doutora em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Orientador: Dr. Marcio Jose Ornat

PONTA GROSSA - PR

2020

Santos, Adelaine Ellis Carbonar dos
S237 Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial / Adelaine Ellis Carbonar dos Santos. Ponta Grossa, 2020.
283 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

1. Transmasculinidades. 2. Homem Trans. 3. Ensino Superior. 4. Educação. 5. Espaço. I. Ornat, Marcio Jose. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 305.8

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

TERMO DE APROVAÇÃO

ADELAINE ELLIS CARBONAR DOS SANTOS

“VIVÊNCIAS TRANSMASCULINAS EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DO SUL DO BRASIL E A MULTIPLICIDADE ESPACIAL”

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcio Jose Ornat
UEPG

Profª Drª Joseli Maria Silva
UEPG

Prof. Dr. Alides Baptista Chimn Junior
UNICENTRO

Profª Drª Carla Silva Pimentel
UEPG

Prof. Dr. Daniel Luiz Stefenon
UNICENTRO

Ponta Grossa, 8 de abril de 2020

Dedico este trabalho a todos os homens trans participantes desta pesquisa. Que suas vidas sejam repletas de sonhos, conquistas e perspectivas.

AGRADECIMENTOS

Pensar na escrita destes agradecimentos me faz retornar ao passado e relembrar os momentos que vivenciei ao longo destes anos. São oito anos de muitas alegrias, prosperidades, conquistas, perseveranças, leituras e aprendizados, mas também de angústias, medos, inseguranças. A mistura de sensações me proporcionou estar aqui neste momento refletindo sobre tudo o que alcancei, senti e me tornei.

Primeiramente, agradeço à Deus, à Oxóssi e Iansã e aos demais amigos espirituais pela proteção, amparo e acolhimento. Agradeço à minha família: à minha mãe e meu pai, Maria e Adilson; aos meus irmãos, Victor e João e às minhas irmãs, Anna e Annelise; às minhas sobrinhas e sobrinho e ao tio Sergio, por serem minha base e o abraço aconchegante de proteção e esperança. Agradeço em especial à minha querida avó Joanna e ao avô Jango que partiram deste mundo no meio desta linda caminhada na pós-graduação. Mesmo com a ausência de seus corpos, suas energias se fizeram presente nesta trajetória me trazendo conforto e paz. Sei que estão orgulhosos de mim.

Agradeço também à minha segunda família: minha sogra e meu sogro, Maria Lúcia e Joel, à avó Leoni, às minhas cunhadas, Jeanine e Mayra. Obrigada pelo incentivo, paciência e carinho. Agradeço principalmente ao meu benefício, Juliana. Obrigada por todo o seu amor e cumplicidade. Obrigada por ser meu descanso e meu porto seguro. Obrigada por estar ao meu lado, me apoiando e sendo meu suporte quando mais precisei. Eu amo você.

Ao professor Marcio Jose Ornat pela amizade, dedicação e carinho desde o mestrado. Obrigada por confiar em mim e por auxiliar no meu crescimento pessoal e profissional. À professora Joseli Maria Silva pela amizade, auxílio e momentos de aprendizados. Sigo agradecendo aos dois por me receberem no grupo de pesquisa com o coração e braços abertos. Vocês são uma inspiração para mim.

À família Grupo de Estudos Territoriais (GETE). Obrigada pelos momentos de descontração, sorrisos e também pelos conhecimentos compartilhados. Em especial, à minha grande amiga / irmã Tamires. Agradeço antes de tudo por você ter me permitido te conhecer. Você faz parte desta história, na concretização deste sonho. Foi através de sua amizade que conheci o GETE e as pessoas maravilhosas que fazem parte dele. Obrigada pelo ombro amigo, por enxugar minhas lágrimas e

sempre segurar minha mão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de realizar o Doutorado como bolsista.

Finalmente, obrigada aos homens trans participantes desta pesquisa. Foi um prazer ouvir suas histórias de vida, sonhos e perspectivas. Obrigada em especial, àqueles que se tornaram meus amigos e àqueles que fortaleceram ainda mais nosso vínculo de amizade. Vocês são incríveis!

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóis sumir

AmarElo - Emicida (part. Majur e Pabllo Vittar)

RESUMO

Esta tese evidencia como as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades. Assim, para melhor compreensão do fenômeno, elencamos três subquestões, sendo: 'Como se institui o processo de identificação dos homens trans que vivenciam o ensino superior?'; 'Como os espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil são vivenciados pelos homens trans?'; e 'Como as vivências acadêmicas de homens trans no ensino superior relocalizam estas pessoas em suas múltiplas espacialidades?'. Para tanto, a trajetória de inteligibilidade do fenômeno eleito foi delineada a partir de 10 entrevistas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior. O recorte do grupo foi constituído a partir da técnica *snowball* (bola de neve) até que atingíssemos o ponto de saturação. O recorte espacial se deu mediante o diálogo estabelecido com a participação no movimento LGBT+. As entrevistas foram transcritas, analisadas e sistematizadas com base na análise de conteúdo do discurso, as quais alimentaram o banco de dados *LibreOffice Base*. Desta forma, foram encontradas um total de 782 evocações discursivas. Os resultados obtidos apontam que os espaços educacionais de nível superior são constituídos pela (cis)heteronormatividade e que estão articulados com outras espacialidades que estes homens trans vivenciam simultaneamente. Assim, ao acessar os espaços acadêmicos, estes homens trans necessitam realizar táticas de permanência, explicitando as relações de poder que constituem estes espaços. Não obstante, esta presença dos sujeitos no ensino superior, desestabilizam as normas hegemônicas, possibilitando novos arranjos espaciais, relocalizando estes homens trans nas relações de poder entre centro e margem simultaneamente. Dada a conexão entre espacialidades, suas vivências acadêmicas também influenciam e são influenciadas na constituição das demais espacialidades. Desta forma, conturbando as relações espaciais, são relocalizados simultaneamente nas relações de poder entre centro e margem na constituição das múltiplas espacialidades a partir de suas vivências acadêmicas. Além disso, as discussões realizadas nesta tese se configuram enquanto precursoras das discussões das transmasculinidades e da relação destas com o ensino superior na Geografia.

Palavras-chave: Transmasculinidades, Homem trans, Ensino superior, Educação, Espaço**.**

ABSTRACT

This thesis evidences how the experiences of transman in higher education spaces in southern Brazil constitute their multiple spatialities. Thus, for a better understanding of the phenomenon, we list three sub-questions, namely: 'How is the process of identifying of trans men who experience the higher education?'; 'How are higher education spaces in southern Brazil experienced by trans men?'; and 'How do the academic experiences of trans men in higher education relocate these people in their multiple spaces?'. For this purpose, the intelligibility trajectory of the chosen phenomenon was outlined based on 10 interviews with trans men who experience/experienced higher education spaces. The cutout of the group was constituted from the snowball technique until we reached the saturation point. The spatial cutout took place through the dialogue established with participation in the LGBT + movement. The interviews were transcribed, analyzed and systematized based on the content analysis of the speech, which fed into the LibreOffice Base database. In this way, a total of 782 discursive evocations were found. The results obtained point out that the educational spaces of higher level are constituted by (cis)heteronormativity and that they are articulated with other spatialities that these transman experience simultaneously. Thus, when accessing academic spaces, these transman need to accomplish permanence tactics, explaining the power relations that constitute these spaces. Notwithstanding, this presence of subjects in higher education destabilizes hegemonic norms, enabling new spatial arrangements, relocating these transman in the power relations between center and margin simultaneously. Given the connection between spatialities, their academic experiences also influence and are influenced in the constitution of other spatialities. In this way, disturbing the spatial relations, they are simultaneously relocated in the power relations between center and margin in the constitution of multiple spatialities from their academic experiences. In addition, the discussions held in this thesis are precursors to the discussions of transmasculinities and their relations with higher education in Geography.

Keyword: Transmasculinity, Trans man, Higher education, Education, Space.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Teses e Dissertações publicadas no Catálogo da CAPES por ano sobre transexualidades..... 51

GRÁFICO 2 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Corpo'..... 88

GRÁFICO 3 - Categorias Espaciais de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior..... 145

GRÁFICO 4 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Casa'..... 146

GRÁFICO 5 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Hospital/Clínica'..... 165

GRÁFICO 6 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Trabalho'..... 189

GRÁFICO 7 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Espaço Escolar'..... 199

GRÁFICO 8 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Espaço Acadêmico'..... 213

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Categorias discursivas e seus significados..... 22

QUADRO 2 - Perfil de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior..... 38

QUADRO 3 - Principais temas abordados nas dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre transmasculinidades..... 60

QUADRO 4 - Categorização social da população trans (JESUS, 2013, p. 107). 167

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Entrevistas realizadas a partir de seus eixos..... 21
FIGURA 2 - Fluxograma das relações presentes nas transmasculinidades..... 83

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ABHT	Associação Brasileira de Homens Trans
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome)*
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APA	Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDSG-OAB/PG	Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Ponta Grossa
CDF	Cabeça de Ferro
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CMLGBT	Conselho Municipal LGBT
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Carteira de Nome Social
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
CPATT	Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders*)
EaD	Ensino a Distância
Enceeja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fies	Programa de Financiamento Estudantil
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
GGB	Grupo Gay da Bahia
HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
HTA	Homens Trans em Ação
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades

IBRAT-ES	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo
IBRAT-PR	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Paraná
IBRAT-RS	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Rio Grande do Sul
IES	Instituições de Educação Superior
IMC	Índice de Massa Corporal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT (+)	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e outras identidades de gênero e sexuais dissidentes
MEC	Ministério da Educação
NAHT	Núcleo de Apoio a Homens Trans
NEPP-DH	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PL-CE	Partido Liberal do Ceará
PL-SP	Partido Liberal de São Paulo
PNE	Plano Nacional de Educação
PPDH	Programa em Políticas Públicas em Direitos Humanos
PR	Paraná
Protig	Programa de Identidade de Gênero
ProUni	Programa como Universidade para Todos
PSC-RJ	Partido Social Cristão do Rio de Janeiro
PSL-BA	Partido Social Liberal da Bahia
PSL-PR	Partido Social Liberal do Paraná
PSL-RJ	Partido Social Liberal do Rio de Janeiro
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RENOHT	Rede Nacional de Organizações de Homens Trans
REPUBLIC-AM	Partido Republicano do Amazonas
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina

SESA-PR	Secretaria da Saúde do Paraná
SOLIDARI-TO	Partido Solidariedade do Tocantins
SUS	Sistema Único de Saúde
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I - IDENTIDADES, INTERSECCIONALIDADES E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE A VIVÊNCIA DE PESSOAS TRANS 26

1.1 Transexualidades Masculinas: identidades e interseccionalidades na compreensão do 'eu' 26

1.2 A produção científica brasileira sobre transexualidades entre 1995 e 2018 e as pesquisas sobre homens trans 48

CAPÍTULO II - (TRANS)MASCULINIDADES E O CORPO COMO ESPAÇO 68

2.1 Da masculinidade às (trans)masculinidades: a constituição identitária masculina 68

2.2 Corpo e a (re)elaboração das identidades e masculinidades de homens trans 86

CAPÍTULO III - ESPAÇO E ENSINO SUPERIOR: DINÂMICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE HOMENS TRANS DO SUL DO BRASIL 115

3.1 Ensino Superior (cis)heteronormativo: quando o direito ao estudo é negado 115

3.2 Os espaços educacionais de nível superior e as táticas de permanência de homens trans através destes espaços 135

CAPÍTULO IV - A MULTIPLICIDADE ESPACIAL DE HOMENS TRANS QUE VIVENCIAM/VIVENCIARAM OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DO SUL DO BRASIL 145

4.1 O espaço familiar e a vizinhança 146

4.2 Os espaços da saúde 160

4.3 Os espaços religiosos 173

4.4 Os espaços políticos 180

4.5 O espaço do trabalho 188

4.6 O espaço escolar e a espacialidade do banheiro 198

CAPÍTULO V - ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E A RELOCALIZAÇÃO DOS HOMENS TRANS NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE CENTRO E MARGEM 210

5.1 A vivência acadêmica de homens trans através dos espaços educacionais de nível superior 210

5.2 A relocalização dos homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior nas relações de poder entre centro e margem nas suas múltiplas espacialidades. 245

CONCLUSÃO 254

REFERÊNCIAS 259

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA 276
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....282

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por questão norteadora 'Como as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades?'. Para melhor inteligibilidade do fenômeno, elencamos três subquestões, sendo: 'Como se institui o processo de identificação dos homens trans que vivenciam o ensino superior?'; 'Como os espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil são vivenciados pelos homens trans?'; e 'Como as vivências acadêmicas de homens trans no ensino superior relocalizam estas pessoas em suas múltiplas espacialidades?'.

Este questionamento parte, por um lado, dos resultados obtidos através da minha dissertação de mestrado intitulada ‘Espaço Escolar, Homossexualidades e Prática Discursiva Docente em Ponta Grossa, Paraná’, a qual originou outras reflexões que não poderiam ser abarcadas naquele momento de desenvolvimento científico. Por outro lado, este questionamento parte das angústias que me acompanham desde minha formação inicial em Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo intensificadas durante o desenvolvimento da dissertação. Em outras palavras, quanto eu mais realizava pesquisas que analisavam questões de gênero e sexualidades, mais as angústias aumentavam e incomodavam minha constituição enquanto profissional das Ciências Biológicas.

Foi durante a graduação que o biologismo imperava no tratamento das questões referentes às sexualidades e ao gênero, conjecturando uma falsa ideia de que os espaços educacionais de nível superior são vivenciados somente por pessoas heterossexuais e cisgêneras. Não obstante, à menor tentativa de subverter a norma, ações eram coibidas por parte de gestores escolares que participavam de projetos específicos em parceria com a comunidade acadêmica. Ou seja, não somente presumia-se que os espaços educacionais de nível superior eram vivenciados por pessoas heterossexuais e cisgêneras, mas também a mesma lógica era (re)produzida através do espaço escolar.

Um exemplo disto diz respeito à minha participação enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), desenvolvendo um projeto relacionado às sexualidades e gênero com alunas e alunos do ensino médio. Este projeto não visava somente um olhar biologizante dos aspectos anatômicos do corpo humano, mas também questões relacionadas à diversidade humana. O gestor

escolar, ao ter conhecimento de tal projeto, não somou esforços para vetar seu desenvolvimento, mas coagindo a desenvolver somente parte do mesmo[1].

A medida em que fui estruturando meu conhecimento em relação à temática, principalmente durante minha vivência na pós-graduação, evidenciei o quanto o discurso biológico pode estar fortemente imbricado com o controle de corpos e das práticas humanas, em especial a partir das reflexões de Butler (2013 [1990]). Este discurso, em conjunto com o discurso médico e o discurso jurídico, como propôs a autora, se entrelaçam e formam uma teia que sustenta a linearidade entre sexo, gênero e desejo, produzindo corpos inteligíveis e ininteligíveis à matriz cultural.

A partir do entendimento do funcionamento do mecanismo de gênero, comecei a ter uma compreensão do meu próprio corpo e me perceber enquanto constrangida por tais engrenagens e sendo produto daquilo que Butler (2013 [1990]) denomina enquanto identidades de gêneros incoerentes ou descontínuas, ininteligíveis à matriz cultural, uma vez que minha orientação sexual não corresponde à heterossexualidade compulsória.

Constatar que não somente eu era constrangida pelo mecanismo de gênero, mas que também fui ensinada (e muitas vezes obrigada) à alimentá-lo com discursos biológicos apreendidos durante minha formação educacional, em especial durante a graduação, me proporcionou um olhar diferenciado em relação ao mundo e à mim mesma enquanto uma agente de subversão da norma.

É neste contexto que a referida dissertação e, neste momento, a presente tese se originam. No entanto, não tratamos[2] dos aspectos limitados ao biologismo, muito menos consideramos os espaços educacionais de nível superior como espaços vivenciados exclusivamente por pessoas heterossexuais e cisgêneras, mas que tais espacialidades são compostas a partir de múltiplas trajetórias, constituindo múltiplas relações e, consequentemente, por múltiplas identidades, que não obstante, coexistem num emaranhado de relações de poder que posiciona determinadas pessoas no centro, enquanto outras na margem.

Neste sentido, compreendemos que os espaços educacionais de nível superior são espaços constituídos pela multiplicidade e pela diferença, em

[1] Vale ressaltar que a parte vetada relacionado aos aspectos das sexualidades e gênero foi desenvolvida em outro momento por uma das integrantes da pesquisa em outra escola do mesmo município.

[2] Quando utilizo ao longo da escrita da tese a primeira pessoa do plural, refiro a mim e meu orientador, mesmo que em algumas partes utilize a primeira pessoa do singular.

movimento aberto com relações imprevisíveis (MASSEY, 2008 [2005]), que são configuradas em uma geometria de poder (MASSEY, 2007), e assim possibilitando variadas formas de produzir o espaço. Espaço acadêmico que é também paradoxal, pois a partir de tensionamentos, resistências e desconstrução da ordem hegemônica que o rege, possibilita relocalizar os sujeitos nas relações de poder entre centro e margem (ROSE, 1993).

Sendo assim, estes espaços são constituídos também pelas vivências trans, as quais subvertem e resistem às normas vigentes estabelecendo aquilo que chamamos de táticas de permanência através destes espaços. Desta forma, faz-se necessário compreender como estas vivências constituem as espacialidades educacionais de nível superior e como tais vivências relocalizam estas pessoas em suas múltiplas espacialidades.

Quando a proposta de pesquisa desta tese foi imaginada, iríamos trabalhar com as múltiplas vivências trans, incluindo as travestis, mulheres trans e homens trans. Entretanto, ao longo das análises do campo, evidenciamos que o fenômeno eleito se tornou inexequível devido à complexidade que confere cada identidade. Neste ponto, nos vimos diante de uma escolha metodológica que necessitava ser realizada.

Assim, optamos por compreender as vivências espaciais de homens trans. Esta decisão parte por um lado da invisibilidade social que estas identidades transmasculinas estão sujeitas, inclusive dentro do próprio movimento trans que, segundo Ávila (2014), emergiu somente em 2010 como sujeito político; e, por outro lado, pelas críticas recebidas em eventos científicos de que esta invisibilidade era também reproduzida academicamente, o que é comprovada segundo as publicações sobre corpos e vivências transmasculinas pela produção científica brasileira corresponder à apenas 5,17% do total sobre a compreensão das transexualidades (dentro de um universo de 406 pesquisas); ou seja, 94,83% das pesquisas científicas são relacionadas à (ou em conjunto com) travestis e mulheres trans. Além disso, existe uma ausência destas discussões no campo científico geográfico brasileiro, configurando esta tese enquanto a primeira a realizar uma discussão sobre as identidades de homens trans na área da Geografia.

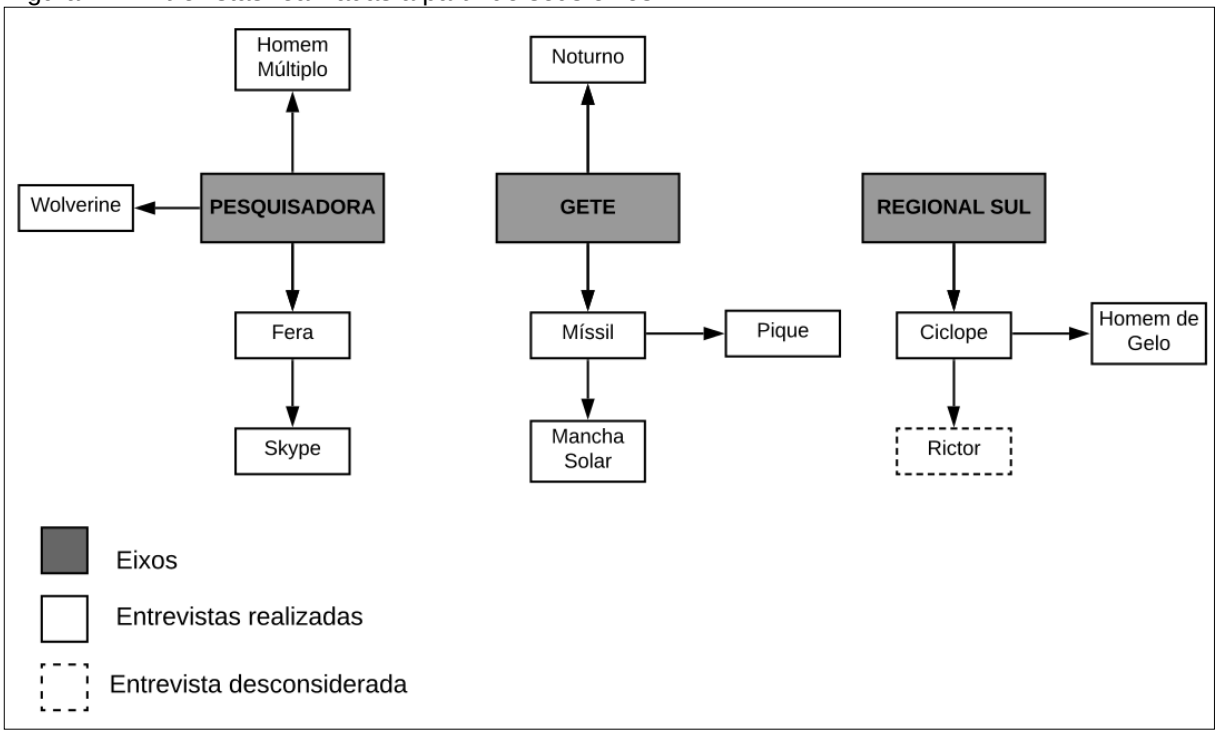
Para tanto, o processo metodológico da pesquisa se funda em 10 entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil. O recorte do grupo se deu mediante a técnica

snowball (bola de neve), quando uma pessoa participante indica outra pessoa participante (BALDIN; MUNHOZ, 2011), até que se atinja o ponto de saturação (SÁ, 1998). Este ponto de saturação foi atingido com a realização da 8ª (oitava) entrevista com o participante denominado Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Após esta saturação, foram realizadas mais 3 (três) entrevistas, sendo uma delas desconsiderada por motivos de o homem trans entrevistado ser estrangeiro e, consequentemente, não tenha realizado a educação básica em território brasileiro.

O recorte espacial, neste caso, Sul do Brasil, foi constituído a partir da minha posicionalidade em relação ao grupo pesquisado. Desde o ano de 2013 venho estabelecendo um diálogo com o movimento LGBT+ por meio da minha participação na Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Ponta Grossa (CDSG-OAB/PG), no Conselho Municipal LGBT (CMLGBT), no Grupo Renascer e em eventos relacionados à temática - mais especificamente o evento ‘XII Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais’, os quais possibilitaram o contato com os entrevistados. Assim, evidenciamos três eixos principais: 'GETE'[3], 'Regional Sul'[4] e 'Pesquisadora'[5]. A Figura 1 evidencia as entrevistas realizadas a partir de cada eixo:

[3] Grupo de Estudos Territoriais (UEPG).
[4] XII Encontro Regional Sul de Travestis e Transexuais realizado em 18 de março de 2017 na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul.
[5] Contatos realizados a partir da minha rede pessoal.

Figura 1 – Entrevistas realizadas a partir de seus eixos.



Fonte: A autora.

Os nomes dos homens trans entrevistados foram substituídos por nomes de personagens do universo *X-Men*, visando manter o anonimato. A escolha por tal denominação está baseada na criação de personagens diferentes de heróis até então criados. Os personagens do universo *X-Men* possuem inseguranças, ilustrando o processo de autoaceitação e suas diversidades - sexual, cultural, étnica - os quais precisam enfrentar opressões, sendo marginalizados socialmente. Assim, *X-Men* é considerado uma metáfora sobre preconceito[6].

Optamos pelo termo homem trans / homens trans em detrimento de outros (transhomem, homem transexual, Female to male/FtM, transexual masculino, homem *boy*, entre outros) para a padronização do texto.

As entrevistas realizadas foram transcritas e alimentaram o banco de dados *LibreOffice* que, posteriormente, foram sistematizadas e analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin (1977), buscando analisar o que está oculto da superfície textual. Assim, evidenciamos um total de 782 evocações discursivas. Estas, foram organizadas segundo categorias espaciais, constituídas por suas respectivas categorias discursivas. As categorias espaciais elencadas para a análise

[6] PERSONAGENS QUE MOSTRAM COMO 'X-MEN' É UMA METÁFORA SOBRE PRECONCEITO. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/06/07/9-personagens-que-mostram-como-x-men-e-uma-metafora-sobre-prec_a_21684784/>. Acesso em: 17 set 2018.

e discussão foram: 'Corpo', 'Casa', 'Trabalho', 'CIPAT/PROTIG', 'Hospital/Clínica', 'Espaço Político', 'Vizinhança', 'Espaço Escolar', 'Banheiro Escolar', 'Espaço Acadêmico', 'Banheiro Acadêmico' e 'Igreja'[7].

Cada categoria espacial é constituída por suas respectivas categorias discursivas, estabelecendo uma evocação discursiva. As categorias discursivas podem estar presente em mais de uma categoria espacial embora seu elemento seja diferente, evidenciando as conexões entre espacialidades. O quadro abaixo (Quadro 1) destaca as categorias discursivas e os significados atribuídos:

Quadro 1 - Categorias discursivas e seus significados.

(continua)

CATEGORIA DISCURSIVA	SIGNIFICADO
Identidade	Processo de (re)elaboração que envolve transição, transformação do corpo (hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos), autoidentificação enquanto homem trans, vestimentas e táticas para se aproximar da masculinidade desejada.
Sentimento	Relacionado ao medo, insegurança, inferioridade, angústia, culpa, sofrimento e alegria.
Transfobia	Violências psicológicas, físicas e institucionais relacionadas à identidade de gênero.
Lesbofobia	Violências psicológicas, físicas e institucionais relacionadas à orientação sexual.
Racismo/Classismo	Violências psicológicas, físicas e institucionais relacionadas à classe, raça e etnia.
Relações Familiares	Relações estabelecidas com familiares.
Vivência Acadêmica	Vivência cotidiana relacionadas ao ensino superior, exceto violências.
Vivência Escolar	Vivência cotidiana relacionadas à escola, exceto violências.
Vivência Intragrupo	Vivência cotidiana estabelecida com pessoas trans.
Vivência Religiosa	Vivência relacionada aos espaços religiosos, exceto violências.
Vivência Profissional	Vivência relacionada à espacialidade do trabalho, exceto violências.

[7] A categoria espacial 'Não Evidenciada' foi desconsiderada desta análise.

Quadro 1 - Categorias discursivas e seus significados.

(conclusão)

CATEGORIA DISCURSIVA	SIGNIFICADO
Vivências Sociais Amplas	Vivências sociais amplas que não dizem respeito às relações familiares ou às vivências escolar, acadêmica, profissional, intragrupo ou religiosa.
Doença	Relacionada à depressão e à ideação suicida.
Prostituição	Relações com a atividade da prostituição.
Movimento Social	Relações estabelecidas com o movimento social, incluindo o movimento trans.
Produção Acadêmica	Estudos sobre transexualidades produzidos ou não pelos sujeitos; aspirações e dúvidas referentes à produção acadêmica.

Fonte: A autora.

É importante destacar também a minha posicionalidade enquanto mulher cisgênera diante do estudo. Para Rose (1997), é necessária uma postura reflexiva da pessoa pesquisadora em relação aos seus resultados, dada as relações de poder presentes no processo investigativo. Como afirmado por Silva (2013a), a posicionalidade da pessoa pesquisadora torna-se importante para a formulação das perguntas e seus resultados precisam ser autoavaliados em relação às influências da posicionalidade sobre eles. Assim, foi a partir do desenvolvimento da pesquisa, principalmente na realização das entrevistas, que comecei a ter um reconhecimento mais consciente da minha cisgêneridade e as relações que estão articuladas com ela. Neste sentido, comecei a sentir um certo desconforto ao pesquisar sobre o universo trans, relacionado às críticas recebidas, em eventos sobre gênero e sexualidades e por alguns entrevistados, sobre a busca pela compreensão do fenômeno das transexualidades realizada por uma pesquisadora cisgênera.

Sem dúvidas, estas questões me desmotivaram em certa medida para seguir adiante com a proposta do estudo. As críticas eram embasadas na objetificação de muitos estudos científicos em relação às travestis e pessoas transexuais realizados por pessoas cisgêneras. A partir destas críticas, era construído um abismo entre mim e a pesquisa que estava propondo realizar. Eu, enquanto pesquisadora, não era legitimada a pesquisar as vivências trans por ser uma pessoa cis, ou ainda, minha pesquisa era concebida enquanto objetificadora das pessoas trans.

Segundo Colling (2015, p. 58), "posicionamentos como esses colocam todas

as pessoas pesquisadoras no mesmo patamar e, portanto, simplificam a questão. E, com isso, acabam por produzir afastamentos entre quem estava ou poderia estar trabalhando em conjunto". Assim, reitero a importância das pessoas trans ocuparem os espaços, principalmente os espaços acadêmicos para produzir conhecimento científico não somente sobre suas próprias vivências, mas outros temas que assim o desejarem, bem como a necessidade do reconhecimento e legitimidade destas identidades. Mas, não concordo com um fazer científico que delimita quem está autorizado a pesquisar determinado tema e quem não está. Também não concordo com um fazer científico que objetifica pessoas trans. Neste sentido, busco realizar um diálogo com os homens trans entrevistados e não falar sobre ou por eles.

Assim, esta tese foi dividida em cinco capítulos buscando responder à questão central e suas subquestões. Deste modo, o primeiro e segundo capítulo são desenvolvidos com vistas a responder a subquestão: 'Como se institui o processo de identificação dos homens trans que vivenciam o ensino superior?'. Neste sentido, o primeiro capítulo compreende as relações entre identidades e interseccionalidades na constituição de ser homem trans. A partir do entendimento de que as identidades são processuais, relacionais e interseccionadas, este capítulo compreende que a (re)elaboração das identidades de homens trans não é linear, mas constituída por relações entre categorias identitárias. Além disso, este capítulo evidencia um silenciamento no que se refere à produção científica brasileira sobre transexualidades, sendo ainda mais intensificado em relação à produção científica especificamente sobre transmasculinidades, inclusive, a ausência destas discussões na ciência geográfica brasileira.

Da mesma forma, o segundo capítulo compreende a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades a partir da corporeidade de homens trans. Neste contexto, compreendemos que tais (re)elaborações são constituídas por relações de poder, estabelecendo diferentes formas de ser homem trans.

Compreendemos então que a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades estão diretamente ligadas às vivências dos sujeitos através das múltiplas espacialidades, em especial nesta reflexão aos espaços educacionais de nível superior, na medida em que espaço e identidades são co-constitutivos (MASSEY; KEYNES, 2004). Assim, as (trans)masculinidades e identidades são elaborações sociais, históricas e espaciais, sendo necessário considerar a corporeidade destes sujeitos. A partir da ideia de conceber o corpo enquanto

espaço, evidenciamos como estes homens trans (re)elaboram suas masculinidades e identidades mediante suas vivências espaciais e que seus próprios corpos estão em processo de transição.

O terceiro capítulo é estruturado de modo a responder a subquestão: 'Como os espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil são vivenciados pelos homens trans?'. Para tanto, este capítulo aborda a dinâmica e o funcionamento (cis)heteronormativo dos espaços acadêmicos e as relações de acesso e permanência de homens trans nas instituições de ensino superior do Sul do Brasil. Estes espaços são configurados enquanto espacialidades que historicamente algumas pessoas trans foram excluídas mediante negação ao direito ao estudo.

Assim, a presença destes homens trans no ensino superior constituem-se enquanto uma possibilidade de vivência educacional para a população trans, mas que precisam utilizar de táticas para assegurar sua permanência nesta espacialidade, evidenciando as relações de poder. Deste modo, é realizado uma discussão sobre espaço segundo as concepções de Massey (2008 [2005]; 2007) e Rose (1993) evidenciando que os espaços educacionais de nível superior são também constituídos por relações de poder, que são desestabilizadas através das vivências acadêmicas destes homens trans, possibilitando a compreensão do espaço acadêmico para além da (cis)heteronormatividade.

Por fim, o quarto e quinto capítulo são desenvolvidos buscando responder a subquestão: 'Como as vivências acadêmicas de homens trans no ensino superior relocalizam estas pessoas em suas múltiplas espacialidades?'. Assim, estes capítulos evidenciam as espacialidades que estes homens trans vivenciam / vivenciaram ao longo de sua trajetória de vida. As relações sociais que os sujeitos estabeleceram em diferentes espacialidades estão articuladas com a (re)elaboração de suas identidades, bem como com as relações de poder presentes espacialmente.

Neste sentido, as relações sociais estabelecidas no ensino superior influenciam nas vivências e (re)localização destes homens trans na constituição dos espaços, podendo oscilar entre centro e margem, possibilitando uma abertura para novas dinâmicas espaciais.

CAPÍTULO I - IDENTIDADES, INTERSECCIONALIDADES E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE A VIVÊNCIA DE PESSOAS TRANS

Este capítulo tem por objetivo compreender as relações entre identidades e interseccionalidades na constituição das identidades de homens trans. Entendemos as identidades enquanto processuais, fluídas e relacionais. Este conceito se desenvolve mediante a ideia de que vivemos configurações identitárias cambiantes e em movimento, sendo necessária à sua compreensão enquanto interseccional, isto é, a interseccionalidade enquanto o encontro de feixes de relações de categorias identitárias. Desta forma, entender como se institui o processo de identificação de homens que possuem suas identidades de gênero diferentes daquela atribuída ao nascimento torna-se pertinente para a compreensão de como as vivências deste grupo em espaços educacionais de nível superior constituem suas múltiplas espacialidades.

Assim, este capítulo está dividido em duas seções: a primeira seção aborda sobre a (re)elaboração das identidades enquanto um processo permanente, relacional e interseccional. O processo de (re)elaboração das identidades de homens trans não é linear, muito menos coerente, mas constituído pelas relações entre categorias identitárias, evidenciando as múltiplas possibilidades de tais identidades.

Ademais, a segunda seção evidencia a produção científica brasileira sobre transexualidades. A compreensão desta temática foi sendo desenvolvida ao longo da história, produzindo “verdades” sobre tais conceitos, de modo que estas identidades fossem instituídas por diversas áreas do conhecimento. Assim, é realizado um *overview* das pesquisas sobre transexualidades e, mais especificamente sobre transmasculinidades. Salvo um conjunto de importantes publicações sobre transexualidades, o campo científico geográfico até o momento não se preocupou em refletir sobre as vivências espaciais transmasculinas.

1.1 Transexualidades Masculinas: identidades e interseccionalidades na compreensão do 'eu'

A compreensão de como os homens trans (re)elaboram suas identidades ao longo das suas vidas só é possível se levarmos em consideração que tais identidades também são interseccionadas através do corpo. Este, enquanto

sexuado, torna-se justificativa para alguns conflitos ocorridos no seio familiar durante a trajetória de vida de algumas pessoas com identidades de gênero dissidentes, como argumenta Bento (2009). Para esta autora, a projeção de expectativas não supridas a partir de determinado órgão sexual (pênis/vulva), em conjunto com a não expressão do gênero “adequado” para seu sexo, é uma etapa da compreensão de um corpo sexuado.

Esta não expressão do gênero “adequado”, argumentado por Bento (2009), pode ser refletida a partir das considerações de Butler (2013 [1990]), na compreensão da inteligibilidade do gênero enquanto um mecanismo, para então podermos construir um caminho de produção de inteligibilidade das identidades de homens trans. Para Butler (2013 [1990]), o ocidente é estruturado a partir da linearidade entre sexo, gênero e desejo e, por conseguinte, todas as pessoas deveriam seguir tal coerência. Entretanto, como evidenciado por esta reflexão, homens trans transgridem esta linearidade, não seguindo a linha unidirecional da tríade. Desta forma, é a compreensão do corpo - enquanto sexuado - que regula as práticas humanas.

Para Butler (2013 [1990]), este mecanismo de gênero regula práticas humanas e cria ficções naturalizadas de masculinidades e feminilidades, partindo do pressuposto da heterossexualidade obrigatória, e assim produzindo identidades de gênero inteligíveis e ininteligíveis à linearidade proposta. Estas inteligibilidades e ininteligibilidades são produzidas por uma matriz cultural que determina que certas identidades sejam reconhecidas, enquanto outras não.

As questões relacionadas à identidade (neste caso, seu reconhecimento ou não) vêm sendo discutidas ao longo do tempo, na medida em que a compreensão sobre a constituição da identidade não é una, mas estabelecidas de diversas maneiras, por diferentes teorias (STRAUSS, 1999; 1959; HALL, 2005 [1992]; CASTELLS, 1999 [1997]; DUBAR, 1997; WOODWARD, 2000; SILVA, 2000; ANDERSON, 2002; LE BOSSÉ, 2004).

Para Strauss (1999 [1959], p. 29), a identidade é um conceito “[...] tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal”. Segundo o autor, a identidade está ligada ao julgamento de nós mesmos, a partir da nossa própria visão e a visão do outro, julgamentos esses refletidos no espelho e posteriormente moldados como uma máscara que utilizamos. Assim, todos somos julgados e moldamos nossas próprias máscaras a partir desse julgamento

(STRAUSS, 1999 [1959]).

Contudo, a identidade não pode ser compreendida enquanto uma máscara, pois esta compreensão estabelece a existência de uma identidade real, protegida por identidades falsas que ocultam e escondem uma identidade que é entendida enquanto verdadeira e, neste caso, fixa.

Hall (2005 [1992]) realiza uma reflexão sobre as mudanças conceituais das concepções de identidade, a saber: (1) concepções de identidade do sujeito do Iluminismo, o qual era uma 'concepção muito individualista do sujeito e de sua identidade'; (2) concepções de identidade do sujeito sociológico, a qual se estabelece em relação ao outro, ou seja, 'entre eu e a sociedade'; e (3) concepções de identidade do sujeito pós-moderno, onde a identidade não é fixa ou permanente. Nas palavras de Hall (2005 [1992]), a identidade na concepção do sujeito pós-moderno é:

> [...] definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2005 [1992], p. 13).

Os resultados obtidos no processo de campo desta tese dialogam com a compreensão da identidade do sujeito pós-moderno discutido por Hall (2005 [1992]) que (re)elabora sua identidade constantemente e contraditoriamente em um dado contexto histórico e espacial. Como propõe o autor, a coerência e unificação da identidade nada mais é do que uma ilusão, pois a partir da multiplicidade de significações sociais, há uma multiplicidade de identidades possíveis, dentre elas uma multiplicidade de identidades transmasculinas dentro da própria compreensão das transexualidades.

Similar a Hall (2005 [1992]), Castells (1999 [1997]) argumenta que a identidade é um processo de elaboração de significados culturalmente estabelecidos, podendo a pessoa ter múltiplas identidades, originando tensões e contradições. A identidade não é algo dado, mas é (re)elaborada ao longo da trajetória de vida. Resulta das relações entre *eu* e *outro*. Também, das concepções do próprio indivíduo. Em suma, a identidade é, como afirmado por Dubar (1997), resultado de processos de socialização dos sujeitos.

Esta multiplicidade de identidades demanda, para Castells (1999 [1997]), a

necessidade de distinção entre identidade e papéis, onde estes últimos se caracterizam por influenciar o comportamento das pessoas enquanto que as identidades são, a partir da individualidade, elaboradas pelos significados das próprias pessoas. Desta forma, ao nascer, somos influenciados a corresponder através de nossos comportamentos os papéis impostos socialmente (ser homem e ser mulher), mesmo que o desejo por outras distintas identidades de gênero daquelas atribuídas a partir do corpo sexuado estejam aflorando.

Embora Strauss (1999 [1959]) compreenda a identidade enquanto uma máscara que moldamos a partir dos nossos próprios julgamentos e dos outros, a qual criticamos, este sociólogo realizou uma reflexão entre identidade e linguagem, na medida em que para discutir a primeira temos que levar em consideração a segunda. Corroborando com esta ideia, Woodward (2000) afirma que a identidade adquire sentido através da linguagem - e vice versa - como também dos seus sistemas simbólicos de classificação. Assim, identidade e linguagem são co-constitutivas. Linguagens estas que também contribuem para a (re)produção do sistema (cis)heteronormativo.

Compreender a identidade enquanto um sistema simbólico de classificação, como proposto por Woodward (2000), é considerar que a (re)elaboração da identidade é tanto simbólica quanto social, pois é a partir da marcação simbólica que as práticas e relações sociais são representadas, por exemplo na relação entre incluído e excluído. Ainda, sua (re)elaboração está ligada a condições sociais e materiais, pois é a partir do momento em que um grupo é identificado como inimigo, o mesmo será excluído socialmente e, por conseguinte, estará em desvantagens materiais em relação a outros grupos, originando novas formas de desigualdades sociais.

Neste ponto vale ressaltar que é mediante esta relação entre incluído e excluído estabelecida a partir destes sistemas simbólicos que os homens trans são excluídos socialmente e interditados espacialmente, sobrevivendo na medida do possível às desvantagens materiais tanto em relação à sociedade em geral, quanto da própria população trans. Um exemplo destas desvantagens materiais podem ser materializadas no acesso aos serviços de qualidade para alterações corporais, uma vez que nem todos os sujeitos possuem condições econômicas suficientes para tal e se submetem à alternativas como hormonioterapia sem acompanhamento médico

ou a realização da prática do *binding*[8], que pressiona a caixa torácica.

Woodward (2000) aborda duas perspectivas para a discussão sobre identidades. Uma direção de reflexão está relacionada à uma perspectiva essencialista e outra não-essencialista. A perspectiva essencialista sugere que a identidade é formada a partir de um 'conjunto cristalino' de características que determinado grupo compartilha a-historicamente e a-espacialmente. Além, esta perspectiva fundamenta suas concepções também biologicamente, sendo o corpo, neste caso, sexuado, "[...] um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade [...]" (WOODWARD, 2000, p. 15). Por outro lado, a perspectiva não-essencialista destaca as diferenças e as características semelhantes de diferentes grupos, levando em consideração as alterações ao longo do tempo.

Em relação ao corpo enquanto fronteira numa perspectiva essencialista, Anderson (2002) realiza uma autocrítica em relação à própria concepção errônea sobre o corpo e a noção de limites durante sua infância. Segundo o autor, esta linha entre o 'eu' (o corpo) e 'não-eu' (aquilo que está fora do corpo) era concebida como uma fronteira, ou seja, para ele, naquele contexto, a própria pele era quem delimitava o que estava dentro e o que estava fora e que, para permanecer vivo, esta fronteira necessitava continuar íntegra. Assim, pensar na possibilidade de germes atravessarem esta fronteira era preocupante.

No entanto, mais tarde, Anderson (2002) compreendeu que aqueles germes 'não-eu' também eram indispensáveis do 'eu', principalmente relacionado ao funcionamento do processo de digestão. Desta forma, constatou que a pele não se configura enquanto fronteira, mas que fisiologicamente e fisicamente todas as pessoas também são sistemas abertos. Portanto, o corpo, neste caso sexuado, numa perspectiva essencialista, não pode ser a base para a constituição da identidade, pois não só a identidade é um sistema aberto, mas sobretudo a própria constituição do corpo que morfofisiologicamente necessita ter esta configuração para seu perfeito funcionamento.

Mais uma vez podemos evidenciar que não podemos compreender a identidade em sua perspectiva essencialista, pois esta cristalização de conceber o corpo enquanto base para sua constituição faz com que múltiplas identidades sejam

[8] Prática de ocultar os seios com *binder*.

invisibilizadas, como se existisse uma única e coerente identidade real e verdadeira, aquela relacionada à “homens (cis)”, e estabelecendo como identidades não corretas, não vivíveis, as identidades de homens trans.

Não obstante, os resultados obtidos com a análise dos dados da presente tese evidenciam a necessidade não somente de uma abordagem do conceito de identidade do sujeito pós-moderno proposto por Hall (2005 [1992]), mas também da perspectiva não-essencialista discutida por Woodward (2000). Ao longo das entrevistas realizadas nesta pesquisa, evidenciamos que para algumas pessoas, há uma fluidez destas identidades, sendo que o 'eu' ora se identifica enquanto homem trans, ou ainda, somente homem, bem como transgênero.

Evidenciamos assim que o recorte do grupo é heterogêneo, sendo a fluidez entre identidades uma característica presente. Como propõe Silva (2015), numa perspectiva pós-moderna, a noção de identidade até então formulada não dava conta de compreender a diversidade humana, pois “[...] as diferentes possibilidades de identificar e designar os sujeitos são cada vez mais transitórias e instáveis, sendo fragmentadas constantemente em novas identidades. Esse processo de fragmentação caracteriza um deslocamento da noção de identidade e nos leva a questionar a centralidade dessa noção” (p. 140). Desta forma, é na pós-modernidade que a identidade é entendida enquanto processual e instável (SILVA, 2015).

Para Hall (2005 [1992]), o tempo e o espaço devem ser levados em consideração na concepção das representações, ou seja, é a partir das suas dimensões espaciais e temporais que as identidades são localizadas. Todavia, para Silva (2015), a concepção de pertencimento possibilita que a identidade seja considerada absoluta, unificando os limites do ser de uma forma essencialista, aglomerando indivíduos em um determinado grupo, excluindo toda e qualquer chance de multiplicidade no interior do próprio grupo. Assim, embora os homens trans não sejam inteligíveis à matriz cultural da linearidade entre sexo, gênero e desejo, este fato não faz com que estes pertençam a uma determinada identidade já elaborada:

> Na esfera da cultura, onde essas identidades e indivíduos se relacionam, o deslocamento identitário não provoca apenas dificuldades conceituais. Ele origina um questionamento de si mesmo e de pertencimento às mais variadas possibilidades de classificações disponíveis. Assim, se há uma ideia de que podemos fazer "sentido" dentro de uma dessas classificações, a possibilidade de existência de uma diferença irreconciliável do indivíduo com essas categorias estabelecidas é um problema de legitimidade de si próprio. Nesse sentido, torna-se necessário questionar tais classificações, do modo como são construídas e impostas. (SILVA, 2015, p. 143).

Ao não realizarmos estes questionamentos sobre a identidade, admitimos as dicotomias que excluem e marginalizam, ou seja, no movimento de incluir e exclui outras possibilidades existentes (SILVA, 2015). É nesta relação que a Teoria *Queer*[9] permite questionar as identidades (cis)heteronormativas, ampliando a compreensão de como as identidades são elaboradas, pois, "[...] para a Teoria *Queer,* a ideia de identidade que pressupõe unidade e estabilidade é insuficiente. O *queer* quer ser múltiplo e não se assujeitar" (SILVA, 2015, p. 149). Desta forma, a identidade:

> [...] permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'. [...]. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade não surge tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*. (HALL, 2005 [1992], p. 38-39).

É por isto que não utilizamos a expressão 'construção' para se remeter ao processo de elaboração da identidade, pois tal expressão pressupõe algo acabado, um produto final. Como proposto por Hall (2005 [1992]) e Castells (1999 [1997]), a identidade não é algo inerente do sujeito, mas elaborada ao longo de sua trajetória, a partir do olhar do outro. Portanto, como afirma Woodward (2000, p. 9), a identidade é relacional, onde sua existência depende de outra identidade que está fora dela, pois, como evidenciado nas palavras da autora, "a identidade é, assim, marcada pela diferença", sendo algumas diferenças mais importantes que outras.

Este processo de identificação, para Le Bossé (2004), pressupõe um processo de diferenciação, além de estar repleto de conflitos e relações de poder de acordo com espaço-tempo. Assim, o autor propõe que o processo de identificação implica dois vieses: a identificação enquanto nomeação de algo ou indivíduo e

---

[9] "Considerando tais problematizações, o termo *queer* acabou sendo adotado entre esses estudiosos para designar essa teoria, não apenas pelo seu significado semântico, mas também pela provocação política que representa. *Queer* é um termo pejorativo que é comumente utilizado para conotar rejeição e deboche aos indivíduos homossexuais e transgêneros. O uso desse termo nesse contexto desafia, transgride e articula assim, uma disposição antinormalizadora capaz de questionar o lugar comum e os modelos socialmente e culturalmente impostos". (SILVA, 2015, p. 150).

posteriormente sua singularidade e; identificação enquanto similaridade, buscando pertencimento. Portanto, são necessários os elementos para o sentimento de pertencimento e a constituição de um outro grupo, diferente do primeiro. Contudo, a busca deste pertencimento corre o risco de essencializar a identidade, acarretando em marginalizações como já destacado por Silva (2015).

Woodward (2000) afirma que existe uma problemática em tratar as marcas da diferença na constituição da identidade, pois a diferença denuncia a não existência de semelhanças entre grupos diferentes a partir da exclusão, criando novas formas de marginalização. Dentre os grupos excluídos socialmente, ou melhor, dentre as identidades de gêneros ininteligíveis, que não são reconhecidas a partir da matriz cultural (BUTLER, 2013 [1990]), estão as denominadas identidades transexuais - no qual os homens trans estão inseridos - ou seja, o outro grupo. Em outras palavras, dentro das próprias identidades transexuais existe uma multiplicidade de identidades possíveis, dentre elas, as identidades de homens trans, que por sua vez, também possuem múltiplas formas de (re)elaboração de tais identidades transmasculinas, que estão relacionadas às suas vivências socioespaciais, incluindo as vivências em espaços educacionais de nível superior.

Desta forma, identidade e diferença também são co-constitutivas - assim como identidade e linguagem - pois a própria elaboração da identidade depende da diferença, e vice e versa, sendo ambas, resultados de 'atos de criação linguística', constantemente elaborados. É por meio de 'atos de fala' que a identidade e a diferença são originadas (SILVA, 2000).

Uma vez que é a partir da produção simbólica e discursiva que a elaboração da identidade e da diferença se configuram, Silva (2000) argumenta que este processo está também repleto de relações de poder, pois tal processo de produção é assimétrico, imposto socialmente para delimitar e classificar quem está incluído (*insider*) e quem está excluído (*outsider*) de determinado grupo. Para Silva (2000, p. 83), “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”, principalmente quando uma identidade é eleita como parâmetro de comparação para a avaliação e hierarquização de outras identidades.

Silva (2000) destaca a possibilidade de movimentos da identidade, como 'cruzar fronteiras' que diz respeito a não considerar os limites entre identidades distintas. Ao cruzar a fronteira, a identidade demonstra seu caráter instável, e é

neste aspecto, relembra o autor, que a discussão contemporânea sobre gênero e sexualidades estão em evidência, principalmente ao colocar em xeque o binarismo, questionando a ideia de uma identidade fixa.

Precisamos compreender que estas identidades não são únicas, mas identidades que são cambiantes, em movimento e interseccionadas, constituindo-se enquanto o encontro de feixes de relações de categorias identitárias como classe, raça, etnicidade, orientação sexual, faixa etária, bem como pelo próprio gênero. Portanto, não há outro caminho para pensar as identidades de homens trans que não seja através de sua perspectiva interseccional, uma vez que no tecido identitário, algumas características tendem a intensificar ou aliviar determinadas questões em determinadas escalas e contextos. Neste sentido, a compreensão da (re)elaboração das identidades numa perspectiva interseccional é fundamental para compreender as vivências acadêmicas destes sujeitos e a constituição das suas múltiplas espacialidades.

Foi então a partir do movimento feminista, no final dos anos 1990, como afirma Piscitelli (2008), que houve uma crescente urgência de discussões sobre categorias sociais para compreender a 'multiplicidade de diferenciações'. Estas categorias, de acordo com a autora, são as categorias de articulação e as interseccionalidades, sendo utilizadas pelas teóricas feministas a partir de perspectivas distintas.

No debate feminista, o conceito de gênero vinha sendo reformulado a partir de algumas teóricas críticas. Para exemplificar, como afirmado por Piscitelli (2008), Joan Scott preocupou-se com o saber sobre a diferença sexual. Por outro lado, Judith Butler preocupou-se com a articulação de gênero e sexualidade, não se aprofundando em outras categorias, embora tenha tentado analisar este conjunto de categorias em um capítulo do livro *Bodies that Matter* (1993).

Como visto por Piscitelli (2008), estas teóricas críticas evidenciaram a relevância de produzir uma compreensão das vivências generificadas, mas que fossem para além da exclusividade desta, incorporando no debate feminista as categorias de raça e classe, embora a categoria gênero ainda estivesse em primazia. Para a autora, estas discussões críticas continuaram sendo elaboradas, surgindo a formulação dos conceitos de categorias de articulação e/ou interseccionalidades:

> A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos [geográficos][10]. (PISCITELLI, 2008, p. 266).

No que diz respeito às categorias de articulação e as interseccionalidades, as teóricas feministas abordam estas discussões a partir de perspectivas distintas - sistêmica e construcionista - compreendendo a articulação entre diferenciações, dependendo de como são abordadas as questões de diferença e de poder (PISCITELLI, 2008). Uma destas perspectivas se refere às discussões realizadas por Crenshaw (2002 [2000]), numa perspectiva sistêmica.

Segundo Crenshaw (2002 [2000]), as conferências mundiais foram cruciais na busca pela não discriminação de raça e gênero, possibilitando compreender a interação entre estas duas formas de discriminação, na medida em que se compreende que ambas estão interligadas, podendo ser evidenciado o racismo contra as mulheres bem como compreender também como essa forma de discriminação é enfrentada pelos homens.

Ainda, esta interação entre raça e gênero traz um enfoque em relação à diferença entre as próprias mulheres e entre mulheres e homens. Assim, a autora argumenta a importância de considerar as diferenças entre as próprias mulheres, pois suas categorias sociais estão relacionadas com a maneira de como irão enfrentar tais opressões.

Crenshaw (2002 [2000]) alerta sobre a necessidade de como o gênero se intersecta com outras categorias identitárias e como estas intersecções ampliam a vulnerabilidade e marginalização de algumas mulheres. Para a autora, a discriminação interseccional pode se tornar invisível dependendo do contexto, naturalizando-o, fazendo com que somente a discriminação mais evidente seja destacada, na medida em que os aspectos estruturais que algumas mulheres estão inseridas, aspectos esses que contribuem para a produção da subordinação, sejam invisíveis.

Tais reflexões sobre interseccionalidades e a ampliação da vulnerabilidade e da marginalização também podem ser realizadas no tocante aos homens trans entrevistados. Assim, no que se refere à esta tese, podemos exemplificar que, para

[10] Inclusão da autora da tese.

nosso entrevistado Skype[11] - homem trans, negro, pobre, candomblecista, bissexual, com nome não retificado - a discriminação mais evidente poderia ser, em determinado contexto, a identidade de gênero, caso este homem trans tenha uma passabilidade nula. No entanto, caso sua passabilidade seja considerada “adequada” à (cis)heteronormatividade, a discriminação mais evidente poderia ser relacionada à cor da pele ou ainda à orientação sexual, vide sua bissexualidade.

Como visto, as relações envolvendo a passabilidade (quando pessoas trans são lidas pela sociedade como pessoas cis) também estão inseridas nesta perspectiva interseccional, possibilitando sofrer espacialmente em maior ou menor grau tais discriminações, dependendo do contexto, pois, se Skype possui passabilidade "adequada" às normas de gênero, poderá sofrer bifobia além de homofobia quando em relações afetivo-sexuais com outros homens em múltiplas espacialidades.

A passabilidade ('se passar por') também está relacionada aos recursos financeiros e, diretamente ligado a ela, estão as questões do processo de retificação de nome nesta perspectiva interseccional de ampliação de vulnerabilidade e marginalização. Ou seja, a passabilidade pode se tornar indiferente em situações em que é necessária a apresentação de documentos oficiais de identificação, ao passo que sua identidade de gênero transgressora dos padrões (cis)heteronormativos é 'descoberta'[12].

As categorias identitárias e uma noção de ampliação das vulnerabilidades e marginalização mediante interseccionalidades podem ser observadas no quadro síntese 1, estabelecido a partir do perfil socioeconômico dos 10 homens trans entrevistados para esta tese. Este quadro síntese evidencia a multiplicidade de vulnerabilidades mediante intersecções entre categorias identitárias, sendo que estas vulnerabilidades podem aumentar ou diminuir dependendo da relação entre intersecção (espaço e tempo), como proposto nas reflexões de Crenshaw (2002 [2000]). Ou seja, estes homens trans participantes da pesquisa estão mais ou menos vulneráveis não somente em relação às pessoas cis, mas também dentro do próprio grupo em relação a outros homens trans e demais pessoas da população trans. Assim, seguindo a lógica de Crenshaw (2002 [2000]), é importante levar em consideração as intersecções estabelecidas entre os próprios homens trans, uma

[11] Pseudônimo utilizado para ocultar o nome do sujeito entrevistado.
[12] Retomaremos as discussões sobre passabilidade no Capítulo II.

vez que tal compreensão auxilia o entendimento de como enfrentam tais vulnerabilidades.

Todavia, não foi possível estabelecer o grau de vulnerabilidade e marginalização de cada entrevistado, visto que não foram encontrados mecanismos para o estabelecimento de índices de vulnerabilidades para este grupo. O que podemos afirmar é que, mesmo que dois homens trans tenham condições favoráveis ou não em situações diferentes, somente é possível evidenciar que um deles apresenta situação melhor em determinada dimensão do que o outro, e vice-versa[13]. Isto pode explicar o motivo de alguns homens trans terem ou não sofrido transfobia em espaços educacionais de nível superior como evidencia o quadro síntese abaixo:

[13] Reflexões adaptadas de Amendola *et al.* (2017), sobre o índice de vulnerabilidade a incapacidades e dependência (IVF-ID), segundo condições sociais e de saúde.

Quadro 2 – Perfil de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior.

Nome		Noturno	Fera	Mancha Solar	Pique	Skype	Ciclope	Míssil	Homem de Gelo	Wolverine	Homem Múltiplo
Retificação de Documento		Não	Concluída	Não	Não	Não	Concluída	Não	Concluída	Concluída	Não
Idade		20	27	19	19	23	30	19	25	21	22
Estado Civil		Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro
Id Étnico/Racial		Branco	Branco	Branco	Negro	Negro	Branco	Branco	Indígena	Negro	Negro
Religião		Católico	Agnóstico	Não	Católico	Candomblé	Não	Não	Candomblé	Não	Católico
Orientação Sexual		*	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Bissexual	*	Heterossexual	Homossexual	*	Heterossexual
Prostituição		Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Atividade Atual		Estudante	Desempregado	Estudante	Estudante	Estudante	Desempregado	Estudante	Estudante	Estudante/ Freelancer	Estudante
Renda Individual (R$)		400.00	0	0	0	450.00	0	400.00	700.00	400.00 + 600.00	0
Renda Familiar (R$)		1500.00	5000.00	*	*	2 SM	*	3 SM	*	*	*
Processo de Transição (anos)	**Início**	20	25	19	14	21	25	17	20	18	*
	Desejo	Adolescência	Infância	Adolescência	Adolescência	Adolescência	Infância	*	Infância	Infância	Infância
	Hormônio**	0.3	2	Não iniciado	5	2	4	0.6	2	3	3
Passabilidade [(1)]		Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Relações Familiares (Apoio)	**Transição**	*	Sim	*	*	Sim	Sim	*	Sim	Sim	Sim
	Expulsão	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim***	*	*	Sim***
	Estudos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ensino Superior	**Curso**	Letras	Nutrição	Educação Física	Educação Física	Antropologia e Arqueologia	Educação Física	Geografia	Psicologia	Letras	Engenharia Civil
	Tipo	Pública	Privada	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Privada
	Ano	A concluir	2012	A concluir	A concluir	A concluir	2016	A concluir	A concluir	A concluir	A concluir
	Transição	Durante	Depois	Durante	Antes	Antes	Durante	Antes	Antes	Durante	Durante
	Transfobia	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Doença	**Suicídio**	*	*	*	Sim	Sim	*	*	Sim	Sim	*
	Depressão/ Ansiedade	*	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	*

Legenda: * Não responderam; ** Tempo de uso de hormônios em anos; *** mas não efetivada.
[(1)] A categoria passabilidade foi estabelecida a partir da subjetividade da autora.
Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Para Cutter (2011), a vulnerabilidade se caracteriza como um potencial para a perda, incluindo elementos de exposição ao risco (perante um perigo) ou de propensão (situações que aumentam ou não a capacidade de resposta e se recuperar de ameaças). De acordo com Lundgren e Jonsson (2012), a vulnerabilidade geralmente é avaliada utilizando indicadores que estabelecem a sensibilidade de uma pessoa ou sistema a um determinado risco ou fenômeno, como exemplo gênero, raça e etnia, idade, perfil socioeconômico, população com necessidades especiais e moradia (CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003; CUTTER, 2011; LUNDGREN; JONSSON, 2012).

A interseccionalidade para Crenshaw (2002 [2000], p. 177) está relacionada a uma “[...] busca (de) capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Em outras palavras, busca compreender o modo em que os sistemas discriminatórios contribuem com as desigualdades, bem como a forma em que as opressões são geradas ao longo de tais eixos.

Entretanto, Piscitelli (2008) critica a abordagem de Crenshaw, afirmando uma fragilidade no momento em que a ideia de diferença e desigualdade são fundidas. De acordo com Piscitelli (2008), a partir das reflexões de Prins (2006), o poder não é tratado enquanto relacional em Crenshaw, mas como uma posse que alguns possuem e outros não, bem como suas relações de poder com caráter imutável. Ainda, a abordagem da interseccionalidade realizada por Crenshaw traz luz ao 'impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades'. Assim, a crítica é em relação ao 'gênero, raça e classe' que elaboram identidades ligadas à 'subordinação social e ao desempoderamento', segundo o pensamento de que são 'sistemas de dominação, opressão e marginalização'.

Outra perspectiva evidenciada por Piscitelli (2008), relacionada às categorias de articulação e as interseccionalidades, refere-se às discussões mediante as abordagem construcionista, destacando a dinâmica e a relação das categorias sociais a qual se modificam segundo uma 'prática articulatória' de relações entre elementos, além de distinguir 'categorias de diferenciação / sistemas de discriminações' e 'diferença / desigualdade'.

Na perspectiva construcionista, Piscitelli (2008) destaca a publicação de McKlintock (1995), a qual afirma que raça, gênero e classe coexistem entre si, mesmo que estas categorias de diferenciações não sejam semelhantes. Além de

McKlintock (1995), Piscitelli (2008) aponta as discussões realizadas por Brah (2006), a qual preferindo o conceito de relações patriarcais para compreender a subordinação que as mulheres estão inseridas, em vez de trabalhar com o conceito de patriarcado propriamente dito. Nestas discussões, a subjetividade e a identidade são entendidas numa perspectiva macro sobre o poder na diferenciação social, sendo melhor compreendidas caso seja levado em consideração o contexto histórico e a diferença discutida enquanto categoria analítica. Nesta perspectiva construcionista, diferente da perspectiva sistêmica, as categorias identitárias dos homens trans entrevistados articulam-se entre si e se alteram dependendo do contexto espaço-temporal a partir desta prática articulatória. Assim, as diferenças entre categorias identitárias não são entendidas enquanto sistemas discriminatórios que produzem desigualdades, mas a partir da análise de relações entre elementos enquanto categorias de diferenciação.

Lundgren e Jonsson (2012) destacam a problemática em considerar a vulnerabilidade relativa, uma vez que as pessoas não são vulneráveis ao mesmo risco ou perigo, mas que a vulnerabilidade depende de uma soma de fatores que interagem entre si, estabelecendo uma relação de vulnerabilidade ou resiliência à situação. Isto é, nem todos os homens trans negros são vulneráveis para a mesma situação, mas que a vulnerabilidade irá depender não somente da categoria identitária raça/etnia, mas também de outras categorias que interagem com ela interseccionalmente mediante uma prática articulatória.

A partir destas duas perspectivas de interseccionalidades e categorias de articulação podemos evidenciar que a diferença e as relações de poder estão presente em ambas, mesmo que sejam compreendidas por aspectos distintos. Como afirmado anteriormente, as identidades de homens trans não são identidades fixas, mas em permanente (re)elaboração, constituídas por categorias identitárias num sentido interseccional e articulado. Desta forma, os sujeitos entrevistados podem sofrer (como também podem não sofrer) discriminações por sua identidade de gênero, como podem também sofrer (ou não) discriminações devido sua cor, constituindo uma dupla discriminação, a transfobia e o racismo, sendo que a mesma lógica também vale para outras categorias sociais (como as de orientação sexual, classe, faixa etária, etc.) dependendo do contexto espaço-temporal.

Corroboramos então com Méndez (2014) quando argumenta que as vivências trans são heterogêneas e interseccionais, pois são distintas as

experiências, decisões, bem como a tomada de consciência da própria transexualidade em diferentes idades. Como destaca Zambrano (2011), a busca pela identidade transexual é um processo não linear, ocorrendo muitas vezes durante a fase adulta, e não desde a infância como determina o ‘Manual de Diagnósticos e Estatísticas da Associação Americana de Psiquiatria'[14]. Para Méndez (2014):

> *Las personas tenemos identidades y necesidades heterogéneas, fruto de la combinación de la procedencia étnica, socioeconómica, de clase social, de diversidad funcional, de género, de edad y otras categorías sociales que dibujan experiencias «interseccionales». Si tomamos una de estas categorías, el género, que divide en nuestra sociedad en mujeres y hombres, vemos que no sólo incluyen una gran diversidad sino que en la actualidad, además, se están transformando apresuradamente las miradas sobre los roles de mujeres y hombres. (MÉNDEZ, 2014, p. 25).*

Como proposto por Hall (2005 [1992]), nossas identificações são deslocadas devido ao caráter contraditório das identidades que (re)elaboramos em diferentes momentos. Compreendemos então que a fluidez entre essas identidades pelos homens trans participantes da referida tese confirmam a possibilidade da multiplicidade de identidades, mesmo que de modo provisório, bem como de múltiplas (trans)masculinidades, incluindo as masculinidades sem pênis. Assim, entendemos por homem trans os "homens que nasceram com corpos biológicos femininos e que se identificam com o gênero masculino e transformaram seus corpos em corpos reconhecidamente masculinos" (ÁVILA, 2014, p. 34).

Para Costa (2013), as transformações corporais, as quais se dão progressivamente, mediante hormonioterapia, procedimentos cirúrgicos, indumentárias e a própria expressão corporal, auxiliam não somente no reconhecimento social enquanto masculino, mas também constitui-se como importante elemento no processo de reconhecimento legal para a alteração de nome e gênero em documentos oficiais, vide necessidade de estar em 'tratamento' para a obtenção deste reconhecimento legal (anterior ao Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018[15]).

Dentre as cirurgias realizadas voltadas ao reconhecimento da identidade de gênero masculina, Costa (2013) destaca a mastectomia (retirada dos seios),

---

[14] ‘*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV-1994 (DSM-IV)*’.

[15] Provimento que resolve a averbação da 'alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais'. PROVIMENTO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/06/434a36c27d599882610e933b8505d0f0.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

histerectomia (retirada do útero e ovários) e a neofaloplastia e a metoidioplastia, as quais são duas técnicas utilizadas para a alteração do sexo anatômico (construção do pênis):

> A neofaloplastia consiste na construção de um pênis a partir da cartilagem do próprio corpo e/ou de próteses, já a metoidioplastia é uma cirurgia para formar um pequeno pênis a partir do clitóris, com a possibilidade de criar também o saco escrotal a partir dos grandes lábios e realizar a extensão da uretra para que a urina passe pelo pênis. (COSTA, 2013, p. 64).

Zambrano (2011) destaca que as demandas da população transexual são mais específicas como a busca pelo direito à cirurgia de transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS), alteração de nome e gênero em documentos e a despatologização da transexualidade.

O processo transexualizador, instituído primeiramente pela Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008[16], e revogado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013[17], a qual redefine e amplia o processo transexualizador no âmbito do SUS, está inserida no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, através da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011[18], possuindo como um de seus objetivos garantir o acesso ao processo transexualizador pelo SUS, bem como promover o aperfeiçoamento das tecnologias utilizadas (Art. 2º, inciso VI, XXIII).

Se observarmos os dois documentos, os homens trans estavam ausentes no texto publicado pela Portaria nº 1.707/08, sendo inseridos somente na Portaria nº 2.803/13. Esta última, em seu Art. 15, estabelece que alguns procedimentos cirúrgicos, incluindo a neofaloplastia, será realizada pelo SUS em caráter experimental em hospitais de ensino habilitados. Além disso, somente com a Portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019[19], que os procedimentos de vaginectomia[20] e metoidioplastia foram incluídos, mediante decisão judicial e também em caráter experimental.

---

[16] PORTARIA Nº 1.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em: 20 dez 2019.

[17] PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em 20 dez. 2019.

[18] PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em: 18 dez. 2019.

[19] PORTARIA Nº 1.370, DE 21 DE JUNHO DE 2019. Disponível em: <https://brasilsus.com.br/index.php/pdf/portaria-no-1-370/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

[20] Remoção total ou parcial da vagina.

Assim, conforme Zambrano (2011), existem duas agressões à cidadania transexual: uma realizada pelo discurso médico e a outra pelo discurso jurídico. A primeira agressão ocorre quando pessoas trans devem ‘provar’ à equipe médica, a qual tem o poder de legitimar a identidade transexual ou não. Observa-se aí uma relação de poder entre profissional/paciente, sendo de um lado o discurso médico que atribui as transexualidades enquanto uma doença mental (segundo a Classificação Internacional de Doenças - CID 10) e, por outro lado as próprias pessoas trans que não aceitam a determinação médica de doentes mentais de acordo com a CID 10, mas que por ventura algumas gostariam de realizar a cirurgia de "adequação" ao sexo que se identificam. Para isso, tomando posse do discurso médico na possibilidade de garantir a cirurgia, bem como evitando o preconceito na presunção de uma 'inocência moral' (ZAMBRANO, 2011). Em suas palavras:

> Para os / as transexuais, o problema não é a doença mental – é, simplesmente, terem nascido com o corpo “errado”. O que se vê acontecer, então, são estratégias de convencimento da equipe médica por parte dos / as transexuais. Estas constroem uma história de vida “adequada” aos critérios diagnósticos de maneira a garantir a cirurgia. Submetem-se ao discurso médico para adquirir um direito (o acesso à cirurgia) que deveria ser seu, sem questionamentos. (ZAMBRANO, 2011, p. 104).

Neste sentido, Ávila (2014) argumenta que o processo transexualizador está ligado à uma perspectiva patologizante das transexualidades, ao passo que existe uma falsa autonomia da pessoa trans, pois, se estas desejam a cirurgia de transgenitalização, deverão se enquadrar enquanto "doentes". Podemos evidenciar esta afirmativa a partir da entrevista com Wolverine:

> [...] por isso que coloco contrário ao processo transexualizador, tudo é compulsório. Se você é identificado como uma pessoa trans, tudo é compulsório. Não é 'você quer entrar no processo transexualizador para ter acesso aos programas que ele dispõe?'. Não, você quer ter acesso a saúde, sendo pessoa transexual no Brasil é através do processo transexualizador, fazer tudo o que é exigido, você não tem um tipo de autonomia frente a essas regras. [...] e daí uma coisa que sempre questionei muito é isso, a gente não tem esse poder de decisão sobre nada, e nem sobre 'quem somos nós?', não somos nós quem definimos, que falamos 'transexual é isso e isso'. E um psiquiatra te dizer outra definição, ainda assim a credibilidade dele é maior que a minha que vivencio a experiência. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Não obstante, Ávila (2014) destaca a importância do processo transexualizador no que concerne a conquista pelo movimento LGBT+, mas mais especificamente do movimento trans, bem como pela conquista de direitos desta

população.

A segunda agressão referente à cidadania transexual que Zambrano (2011) destaca é realizada pelo discurso jurídico, o qual atua de uma forma mais específica, pois há o envolvimento de intervenções médicas, a exemplo de tais intervenções cirúrgicas aumentarem a possibilidade para alteração de documentos.

Conforme Zambrano (2011), pessoas trans eram consideradas como portadoras de uma patologia diagnosticada por Harry Benjamim, denominada desde então de 'Transexualismo'[21]. Assim, ao considerar as transexualidades enquanto uma patologia, atribui às identidades trans sua consolidação como doença. Posteriormente, o termo 'Transexualismo' foi alterado no DSM-IV para 'Transtorno de Identidade de Gênero', classificado como uma patologia mental da 'identidade'.

Em uma conquista histórica, após 28 anos, em 18 de junho de 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar as transexualidades como um transtorno mental, segundo a nova edição da CID. Todavia, a transexualidade ainda se manterá na CID como incongruência de gênero, dentro da categoria de condições relativas à saúde sexual, para que pessoas que desejam acompanhamento médico para hormonioterapia e eventuais cirurgias tenham acesso, uma vez que em alguns países o sistema público ou particular de saúde requerem que o 'diagnóstico' esteja listado[22].

É importante destacar que nem todas as pessoas que se identificam enquanto trans desejam (ou podem)[23] realizar cirurgias ou a hormonioterapia, desmistificando a ideia destas identidades estarem ligadas ao órgão sexual ou à métodos cirúrgicos, por exemplo. Como afirmado por Hall (2005 [1992]), Castells (1999 [1997]) e Silva (2000), a identidade é processual, está em constante (re)elaboração, não é fixa, muito menos imutável. Entretanto, o discurso médico, que por muito tempo produziu significados em relação à patologização das transexualidades, bem como os saberes que se produziram sobre elas, configurou

---

[21] Capítulo V – Transtornos Mentais e Comportamentais. Grupo F60 – 69: Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto. Categoria F64 – Transtornos da Identidade Transexual. Subcategoria F64.0 - Transexualismo. (CID 10. CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS COM A SAÚDE. Disponível em: http://www.cid10.com.br/ Acesso em: 13 ago. 2018.

[22] EL PAÍS. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

[23] As questões financeiras e questões de saúde, por exemplo, podem dificultar a realização de procedimentos cirúrgicos.

as identidades trans enquanto únicas, fixas e fundantes, atreladas ao desejo de realização de procedimentos cirúrgicos ou terapias hormonais. É justamente ao contrário destas considerações, que se faz necessária a emergência das discussões sobre (trans)masculinidades.

Para Bento (2009), o discurso médico (saber/poder) transforma as pessoas trans em seres assexuados ao afirmar que estas pessoas possuem uma abjeção em relação aos seus próprios corpos. Portanto, a busca pela cirurgia possui caráter fundamental na busca de satisfação sexual, onde “[...] toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). É como se a genitália fosse o corpo” (BENTO, 2009, p. 97).

Em seu livro 'A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual', a autora faz uma reflexão sobre os critérios utilizados para 'diagnosticar' a transexualidade pela medicina. Segundo Bento (2006), a partir das reflexões de Castel (2001), o termo 'transexualpsíquico' aparece pela primeira vez em 1910, sendo o termo novamente resgatado em 1949, esboçando algumas características próprias das pessoas transexuais.

A partir disso, foi na década de 1950 que o conhecimento científico produzido defende a transexualidade enquanto um fenômeno e, posteriormente, é nas décadas de 1960 e 1970 que as associações internacionais fomentaram as discussões sobre a transexualidade (transexualismo), diferindo seu diagnóstico em relação à homossexualidade (gays e lésbicas) e travestis. Segundo Bento (2006), foi em 1953 que Harry Benjamin afirmou ser a cirurgia a única alternativa para o 'tratamento' de transexuais, publicando esta afirmação no livro ‘*El fenómeno transexual’* (1966), servindo de escopo para se 'diagnosticar' se a pessoa é um/uma transexual 'verdadeira'.

Classificar a pessoa transexual como verdadeira ou não cria um movimento de valoração entre uma pessoa transexual e outra, bem como possibilita a liberdade para a medicina e o sistema jurídico decidirem sobre as feminilidades e masculinidades das pessoas transexuais que estão pleiteando suas transformações corporais e/ou seus documentos (BENTO, 2006).

Contrariando o discurso médico, Bento (2009) afirma que há diversas possibilidades que pessoas transexuais utilizam para “[...] conviver com partes dos seus corpos responsáveis por lhes retirar a possibilidade de serem reconhecidos como membros do gênero com o qual se identificam” (p. 101), bem como não sendo todas as pessoas transexuais que possuem abjeção por estas mesmas partes dos

seus corpos, elaborando suas masculinidades e feminilidades de modos múltiplos. Deste modo, a compreensão da constituição das masculinidades por homens trans (e feminilidades por mulheres trans e travestis) torna-se pertinente, uma vez que estes elementos constituem suas identidades, bem como possuem relação com suas próprias vivências socioespaciais.

Couto (2011) afirma que têm surgido um interesse científico em relação à construção social do que é ser homem e ser mulher, analisando outras formas, em especial, de masculinidades, ao passo que a crítica feminista realizou um movimento de desestabilização dessas representações. Em suas discussões sobre a construção de masculinidade (e feminilidades) através do espaço escolar, a autora afirma que discentes constroem suas identidades a partir de estereótipos masculinos (machista, viril, valente), cabendo à mulher o papel social de submissa e obediente na elaboração das suas identidades. Assim, o espaço escolar constitui-se como uma das instituições sociais de poder onde a elaboração destas masculinidades e feminilidades realizam um movimento de 'troca e enfrentamento'. Constatamos que os homens trans entrevistados (re)elaboram suas masculinidades não somente através do espaço escolar e espaços educacionais de nível superior, mas também na constituição das suas múltiplas espacialidades.

Botton (2007) argumenta que o conceito de masculinidade partia do princípio de uma masculinidade hegemônica universal ancorada na 'dominação e poder' masculino. Era concebida a partir da perspectiva naturalista enquanto um produto da biologia, onde o pênis delimitava a personalidade e ações sociais. Segundo o autor, foi na década de 1980 que os estudos sobre masculinidade(s) nos países anglo-saxões ganham destaque a partir de uma perspectiva feminista, incluindo os estudos gays.

> A violência entra como uma discussão privilegiada nessa ocasião, uma vez que é entendida como um poder coercitivo utilizado pelos homens para construírem suas identidades e reproduzirem sua supremacia dentre os gêneros. Em sintonia com algumas críticas pós-estruturalistas e pós-modernistas – levantaram-se questionamentos quanto à universalidade desta supremacia masculina declarada, uma vez que se encontraram diversas incompatibilidades entre os modelos de poder masculino e a vivência de inúmeros homens. Além disso, levantaram-se teses baseadas em estudos qualitativos – especialmente psicológicos – apontando para um sentimento de fragilidade do homem frente à violência, à frieza e ao sofrimento da construção social da virilidade masculina. Tais alegações, levadas a consequências lógicas, permitiram que se defendesse, teoricamente, uma “crise da masculinidade”. (BOTTON, 2007, p. 113-14).

Para Botton (2007), há uma contradição entre estudiosos que acreditam na

“crise da masculinidade” e aqueles que compreendem a masculinidade a partir da “dominação masculina”, sendo este último caracterizada pela utilização da virilidade[24]e a violência, tanto física quanto simbólica, para dominar. Por outro lado, a ideia da existência de uma crise da masculinidade coloca o homem no patamar de vítima, sensível às construções do que é 'ser homem'. É neste quadro, segundo o autor, que muitas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, principalmente numa perspectiva interseccional. Desta forma, podemos evidenciar que existem múltiplas masculinidades, o que não anula a ideia da existência de uma masculinidade hegemônica.

A masculinidade hegemônica, segundo Connell e Messerschmidt (2013), é normativa e difere das masculinidades subordinadas. Partindo destas reflexões, compreendemos que as masculinidades de homens trans são subordinadas, isto é, não hegemônicas em relação às masculinidades de homens cis, e que mesmo elaborando suas masculinidades dentro do modelo esperado do que é ser homem - constituindo aquilo que se entende por passabilidade, pelo fato de terem nascidos biologicamente com o órgão genital feminino, denunciando a ausência do pênis, podem não ser reconhecidos como tal[25].

Evidenciamos então que as identidades de homens trans não são estanques, fechadas ou coerentes, e que existem múltiplas possibilidades para vivenciar as masculinidades fora do caráter médico cirúrgico e sem a presença de um pênis. Assim, abre-se um leque para pesquisas científicas que desmistifiquem as transexualidades remetidas somente às genitálias dos corpos, mas que produzam e destaquem as múltiplas possibilidades de identidades, considerando uma perspectiva interseccional, bem como múltiplas (trans)masculinidades quanto (trans)feminilidades. Como afirma Peres (2012), é necessário pensar estas identidades em uma perspectiva crítica que coloquem em foco suas variadas formas de existências, bem como confrontando as normas impostas em relação à heteronormatividade, para então ressignificar os conhecimentos produzidos a partir

[24] Para Molinier e Welzer-Lang (2009, p. 101), "a virilidade se reveste de um duplo sentido: 1) os atributos sociais associados aos homens e ao masculino: a força, a coragem, a capacidade de combater, o “direito” à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são – e não podem ser – viris: mulheres, crianças; 2) a forma erétil e penetrante da sexualidade masculina. A virilidade, nas duas acepções do termo, é aprendida e imposta aos meninos pelo grupo dos homens durante sua socialização, para que eles se distingam hierarquicamente das mulheres. A virilidade é a expressão coletiva e individualizada da dominação masculina".

[25] Tais considerações sobre masculinidade e passabilidade são discutidas com maior aprofundamento no próximo capítulo.

da patologização destas pela ciência. Neste sentido, a seção a seguir evidencia a produção científica brasileira sobre as transexualidades e (trans)masculinidades.

1.2 A produção científica brasileira sobre transexualidades entre 1995 e 2018 e as pesquisas sobre homens trans

Vimos até este ponto que as identidades possuem uma variabilidade de possibilidades na constituição do 'eu'. Esta (re)elaboração da identidade é processual, relacional e interseccional, a qual depende de um processo de diferenciação e de socialização, constituídas por categorias identitárias (de classe, raça, orientação sexual, idade, etc.).

As identidades de homens trans entendidas nesta tese enquanto identidades de gêneros ininteligíveis (BUTLER, 2013 [1990]), também são (re)elaboradas num processo constante, bem como aquilo que foi (e que está) sendo desenvolvido pela produção científica, nacional e internacional, sobre as transexualidades. Ou seja, muito dos conhecimentos (e "verdades") produzidos cientificamente destas identidades estão sendo ressignificados.

Por muito tempo o discurso médico, a partir da CID, considerou as transexualidades como doença, passível de diagnóstico e tratamento, diferenciando a pessoa transexual da travesti a partir da aversão ao órgão genital e, consequentemente, ao desejo da cirurgia de transgenitalização. Entretanto, como visto nas entrevistas, há homens trans que não desejam realizar tais procedimentos cirúrgicos ou outras transformações corporais, não possuindo ojeriza em relação à sua genitália, bem como outras partes do corpo que são marcadores de feminilidades destoantes do gênero atribuído. Estas constatações evidenciam a necessidade de ressignificar algumas "verdades" absolutas atribuídas à estas identidades pela Ciência:

> É claro que é mais fácil assumir uma postura crítica em relação ao passado. É provável que possamos entender que determinadas estratégias e tecnologias de poder estão articuladas na constituição dos discursos ‘científicos’ antigos; por exemplo, discursos que 'comprovam' que tais e tais sujeitos ou que tais e tais práticas eram sadios ou doentes, positivos ou negativos. Foi e é assim que se produziram e se produzem discursos jurídicos, religiosos, educativos, psicológicos que mostram ou tornam evidente os sujeitos e as práticas que são bons ou que são maus, integrados ou desintegrados, produtivos ou prejudiciais para o conjunto da sociedade. Determinadas relações e estratégias de poder sustentam-se através desses saberes e 'verdades'; elas precisam desses discursos para se tornarem evidentes o que, paradoxalmente, faz com que essas relações de poder se tornem invisíveis. Não há como negar (e todos podemos lembrar situações para comprovar isso!) que quanto menos for notada ou quanto mais for invisível uma relação de poder mais ela será eficiente. (LOURO, 2009, p. 86).

Para Louro (2001), o desafio dos pesquisadores culturais não é somente afirmar as múltiplas possibilidades de existências, mas colocar em pauta que as fronteiras das identidades de gêneros e sexuais estão sendo atravessadas a todo momento e, sobretudo, que a existências de alguns sujeitos seja a própria fronteira. Assim, a autora argumenta que é preciso compreender o movimento *queer* segundo uma perspectiva pós-estruturalista de desconstrução das dicotomias que, como bem lembra Silva (2015), excluem e marginalizam. Segundo Louro (2001, p. 549), “[...] é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão” que, não obstante, são produzidas pela Ciência.

Contudo, muitas produções científicas estão aquém de uma perspectiva plural, mas embasadas na patologização destas identidades. Assim, buscando contribuir para as reflexões sobre o debate relacionado às transexualidades, realizamos um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Observar tal produção científica brasileira faz-se pertinente na medida em que estas pesquisas refletem as discussões sobre as vivências, possibilidades e desafios relacionados à(s) constituição(es) das identidades transexuais, incluindo as vivências de homens trans. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram a coleta e sistematização de teses e dissertações, classificação e agrupamento e criação de representação gráfica dos resultados.

Para a coleta das teses e dissertações, foram realizadas buscas com os termos: 'Transexual', 'Transexualidade', 'Transexualismo', 'Transmasculinidade', 'Transfeminilidade', 'Transhomem', 'Transmulher', 'Transgênero', 'Transfobia',

'Cisheteronormatividade', 'Cisnormatividade', e seus plurais, em títulos e palavras-chave. Os documentos coletados foram sistematizados em uma planilha do *LibreOffice-Calc* onde foram classificados a partir dos nomes dos autores e autoras, tema, título, ano, área do conhecimento e link, quando existente, de acesso ao trabalho na plataforma Sucupira.

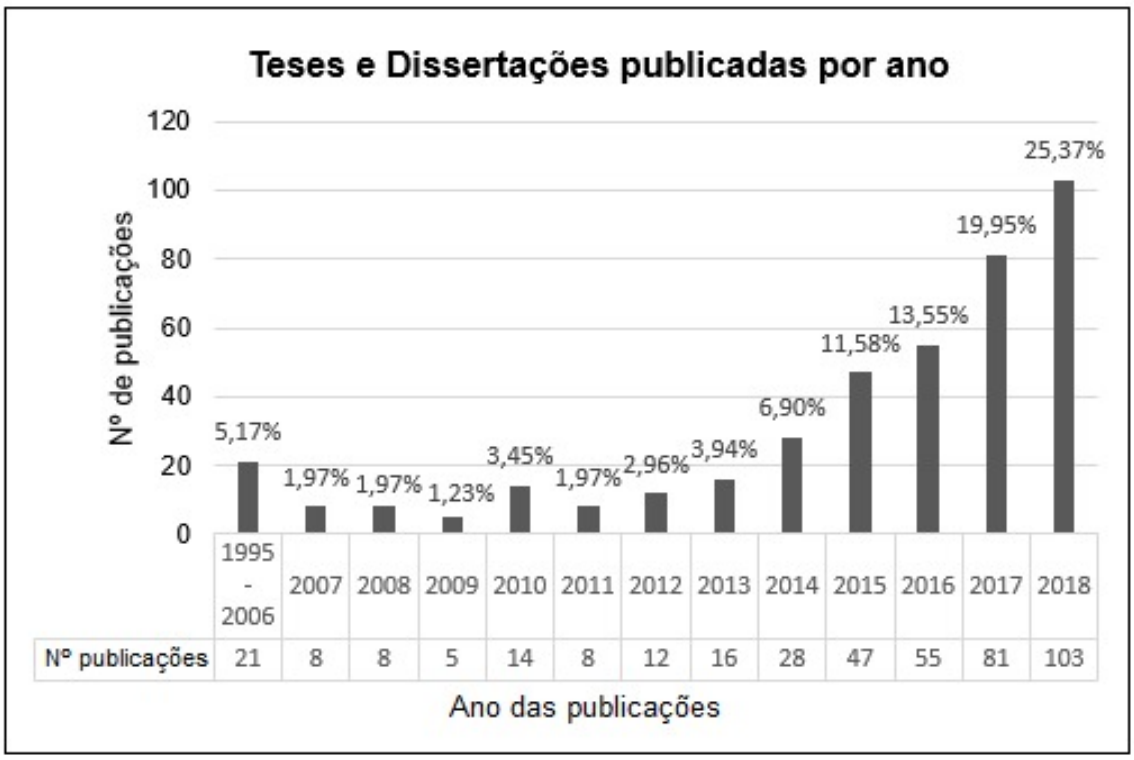
O Catálogo de Teses e Dissertações, até 1º de abril de 2019, totalizava 1.146.290 publicações disponíveis. Destas, apenas 406 pesquisas dissertam sobre transexualidades[26], o que corresponde à 0,04% do total de publicações, isto é, menos de 0,1% do total da produção científica nacional, sendo 323 (79,56%) dissertações de mestrado e 83 (20,44%) teses de doutorado.

O valor extremamente baixo dos percentuais indica, conforme Silva *et al.* (2009), que existem ausências e silêncios relacionados à gênero e sexualidades na produção científica brasileira. Para os autores, 'ausência significa inexistência'. Os pesquisadores que se dedicam a romper com estas ausências promovem visibilidade às relações humanas que passam a existir, além de trazer à tona as questões estruturais que criam normas e condicionam o fazer científico e as relações humanas e estas com o mundo (SILVA *et al.*, 2009).

Este levantamento evidenciou que em 2008, 8 pesquisas brasileiras sobre transexualidades foram defendidas e publicadas, correspondendo à 1,97% do total de publicações sobre a temática (406), tendo um aumento considerável em 2018 - 10 anos após - com 103 publicações (25,37%), sendo o ano com maior concentração de pesquisas desde 1995 (sendo o ano também de maior publicação sobre transmasculinidades). O gráfico a seguir demonstra as pesquisas publicadas por ano.

[26] Além destas 406 pesquisas sobre transexualidades, outras 167 dissertam sobre travestilidades, porém este universo não será considerado nesta reflexão.

Gráfico 1 – Teses e Dissertações publicadas no Catálogo da CAPES por ano sobre transexualidades.



Fonte: Pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Desde o ano de 2010 houve um crescimento de pesquisas relacionadas às transexualidades, embora no ano de 2011 as publicações tivessem um decréscimo - seis publicações a menos - estabelecendo novamente o acréscimo progressivo a partir do ano de 2012. As pesquisas publicadas entre 1995 e 2006 foram agrupadas visto que tais publicações por ano não possuem representatividade[27]. Vale ressaltar também que dentro deste universo existem pesquisadores e pesquisadoras trans, com o nome retificado ou não, à exemplo de Reidel (2013), Lanz (2014) e Oliveira (2017).

Se já existem ausências relacionadas às pesquisas sobre o fenômeno das transexualidades como um todo, quando falamos de pesquisas sobre homens trans especificamente, estes números são ainda mais reduzidos. Realizando uma busca em nosso banco de dados a partir do Catálogo, constatamos que a produção científica brasileira sobre homens trans ainda é pequena em relação ao total de

[27] Em 1995, 1999, 2000 e 2005 foram publicadas 1 (uma) pesquisa por ano; em 1997 e 2001 foram publicadas 2 (duas) pesquisas a cada ano; em 2004 foram publicadas 3 (três) pesquisas; em 2006 houve a publicação de 4 (quatro) pesquisas; no ano de 2003, 6 (seis) pesquisas foram publicadas. No ano de 1996, 1998 e 2002 não houveram publicação sobre a temática no Catálogo.

publicações sobre transexualidades (406 pesquisas), totalizando apenas 21 pesquisas que discutem exclusivamente sobre corpos transmasculinos, o que representa 5,17% do total de trabalhos sobre tais identidades. Isto é, quase 94,83% das dissertações e teses brasileiras publicadas são relacionadas sobre (ou em conjunto com) as travestis e mulheres trans.

Segundo Ávila e Grossi (2010), a ausência de estudos sobre homens trans está relacionada à invisibilidade destes se comparados aos estudos relativos às travestis e mulheres transexuais. Segundo o banco de dados, somente em 2013 foi publicada a primeira dissertação exclusivamente sobre homens trans, intitulada 'Holofotes sobre carnes: transhomens nas artes' (COSTA, 2013). Nesta pesquisa, a autora buscou analisar a transexperiência masculina em uma perspectiva despatologizante a partir da obra autobiográfica de João W. Nery e das fotografias e autorretratos de Loren Cameron, pois ambos artistas, a partir de suas obras, evidenciam outras possibilidades de vivências das identidades de gêneros e sexualidades.

A publicação no referido ano não significa que outras pesquisas não estavam sendo desenvolvidas anteriormente (as próprias publicações em periódicos e anais de eventos utilizados nesta tese constatam isso), mas que Costa (2013) foi a primeira pesquisadora brasileira a publicar e defender um estudo sobre os homens trans.

Posteriormente à pesquisa realizada por Costa (2013), outras pesquisas começaram a ser defendidas e publicadas no Catálogo acima citado, sendo: 2 (duas) pesquisas no ano de 2014 (ÁVILA, 2014; FREITAS, 2014); 3 (três) pesquisas publicadas em 2015 (NEVES, 2015; REGO, 2015; OLIVEIRA, 2015) e 3 (três) em 2016 (VELHO, 2016; CORDEIRO, 2016; AMORIM, 2016). Em 2017 foram 5 (cinco) pesquisas concluídas (SILVA, 2017; CUNHA, 2017; PAMPLONA, 2017; PEDRINI, 2017; REPOLES, 2017) e em 2018, foram 7 (sete) pesquisas publicadas e defendidas (CARVALHO, 2018; VALE, 2018; OST, 2018; CERVI, 2018; SILVA, J. 2018; RIBEIRO, A. 2018; RIBEIRO, D. 2018). Os Programas de Pós-Graduação que estão vinculadas tais pesquisas referem-se à Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais, além da área de Linguística, Letras e Artes[28].

[28] Área: Ciências da Saúde: 6 publicações, concentradas em Programas de Pós-Graduação: Clínica Médica (1), Ginecologia e Obstetrícia (1), Saúde Coletiva (3) e Endocrinologia (1). Área: Ciências Humanas e Ciências Sociais: 14 publicações, concentradas em Programas de Pós-Graduação:

Ávila (2014), em sua tese intitulada: 'FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo', busca compreender a emergência das transmasculinidades como novas identidades sociais e políticas que, não obstante, são fundamentadas a partir de dois vieses: patologização e despatologização das transexualidades.

Com este estudo, a autora evidenciou que as transmasculinidades são flexíveis e (re)elaboradas a partir de um processo constante pelos homens trans, marcados por sentimentos negativos (medos, anseios) e positivos (esperança), além de manifestações de violências, contradições e constatações. As transmasculinidades podem ser masculinidades alternativas e que possuem variadas formas de constituição como um "fenômeno complexo, em movimento, e como tal, instável e fluído", os quais oscilam entre as masculinidades hegemônicas, subordinadas e marginalizadas (ÁVILA, 2014, p. 209).

A compreensão das transmasculinidades também foi tema de pesquisa de Freitas (2014), intitulada: 'Homens com T maiúsculo: processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet'. A autora buscou compreender os processos envolvidos na (re)elaboração das masculinidades produzidas por homens trans, com destaque nas transformações corporais e as relações com o corpo e sexualidade destes sujeitos, posicionando a internet enquanto uma ferramenta para a (re)elaboração destas transexperiências na medida em que são estabelecidas redes de solidariedade entre os homens trans, trocas de informações e articulação política. Estas considerações relacionadas ao espaço virtual também foram evidenciadas em Amorim (2016).

Por meio de sua pesquisa intitulada: 'Homens (in)visíveis: a experiência de transhomens brasileiros nas mídias virtuais', Amorim (2016) buscou compreender o aumento da utilização das mídias virtuais pelos sujeitos, evidenciando a emergência de blogs para escrita de si que os próprios homens trans produzem. Os temas centrais presentes nestes blogs referem-se às alterações corporais, relações sociais e familiares, manifestações de violências, políticas públicas afirmativas e as discussões relacionadas à (re)elaboração das suas identidades e masculinidades. O autor afirma que os espaços virtuais se constituem enquanto espaços de

---

Antropologia (3), Sociologia (2), Educação (2), Psicologia (3), Serviço Social (1), Sociais e Humanidades (1) e Ciências Sociais (2). Área: Linguística, Letras e Artes: 1 publicação, concentrada no Programa de Pós-Graduação: Arte (1).

'(re)existência e (re)criação de si', que (re)produzem discursos sobre as transexualidades e transmasculinidades e como ferramenta para visibilidade social e local de fala.

Outra pesquisa que evidencia a emergência das mídias virtuais é de autoria de Neves (2015). Em seu estudo intitulado: 'Transmasculinidades e o cuidado em saúde: desafios e impasses por vidas não-fascistas', o autor buscou compreender como videoblogues produzidos por homens trans constituem-se como dispositivos para a articulação entre gênero, masculinidades e a produção do cuidado no ciberespaço.

Neves (2015) evidenciou que os videoblogues não somente apresentam-se como uma rede social, mas também como rede de cuidado em saúde dessa população e produção de conhecimento. Estes conhecimentos relacionados ao campo da saúde possuem aspectos negativos, como número reduzido de consultas médicas no acompanhamento para hormonioterapia, entre outros; e aspectos positivos, como facilidade no acesso nas unidades da rede básica e maior acolhimento no processo de transição vide acesso às unidades básicas de saúde em seus próprios municípios. Além destas questões, Neves (2015) aponta ainda a importância de estudos trans, em especial produzidos por pessoas trans com vistas à representatividade e inclusão desta população na produção científica.

Ost (2018), a partir de vídeos selecionados da plataforma youtube analisa as narrativas de homens trans sobre corpo e gênero. Em 'Gênero politizado – narrativa de transhomens em vídeos do youtube', Ost (2018), além do silenciamento teórico sobre as identidades de homens trans, denunciando a importância de tais estudos, evidenciou que a corporeidade destes sujeitos é elabora inconscientemente mediante atos naturalizados de masculinidade, mas também particulares de cada indivíduo a partir de suas próprias vivências, não havendo obrigatoriedade de procedimentos cirúrgicos relacionados à genitália.

Rego (2015) em sua pesquisa: 'Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans', investigou a (re)elaboração das identidades destes sujeitos e as relações que suas vivências trans estabelecem mediante o processo de transição. Assim, o processo de transição constitui-se enquanto um ponto central em sua pesquisa, evidenciando as práticas e dinâmicas envolvidas neste processo. O transicionar, segundo o autor, estabelece resultados médicos que não puderam ser explorados por Rego (2015), mas que são evidenciados por seus

interlocutores na medida em que relatam dores ósseas, relacionados ao uso do *binder*, entre outras complicações médicas relacionadas à aplicação da hormonioterapia com testosterona, indicando a necessidade de estudos relacionados às influências deste hormônio e o cuidado na administração destes pelos sujeitos.

Tais influências da hormonioterapia com androgênicos em homens trans foram evidenciadas somente em duas pesquisas brasileiras. Em seu estudo intitulado: 'Efeitos da terapia hormonal com testosterona sobre IMC, pressão arterial e perfil laboratorial em homens transgêneros: uma revisão sistemática e meta-análise', Velho (2016) buscou realizar uma revisão sistemática da literatura sobre as influências da hormonioterapia com testosterona em homens trans. Estas possíveis influências do uso de testosterona em homens trans também foram evidenciadas por Cunha (2017) em seu estudo intitulado: 'Prevalência dos fatores de risco cardiovascular em homens transexuais em tratamento com ésteres de testosterona e sua associação com as variantes polimórficas do gene do receptor androgênico'. Ambas pesquisas - Velho (2016) e Cunha (2017) - serão evidenciadas no capítulo V da referida tese.

Além de Rego (2015), Vale (2018) também preocupou-se em compreender as relações que permeiam o processo de transição realizado por homens trans. No estudo intitulado 'Transmasculinidade, corpo e cuidado de si: análise da transexualidade no Ambulatório TT [travestis e transexuais] da cidade de João Pessoa - Paraíba', Vale (2018) analisou o processo de transição e a corporeidade elaborada por homens trans, evidenciando um processo doloroso frente à imposição daquilo que é considerado ser homem. Assim, ter um gênero ininteligível à matriz cultural principalmente no início da transição é estar sujeito à processos de exclusão e constrangimentos e, por isto mesmo, segundo o autor, estes sujeitos buscam a passabilidade para não serem interditados socialmente e espacialmente.

Na pesquisa sob o título: '"Somos quem podemos ser": os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade', Oliveira (2015) busca analisar o discurso destes sujeitos sobre a despatologização das identidades trans. Segundo o autor, os discursos destes homens trans são estratégicos em relação à patologização, vide a necessidade de um parecer médico e psicológico indispensável para obtenção de alterações corporais e retificação de documentos.

Oliveira (2015) evidencia ainda os sentidos que estes homens trans atribuem

à suas próprias transexperiências, as quais estão atreladas às suas vivências através de instituições sociais (casa, escola, mercado de trabalho e religião) e sua participação nos movimentos sociais. Denuncia ainda o desconhecimento por parte de alguns indivíduos da campanha internacional pela despatologização das transexualidades, questão que reflete diretamente, segundo o autor, na articulação política referente ao tema e na luta pela autonomia destes sujeitos.

Cordeiro (2016) analisa as narrativas dos sujeitos sobre saúde, corpo, gênero e direitos, destacando os desafios para seu reconhecimento social enquanto homem. Assim, em sua pesquisa: 'Gênero, corpo, saúde e direitos: experiências e narrativas de homens (trans) e homens (*boys*) em espaços públicos', a autora evidenciou que uma parcela de seus interlocutores se identificava como homens (trans) e a outra parcela como homens (*boys*). Esta identificação estava associada a classe econômica dos sujeitos, uma vez que os homens (*boys*) se identificavam como pertencentes às classes populares, ao passo que, em sua maioria, os homens (trans) identificavam-se como pertencentes às classes médias.

A partir dos temas saúde, corpo, gênero e direitos, a autora evidenciou experiências semelhantes entre os dois grupos, como a autoidentificação enquanto homens, as manifestações de preconceitos e violências, o desejo pelas alterações corporais e a inserção em espaços[29] em que é possível 'construir corpos e subjetividades, defender direitos e vivenciar o gênero e sexualidade'. Entretanto, conforme Cordeiro (2016), mesmo com alguns pontos semelhantes, existem diferenciações entre os dois grupos relacionados ao contexto socioeconômico e cultural que refletem diretamente em seus projetos de vida. Assim, a classe do sujeito pode facilitar o acesso aos espaços de saúde, às informações sobre seus direitos e os conhecimentos sobre as transexualidades.

Pamplona (2017) também analisou a constituição das transmasculinidades mediante quatro relatos autobiográficos de homens trans, a saber: João W. Nery, a partir de seu livro 'Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois' (NERY, 2011); Jô Lessa, a partir de seu livro 'Eu trans a alça da bolsa: relatos de um transexual' (LESSA, 2014); Anderson Herzer, a partir de seu livro 'A queda para o alto' (HERZER, 2007); e Dom, colaborador da pesquisa que, segundo Pamplona

[29] "Centro Estadual de Combate à Homofobia - CECH, Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT - CMRC LGBT, com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT, com o Consultório de Rua - C.R e Centro da Juventude". (CORDEIRO, 2016, p. 178).

(2017), elaborou 21 cartas que narram suas vivências e (re)elaboração da sua masculinidade. A autora evidenciou que as narrativas transmasculinas possibilitam a produção dos sujeitos e apresentam-se como importantes na (re)elaboração das masculinidades, mediante as ressignificações e novas práticas envolvidas neste processo que também é elaborado entre tensionamentos.

Em seu estudo intitulado: 'Recalculando rotas: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas', Repolês (2017)[30] busca compreender como as transidentificações produzem efeitos nas relações consigo mesmo e com os próprios corpos, assim como em relações afetivo-sexuais, e em suas práticas e desejos sexuais. Assim, a pesquisa evidencia 'possibilidades e estratégias de vivências e resistências transmasculinas', que originam variadas formas de corporeidades e identificação de gênero.

Silva (2017) em seu estudo sob o título: '"Existe uma barreira que faz com que as pessoas trans não cheguem lá": itinerários terapêuticos, necessidades e demandas de saúde de homens trans no município de Salvador – BA', investigou as necessidades e demandas de saúde destes sujeitos e os itinerários terapêuticos por eles realizados na busca por cuidados de saúde. Estes itinerários terapêuticos constituem-se enquanto possibilidades de reconhecimento das suas identidades transmasculinas, sendo realizados a partir do contexto em que os sujeitos estão inseridos.

Tais necessidades e demandas são múltiplas e estão relacionadas ao cuidado de si, especialmente àquelas ligadas às alterações corporais a partir da hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos que possibilitam não somente a autoestima frente ao corpo idealizado, mas também o reconhecimento enquanto homem e a segurança frente às violências. Outras necessidades e demandas evidenciadas por Silva (2017) referem-se aos atendimentos psicológicos e às especificidades de cada homem trans como consultas médicas com oftalmologistas e otorrinolaringologista, atendimento nutricional, entre outros, além da despatologização das transexualidades, combate à transfobia, acesso aos serviços de saúde com profissionais qualificados e desenvolvimento de novas tecnologias que visem as alterações corporais, por exemplo.

O autor também evidencia as produção de corpos idealizados por parte dos

[30] Segundo a Plataforma Sucupira, o trabalho não possui divulgação autorizada.

próprios homens trans, ocorrendo uma exigência relacionada à passabilidade que, segundo Silva (2017), é reiterada pela perspectiva essencialista de ser homem e pela patologização destas identidades vide a obrigatoriedade de procedimentos cirúrgicos e hormonioterapia para obterem sua legitimidade[31], assim, invalidando as múltiplas possibilidades de (re)elaboração das transmaculinidades.

Outra pesquisa que possui como foco a saúde de homens trans é realizada por Cervi (2018). Em 'Homens transexuais e saúde: a efetivação do acesso à saúde de homens trans e a criação do Núcleo Trans Unifesp', o autor buscou analisar o acesso aos serviços de saúde em consonância às normativas existentes por parte de homens trans e a criação do Núcleo Trans Unifesp.

A partir das histórias de vida dos sujeitos e seus itinerários terapêuticos, o autor evidenciou manifestações de violência no acesso a tais serviços, denunciando a necessidade de normativas mais eficientes. Sobre o acesso ao Núcleo Trans Unifesp, Cervi (2018) destaca a ampliação da oferta de serviços de saúde voltada à população trans mediante uma abordagem humanizada dos profissionais da saúde, além da autonomia dos homens trans no que diz respeito à construção de seus corpos, mas que também o Núcleo apresenta recursos limitados como contratação de profissionais, bem como a formação profissional baseada na patologização das transexualidades, mesmo que as discussões de despatologização estejam presentes entre os profissionais.

No estudo 'Homens trans(bordados): experiências juntas e misturadas na produção de outras masculinidades', Pedrini (2017) busca compreender como os homens trans produzem seus corpos e sua rede de apoio social a partir de suas as histórias de vida. Assim, o autor discorre sobre corpo enquanto espaço de vivências, e a produção deste corpo em meio a processos biopolíticos e disciplinares; o movimento político que refere-se às pesquisas e produções autobiográficas que, segundo o autor, são ferramentas para a disseminação das vivências transmasculinas e a implementação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo (IBRAT-ES); além da compreensão sobre transmasculinidades destacando o silenciamento frente à produção de conhecimento destas identidades

[31] Anterior ao Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018 que resolve a averbação da 'alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais'. PROVIMENTO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/06/434a36c27d599882610e933b8505d0f0.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

que evidenciam uma 'política de exclusão e invisibilização'.

Em '"Uma viagem nem tão solitária": uma experiência de produção de masculinidade', Silva J. (2018)[32] analisa os elementos relacionados na (re)elaboração da masculinidade, especificamente a transmasculinidade, a partir da obra autobiográfica de João W. Nery. O autor evidencia que os elementos utilizados para a reivindicação da identidade de gênero de Nery são semelhantes aos utilizados por homens cis, constatando que o discurso essencialista atrelado ao determinismo biológico direcionado às genitálias dos corpos produzem o não reconhecimento destas identidades.

Carvalho (2018)[33] em 'Corpo de Luta: emergência pública de transmasculinidades e organização política de homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000', discute sobre as trasmasculinidades relacionadas aos contextos socio-histórico-econômico-político-cultural, colocando em destaque os homens trans protagonistas do movimento social pela luta de direitos desta população, evidenciando, assim, que a emergência destes sujeitos está articulada com a organização política neste processo.

O estudo intitulado 'Negociando com as normas: transexualidades masculinas, reconhecimentos e agências', Ribeiro, D. (2018) busca compreender as diferentes relações sociais estabelecidas pelos homens trans frente às normas sociais impostas a partir de negociações. Assim, o autor evidencia a existência de um "ceder" como forma de agência destes sujeitos, a qual varia de acordo com o contexto socioespacial que estão inseridos. Este "ceder", segundo Ribeiro, D. (2018), não é estabelecido como resistências ao sistema normativo, mas como negociações através das diferentes relações familiares, de trabalho, educacionais e amorosas estabelecidas.

Por fim, Ribeiro, A. (2018), em sua pesquisa intitulada: 'Experiências transmasculinas: o limiar entre corpo, gênero e desejo na constituição de um sentido de si', buscou compreender a relação entre corpo, gênero e desejo na (re)elaboração das identidades transmasculinas. A autora evidenciou um processo de demarcação das normas de gêneros mais ou menos intensas em diferentes fases da vida destes sujeitos. Assim, as normas de gênero eram menos delimitadas no período de infância, ganhando intensidade a partir da socialização escolar, gerando

[32] Segundo a Plataforma Sucupira, o trabalho não possui divulgação autorizada.
[33] Segundo a Plataforma Sucupira, o trabalho não possui divulgação autorizada.

um processo gradativo que a autora denomina de tentativa de feminilização corporal, sendo reproduzidas também nas relações familiares.

Na compreensão das transmasculinidades, Ribeiro, A. (2018) constata que a masculinidade não induz a presença do pênis, sendo (re)elaborada de modos semelhantes das masculinidades de homens cis, ou seja, do modo como o corpo se posiciona no mundo e das interações dialéticas estabelecidas para a autopercepção. Ainda, mesmo que nem todos seus interlocutores de autoidentificassem homens trans, evidenciando que esta identificação depende diretamente de 'posicionamento político, condição econômica e racial', a autora aborda que eles produzem seus corpos embasados na masculinidade, utilizando de ferramentas para conquistarem a passabilidade e serem lidos enquanto homens.

Ao evidenciarmos estas 21 pesquisas defendidas e publicadas sobre homens trans, constatamos 5 (cinco) principais temas que os autores e autoras desenvolveram suas discussões. O quadro a seguir (quadro 3) evidencia os principais temas e autoria:

Quadro 3 - Principais temas abordados nas dissertações de mestrado e teses de doutorado brasileiras sobre transmasculinidades.

(continua)

TEMA	AUTORIA	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Transmasculinidades	Costa (2013)	Artes
	Ávila (2014)	Ciências Humanas
	Freitas (2014)	Psicologia
	Cordeiro (2016)	Antropologia
	Amorim (2016)	Psicologia
	Pamplona (2017)	Educação
	Silva J. (2018)	Saúde Coletiva
	Carvalho (2018)	Serviço Social
	Ribeiro, D. (2018)	Ciências Sociais
Processo de Transição	Rego (2015)	Antropologia Social
	Vale (2018)	Sociologia
Despatologização	Oliveira (2015)	Ciências Sociais
Corpo	Repolês (2017)	Antropologia
	Pedrini (2017)	Psicologia Institucional
	Ost (2018)	Educação
	Ribeiro, A. (2018)	Ciências Sociais
Saúde	Velho (2016)	Ciências da Saúde

Quadro 3 - Principais temas abordados nas dissertações de mestrado e teses de doutorado brasileiras sobre transmasculinidades.

(conclusão)

TEMA	AUTORIA	PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Saúde	Neves (2016)	Clínica Médica
	Cunha (2017)	Endocrinologia
	Silva (2017)	Saúde Comunitária
	Cervi (2018)	Saúde Coletiva

Fonte: Pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Assim, os temas 'transmasculinidade', 'saúde', 'corpo', 'processo de transição' e 'despatologização' são temas mais recorrentes desenvolvidos pelas pesquisadoras e pesquisadores brasileiros quando se referem ao universo transmasculino. Não somente os temas se articulam entre si, mas também as pesquisas estão relacionadas umas com as outras. Nossa análise evidencia sobretudo que estes autores e autoras estavam preocupados em compreender como se dá a (re)elaboração das transmasculinidades e as relações estabelecidas neste processo.

Foi possível evidenciar a importância dos espaços virtuais na constituição das identidades e masculinidades pelos sujeitos, vide a ausência de referencial teórico que possibilitassem uma inteligibilidade do fenômeno transexual. Assim, os espaços virtuais foram indispensáveis tanto no processo de reivindicação da sua identidade de gênero masculina pelos homens trans, como também para os próprios pesquisadores e pesquisadoras que encontraram no ciberespaço uma possibilidade de produção de conhecimento sobre estas vivências.

Além disso, os espaços virtuais são os espaços que os homens trans encontraram para falar por e de si mesmos, realizando um movimento de visibilidade social (AMORIM, 2016), de cuidado de si (NEVES, 2016) e de articulação política, além de troca de informações e redes de solidariedade (FREITAS, 2014). Ainda, é destacado a importância da literatura autobiográfica na produção de outras masculinidades, destacando principalmente a trajetória de João W. Nery (COSTA, 2013; PAMPLONA, 2017; SILVA, J. 2018).

Mesmo com a ausência da produção científica sobre homens trans pela Geografia, é possível realizar uma análise geográfica em alguns estudos

apresentados. Assim, além das questões envolvendo o espaço virtual, evidenciamos que em algumas pesquisas, os autores e autoras realizaram uma discussão, mesmo que superficial, relacionadas as espacialidades da casa, vide relações familiares; as espacialidades do trabalho; espacialidades da saúde; espaços educacionais e; espaços religiosos (FREITAS, 2014; OLIVEIRA, 2015; REGO, 2015; CORDEIRO, 2016; AMORIM, 2016; RIBEIRO, A., 2018, RIBEIRO, D., 2018). Quase sempre, estas espacialidades estão relacionadas às manifestações de violência e desrespeito à identidade de gênero.

A análise destas 21 pesquisas evidencia uma abertura para as reflexões sobre as vivências de homens trans e as constituições das trasmasculinidades por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, mesmo que pequena. Contudo, este número reduzido de estudos sobre o universo transmasculino pode causar atrasos no que concerne as discussões sobre a temática, prejudicando o desenvolvimento de diferentes perspectivas que contribuam para a construção do conhecimento científico e para a elaboração de políticas públicas orientadas a este grupo. Assim, há uma lacuna na compreensão de fenômenos que envolvam as vivências espaciais de homens trans pela produção científica brasileira.

Esta lacuna também é evidenciada no campo científico geográfico brasileiro. Em estudo anterior, Santos; Chagas e Ornat (2019)[34] evidenciam que as pesquisas desenvolvidas pela Ciência Geográfica em relação às pessoas trans possuem como foco central os conceitos geográficos espaço, território e territorialidade, não sendo encontradas publicações sobre as vivências de homens trans. Assim, é possível constatar que geógrafas e geógrafos brasileiros não estavam até o momento preocupados em refletir sobre o fenômeno transmasculino, muito menos como se estabelecem as vivências socioespaciais de homens trans. Desta forma, evidenciamos que pesquisadores e pesquisadoras do campo científico geográfico brasileiro possuem o desafio de refletir as vivências destes sujeitos em espaços que até então não foram problematizados pela ciência geográfica nacional. Indo além, possuem o desafio de compreender a fluidez que tais identidades apresentam.

Para Silva *et al.* (2013), existe uma omissão na historiografia da geografia brasileira relacionada à algumas vertentes importantes, incluindo as geografias

[34] SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; CHAGAS, Bruna Iara Lorian; ORNAT, Marcio Jose. **A produção científica brasileira sobre travestilidades e transexualidades: da doença à resistência**. Ponta Grossa (PR), 2019. Mimeo.

feministas e *queer*, mediante desprezo que provocam no fazer científico. Internacionalmente, estas discussões são realizadas a partir de uma vertente chamada *Transgerder Geographies,* ou somente *Trans Geographies,* (Geografias Trans) (BROWNE; NASH; HINES, 2010; NASH, 2010; HINES, 2010; BROWNE; LIM, 2010; DOAN, 2010; ROOKE, 2010; JOHNSTON, 2015; JOHNSTON; LONGHURST, 2016; GORMAN-MURRAY *et al.*, 2017; SULLIVAN, 2018; SULLIVAN; DAY, 2019; MEARNS; BONNER-THOMPSON; HOPKINS, 2019).

As reflexões voltadas às Geografias Trans estão inseridas na Enciclopédia SAGE de Estudos LGBTQ[35] (GOLDBERG, 2016) as quais, segundo Browne (2016), exploram como as pessoas trans vivenciam e criam lugares e espaços, desafiando as geografias de gênero que problematizam as geografias de homens e mulheres e sexualidades e *queer* (com foco específico em gays e lésbicas) evidenciando os limites do pensamento binário. Desta forma, as discussões emergentes desta área de estudo evidenciaram as experiências urbanas[36] com focos distintos nos espaços de gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans nas cidades, além de serviços de saúde no Reino Unido, espaços virtuais e culturais e locais de trabalho vivenciados pelas pessoas trans (BROWNE, 2016).

Conforme Browne; Nash e Hines (2010), as geografias de gênero estavam preocupadas em problematizar homens e mulheres cisgêneros, não considerando que tais binários podem ser contestados e problematizados e, neste contexto, as pessoas trans questionavam tais proposições. Estas discussões sobre as vivências trans (NASH, 2010; HINES, 2010; BROWNE; LIM; 2010; DOAN, 2010; ROOKE. 2010) fazem parte de uma seção temática publicada na revista *Gender*, *Place and Culture* (v. 17, n. 5, 2010) a fim de contribuir com o avanço das discussões relacionadas às vivências trans e abrir espaços para discussões não explícitas nas geografias de gênero, de tal forma a contribuir empírica, conceitual e politicamente estas reflexões (BROWNE; NASH; HINES, 2010).

Dentre estas discussões, Nash (2010) buscou compreender como o conhecimento trans se intersecta com vários temas centrais à pesquisa geográfica *queer* - subjetividade / performatividade; experiência / corporeidade; e a constituição

[35] The SAGE Encyclopedia of LGBTQ Studies (GOLDBERG, 2016).

[36] Segundo Browne (2016), desde 2015 as Geografias Trans dão destaque às discussões em âmbito urbano, sendo necessário problematizar as relações destas vivências em âmbito rural, porém, a autora alerta ao criar binários (urbano/rural) sem o reconhecimento da forma como as pessoas trans vivenciam tais espaços.

histórica, política e social de espaços urbanos 'tradicionais' LGBTQ. Por outro viés, a partir de pesquisas empíricas sobre identidades trans, Hines (2010) explora as formas pelas quais o acesso às subjetividades *queer* é limitado e negociado nos locais de trabalho e em espaços comunitários, evidenciando que as transgressões são materiais, culturais, sociais e espacialmente contingentes.

Browne e Lim (2010) também buscaram explorar as vivências trans. A partir de vivências mais amplas da cidade de Brighton & Hove, a 'capital gay' do Reino Unido - incluindo as vivências relacionadas à cidade como entidade política a ser inclusiva LGBT+ e as relacionadas às geografias do 'tratamento' médico que realocam pessoas trans fora dos limites da cidade - as autoras argumentam que as pessoas trans são excluídas, mas também conectadas de modo complexo com a imaginação geográfica da 'capital gay' de modo que as complexas solidariedades são criadas e contestadas simultaneamente na comunidade LGBT+, originando um paradoxo que denunciam experiências de marginalização.

Doan (2010) evidencia que as normas de gênero são tidas como uma tirania de gênero tanto para quem transgride tais normas quanto para quem as vivenciam de acordo com seus limites. A partir da compreensão de que tais categorias de gênero não incluem pessoas trans e intersex, Doan (2010) evidencia as maneiras pelas quais as pessoas transgressoras destas normas de gênero experienciam uma tirania de gênero que reflete em suas vivências em espaços públicos e privados.

Por fim, Rooke (2010), a partir de um projeto de artes com 18 jovens trans, oferece uma análise do espaço trans criado, constituído a partir do reconhecimento, criatividade e pedagogia. Foi possível evidenciar como estes jovens trans transitam nas práticas de gênero e os espaços de gênero que essas práticas constituem em suas vivências mediante a normatividade.

Além destas publicações, outras pesquisas posteriores como Johnston (2015), Johnston e Longhurst (2016), Gorman-Murray *et al.* (2017), Sullivan (2018), Sullivan e Day (2019) e Mearns; Bonner-Thompson e Hopkins (2019), também contribuíram para a consolidação das discussões teóricas na área das Geografias Trans. Em seu estudo, Johnston (2015) destaca as discussões que buscaram desconstruir os binarismos de gênero, considerando a diversidade de gênero em vários espaços e lugares. Em Johnston e Longhurst (2016), este debate é ampliado quando as autoras evidenciam as contribuições teóricas desenvolvidas na Geografia que buscam desconstruir a normatividade de gênero, além de compreender as

vivências espaciais de duas participantes da pesquisa, reconhecendo a importância de fomentar as reflexões sobre vivências trans, ao passo que "espaços e corpos estão intimamente ligados"[37] (JOHNSTON; LONGHURST, 2016, p. 53).

Gorman-Murray *et al.* (2017) buscam investigar as vulnerabilidades específicas e capacidades resilientes de pessoas trans frente à desastres. Realizando um diálogo entre estudos de desastres e as geografias trans, os autores evidenciaram que pessoas trans são mais vulneráveis, além de proporem quatro temas que destacam os impedimentos e possibilidades para um planejamento inclusivo de pessoas trans frente à desastres.

Em sua pesquisa, Sullivan (2018) explora as vivências de Majestade, trans, australiana aborígene e ex-profissional do sexo. A partir das geografias trans e discussões teóricas indígenas, Sullivan (2018) evidencia as tensões e as possibilidades de incluir vozes trans indígenas para tensionar as relações hegemônicas relacionadas à serviços de base sexual. Em outro estudo, Sullivan e Day (2019) compreendem como trabalhadores sexuais transmasculinos indígenas negociam e constroem suas identidades enquanto navegam em suas necessidades financeiras e sociais. Novamente, a partir do diálogo entre as geografias trans e as discussões teóricas indígenas, Sullivan e Day (2019) evidenciam as táticas de gerenciamento da sexualidade, gênero e emoção, além de destacar como estes corpos transmasculinos resistem e enfrentam o racismo e a transfobia através do trabalho sexual.

Outro trabalho relevante para a área das Geografias Trans refere-se às discussões de Mearns; Bonner-Thompson e Hopkins (2019). Este estudo evidencia as vivências de pessoas trans que estudam e/ou trabalham em um determinado Campus universitário na Inglaterra. Dentre seus resultados, os autores demonstram como determinados espaços do Campus são capazes de gerar relações que permitem microagressões e falso reconhecimento (maneiras pelos quais as pessoas trans são identificadas erroneamente).

Vale ressaltar que estas pesquisas aqui referenciadas não representam o universo total de estudos da área das Geografias Trans, mas que se constituem enquanto importantes para compreender os corpos trans e os espaços vivenciados por estas pessoas. Para Browne (2016), as Geografias Trans evidenciam a

[37] "*Spaces and bodies are intimately connected*" (JOHNSTON; LONGHURST, 2016, p. 53).

relevância do espaço e do lugar para as vivências trans, uma vez que mesmo sendo incluídas nos coletivos LGBT+, estas pessoas também são excluídas e marginalizadas pelas normas de gênero constituintes dessas comunidades. Assim, além de considerar as relações de poder entre pessoas trans e cisgêneros (não trans), também faz-se necessário a problematização interna destas relações de poder entre as pessoas que se identificam enquanto LGBT+.

Outro ponto de destaque são as reflexões sobre o corpo que, segundo Silva *et al.* (2013), também estão incluídas nas discussões geográficas pelo menos desde o final do século XX e início do século XXI, devido ao movimento de desconstrução da oposição entre mente e corpo por teóricos e teóricas como Longhurst (1997; 1996), Simonsen (2000), McDowell (1995), Sharp (1996), Moss e Dyck (2002), Alves e Guimarães (2010), Anderson (1996), Gottschild (2003), Pile (1996), Nast e Pile (1998), Johnston (1996), Smith (1992) e Silva (2009). Conforme Silva *et al.* (2013), estas publicações tem como pretensão demonstrar uma tipologia analítica das abordagens geográficas entre corpo e espaço as quais não refletem a totalidade de estudos sobre tais relações. As discussões sobre corpo como espaço contribuem para a compreensão de como os homens trans participantes (re)elaboram suas masculinidades e identidades mediante suas vivências espaciais, as quais serão discutidas no capítulo II.

Da mesma forma, ao refletir sobre as espacialidades vivenciadas por esta população é possível também pensar sobre a (re)elaboração dessas identidades de gênero por estes sujeitos, uma vez que ambas são co-constitutivas, ou seja, o espaço é parte da (re)elaboração das identidades, pois, “[...] não somente existe um paralelo entre a maneira de conceitualizar o espaço e a maneira de conceitualizar entidades/identidades (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço é, desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas” (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 9).

Assim, para compreender como as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades, é necessário levar em consideração que tanto o espaço quanto as identidades (de gênero) e os corpos são (re)elaborados em um processo aberto e contínuo. Esta afirmação demonstra o avanço conceitual que esta tese propõe. Consideramos não somente os espaços e as identidades (re)elaborados num devir, mas também que os corpos estão em constante transformações, não sendo um

produto acabado ou produzidos *a priori*. São corpos em transições.

Desta forma, são múltiplas as possibilidades de constituições e os resultados desses processos inacabados, realizando um avanço destas discussões a partir da referida tese de doutorado, na proposta de Eco (2007 [1977]), contribuindo para o crescimento do campo científico geográfico brasileiro.

Portanto, este capítulo compreendeu as relações entre identidades e interseccionalidades na constituição das identidades de homens trans. Compreendidas enquanto fluídas, transitórias e imóveis, as identidades são (re)elaboradas de modo processual e relacional, interseccional e articulatório. Identidades heterogêneas, com múltiplas possibilidades de existências em diferentes espacialidades, dentre elas, os espaços educacionais de nível superior.

Ainda, este capítulo evidenciou a produção científica brasileira a partir das pesquisas publicadas no site da CAPES, mais especificamente no Catálogo de Teses e Dissertações, sobre transexualidades, em especial os homens trans. Conforme evidenciado, o número baixo da produção sobre as temáticas (0,04%) em relação ao total, bem como a reduzida publicação sobre homens trans (21 pesquisas), é carregado de significados. Além disso, a compreensão em relação às 'verdades' sobre as transexualidades tem sido ressignificadas, mesmo que lentamente, produzindo um avanço progressivo, mas também, gerando resistências de grupos conservadores. Entre tais avanços, se encontram a elaboração de políticas específicas que possibilitam o acesso e permanência de pessoas trans através em espaços educacionais de nível superior, promovendo a reflexão para uma 'outra' realidade espacial.

CAPÍTULO II - (TRANS)MASCULINIDADES E O CORPO COMO ESPAÇO

Este capítulo tem por objetivo compreender o movimento de (re)elaboração das transmasculinidades e identidades a partir da corporeidade de homens trans. Com caráter múltiplo e mutável, as dinâmicas de (re)elaboração das transmasculinidades também estão constituídas por relações de poder, estabelecendo variadas formas de ser homem trans. Assim, este capítulo é uma demanda da questão central desta tese uma vez que a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades estão diretamente ligadas às vivências dos sujeitos através das múltiplas espacialidades, em especial nesta reflexão aos espaços educacionais de nível superior, na medida em que espaço e identidades são co-constitutivos (MASSEY; KEYNES, 2004).

Assim, este capítulo está estruturado mediante duas seções. A primeira seção diz respeito a constituição do conceito e dinâmicas acerca das (trans)masculinidades e sua relação com o processo identitário de homens trans, mediante concepções de que ambas - (trans)masculinidades e identidades - são elaborações sociais, históricas e espaciais. A segunda seção, a partir da ideia de conceber o corpo enquanto espaço, evidenciamos como estes homens trans (re)elaboram suas masculinidades e identidades mediante suas vivências socioespaciais e que seus próprios corpos estão em processo de transição. Para a realização da discussão deste fenômeno, realizamos uma análise dos dados obtidos a partir das 10 entrevistas com homens que se autoidentificavam enquanto transexuais, a partir da categoria espacial 'Corpo' e respectivas categorias discursivas.

2.1 Da masculinidade às (trans)masculinidades: a constituição identitária masculina

Ao longo desta tese evidenciamos que as identidades não são fixas, coerentes ou essencialistas, mas são (re)elaboradas através das nossas próprias trajetórias de vida, de maneira fluída e em relação ao outro e a nós mesmos. Igualmente, as questões relacionadas às masculinidades (e feminilidades) também são (re)elaboradas num processo contínuo, colocando em xeque algumas perspectivas até então naturalizadas. Assim, compreender o processo identitário de homens trans nos remete a discutir sobre a constituição das (trans)masculinidades,

mediante a busca pelo reconhecimento social (e legal)[38], possuindo também relação com suas vivências espaciais.

Para Januário (2016), é necessário compreender não somente a origem, mas como se institui o processo de elaboração da masculinidade, questionando seu padrão vigente. Mas, se a própria ciência (e a tecnologia) é masculinizada, não seria diferente as posições da própria masculinidade nas relações de gênero (CONNELL, 2003)[39].

Conforme Connell (2003), a ciência da masculinidade estava embasada em três dimensões: (1) o conhecimento clínico derivados da teoria freudiana; (2) a psicologia social que concebia os papeis sexuais masculinos e femininos e; (3) as novas perspectivas advindas da antropologia, história e sociologia. Para a autora, na ideia dos papeis sexuais, as masculinidades e feminilidades - entendidas enquanto complementares - são internalizadas, ensinadas e aprendidas socialmente e, por isto mesmo, podendo ser alteradas dependendo do contexto, contribuindo para a estabilidade social.

Devido a ideia dos papeis sexuais masculinos e femininos serem complementares, as relações de poder estão ausentes, causando um equívoco nas análises sociais, excluindo as relações desiguais entre categorias identitárias, como raça, classe e sexualidade (CONNELL, 2003). Nesta perspectiva da psicologia social, também estão excluídas as relações transmasculinas. Assim, para Connell (1995), há uma fragilidade na concepção de papeis masculinos, devido à carência de compreensão quanto à presença de 'relações de poder, violências e desigualdade material'.

Somente com as perspectivas advindas da antropologia, história e sociologia, que a multiplicidade das masculinidades e as relações entre elas são reconhecidas, relações dialéticas que, segundo Connell (2003), podem ser de aliança, domínio ou subordinação; emergindo, assim, a questão da diversidade e as transformações das masculinidades, a partir de categorias identitárias e de contextos culturais ou institucionais diferentes ou não. Contudo, mesmo com esta

[38] Antes da publicação do Provimento nº 73/2018, que confere à possibilidade de alteração do prenome e do gênero em cartório gratuitamente, a mudança de nome e gênero era realizado via judiciário.

[39] Os estudos de Raewyn Connell são a base para as discussões de masculinidades aqui apresentadas. Em respeito à sua identidade de gênero, utilizaremos na lista final de referências o nome Raewyn Connell, mesmo que em obras anteriores a autora tenha assinado com seu nome de registro de nascimento.

última perspectiva da ciência da masculinidade elaborada por Connell (2003), ainda está impregnada em nossa sociedade a compreensão naturalizada da masculinidade, uma vez que:

> Para o senso comum, a masculinidade é tida como um atributo ‘natural’ do homem, assim como a agressividade, a sexualidade, a força, etc... Esse tipo de pensamento cartesiano com pressupostos na natureza de um padrão de masculinidade tem servido de justificativa para condutas machistas que persistem em acompanhar as relações sociais ainda hoje. A partir das questões levantadas pelo feminismo sobre o que é ser mulher, sobre gênero, ainda na perspectiva da célebre frase de Simone de Beauvoir, começou-se a compreender que os ‘homens também se tornam homens’. Nesse sentido, na segunda metade da década de 80, iniciaram-se estudos e pesquisas centradas nos homens e na masculinidade, na perspectiva dos estudos de gênero e tendo como característica principal a rejeição ao modelo tradicional vigente que interpretava a experiência masculina como a norma. (JANUÁRIO, 2016, p. 76).

Neste contexto, foi a partir do *men's studies* que o conceito de masculinidade começou a ser discutido por homens - principalmente nas questões relacionadas aos estudos feministas - os quais começaram a refletir sobre seu lugar enquanto sujeito, a partir de novos discursos e novas relações, adotando, assim, uma perspectiva interseccional, ou seja, que não se tratava de uma masculinidade, mas de masculinidades plurais (JANUÁRIO, 2016), uma vez que estavam imbricadas, para Botton (2007), em estruturas e instituições sociais múltiplas ('etnia, classe social, nacionalidade, geração, temporalidade, territorialidade, dentre diversos outros fatores altamente relevantes').

Connell (1995, p. 188) afirma que a masculinidade, é então entendida como "uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de 'masculinidades'". Ao definir masculinidade(s), Connell (1995), alerta sobre a problemática de conceber o conceito enquanto uma mistura de elementos identitários e práticas; sendo necessário a compreensão do termo constituído por relações de poder. Isto corrobora com o argumento de Januário (2016), ao destacar que as masculinidades não podem ser compreendidas simplesmente enquanto sinônimos de identidades, mas enquanto múltiplas práticas dinâmicas que variam no espaço-tempo.

O conceito de masculinidade(s) proposto por Connell (1995), pode ser melhor compreendido, segundo a autora, quando o termo 'configuração de prática' é

entendida simplesmente como o ‘fazer’ e não como ‘aquilo que é previsto socialmente’, ou seja, a 'prática' não possui fronteiras delimitadas para sua expressão, podendo ser tanto reproduzida como produzida socialmente, segundo a racionalidade da ação e de um contexto histórico (e geográfico). A 'posição dos homens' se refere às 'relações sociais e aos corpos', neste caso, adultos, sendo as masculinidades tanto corporificadas quanto sociais. Por fim, as 'estruturas de relações de gênero' são entendidas neste contexto como muito mais que papeis sociais:

> *Las masculinidades son configuraciones de la práctica estructuradas por las relaciones de género. Son inherentemente históricas, (e geográficos)[40] y se hacen y se rehacen como un proceso político que afecta el equilibrio de intereses de la sociedad y la dirección del cambio social. (CONNELL, 2003, p. 72).*

Mais do que o próprio conceito, é importante compreender como a masculinidade é constituída, sendo para Connell (1995), um processo individual, mas também coletivo. O que não é diferente quando se trata das transmasculinidades, uma vez que para Ávila (2014), as transexperiências tanto são individuais quanto coletivas.

A produção teórica sobre as masculinidade(s) é ampla e diversificada, com diferentes objetivos, desde teorias críticas às teorias não-críticas, sendo possível encontrar também estudos que justificam o 'masculino tradicional', os quais não realizam uma criticidade sobre o termo (ALVES, 2005).

Assim, para nos debruçarmos numa perspectiva crítica relacionada às masculinidades, recorremos especificamente aos autores Connell (1995; 2003), Connell e Messerschmidt (2013), Januário (2016), Bourdieu (2002), Botton (2007), Kimmel (1998) e Fialho (2006). Estas referências teóricas são essenciais para uma construção do conhecimento relacionada à (re)elaboração das transmasculinidades, bem como sua relação com as vivências espaciais de homens trans participantes desta pesquisa.

Sobre a origem da masculinidade, Januário (2016), recorrendo às reflexões de Alambert (2004), Saffioti (2007) e Johnson (1997), afirma que no início da história da humanidade, existia uma forma harmoniosa de vivências entre homens e mulheres, não sendo possível estabelecer um grau de dominação de um grupo

[40] Nossa inclusão.

sobre outro, pois ambos estavam preocupados em manter a sobrevivência. Assim, o início da exploração/dominação das mulheres pelos homens ocorreu com a atuação delas na agricultura, uma vez que o instrumento utilizado, neste caso, o arado, era pesado e necessitaria de auxílio dos homens e dos animais. Consequentemente, quanto mais herdeiros homens, mais mão de obra para o trabalho na terra, contribuindo, assim, para a dominação masculina mediante questões reprodutivas a partir do sêmen, "desclassificando" a mulher até então concebida como fonte da vida.

Esta perspectiva naturalista foi inserida, segundo Januário (2016), nas discussões sobre o conceito de masculinidade, vide existência do pênis, sendo o 'comportamento e personalidade' determinados biologicamente. Para Bourdieu (2002), a diferenciação sexual, principalmente relacionado às genitálias dos corpos, culminou na diferenciação social entre homens e mulheres, em especial àquelas relacionadas ao trabalho.

Esta ideia de dominação masculina, na proposta de Bourdieu (2002), é resultado de uma violência simbólica compartilhada na relação entre dominantes/dominados, não somente a partir da perpetuação na instituição familiar, mas também em dimensões públicas, como a escola e o Estado, possibilitando, assim, a naturalização da dominação (BOURDIEU, 2002). Para o autor, "[...] a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação" (BOURDIEU, 2002, p. 18).

Foi somente a partir das discussões fomentadas no seio do movimento feminista e *gay* (vale destacar que sendo a masculinidade hegemônica embasada em estruturas e normas, a (cis)heteronormatividade se constitui em um dos seus elementos essenciais), que alguns homens começaram a refletir sobre o patriarcado, com alguns deles concordando com a existência da dominação masculina, mas também, paralelamente, concordando com a existência de divergências teóricas sobre masculinidades (JANUÁRIO, 2016).

Desta forma, o conceito de masculinidade(s) enfrenta contradições de teóricos que acreditam numa crise da masculinidade e entre aqueles que acreditam no seu fator de dominação (BOTTON, 2007). Segundo Botton (2007), pelo viés de dominação, está presente a virilidade e as violências tanto físicas quanto simbólicas. Já pelo viés da crise, está presente uma vitimização e sensibilidade por parte dos homens no processo de elaboração da sua masculinidade.

Acreditar numa crise da masculinidade, segundo Januário (2016), supõe que ela possui caráter fixo e que se constitui enquanto exclusiva dos homens, assim, vivenciados somente por eles. Embora tais abordagens sejam distintas, estes embates são importantes pois se configuram enquanto avanços tanto teóricos quanto sociais no que concerne as discussões sobre masculinidades no campo científico:

> O pensamento dos defensores de uma suposta “crise”, colocam muitas vezes o homem como sensível e vitimizado pelos processos de construção do ideal de virilidade masculina. Já os apologistas da “dominação masculina” argumentam que o homem viril é praticante de violência física ou simbólica, seja cometida de forma consciente ou não, para manter seu status dominante. É neste contexto que se dão os grandes debates atuais acerca da masculinidade. (JANUÁRIO, 2016, p. 101).

Corroboramos com a autora quando afirma a existência da dominação masculina a partir de um poder simbólico imbricado nas relações sociais, de modo mascarado, camuflado e naturalizado; considerando, assim, a noção de masculinidade como uma construção social, histórica e geográfica, com caráter múltiplo e mutável, tendo a dominação masculina elementos de opressão não somente relacionada às mulheres, mas também entre os próprios homens.

No final da década de 1990, surge uma nova corrente de pensamento sobre os estudos da masculinidade por Jeff Hearn (1998) - o qual acreditava que o *Men's Studies* carece de precisão e se constitui enquanto 'politicamente perigoso', ao conceber a ideia de que seria uma releitura dos *Women's Studies* - dando origem ao *Critical Studies on Men*, com uma perspectiva crítica, podendo ser discutido tanto por homens quanto pelas mulheres.

Contudo, foi na década de 1980 que a relação entre 'homem, gênero e contemporaneidade' foi melhor discutida, tendo como resposta o abandono do *Men's Studies,* dando lugar aos Estudos da Masculinidade (*Masculinity Studies*), os quais compreendiam a masculinidade enquanto um construto social. Esta compreensão somente foi possível com as alterações de certos paradigmas vindos pela via dos movimentos sociais, repudiando o determinismo biológico e a ideia da existência de um único modelo de masculinidade (JANUÁRIO, 2016).

Neste sentido, há múltiplas formas de vivenciar as masculinidades, as quais se encontram imbricadas por relações de poder. Assim, é mediante a interseccionalidade que Connell (2003, p. 114) elabora uma análise sobre masculinidades, pois, "*las masculinidades de los hombres de raza blanca, por*

ejemplo, se construyen no sólo en relación con las mujeres blancas, sino también con los hombres negros". Para a autora, não é possível compreender a estrutura social sem levar em conta o gênero enquanto um elemento fundamental desta estrutura. Não obstante, compreendemos que as masculinidades elaboradas por homens trans também estão imbricadas por relações de poder, não só em relação aos homens ou mulheres cis, mas também com outros homens e mulheres trans.

Nesta perspectiva interseccional, Connell (2003) afirma que as masculinidades são frequentemente divididas e contraditórias, sofrendo alterações histórico-espaciais, podendo ser classificadas como: hegemônicas, cúmplices, subordinadas e marginais. Contudo, para evitar simplificações de situações como considerar a unificação de uma masculinidade branca, por exemplo, ou uma única masculinidade negra, o reconhecimento de múltiplas masculinidades torna-se uma premissa importante. Ao se referir sobre a masculinidade hegemônica, Connell (2003) afirma que:

> *La 'masculinidad hegemónica' no es un tipo de personalidad fija siempre igual en todas partes. Se trata más bien de la masculinidad que ocupa la posición hegemónica en un modelo dado de las relaciones de género, posición que es siempre discutible.* (CONNELL, 2003, p. 116).

As masculinidades hegemônicas podem ser entendidas enquanto masculinidades de referencial dominante ideal em dada sociedade e em determinado contexto histórico, não podendo ser compreendidas somente como a prática de agressões físicas (CONNELL, 2003).

De acordo com Kimmel (1998), a masculinidade hegemônica está em oposição à outras desvalorizadas, isto é, a relação entre masculinidades hegemônicas e subalternas se originam mediante interações desiguais e recíprocas. Para o autor, tais interações relacionais podem ser compreendidas a partir de três pressupostos: O primeiro é conceber as masculinidades enquanto construtos sociais, não-essencialistas e determinadas biologicamente, mas que "(1) variam de cultura a cultura, (2) variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo, (3) variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidade e, (4) variam no decorrer da vida de qualquer homem individual" (KIMMEL, 1998, p. 105). Tais considerações são pertinentes para afirmar que a origem de algumas masculinidades é também distinta:

> Especificamente no caso norte-americano, por exemplo, entendemos que, em meio a qualquer sociedade, em qualquer momento, há múltiplos sentidos de o que ser homem significa. Para colocar isto de forma simples, nem todos os homens norte-americanos são iguais. Nossas experiências dependem da classe, raça, etnicidade, idade, região do país. Cada um desses eixos modifica os outros. Por exemplo, o que significa ser um homem mais velho, negro e gay em Cleveland provavelmente é muito diferente do que significa ser um jovem fazendeiro, branco e heterossexual em Iowa. (KIMMEL, 1998, p. 106).

Além deste pressuposto inicial realizado por Kimmel (1998), temos que compreender que as relações de poder estão presentes na constituição das masculinidades, principalmente no que refere-se às desigualdades de gênero (interrelacional, entre homens e mulheres) e nas desigualdades de raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc. (intrarelacional, entre homens), sendo o sexismo e a homofobia elementos do processo de constituição das masculinidades, como afirmado pelo autor e, posteriormente, com mais afinco presente nas discussões de Welzer-Lang (2001) sobre a dominação masculina, a qual produz uma homofobia mediante ameaças voltadas aos homens para que obtenham os padrões de virilidade. Sobre este ponto, nós incluiríamos também como elemento neste processo de constituição das masculinidades a transfobia voltado à homens trans, principalmente àqueles que não possuem uma passabilidade condizente com tais padrões estabelecidos.

Por fim, o último pressuposto considera, segundo Kimmel (1998), que as relações de poder são por vezes invisíveis para aqueles que detém uma masculinidade hegemônica, sendo perceptível para os homens com masculinidades subalternas, os quais são afetados pela violência. Segundo Kimmel (1998), a própria invisibilidade se configura enquanto uma questão política, no sentido de que torna-se, nas palavras do autor, um privilégio e um luxo; privilégio na visão de manter as relações de poder pela própria invisibilidade e, um luxo, por não refletir sobre a subordinação/inferiorização de pessoas negras por parte de pessoas brancas, ou ainda, não achar necessário refletir sobre a importância do gênero por parte dos homens.

Além das masculinidades hegemônicas, propostas por Connell (2003), a autora argumenta que existem masculinidades cúmplices, as quais são elaboradas por homens que se beneficiam ao obter vantagens de subordinação em relação às mulheres mediante a estrutura do patriarcado, mas que não 'praticam' a masculinidade hegemônica. Um exemplo que Connell (2003) estabelece para

explicar esta cumplicidade está nas relações estreitas dos homens com as mulheres, como o casamento e a paternidade. Assim, mesmo que tais relações estejam baseadas no respeito, muitos homens se aproveitam dos privilégios do patriarcado.

Outro tipo de masculinidade discutida por Connell (2003) refere-se às masculinidades subordinadas. Estas dizem respeito às relações de dominação entre os próprios homens a partir da (cis)heteronormatividade. Assim, segundo a autora, existem relações de poder entre homens heterossexuais e homossexuais, ao passo que estes últimos se encontram numa posição subordinada em relação aos primeiros, devido a 'aproximação' com a feminilidade, sendo possível, segundo Connell (2003, p. 119), "*[...] detectarse cómo los límites se confunden simbólicamente con la feminilidad*".

A masculinidade homossexual é a mais evidente das masculinidades subordinadas, mas não a única, sendo que os homens heterossexuais também podem elaborar suas masculinidades de modo subordinado (CONNELL, 2003).

Nas discussões realizadas por Connell (2003), a partir de histórias de vida de homens gays, a autora evidenciou uma recorrência de situações como (a) compromisso com a masculinidade hegemônica; resultando na (b) limitação da sexualidade frente às relações com outros homens e; (c) participação nas práticas coletivas de uma comunidade gay; não sendo a pretensão da autora originar um novo modelo de homossexualidade masculina (nem tão pouco poderia, vide a premissa da multiplicidade de masculinidades), mas como uma masculinidade que se (re)elabora historicamente.

Podemos incluir também nesta perspectiva subordinada as masculinidades de homens trans que mesmo elaborando suas masculinidades em conformidade com a cisgeneridade, mediante passabilidade ou não, podem sofrer discriminações pelo fato de terem nascidos biologicamente constituídos pelo sistema de órgãos femininos e, consequentemente, estarem simbolicamente próximos à feminilidade.

Para Connell (2003), os tipos de masculinidades até então apresentadas referem-se às interações relacionadas ao gênero (e sexualidades), sendo que tais relações com outras categorias identitárias como raça e classe resultam em novas configurações de masculinidades de modo interseccional. Assim, as masculinidades marginalizadas dizem respeito às relações de dominação e subordinação entre homens, a partir da classe social e raça, sendo tal marginalização relativa à

autorização do grupo dominante mediante masculinidade hegemônica. Um ponto importante destacado por Connell (2003) é de que a relação 'marginalização e autorização' também está presente nas masculinidades subordinadas.

Tais classificações das masculinidades propostas por Connell não foram isentas de críticas, em especial as masculinidades hegemônicas (JANUÁRIO, 2016). Para esta autora, o conceito de masculinidade hegemônica é criticado por alguns autores (MATOS, 2000; ALVES, 2005; FIALHO, 2006), visto que o conceito por si só não traz avanços significativos nas discussões sobre a temática ao abordar sobre hegemonia; além disso, é questionado pelos autores se a posição que a masculinidade hegemônica confere é desejada pelas outras formas de masculinidades. Neste último caso, Januário (2016) destaca que não acredita na busca do movimento feminista ou LGBT+ pela posição hegemônica, mas pela luta da 'legitimidade, igualdade e equidade'. Para a autora:

> Uma das principais problemáticas à volta do conceito de hegemonia, aplicado aos estudos de género, é a de saber se as formas distintas de masculinidade são contrapostas à forma dominante; se pretendem ocupar essa posição hegemónica como uma forma legítima de experienciar a masculinidade. (JANUÁRIO, 2016, p. 122).

Seria interessante, conforme argumenta Januário (2016), compreender a masculinidade predominante na perspectiva bourdiana de dominação masculina, visto que a masculinidade hegemônica leva em consideração a reiteração por parte dos homens da sua 'posição dominante e privilegiada'.

Uma das críticas evidenciadas pela autora, refere-se as considerações de Fialho (2006). A principal crítica deste autor corresponde ao conceito de masculinidade hegemônica ser impróprio para a abordagem do gênero enquanto categoria de análise. Primeiro, porque causa um efeito reducionista de oposição entre masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas. Segundo, por não trazer novidades no campo das discussões, mas também por trazer questionamento sobre o conceito de hegemonia como se fosse uma 'luta por posições', mediante relações de dominante/dominado, como já exposto na obra de Januário (2016).

O conceito de hegemonia entendido enquanto a 'luta por posições', torna-se ainda mais frágil quando analisada na escala intragrupo (FIALHO, 2006). Para o autor:

> Ao tratarmos de masculinidades, entendemos que existiria, portanto, uma forma de masculinidade que detém posição privilegiada, em detrimento de outras formas de masculinidade, que ocupariam posição subalterna. Mas também devemos depreender [...] que tais grupos se encontram em tensão e que o grupo em posição desprivilegiada intenta se sobrepor ao grupo então hegemônico e, assim, passar a ocupar tal posição. (FIALHO, 2006, p. 3).

Januário (2016) concorda com Fialho (2006) ao considerar que homens com sexualidades dissidentes, ao contestar a masculinidade hegemônica, buscam não subverter as posições, mas afirmar a existência das suas masculinidades também como legítimas e naturais. Contudo, a autora rebate outra crítica de Fialho (2006) e Matos (2000), ao afirmar o modelo reducionista dos autores em englobar as masculinidade - em contraposição à hegemônica - no grupo das masculinidades não-hegemônicas, argumentando que as mesmas são diferentes e não podem ser agrupadas, uma vez que "não é o mesmo analisar uma subordinação por etnia e uma subordinação ou marginalização por orientação sexual" (JANUÁRIO, 2016, p. 127).

Portanto, embora a autora não concorde com o termo 'hegemonia' empregado por Connell (2003) para referir-se às masculinidades ideais de dada cultura, as demais classificações são necessárias para uma análise que envolvam as pluralidades que confere às masculinidades. O que também concordamos, pois, as análises realizadas nesta tese com o grupo pesquisado, evidenciam diferentes relações quando se trata de orientação sexual e situação econômica e raça destes homens trans.

Estas e demais críticas voltadas às discussões de masculinidades propostas nos estudos de Connell fizeram com que ela, em conjunto com o James W. Messerschmidt, publicassem um texto intitulado *Masculinidades Hegemônicas: repensando o conceito*, o qual refletem sobre as discussões até então formuladas, realizando um diálogo com os autores críticos mediante três pressupostos: reafirmação, rejeição e reformulação das discussões. Assim, Connell e Messerschmidt (2013), reafirmam algumas considerações iniciais como a existência da multiplicidade das masculinidades, a confirmação do conceito de hegemonia e a possibilidade de transformação; mas também afirmam que outras considerações devem ser rejeitadas como conceber a hierarquia enquanto única dimensão e características de gênero. Ainda, os autores realizam uma reformulação de alguns pontos contraditórios do conceito de masculinidade hegemônica, pois:

> Esse é um conceito contestado. Ao mesmo tempo, os assuntos de que trata continuam presentes nas lutas contemporâneas sobre poder e liderança política, violência pública e privada, transformações na família e na sexualidade. Uma reavaliação compreensiva do conceito de masculinidade hegemônica parece valer a pena. Caso prove ser útil, o conceito deve ser reformulado em termos contemporâneos. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 242).

Assim, a reformulação do conceito de masculinidade hegemônica, de acordo com os autores, é realizada mediante: (1) a 'compreensão integral da hierarquia de gênero', com a devida atenção às práticas das mulheres e as relações de poder; (2) 'o reconhecimento da geografia das masculinidades', com destaque para as questões interseccionais e escalares, analisadas desde o nível local (famílias), regional (aspectos socioculturais) e global (arenas transnacionais); (3) a importância da encorporação masculina para a identidade e comportamento[41] e; (4) 'as contradições e possibilidades de práticas com vistas à democracia dos gêneros', relacionadas ao processo de elaboração das masculinidades hegemônicas.

Mesmo com numerosas críticas não se pode negar que a concepção de múltiplas masculinidades e o conceito de masculinidade hegemônica contribuiu para as mais diversas pesquisas científicas sobre tais temas, aplicados em distintos contextos histórico-sociais, abandonando de vez o determinismo biológico (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Para os autores, o conceito de masculinidade hegemônica se constitui enquanto uma ferramenta para a compreensão de um determinado fenômeno social e não como causa ou obrigação de explicar tudo.

Enquanto uma ferramenta de compreensão, o conceito de masculinidade hegemônica nos parece ser útil para a análise das transmasculinidades. Assim, as transmasculinidades podem ser entendidas enquanto masculinidades subordinadas, na proposta de Connell (2003), em relação às masculinidades hegemônicas. Entretanto, a sua classificação hierárquica enquanto masculinidades subordinadas não podem ser entendidas como fixas ou fundantes, mas que possuem múltiplas formas de elaboração.

Compreendemos então por transmasculinidades as masculinidades elaboradas por homens trans, partindo da premissa da existência de múltiplas transmasculinidades, podendo ser "[...] masculinidades alternativas, mesmo estando

---

[41] Este ponto do conceito reformulado de masculinidade hegemônica realizado por Connell e Messerschmidt (2013) será discutido mais à frente na compreensão das (trans)masculinidades.

incluídas em práticas de dominação, subordinação e marginalização" (ÁVILA, 2014, p. 15).

Podemos então pensar as transmasculinidades a partir do conceito reformulado de masculinidades hegemônicas sobre encorporação masculina (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), frente às críticas recebidas anteriormente por Connell.

Encorporação foi o termo utilizado para traduzir a palavra *embodiment*[42] empregada pelos autores. Entretanto, encorporação não nos parece adequado, mas corporeidade pode nos dar uma noção mais apropriada, visto que já foi utilizado nas traduções para o português nas obras de Csordas (2008) (DUCCIN, 2008). Assim, a partir deste ponto, utilizaremos a palavra corporeidade ao se referir à *embodiment*, termo empregado por Connell e Messerschmidt (2013).

Segundo Csordas (2013), a corporeidade (*embodiment*) se constitui enquanto um campo metodológico indeterminado, relacionado à experiência a partir da percepção, seu local e sua relação com o mundo. Desta forma, o corpo é, "[...] ao mesmo tempo, a fonte da existência e o local da experiência. Com efeito, a corporeidade é a nossa condição existencial fundamental, a nossa corporalidade (*corporeality* ou *bodiliness*) em relação ao mundo e às outras pessoas" (CSORDAS, 2013, p. 292). Contudo, o autor ressalta que existem outras maneiras de compreender a nossa condição existencial, não sendo somente a corporeidade a única a fazê-la, mas, para nós, ela parece uma maneira possível para refletir sobre a elaboração das masculinidades de homens trans.

Assim, para Connell e Messerschmidt (2013), as práticas trans evidenciaram a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre os processos que permeiam a corporeidade na masculinidade hegemônica. Entretanto, alertam os autores, a associação de práticas trans em relação à hegemonia pode não se configurar enquanto um campo seguro, visto a complexidade de compreender tais práticas dentro de um modelo bipolar de construção social.

Desta forma, entendemos que as discussões presentes nesta tese sobre a compreensão das transmasculinidades elaboradas a partir das ideias de corporeidade masculina proposta por Connell e Messerschmidt (2013), podem ser contestadas, pois, como afirmam os próprios autores "[...] a produção e a

[42] Tradução do texto *Masculinidades Hegemônicas: repensando o conceito* realizada por Felipe Bruno Martins Fernandes.

contestação da hegemonia em ordens de gênero historicamente mutáveis são um processo de enorme importância para o qual continuaremos precisando de ferramentas conceituais" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 274). Tais afirmações também podem ser orientadas no que concerne as discussões das transmasculinidades, visto que elas também são mutáveis e múltiplas, algumas podendo até mesmo buscar o ideal normativo de masculinidade. Dito isto, compreendemos que a contestação de tais reflexões não anula a necessidade do aprofundamento que teóricos e teóricas das (trans)masculinidades devem realizar.

Connell e Messerschmidt (2013), analisando os manuscritos de Robin (2003) e Namaste (2000), constataram que as masculinidades elaboradas por homens trans não são especificamente contra-hegemônicas, uma vez que estes sujeitos tanto podem lutar pela igualdade de gênero, quanto podem se contrapor à ela, assim como muitos homens cis o fazem.

Ao recorrer à Connell (2002), Connell e Messerschmidt (2013) argumentam que a compreensão da relação entre corporeidade e hegemonia só pode ser conquistada ao considerarmos que os corpos são tanto objetos quanto agentes da prática social. Ou seja, as práticas corporais estão relacionadas com a elaboração de práticas sociais:

> Existem circuitos de práticas sociais ligando processos corporais e estruturas sociais – muitos desses circuitos se somam ao processo histórico no qual a sociedade é encorporada. Esses circuitos de encorporação social podem ser muito diretos ou simples, ou podem ser longos e complexos, passando por instituições, relações econômicas, símbolos culturais, e assim por diante – não cessando de envolver os corpos materiais. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 270).

Para os autores, é preciso destacar tanto a importância do processo de corporeidade masculina na elaboração das identidades e comportamentos dos homens (habilidades no esporte, por exemplo, são indicadores sociais de masculinidade), quanto a importância das relações entre corporeidades e contextos sociais.

Assim, mesmo que homens trans possam não elaborar suas masculinidades numa perspectiva contra-hegemônica[43], elas também constituem a dinâmica hierárquica das masculinidades oscilando entre as classificações conneliana (hegemônicas, cúmplices, subordinadas e marginalizadas) (ÁVILA, 2014).

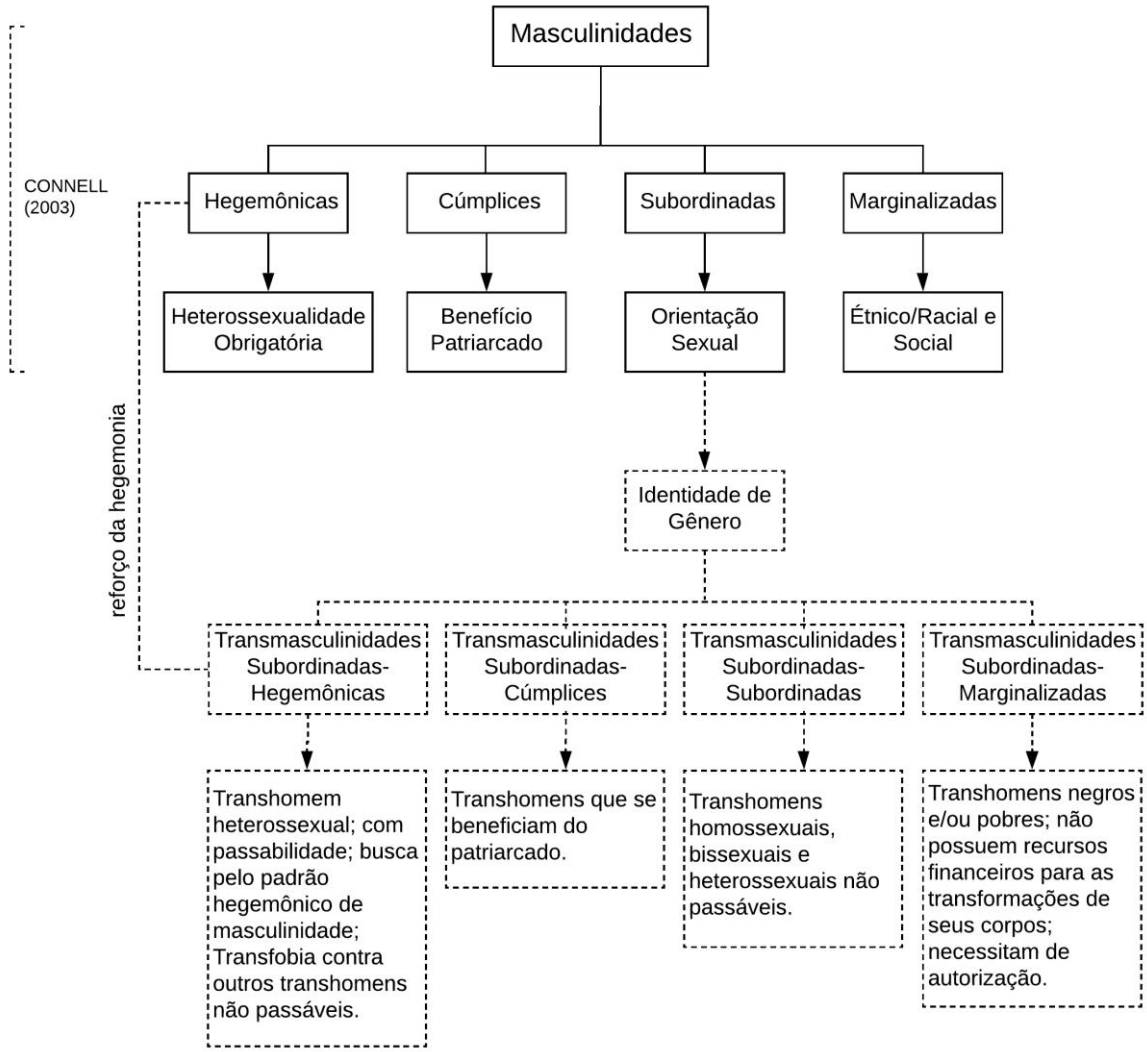
[43] Isto também pode ser evidenciado nos estudos com homens trans brasileiros de Ávila e Grossi (2013).

Segundo Ávila (2014), a elaboração das transmasculinidades está ligada às relações hierárquicas entre homens trans, e entre homens trans e homens cisgênero, mulheres e o campo da saúde. A hierarquia mencionada pela autora diz respeito à uma estrutura escalar da transexualidade:

> Parece ser “mais” trans quem já iniciou a transição, quem toma hormônios, quem fez mastectomia, quem tem uma aparência mais masculina. É como se esses fossem os transhomens mais “legítimos” para falar de si enquanto trans. (ÁVILA, 2014, p. 213).

Neste sentido, é como se as transmasculinidades, mesmo sendo classificadas enquanto masculinidades subordinadas numa perspectiva conneliana, apresentam variadas formas de elaboração desta subordinação. Ao passo que os homens trans buscam ou não os padrões masculinos da (cis)heteronormatividade, podem estar mais próximos ou mais afastados da masculinidade hegemônica. Poderíamos então falar de transmasculinidades subordinadas-hegemônicas, transmasculinidades subordinadas-subordinadas, transmasculinidades subordinadas-marginalizadas ou ainda, transmasculinidades subordinadas-cúmplices relacionadas na elaboração das identidades e masculinidades de homens trans. Assim sendo, a figura a seguir (Figura 2) apresenta um fluxograma das relações presentes na (re)elaboração das transmasculinidades a partir da ideia conneliana de classificações das masculinidades, bem como a necessidade da corporeidade (*embodiment*) masculina para identidade e comportamento como apresentado por Connell e Messerschmidt (2013). Ainda, este fluxograma possui a intenção de explicitar uma tipologia analítica e não uma tipologia absoluta, uma vez que as identidades estão em constante fluxo (HALL, 2005 [1992]; CASTELLS, 1999 [1997]; DUBAR, 1997; WOODWARD, 2000; SILVA, 2000).

Figura 2 - Fluxograma das relações presentes nas transmasculinidades.



Fonte: Adaptado de Connell (2003).
Nota: Informações organizadas pela autora

- *As transmasculinidades subordinadas-hegemônicas*: são as masculinidades (re)elaboradas por homens trans heterossexuais (lembrando que a masculinidade hegemônica tem por premissa a heterossexualidade obrigatória), os quais buscam os padrões de masculinidade ideal mediante recursos financeiros na conquista da passabilidade e, por isto mesmo, podem praticar transfobia contra pessoas trans (incluindo as mulheres) não passáveis. Estes padrões podem ser representados desde atitudes machistas e discriminatórias até as cirurgias de transgenitalização.

- *As transmasculinidades subordinadas-cúmplices*: sua compreensão é semelhante a elabora para as masculinidades cúmplices na perspectiva de Connell

(2003). Como destacado pela autora, poucos homens (cis) conquistam a masculinidade hegemônica, assim, um número ainda mais reduzido de homens trans a atinge, sendo ingenuidade a nossa se pensássemos ao contrário. Contudo, os homens trans podem se beneficiar dos privilégios do patriarcado, assim como os homens cis.

- *As transmasculinidades subordinadas-subordinadas*: são masculinidades (re)elaboradas não somente por homens trans homossexuais e bissexuais, mas também por homens trans heterossexuais que não possuem sua passabilidade de acordo com os padrões (cis)heteronormativos. Desta forma, além de possuírem a vagina, sua corporeidade está muito próxima à feminilidade - seja pela orientação sexual dissidente, mesmo que tenha passabilidade; seja pela passabilidade quase nula nos casos de homens trans heterossexuais - tendo uma posição de subordinação frente às transmasculinidades subordinadas-hegemônicas.

- *As transmasculinidades subordinadas-marginalizadas*: são as masculinidades (re)elaboradas por homens trans negros e/ou pobres. As questões de passabilidade estão diretamente ligadas aos recursos econômicos que possuem para obter as transformações desejáveis de seus corpos. Assim como nas masculinidades marginalizadas discutidas por Connell (2003), a marginalização deste grupo está condicionada a autorização do grupo dominante. Estas transmasculinidades subordinadas-marginalizadas comprovam o argumento de Connell (2003) ao afirmar que a marginalização e autorização também estão presentes nas masculinidades subordinadas.

Como podemos evidenciar, estas relações de dominação e subordinação que constituem as transmasculinidades podem ser compreendidas pelo conceito de passabilidade, além das questões de gênero, raça, classe e sexualidade apontado por Connell (2003).

Para Lanz (2014), a passabilidade seria o reconhecimento da sociedade que determinada pessoa trans está em conformidade com as normas vigentes de gênero. Em outras palavras, "passabilidade traduz o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer" (LANZ, 2014, p. 129).

Para a autora, "passar" se constitui enquanto uma busca por parte das pessoas trans, conferindo à passabilidade um *status* tanto de segurança referente às

questões de transfobia, quanto de contentamento ao ter a sua identidade de gênero reconhecida e respeitada:

> Trata-se de uma equação simples em que 'passar' é igual a ser reconhecida e aceita pela sociedade. Quanto mais 'passável', mais habilitada ao convívio dentro do mundo 'normal' cisgênero-heteronormativo e menos a chance de ser estigmatizada e violentada como 'desviante' de gênero. 'Passar' teria, assim, também uma função protetora, na medida em que as pessoas transgêneras que não passam convincentemente ficam teoricamente muito mais expostas à violência real e simbólica da população cisgênera. (LANZ, 2014, p. 129).

A passabilidade, segundo Lanz (2014), possui a função de legitimar a identidade de gênero da pessoa trans a partir do julgamento do outro, o qual possui a autoridade de validação da mesma; e, por isso mesmo, acarretando uma insegurança por parte das pessoas trans.

Lanz (2014) afirma que esta insegurança reitera a rigidez dos critérios estabelecidos de passabilidade, não obstante, formulados pela própria população trans, sendo critérios de masculinidade e feminilidade tão rígidos que nem pessoas cis conseguem alcançá-los. Além da insegurança, paira o medo que estas pessoas sentem ao 'não passar' aos olhos não somente no convívio social amplo, mas também dentro do círculo trans (LANZ, 2014). Neste sentido, não seria uma estrutura escalar da transexualidade como argumentado por Ávila (2014), mas uma hierarquia entre quem é mais passável ou não socialmente:

> No fundo, toda essa pressão de grupo para o atendimento dos critérios de 'passabilidade' estabelecidos dentro e fora do gueto, faz parte de uma odiosa estratégia de 'convencimento' das pessoas transgêneras de que, se elas quiserem ser aceitas (e quem não quer?), deverão atender as disposições das normas de gênero em vigor, que nada mais são do que os ideais do patriarcado cisgênero-heteronormativo quanto ao que é ser homem e ser mulher na nossa sociedade. Não poderia haver forma mais eficaz de transformar a subversão em ânsia por enquadramento e a transgressão em busca de conformidade com as normas de gênero. (LANZ, 2014, p. 133).

Vale ressaltar que "passar" pode não ser o propósito de uma pessoa trans - inclusive podendo até mesmo contestar os padrões de passabilidade[44] - mas que mesmo assim, ela está inserida num contexto social exigente com os padrões de

[44] Lanz (2014, p. 133) argumenta que "são poucas as pessoas transgêneras que se posicionam de maneira crítica, questionando os 'padrões de passabilidade' estabelecidos dentro do meio trans. A maioria limita-se a sofrer terrivelmente, sentindo-se a pior pessoa deste mundo: feia, inadequada e não passável. Esse sentimento de 'inadequação' numa pessoa transgênera é o mesmo que ela condenar-se à mais terrível frustração de todas: a de não conseguir expressar externamente a pessoa que ela, internamente, sente que é e quer ser".

(trans)masculinidades e (trans)feminilidades. Como evidenciado, a passabilidade também pode estar relacionada aos recursos econômicos para a 'construção' dos corpos. Ou seja, procedimentos cirúrgicos ou estéticos, terapias hormonais, consultas médicas, terapias psicológicas e acompanhamento jurídico[45], por exemplo, podem ser conquistados mais ou menos rapidamente, mediante condições econômicas. Isto demonstra a necessidade de compreensão da corporeidade (*embodiment*) masculina na elaboração das masculinidades de homens trans como sugeriu Connell e Messerschmidt (2013).

2.2 Corpo e a (re)elaboração das identidades e masculinidades de homens trans

Como evidenciado nas seções anteriores, as identidades e (trans)masculinidades são múltiplas e interseccionadas. Devido a tais características, existem variadas possibilidades de (re)elaboração das masculinidades, dentre elas as transmasculinidades, que por sua vez, também possuem variadas formas de relações espaço-temporais, mesmo que se constituam enquanto subordinadas às masculinidades hegemônicas numa perspectiva de Connell (2003).

Desta forma, a partir das entrevistas realizadas com homens trans participantes da pesquisa, podemos compreender como se estabelecem as identidades e as transmasculinidades deste grupo. Para tanto, partimos da ideia de conceber o corpo enquanto espaço, pois, o corpo é socialmente e geograficamente posicionado, não sendo possível compreendê-lo fora do contexto espaço-temporal (SILVA; ORNAT, 2016).

Silva (2013a), argumenta que a compreensão do corpo nas discussões realizadas pela Geografia feminista estava ausente pelo menos até o final do século XX, ganhando paulatinamente importância no campo científico geográfico a partir deste período. Para a autora, além da perspectiva feminista, a nova geografia cultural, fenomenologia e *queer*, problematizavam a relação corpo-espaço numa vertente geográfica, a partir do rompimento da oposição entre corpo e mente:

[45] Anterior à publicação do Provimento nº 73/2018, que confere à possibilidade de alteração do prenome e do gênero em cartório gratuitamente.

> A vertente feminista volta sua atenção para o corpo apenas quando foi superada a tendência tradicional de não reconhecer a importância corporal ao pensar o ser humano. A tradição em negar o corpo nas análises de geógrafas feministas esteve fundamentada na ideia da supremacia da cultura na construção dos papéis de gênero e que o corpo, entendido até então enquanto algo estático, biológico e essencializado, era uma barreira ao avanço das lutas sociais, na medida em que os argumentos sobre a inferioridade feminina em relação aos homens esteve em grande parte sustentados pelo discurso médico e biológico em torno das características corporais. (SILVA, 2013a, p. 30).

O rompimento da oposição entre corpo e mente possibilitou compreender as identidades corporais enquanto fluídas e instáveis, transformando o entendimento do corpo, antes como imutável, para a compreensão de corporeidade que pressupõe movimento. A corporeidade, neste sentido, é utilizada pela ciência geográfica na assimilação da fluidez e transformações corporais, deixando de lado o determinismo biológico (SILVA, 2013a).

Desta forma, mediante a ideia de corporeidade (*embodiment*) podemos compreender como homens trans (re)elaboram suas identidades e transmasculinidades e quais as relações que ambas estabelecem com as vivências socioespaciais dos sujeitos:

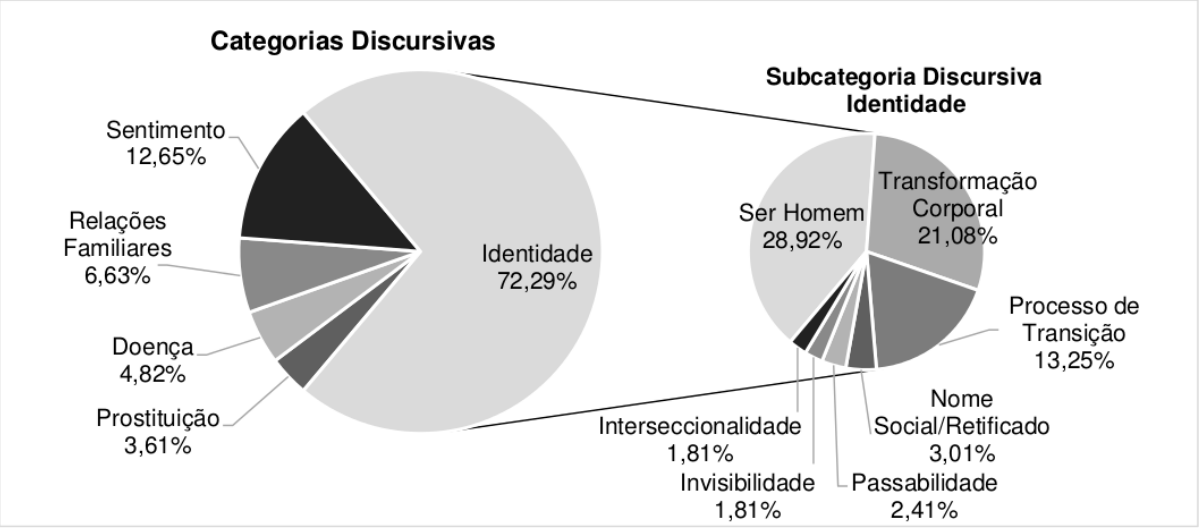
> Como existem infindáveis tipos de corpos, em diferentes formas, características, estágios e estados de existência e cada uma delas é interpretada e comunicada em cada tempo e espaço, pode-se argumentar, assim, que o corpo é lugar social, político e geográfico e, além disso, o corpo se constitui na maneira como as pessoas se conectam com outros espaços e experimentam o espaço. (SILVA; ORNAT, 2016, p. 63).

Concebendo os corpos enquanto objetos discursivos que se alteram de acordo com o espaço-tempo (SILVA, 2013a), destacamos novamente que as identidades e as (trans)masculinidades não são sinônimos, mas que estas últimas são práticas dinâmicas constituídas por relações de poder que também variam espacialmente e temporalmente (CONNELL, 1995; JANUÁRIO, 2016).

Assim, a partir das entrevistas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil, foi possível realizar uma categorização, sistematização e análise das entrevistas mediante análise de conteúdo do discurso de Bardin (1977). Ao total, foram evidenciadas 782 evocações, separadas de acordo com suas categorias espaciais e respectivas categorias discursivas. Dentre o universo de categorias espaciais evidenciadas (que serão discutidas no capítulo VI), neste momento, produziremos uma reflexão especificamente sobre a categoria espacial 'Corpo' (21,23% - 166 evocações),

constituídas por suas categorias discursivas (Gráfico 2), para a inteligibilidade de como estes homens trans (re)elaboram suas identidades e transmasculinidades.

Gráfico 2 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, Categoria Espacial – 'Corpo'.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Como o próprio gráfico evidencia, compreender o corpo enquanto espaço é pressupor que existem variadas relações que o constitui, desde questões físicas até questões psicológicas, constatando que não podemos compreender corpo-mente separadamente. Indo além, não podemos compreender os corpos destes homens trans como algo acabado ou já produzido, mas como um elemento que está imerso num processo de transição.

Neste sentido, podemos estabelecer uma reflexão sobre a categoria discursiva 'Identidade' - a qual possui mais de 70% das evocações - com suas respectivas subcategorias discursivas. Assim, podemos pressupor de antemão que as identidades e transmasculinidades destes sujeitos são (re)elaboradas não somente no que diz respeito às transformações corporais, mas também a partir da sua situação de e no mundo; *de* mundo a partir do seu próprio olhar e *no* mundo a partir do olhar do outro. Como afirmado por Greiner (2005), o corpo não pode ser analisado e descrito separadamente do modo como o mesmo se apresenta no mundo.

Estas subcategorias discursivas foram estabelecidas de acordo com os significados atribuídos a elas, sendo analisadas em conjunto para a compreensão da

categoria discursiva 'Identidade'. Assim, o processo de identificação masculina não é linear, o que corrobora com as considerações de Zambrano (2011), sendo um processo particular de cada sujeito, ocorrendo em diferentes fases da vida, a partir de diferentes vivências. O reconhecimento enquanto pertencente ao universo masculino sempre esteve presente na trajetória de vida de alguns homens trans entrevistados, mesmo que de formas distintas (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Ser Homem'; 28,92%):

> [...] quando era menor assim, na época de prezinho e tudo mais, aí eu tinha um negócio que eu sempre ia pra fila dos meninos, aí era toda aquela briga pra me colocar na fila das meninas e não sei o que. Desde o prezinho. E eu não entendia porque pra mim eu era igual meu irmão e pronto, acabou. Ai, sei lá, com uns 8, até menos, uns 7 anos de idade, aí foi a época que eu não podia mais ficar sem camiseta dentro de casa, porque eu saia brincar sem camiseta pra fora de casa. Ai não deixou mais e fui ficando sem entender… Inocência total [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] até os meus 11 anos, eu tinha certeza que, duas coisas na verdade, que eu ia morrer, ia nascer um menino certo, direito, que eu queria, eu lembro muito dessa coisa do espelho, ficar me olhando e falar será que não vai mudar? Com 11 anos, será que não vou mudar com essa aparência assim? E a outra coisa que eu acho muito forte, até os meus 12 anos, eu achava que meu pênis ia crescer [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [...] Me via como menino, sempre fui, me identifico assim, eu não consegui também cair na real que eu era trans nessa época, não se falava nisso... uma coisa de tu se olhar pro teu corpo, e tu tentar te enxergar nos outros. Eu não conseguia me enxergar nos outros, eu não conseguia me identificar com os outros, eu não conseguia me identificar com as minas, também, ao mesmo tempo não fazia parte dos meninos, porque eles não me colocavam como parte deles, então era uma coisa assim, muito de solidão, né, que passava a vida sozinho, depressão, ansiedade, problemas dentro de casa... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

O processo de identificação masculina segundo as entrevistas se dá de forma "inocente" na infância, sem levar em conta os padrões de masculinidades e feminilidades estabelecidos socialmente. A partir do momento que estes homens trans crescem e atingem a puberdade, estes padrões de gênero são impostos com mais intensidade, vide as transformações naturais dos corpos:

> Eu gostava muito quando eu não tinha menstruado, desenvolvimento dos seios justamente por causa dessa não identificação do corpo enquanto mulher. Acho que os piores traços começam aí na puberdade, seu rosto de desenvolver de um jeito com traços mais femininos, começa a ganhar, aliás o processo de puberdade é só isso, seu corpo vai produzir hormônios que seu corpo vai ficar numa determinada forma. Eu achava que ia ficar de um jeito, ele sempre foi desenvolvendo de um jeito que eu não queria. Por isso que eu acho que a questão da disforia muito presente, que enquanto eu era criança, que eu tinha um peitoral reto, que eu tinha o quadril reto, isso não me incomodava, questão do nome, não sei, coisas assim, genitália, a partir do momento em que isso começou a marcar quem eu sou, minha identidade, com quem eu me relacionava, porque isso marca, como você se apresenta muito, quais os lugares que você pode ir, quais não, porque começa a marcar assim, qual banheiro que você usa? Quais atividades você pode fazer? Lembro da minha mãe sempre ter problemas na escola porque eu não gostava de ballet, mas eu queria fazer capoeira, luta era pros meninos e não pras meninas. Na fanfarra queriam que eu dançasse, eu queria tocar [...] minha mãe teve que ir na escola [...] pra exigir que eles deixassem. [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

O discurso acima evidencia as transformações do corpo a partir da puberdade e as marcações sociais que decorrem destas transformações. Assim, ao desenvolver naturalmente um corpo dito feminino, a corporeidade deste homem trans estava atrelada ao espaço, determinando quais espaços este corpo, neste caso sexuado, pode vivenciar e quais não. Um exemplo é a utilização do banheiro, determinado a partir das genitálias dos corpos.

Estas considerações também foram evidenciadas nos estudos de Ribeiro, A. (2018). Conforme a autora, as interdições que os seus interlocutores eram sujeitos estavam atreladas aos níveis de desenvolvimento corporal, ou seja, quanto mais visível o desenvolvimento do corpo, maiores são as interdições socioespaciais. O corpo passa então para um processo paulatino de tentativa de feminização, sendo que, "a medida em que os anos avançam, menos eles podem expressar corporalmente uma afinidade com o gênero masculino, mais o comportamento masculino em um corpo lido como de mulher passa a ser reprimido", posicionando o corpo adolescente em "um lugar na cartografia social" (RIBEIRO, A., 2018, p. 310).

Para Silva (2013a), a corporeidade sexuada está atrelada ao espaço ao passo que possibilita determinadas ações de determinados grupos em determinados espaços. Por exemplo, demonstrações de afeto por casais heterossexuais são autorizadas em espaços públicos e proibidas por casais homoafetivos. Assim, conforme a autora, esta relação entre corporeidade e espaço provoca 'acolhimento, indiferença ou exclusão'.

Segundo as entrevistas, alguns homens trans se identificavam enquanto

lésbicas devido a própria necessidade em se inserir socialmente em determinada categoria, enquanto outros se identificavam nesta categoria devido à pressão social. Outros ainda nunca se identificaram enquanto lésbicas. Ao afirmar uma identidade lésbica, estes homens trans realizavam uma 'tentativa' de enquadramento social, mas que não supria a real necessidade do indivíduo, como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

> [...] eu me assumi lésbica pra minha família aos 12, eu falei: não, eu gosto de menina e é isso mesmo. Só que depois de um tempo... ficava... lésbica? o que que é lésbica? É uma menina que gosta de menina... Não é isso, pra mim eu não tinha outra explicação... era lésbica e pronto, ta, lésbica, bi e olha lá, e só, tinha travesti também na época... daí ficava, ah, então é lésbica mesmo, mas ficava triste porque não batia muito bem. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] quando eu tava com 14 anos, assim, antes já sentia assim desconforto comigo, né. Então, eu sabia que eu curtia guria, que eu ficava... né [...] aí, sou lésbica. Daí já deu todo um estresse em casa e tal... [...]. Aí só que eu não me sentia satisfeita com essa identificação, não me identificava como lésbica [...] era muito estranho porque eu 'meu, não pode ser possível, todas. as meninas se sentirem mal assim, não pode' [...] (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> Foi quando eu tinha uns 15 anos. Daí eu me assumi como lésbica né, para meus pais e amigos assim. Que eu não sabia sobre trans, assim... o que que era. [...] fui indo assim até os 16, 17 anos daí eu comecei me identificar como trans. [...] Por que antes assim mesmo me identificando com lésbica eu não me identificava muito porque eu não gostava que me tratassem no feminino. [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [as pessoas te identificavam como lésbica?] não sei [chegou um momento da sua vida que você se identificou?] eu tentei, eu tentei essa opção, eu tentei resolver a partir disso, também tenho uma certa vergonha, tentei ser lésbica, mas não deu certo, não... nunca vivi no meio das lésbicas, não foi uma coisa que pegou, até tentei, mas não deu certo [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

> [...] não lembro exatamente, mas tipo... desde criança sempre me senti diferente. [...] até quando eu me assumi em 2007 como homossexual, como lésbica, mas eu sabia que não era isso que eu não me encaixava nesse padrão, não sei se é padrão, nessa questão. Só que aí eu tipo aguentando devido a sociedade, né? [...] fiquei muitos anos como sendo lésbica, né, porque eu não entendia do assunto e eu tinha medo da sociedade, tinha medo dos meus pais também então eu não entendia o que era esse processo[...] Mas muitas vezes de falar eu não sei o que eu sou porque eu penso diferente, eu não me sinto, né? Quando eu to com uma mulher eu não sinto que é duas mulheres... só que eu não sabia, como não entendia não sabia que existia todo esse processo de transição, então eu preferia levar isso, né, seja assim porque é assim [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

O principal motivo da identificação anterior enquanto lésbica parte de uma necessidade de se encaixar socialmente em determinada classificação social, principalmente pelo desconhecimento da transexualidade masculina e da compreensão da distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. Este desconhecimento da transexualidade masculina antes do processo de transição é recorrente entre os entrevistados, fruto de uma invisibilidade que homens trans estão suscetíveis socialmente.

Alves e Moreira (2015) denunciam a ausência e baixa representatividade de homens trans em estudos acadêmicos, bem como a invisibilidade destes sujeitos no próprio movimento LGBT+ (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Invisibilidade'; 1,81%). Esta afirmação corrobora com os dados evidenciados a partir das publicações de teses e dissertações no Catálogo da CAPES, sendo que as publicações sobre homens trans representam somente 5,17% do universo total de 406 pesquisas sobre transexualidades.

Sobre a (in)visibilidade transmasculina, Broz (2017) afirma que estes sujeitos (re)elaboram suas masculinidades de formas heterogêneas e fluídas no decorrer do processo de transição, destacando as múltiplas maneiras de se tornarem visíveis e serem percebidos. Como veremos adiante, esta (in)visibilidade que homens trans estão suscetíveis também está relacionada à passabilidade dos mesmos.

A insatisfação frente à identificação lésbica é marcada por tratamentos no feminino e, principalmente, em relações afetivas e sexuais com mulheres, em que a ideia de relação homoafetiva é insuficiente, já que existia interiormente a identificação masculina. Não obstante, os homens trans que afirmaram uma identificação lésbica ante à identificação masculina, estavam sujeitos à dois processos: se assumir primeiramente enquanto lésbica para si mesmos e para família e amigos e, num segundo momento, se assumir enquanto homem trans.

Em sua pesquisa com homens trans, Ávila (2014) afirma que não existe uma continuidade entre lesbianidade e transexualidade masculina, sendo que ao serem identificados enquanto lésbicas, estes sujeitos sentem-se insultados pelo não reconhecimento social da sua identidade de gênero reivindicada. Para Broz (2017), a lesbianidade vivenciada por alguns homens trans se caracterizava enquanto uma parada ou um caminho à elaboração da masculinidade, estabelecidas através das fronteiras entre identidades. Assim, é a partir da vivência lésbica que alguns sujeitos se aproximaram do universo masculino, principalmente relacionados às vestimentas

e atos socialmente masculinizados até se perceberem enquanto homens trans.

Contudo, a autoaceitação se constitui enquanto um processo complexo, principalmente pelo desconhecimento do universo transmasculino e pela estigmatização, marginalização e o julgamento das travestilidades ligadas à prostituição. Como destacado por Ávila (2014, p. 106), "[...] a autoidentificação trans parece ser um processo longo e permeado de receios, fantasias, esperanças, contradições, tensões e conflitos, tanto na esfera privada quanto pública, até chegar ao difícil reconhecimento social do gênero desejado". Para outros, a autoaceitação enquanto homem trans é sinônimo de liberdade, ao passo que buscam o entendimento dos próprios desejos e satisfação corporal:

> [...] eu comecei entrar em crise assim porque eu não queria [risos] eu queria ser assim, né, se pudesse escolher não queria ser homem trans e eu não aceitava isso e eu não, não pode ser e como é que né, como é que né minha mãe vai aceitar? Como é que vai ser na família e... eu já comecei na universidade... começa a pirar em tudo né... porque tipo [...] daí eu já tinha uma parte da minha vida construída na universidade, ah, tem pesquisa, tem projetos e [artigos e lattes] e... 'e meu deus! Não pode porque eu já comecei a construir minha vida...' nossa, e daí, daí passei bem mal de ansiedade, sabe? Eu tinha tipo crise assim 3 vezes na semana... [de desespero] aham... muito, nossa foi muito... tipo e eu não assumia, sabe? Eu sabia, mas eu não queria assumir, eu não, tipo eu não conseguia falar 'eu sou homem trans'. [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> Eu conheço muitos meninos trans que falam que pra eles foi difícil a autoaceitação, se entender, se aceitar, mas pra mim foi algo bem fácil. [quantos anos?] 14. Porque foi uma coisa boa porque antes disso eu não sabia o que tava acontecendo, então era um desconforto muito grande. Eu não sabia porque que eu não gostava do que todo mundo gostava, porque que eu não era do jeito como eu tinha que ser. Porque que eu não agia do jeito que eu tinha que agir. E aquilo tava me torturando e eu não sabia explicar pra minha mãe o que tava acontecendo, pros meus irmãos. Eu só sabia chorar, entrar em desespero... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

O reconhecimento enquanto homem trans também é marcado pela multiplicidade de identidades e masculinidades, incluindo as masculinidades que não precisam ser (re)elaboradas mediante transformações corporais. Enquanto uma masculinidade não hegemônica, esta masculinidade é reconhecida simplesmente pelo fato de se pertencer ao universo masculino, independentemente de estar em conformidade com as normas de gênero ou não:

> [...] pra mim não era só a questão do corpo, não era só uma mudança corporal, isso foi chave pra poder me assumir como homem, é que eu não estava fazendo uma afirmativa de dizer que estava no corpo errado que eu ia mudar o corpo, não era isso que eu tava dizendo. Quando me assumi como homem, eu tava dizendo, eu sou homem dessa forma, nesse corpo, agora, se eu quiser depois fazer uma modificação, ok, como qualquer outra pessoa pode fazer, mas não é isso que tá marcando, não é isso que to dizendo, to dizendo que sempre poderia ter sido tratado como homem desde sempre, não é isso que vai me marcar como homem na sociedade, então é importante, podia dizer, olha, isso pra mim podia ter sido desde a infância, já podia ter sido tratado como homem desde então, isso era importante pra mim de fazer as pessoas entenderem. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Isto evidencia a própria multiplicidade que as transmasculinidades possuem. De acordo com Silva (2010), ao se desconstruir o caráter essencialista dos gêneros, foi possível incluir sujeitos que são ininteligíveis à matriz cultural heterossexual e conceber a existência de múltiplas masculinidades e feminilidades. Assim, para a autora, o espaço compõe o gênero construído e desconstruído socialmente. Neste sentido, este homem trans poderia ter reivindicado sua masculinidade desde a infância, caso os espaços como a casa e a escola tivessem desconstruído o gênero em seu caráter essencialista, independente das transformações corporais mediante processo de transição ou não.

Entretanto, as entrevistas tem evidenciado que o processo de transição se constitui enquanto importante na medida em que há o rompimento com a feminilidade, ao passo que se reconhecem enquanto sujeitos masculinos e, posteriormente, quando começam a pleitear suas identidades e masculinidades mediante o processo de transição.

Assim, a compreensão do significado do início do processo de transição também não é linear, podendo se iniciar para alguns com a hormonioterapia, enquanto que para outros, pode se iniciar na utilização do nome social, vestimentas e corte de cabelos, por exemplo. Desta forma, o processo de transição tanto pode ser entendido enquanto uma transição social primária e, posteriormente, transição corporal mediante hormônios e procedimentos cirúrgicos (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Processo de Transição'; 13,25%):

> [...] Aí foi passando e fui mudando aos poucos as roupas né, tipo mudar a camiseta, mudar a calça e tal... aí... eu fui procurar sobre transgêneros, [...] que eu não conhecia até então [...] sabia que existia travesti, mas as outras identidades de gênero não. Então, eu fui procurando assim, mas não tipo 'ah, acho que eu sou, acho que eu sou'... só tipo depois de um tempo entrei na universidade continuei vendo que eu fui no... nossa, acho que... [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Só que, por exemplo, em relação ao processo de transição, a única coisa que eu fiz de verdade, foi me assumir pras pessoas enquanto [nome oculto], embora eu não tivesse feito nenhuma modificação corporal, assim, sabe, eu lembro que em setembro de 2015 eu cortei o cabelo. Então, uma mudança física que as pessoas notassem e falassem nossa, realmente tá mudando, porque eu era do mesmo jeito em 2014, enquanto as pessoas me conheciam de outra forma, e em 2015 eu tava do mesmo jeito só que eu passei a me apresentar de outra forma. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [...] Dai foi a época que eu comecei a aceitar, fui e cortei o cabelo. Tá que não dava em nada, mas foi o que eu pude fazer. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] parte da minha transição foi busca minha assim, eu que lutei pelo meu nome... isso que tive que correr atrás do meu nome, da minha hormonização, tive que correr atrás da minha cirurgia, fiz dia 25 de agosto agora... [...] adorei o resultado, maravilhoso. [...] uma transição mais social e depois uma hormonização... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] Então eu iniciei em maio de 2015 a minha transição. Daí quando eu soube que existia a transexualidade, existia hormônio, que não era bem assim, bicho de 7 cabeças, que você fazendo todo o acompanhamento certinho, com médico, exames não tem nenhum problema de saúde, não tem nenhum risco de saúde, tudo certinho [...] mas parece que pra mim as coisas foram muito mais fáceis… a questão da minha transição, não sei se eu tive sorte, o que é que é… mas pra mim foi muito mais fácil. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Independentemente de como o processo de transição é entendido, ele faz parte da (re)elaboração das identidades e masculinidades destes homens trans. Para estes indivíduos, o processo de transição é um divisor de águas, sendo um processo repleto de incertezas, medos e inseguranças, mas também o ponto de partida para uma nova vida e novas vivências.

O desconhecimento da transexualidade em conjunto com o início tardio do processo de transição culmina em privações sociais e exclusões. Neste sentido, pessoas trans, incluindo homens trans, não somente estão suscetíveis à morte física, mas também à uma morte social, configurada a partir de uma mistanásia, a qual ocorre anteriormente à morte do corpo. Esta mistanásia é colocada em prática quando são negados os direitos sociais destes indivíduos antes da morte física:

> [...] eu fazia faculdade muito aos trancos e barrancos, mas eu nunca conseguia ver um futuro possível pra minha vida, ai era aquela coisa, eu não tinha muita vontade de existir sabe, porque tem pessoas que caem em situações, mas pra mim não era difícil porque eu tava ali no precipício, não tinha nada atrás que eu ia desistir de algo pra pular nesse precipício, às vezes a sensação que tem que a transição é pular no precipício, você não sabe o que vai acontecer... não tinha nada [a perder], então, era o que tinha pela frente [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

> Eu queria ter feito a transição antes de entrar na escola, eu acho que eu teria aproveitado muito mais o tempo na escola. Escola mesmo, fundamental I, II, ensino médio. Eu vejo que eu perdi muitas oportunidades. Eu ganhei bolsa pra estudar em lugares, bolsas pra estudar francês, eu tinha vergonha. Eu acho que na verdade a maior privação foi afetiva, depois de uma série de outras coisas, formação e tal, mas eu não conseguia estar num espaço, tinha muita vergonha. Inclusive, eu nunca tinha usado camiseta até os meus 14 anos, só usava blusa, porque não gostava do que aparecia, só usava cabelo preso, coisas assim. Faz algumas coisas pra se sentir menos pior, mas ainda assim eu nunca fiz nada do que eu queria fazer, nunca consegui. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [você acha que a transição não ser feita antes fechou algumas portas?] com certeza, o processo é mais complicado. Porque se fosse antes eu já tinha terminado faz tempo, toda a mudança, já tinha meu diploma já pronto, já tinha feito toda a cirurgia, provavelmente eu estaria trabalhando hoje, tranquilamente, né, sei lá, poderia ter feito outros estudos, até feito outra faculdade.[...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Esta morte social não se efetiva somente quando estes sujeitos são expulsos de casa, mas também quando lhes são negados o direito à saúde, trabalho, estudo, entre outros espaços, incluindo também quando lhes são negadas uma infância, adolescência, vida adulta ou velhice saudáveis.

Partindo desta ideia, podemos afirmar que a mistanásia também ocorre quando homens trans privam-se de imaginar um futuro para suas vidas, ou ainda quando perdem oportunidades pessoais, profissionais ou até mesmo afetivas. A morte social está presente antes da transição destes sujeitos, mas não sendo diferente depois dela, permanecendo ainda após o início da transição, segundo novas relações, principalmente atreladas à transfobia.

Evidenciamos então que o processo de transição, além de possibilitar novas vivências para estes homens trans - embora algumas constituídas pela mistanásia - também possuem uma série de elementos que se tornam alvos para a conquista da masculinidade ideal. Assim, alguns homens trans realizam ou desejam transformações corporais na busca de uma identidade masculina (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Transformação Corporal'; 21,08%):

> Com 16 anos eu já pensava, minha projeção de futuro era eu estudar, ter minha vida e conseguir resolver o que tinha que resolver, mas não sabia o que. Ai no primeiro ano da universidade eu me percebi trans e eu: 'puxa, agora entendi as coisas que tenho que resolver'. Aí coloquei uma coisa na minha cabeça: os anos em que eu estiver dentro da universidade eu vou transicionar, vou começar minha reposição hormonal, vou retificar meus documentos, vou fazer minha cirurgia dos seios, porquê? A partir desse momento eu vou conseguir me inserir no mundo [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).
>
> [...] porque eu comecei a tomar hormônio agora, mas pouca coisa mudou. Só mudou pelo e voz. A cara e tudo continua o mesmo. (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).
>
> [a cirurgia está marcada?] pra ano que vem... [dois anos pelo SUS?] não vou fazer pelo SUS, vou fazer particular [...] imagine esperar pelo SUS? Não tem uma data específica, você espera... [...] até te chamarem... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

O discurso acima evidencia a busca pela identidade masculina a partir das alterações corporais mediante cirurgia e hormonioterapia e a retificação de documentos. Ao ser proferida a frase "a partir desse momento eu vou conseguir me inserir no mundo", constata-se a exclusão espacial mediante ausência de pertencimento, bem como a própria morte social (mistanásia) destes sujeitos.

Neste processo de busca pela identidade masculina, evidenciamos que o fator tempo deve ser levado em consideração e que a situação econômica dos sujeitos está diretamente relacionada às conquistas dos atributos ditos masculinos de forma mais rápida ou não. O fator tempo também pode ser evidenciado nas questões que envolvam a espera na fila para a realização de procedimentos pelo SUS.

A Portaria nº 2.836/2011[46], inserida no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, a qual 'garante às pessoas trans o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no SUS', redefine e amplia o Processo Transexualizador neste âmbito. Assim, o Processo Transexualizador se dá mediante duas estruturas: (1) a atenção básica contínua, a qual compõe a Rede de Atenção à Saúde (RAS) e se constitui enquanto a porta de entrada para o processo e, pela (2) atenção especializada, que se caracteriza pelos múltiplos pontos de atenção com serviços especializados para a realização de ações e serviços de urgência, na modalidade ambulatorial especializado ou modalidade hospitalar.

---

[46] PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Na atenção básica são realizados os acolhimentos e encaminhamentos para os serviços especializados, os quais, na modalidade ambulatorial, são realizados acompanhamentos clínicos, acompanhamentos pré e pós-operatório e hormonioterapia; na modalidade hospitalar, são realizados os procedimentos cirúrgicos e acompanhamento pré e pós-operatório em estabelecimentos habilitados.

O acompanhamento é realizado mensalmente no mínimo por dois anos no período pré-operatório e por até um ano no período pós-operatório. Para a realização da hormonioterapia é estabelecida a idade mínima de 18 anos e, para a realização dos procedimentos cirúrgicos (mastectomia e histerectomia) é estabelecida a idade mínima de 21 e máxima de 75 anos, desde que tenha sido indicado e realizado acompanhamento prévio por dois anos pela equipe multiprofissional.

Como evidenciado, a temporalidade se constitui enquanto um fator fundamental na compreensão da (re)elaboração das identidades e transmasculinidades, corroborando com os argumentos de Braz (2018) ao afirmar que as categorias 'tempo e espera' são importantes para a inteligibilidade das narrativas dos homens trans pesquisados pelo autor.

Para Braz (2018), a temporalidade pode ser evidenciada no período mínimo de acompanhamento psicológico para a indicação de procedimentos cirúrgicos pela atenção especializada; pela espera pela decisão judicial no processo de retificação de nome e gênero; pela expectativa criada mediante aplicação de hormônios nas alterações corporais.

> Dentre os múltiplos cenários em que a questão da espera, inclusive em sua dimensão de expectativa, se torna um elemento fundamental para a interpretação das narrativas dos homens com quem convivi, figura a questão do reconhecimento de seus nomes, e da busca pelo respeito a suas identidades de gênero em contextos e âmbitos variados: na família, nas redes de amizade, nas relações afetivo-sexuais, no ambiente escolar, em diversos espaços de atenção médica e também no universo do trabalho. (BRAZ, 2018, p. 166).

Àqueles que não possuem uma situação econômica favorável para realizar os procedimentos desejáveis nas alterações de seus corpos e que também não querem esperar (ou estão esperando) para realizar tais procedimentos pelo SUS, utilizam de táticas e ferramentas para se aproximar o máximo possível ao modelo de masculinidade desejável. Uma destas táticas diz respeito à autoaplicação de hormônios para acelerar as mudanças físicas, neste caso, visíveis socialmente:

> [...] a maioria [dos homens trans realizam autoaplicação], é muito caro e o SUS não é lá essas coisas pra acompanhamento de hormonioterapia, é bem demorado. Quando você consegue, tranquilo, de boa, mas até conseguir é... [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...]Voltei a fazer academia e comecei a tomar um tal de M-drol que é um comprimido, era pra tomar 30, tomei 90, que tava criando corpo… fui parar no hospital. Daí me deu problema no fígado, no rim, no intestino… deu até gastrite nervosa. Quase fui pro pau. [...] Aí foi a hora que comecei a ir pro CEPAT de novo. Foi pra uma consulta, outra, outra, aí eu peguei as receitas, comecei a hormonização. Só que tava muito ruim ir pra Curitiba a cada 15 dias. [...] Aí agora eu to comprando desse cara e fazendo por conta. [...] Eu to continuando fazendo do jeito que o médico me passou lá em Curitiba. Acredito eu que to fazendo bem errado. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] e eu comecei a tomar hormônio escondido, eu comprei clandestinamente como muitos homens trans fazem como mostrou na novela [...] daí eu tomava durateston. [...] Então eu comprava e eu mesmo me aplicava. Ia na farmácia, pegava agulha, seringa, enfiava na coxa e já era. Fiquei 2 anos aplicando escondido da minha família [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

A autoaplicação de hormônios por parte de alguns homens trans é uma resposta à ansiedade e desejo de acelerar o processo na busca pelas características masculinas, somando-se à morosidade e burocracia por parte do SUS. A prática da autoaplicação de hormônios pode ser comum no meio trans, mas não se configura enquanto uma regra, visto que alguns homens trans entrevistados buscam outros caminhos para iniciar a hormonioterapia, seja por vias particulares ou mesmo pelo SUS.

De acordo com Oliveira (2015), as mudanças corporais são evidentes já nas primeiras aplicações, mesmo não se configurando enquanto homogêneas em todos os sujeitos. Os homens trans que iniciam a hormonioterapia tem um objetivo em comum: "[...] adquirir características tidas como dos corpos masculinos, nomeadamente o tom de voz mais grave, aumento de pelos no corpo, surgimento de barba no rosto, distribuição da gordura corporal em um padrão mais masculino e incremento da musculatura" (OLIVEIRA, 2015, p. 96).

Contudo, as práticas que envolvem a autoaplicação de hormônios - por vezes, comprados com receita médica - está atrelada aos riscos que estes homens trans se submetem, como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

> [...] [aí é você que aplica?] é, as vezes dá errado, mas tudo bem. É a perna, mas como eu danço a perna trava, aí eu não posso aplicar na perna eu aplico na bunda. Sozinho. É desesperador quando quebra, quando a seringa quebra [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] sabia que podia dar ruim... é porque não é uma coisa que meu corpo tá acostumado, então sabia, sem contar onde a agulha encostasse eu podia ficar paraplégico, ou não mexer nada, e se eu aplicasse no meu sangue eu morria... [você cogitou em não aplicar?] cogitei, só que eu pensava: eu tinha duas opções: ou eu não aplicava e ficava muito infeliz e morria de depressão, ou eu aplicava e morria feliz... adivinha qual escolhi? Aplicar e morrer feliz. Era uma coisa que eu queria muito, então tipo não liguei pra morte [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

O que está em discussão aqui é a dificuldade de acesso aos hormônios e os riscos que estes homens trans se submetem em decorrência da demora pelo âmbito do SUS ou logística ineficiente para aplicação dos hormônios em estabelecimentos habilitados. Todavia, é importante refletir, como bem lembra Oliveira (2015), as questões envolvendo a venda restrita que algumas substâncias estão inseridas em detrimento de outras que também podem ocasionar efeitos colaterais se utilizadas em altas doses, mas que sua administração não possui restrições tão severas, sendo um exemplo, segundo o autor, os próprios hormônios femininos que são comercializados, mesmo sem a apresentação de receitas médicas.

Para muitos homens trans, o início da hormonioterapia é o próprio renascimento do indivíduo, pois é a partir deste processo que as características físicas masculinas se sobressaem (pelos em variadas regiões do corpo, alterações de voz e biotipo). Contudo, é nesta etapa que as mamas podem tornar-se, então, um problema notável, pois é destacado a coexistência de atributos tanto masculinos, quanto femininos no mesmo indivíduo que deseja se afastar por completo da feminilidade. Assim, para evitar a coexistência de seios e barba, por exemplo, muitos homens trans se utilizam de faixas compressoras de seios, conhecidas como *binder*, mas não sem consequências para a própria saúde[47] e bem estar:

[47] Pressão na caixa torácia, restringem a respiração, não permitem a expansão do tórax, podem causar problemas respiratórios, compressão das costelas (em casos extremos podendo levar a costelas partidas), nódoas negras, entre outras consequências. É recomendado não utilizar o binder por mais de 8 horas seguidas. Disponível em: <http://transcenas.blogspot.com.br/2014/09/masterpostbinders.html> Acesso em: 26 nov. 2017.

> [...] A questão do psicológico você fica com uma característica pra sociedade, né, visto como masculino e você continuar com mama e tal, porque ah, se você tiver pouca mama, não tem problema. Você usa uma faixa compressora, alguma coisa e esconde. Só que é constante. No calor ficar usando e ainda sem contar que traz risco pra saúde. Ficar usando o *binder*, né, a faixa que fica comprimindo o peito, não só a parte do peito, mas o pulmão, essas partes né, é complicado ficar utilizando. No calor, nossa, me estressava muito. Tanto que também eu não gostava muito de sair de casa e cada vez que eu tinha que colocar pra sair era, nossa, era um estresse. Sua demais, aperta sufoca [...]. Tem meninos que usam câmera de pneu porque não tem dinheiro. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

As transformações dos corpos estão envolvidas em assumir riscos. Não obstante, estes riscos estão diretamente relacionados à situação econômica de cada homem trans, sendo que àqueles que possuem recursos financeiros podem optar por procedimentos cirúrgicos por vias particulares. Um destes procedimentos é a mastectomia ou mamoplastia masculinizadora, que segundo Oliveira (2015), se constitui como uma das primeiras cirurgias realizadas pelos homens trans - em alguns casos por processos judiciais junto aos seus planos de saúde para a cobertura dos procedimentos - em decorrência da demora para obtenção pela via dos serviços públicos.

Para o autor, este procedimento é designado como principal devido a possuir um 'efeito social', visto que os seios são as únicas partes do corpo visíveis mesmo com vestimentas, podendo, assim, revelar a transexualidade. O fato de a transexualidade poder ser revelada mediante presença dos seios pode acarretar em constrangimentos e exclusões em determinados espaços, corroborando mais uma vez com os argumentos de Silva (2013a) sobre a relação entre corporeidade e espaço, neste sentido, afetando diretamente suas vidas, seus sonhos e planos de futuro:

> [...] e agora estou voltando a treinar boxe e instrutor [...] e eu não consegui continuar esse treinamento por causa dessas coisas de gênero. Agora tá, agora posso fazer, depois de quase 10 anos, eu vou poder retomar, isso acho importante falar pra ver como atrasou todos os planos de vida, [...] eu graças a Deus consegui a retificação, mas nesse campo da coisa física eu precisava de cirurgia pra poder, acho que particularmente e socialmente, pra eu poder estar nesses ambientes de uma maneira tranquila. [...] claro que eu poderia antes, mas ai eu não conseguia porque eu sempre era o aluno estranho que tinha 3 km de peito, e era difícil né, às vezes o professor, beleza, tá me tratando igual os outros, mas eu não conseguia ser igual os outros. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Desta forma, a mastectomia se configura como um procedimento de suma importância para a (re)elaboração da masculinidade, sendo destacada como um

grande desejo dos homens trans entrevistados (mais do que a própria cirurgia de transgenitalização). Portanto, a preocupação voltada às mamas pode ser compreendida na relação que elas possuem com a feminilidade, constituindo-se então um paradoxo entre feminilidade e masculinidade, justamente por ser visível socialmente:

> [...] muitas pessoas pensam que quando você fala que você é homem trans as pessoas pensam a primeira coisa é a genitália, né? Tipo “você vai fazer a cirurgia da genitália?” E pra nós os homens trans na verdade a mais importante é a mastectomia mesmo. Por causa que a mama é a que mais aparece, né? Genitália é… então é melhor, muitos meninos trans preferem fazer só a questão da mastectomia e pronto... e retirada do útero, ovários, devido os hormônios não ficar brigando, ficar ali competindo, estrogênio com testosterona, e também risco de câncer…. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Conforme Silva (2013a), a fluidez dos corpos e suas transformações presentes nas concepções de geógrafas e geógrafos feministas possibilitaram o rompimento da linearidade entre gênero e anatomia genital. Diante disto, a histerectomia, que se configura enquanto um procedimento cirúrgico para a retirada de útero e ovários, se constitui para Oliveira (2015), como um recurso secundário, vide o fluxo menstrual cessar após o início da hormonioterapia, sendo a cirurgia de transgenitalização, "[...] além de ainda experimentais no país, tem aspecto e funcionabilidade questionável para a maioria dos homens (trans) observados", tendo então resultados insatisfatórios e valores exorbitantes, sendo o motivo muito mais plausível do que o não desejo pelo falo (OLIVEIRA, 2015, p. 94). Ou seja, mesmo que a mamoplastia seja o primeiro procedimento desejável, não quer dizer que estes homens trans em algum momento de suas vidas não desejem a cirurgia de neofaloplastia.

Assim, a multiplicidade envolvendo a (re)elaboração das identidades e masculinidades de homens trans é constatada quando evidenciamos que nem todos os sujeitos possuem a necessidade de incluir no processo de uma identidade masculina todos as características atribuídas socialmente ao universo masculino:

> [...] Eu não sinto a necessidade de usar nenhum meio disso assim pra volume essas coisas, né? Porque eu acho que sei lá é meio estranho, por causa da higienização, saúde ali, um negócio que fica abafando ali não sei, não vejo necessidade dessa parte de usar. [...]. Tem meninos que sentem necessidade de usar pra fazer volume na calça né? Daí isso vai de cada um, disforia e tal né, mas são caras também, então existem meninos que montam do seu próprio jeito pra dar volume, meia, não sei, usam qualquer coisa. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] na verdade eu parei a hormonização desde o início desse ano porque eu quis, né, só pra ver como fica, porque acho que é uma coisa que posso fazer na minha vida pra ver como vou lidar [você vê alguma diferença?] não, por enquanto tá tranquilo. Porque eu penso, se eu parar e se eu não tiver nenhum problema, não é nenhuma coisa que vai me causar desconforto, porque ficar me injetando [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Assim, o processo que envolve a hormonioterapia também é múltiplo, pois difere de homem trans para homem trans, podendo, inclusive, ser interrompido. Neste sentido, o processo de transição também pode ser concluído quando o indivíduo se sente satisfeito com as transformações corporais adquiridas, criando possibilidades de novas experiências corporais mediante interrupção da hormonioterapia, por exemplo. Para Silva (2013, p. 35), "o corpo não é algo que pertence ao ser humano, mas é o próprio ser, que ganha existência social por meio da experiência corpórea. O corpo é também lugar onde um ser humano desenvolve a noção de limite com os outros seres e a forma que esse corpo se apresenta e ao mesmo tempo é percebido pelos outros, varia de acordo com o espaço e o tempo que o compõem".

Um ponto importante de ser ressaltado é que o processo de transição e os procedimentos cirúrgicos realizados facilitavam a retificação dos documentos pela via judicial[48], como destacado no discurso abaixo (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Nome Social/Retificado'; 3,01%):

> Dezembro de 2015 eu fiz a mamoplastia. Daí 2016, abril, maio, entrei com processo da mudança do nome, retificação do nome. Não demorou muito, pensei que ia demorar. Pra mim foi mais tranquilo porque eu já tinha a cirurgia, né? Já tinha a mastectomia, então eu creio que meu processo tenha sido mais rápido devido a isso também, tenha facilitado. Então eu consegui a mudança do nome e do gênero também, creio que foi por causa disso. Claro, eu levei muitos laudos, né, de psicólogo, de psiquiatra, cirurgião, endócrino, provas pra comprovar meu nome social, testemunhas. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Assim, a retificação do nome e gênero em documentos oficiais também está inserida na (re)elaboração das identidades. Anteriormente ao Provimento nº 73/2018, as pessoas transexuais e travestis eram obrigadas a entrar com ações judiciais para angariar a retificação do prenome e gênero no registro civil. Este processo, segundo Gherini *et al.* (2019), além de possuir valores altos, demandava tempo de espera para a sentença judicial - assim como afirmado por Braz (2018)

[48] Anterior ao Provimento nº 73/2018.

sobre as categorias tempo e espera - bem como situações constrangedoras e abusivas durante o processo judicial.

Conforme Gherini *et al.* (2019), as pessoas que buscavam a retificação necessitavam apresentar muitas vezes ao juiz exames médicos e psicológicos, além de comprovação de procedimentos cirúrgicos. O juiz, por sua vez, tomava a decisão de autorizar ou não a retificação. Podemos observar neste ponto uma das agressões à cidadania transexual discutida por Zambrano (2011), ao passo que o discurso jurídico (e o médico) permitem ou não as ações desejadas pelas próprias pessoas trans nas transformações de seus corpos e na (re)elaboração das suas identidades.

Outra questão que está diretamente relacionada a (re)elaboração das identidades e masculinidades destes homens trans se refere à passabilidade que possuem (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Passabilidade'; 2,41%). Embora o termo não seja bem aceito para alguns entrevistados, é importante ressaltar que esta passabilidade possui duas faces: a primeira relacionada à passabilidade enquanto homem cis, o que dá subsídios para não sofrer transfobia; e a segunda relacionada à invisibilidade de homens trans; invisibilidade esta exercida muitas vezes por eles mesmos a partir do medo:

> [você vê a passabilidade como privilégio?] talvez seja privilégio se você olhar em relação ao menino trans que não tenha essa passabilidade, que por exemplo, no início que eu não tinha essa passabilidade, nem gosto muito dessa palavra, mas vou falar, eu tinha que ficar reafirmando minha identidade como homem e tudo mais, eu tinha que ficar batendo na tecla, reafirmando e tudo mais, e hoje em dia as pessoas só olham pra mim e se eu não falar, elas não vão saber, se elas não tiver a curiosidade de ver meu *facebook*, elas não vão saber, entendeu? [...]. (Entrevista realizada com *Skype* no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] eu sempre tive traços do corpo muito feminino, demais, até hoje, corporalmente ainda tenho bastante, mas facialmente eles foram se destituindo um pouco, então, eu tenho uma certa passabilidade hoje, mas que há um ano eu não tinha tanto. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Como evidenciado, a passabilidade dá subsídio para o reconhecimento enquanto homem, na medida em que não há a necessidade de reafirmar sua identidade masculina socialmente, mas sendo garantida paulatinamente por estes sujeitos. Como destacado por Lanz (2014), a passabilidade diminui as chances de sofrer transfobia, mas esta ideia não pode ser constituída de forma ingênua, como destacado no discurso abaixo:

> [...] eu acho que privilégio é uma palavra forte [risos], eu acho que é um recurso bom, né, se tu quer ele, se tu tem ele. [...] privilégio, porque assim, eu converso, tem um homem trans do nosso grupo aqui que ele há muito tempo que ele é homem trans, socialmente um homem trans, há uns 10 anos, digamos, 20 anos, sei lá, e ele, só que ninguém sabe que ele é trans, ele vive *stealth* como dizem, é uma palavra em inglês, camuflado, ele é camuflado, ninguém sabe que ele é homem trans, então eu acho que é muito interessante falar com ele [...] essa ilusão de que tu vai ter a passabilidade cis, que vai ser homem cis qualquer, não é verdade, porque assim, tu vai saber, tu vai tá ali, tu vai ser um homem trans, mesmo que os outros não saibam, então se tu tá no ambiente, que nem ele trabalhou em agências publicitárias, que era muito transfóbico, fazia piada de travesti, fazia piada que pros outros homens, ele tava no meio de outros homens hétero cis, e ele tinha que lidar com esse ambiente que era muito preconceituoso, então por mais que os outros não tratassem ele como homem trans, isso afetava ele, né, então é isso assim, passabilidade cis, oferece um recurso, de como, talvez tu não vai ser tratado com preconceito, mas isso não vai sair de ti, e ai as vezes, claro vai ter coisas que talvez tu vai precisar de, coisas básicas, banheiros, entrar num banheiro lá que não tem porta, que só tem mictório, e que usa, o recurso que tu possa usar isso, que nem todos os homens trans também fazem coisa assim, mas se tu precisa desse tipo de recurso e as vezes não tem, enfim [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Recurso ou privilégio trans, a passabilidade protege da transfobia, mas não garante que a transfobia não seja praticada quando a transexualidade é colocada em evidência, tampouco não isenta presenciar práticas transfóbicas realizadas por terceiros.

A passabilidade está diretamente relacionada à "[...] simular, da forma mais convincente possível, as características sexuais primárias e secundárias da categoria de gênero que se pretende expressar em público" (LANZ, 2014, p. 134). Segundo a autora, as transformações corporais mediante procedimentos cirúrgicos ou hormonioterapia não são indispensáveis para 'se passar por', pressupondo que mais que características andróginas, compreender que o gênero é performático auxilia nesta passabilidade. É nesta compreensão da performatividade de gênero que, segundo Silva (2010), a geografia insere o espaço e tempo em suas análises, bem como as subversões da norma que podem decorrer desta representação social.

Ainda, pelo desconhecimento da transexualidade masculina, alguns homens trans se identificaram anteriormente enquanto lésbicas, como já evidenciado nesta discussão, resultando em uma invisibilidade destes sujeitos, seja pelo próprio universo trans, pela sociedade em geral, ou até por eles mesmos, mediante a passabilidade.

Conforme Broz (2017), sendo as masculinidades múltiplas, também são múltiplas as maneiras destes sujeitos se tornarem visíveis. Assim, ao buscar uma

masculinidade ideal do que é ser homem socialmente - leia-se, conquistar a passabilidade - "*es decir, mientras que se visibiliza lo masculino dominante se invisibiliza lo trans. [...] Es en esa tensión, entre no ser reconocido como una masculinidad o pasar inadvertido, que se delinean las trayectorias de las transmasculinidades*" (BROZ, 2017, p. 241). Para a autora, esta tensão de (in)visibilidade (passabilidade) não está relacionada simplesmente na oposição entre 'benefício e prejuízo', mas na compreensão dos contextos socioespaciais que estes sujeitos estão inseridos. Assim, conceber uma perspectiva interseccional nos parece interessante neste momento (categoria discursiva 'Identidade' - subcategoria discursiva 'Interseccionalidade'; 1,81%).

Como já evidenciado, as identidades e masculinidades são interseccionadas, o que não seria diferente na constituição das identidades masculinas por parte destes homens trans. Assim, a (re)elaboração identitária das transmasculinidades destes sujeitos também está relacionada aos privilégios que alguns possuem:

> [você acha que tem privilégios?] sim, de certa forma, sim. Eu perco e ganho privilégios. Perdi por ser negro. Se você nasce negro, você já nasce perdendo privilégios, um monte de privilégios. Porém, ganhei porque eu tenho uma vida financeira boa. Já tem gente que nasce negro, pobre. Ai já dificulta. Daí é trans, dificulta. Então de certa forma eu tenho privilégio, pela condição financeira [ganha por um lado], mas perde por outro. Daí tem o que é trans, branco, de família de classe média, que é o caso do que? Do [nome oculto]. Então o [nome oculto] se você perguntar pra ele, nunca sofreu transfobia, nunca sofreu preconceito em casa, nunca passou por nada, ele não tem nenhuma história pra contar porque nunca passou por nada, então é diferente. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Podemos evidenciar que a compreensão das identidades e masculinidades somente são possíveis se levarmos em consideração a interseccionalidade entre categorias identitárias vivenciadas por cada sujeito. Desta forma, é mediante a interseccionalidade que determinado homem trans irá sofrer mais ou menos violência em determinado contexto.

Para Silva (2010), a interseccionalidade como um campo metodológico, considera a existência simultânea de múltiplas categorias sociais e as articulações entre elas, mediante a fluidez e instabilidade das identidades de acordo com o contexto espaço-temporal, possibilitando em diferentes relações.

É importante ressaltar também que ser homem trans é um aspecto entre tantos outros nesta perspectiva interseccional, como evidenciado nas entrevistas.

Assim, estes sujeitos devem ser percebidos para além da sua transexualidade. Deve ser levado em consideração que eles também possuem uma identidade profissional, uma identidade familiar, entre outras identidades existentes. Desta forma, eles possuem gostos, sonhos, prazeres, competências e talentos que vão além da questão da transexualidade, não podendo suas vivências serem reduzidas às suas identidades de gênero.

Na busca por uma identidade masculina, o apoio por parte da família no processo de transição, na hormonioterapia, na escolha do nome, nos recursos financeiros para procedimentos cirúrgicos, acompanhamento em psicólogos ou consultas médicas, etc., contribuem para que estas pessoas se sintam seguras e acolhidas, facilitando o processo de autoaceitação enquanto homem trans e auxiliando no enfrentamento da transfobia. Assim, a categoria discursiva 'Relações Familiares' (6,63%) da categoria espacial 'Corpo' pode auxiliar na compreensão da (re)elaboração das identidades e transmasculinidades destes homens trans.

> [...] Então com 7 meses de testosterona eu peguei e já fiz a mamoplastia masculinizadora que eles falam, senão não sei, e eu fiz também devido eu ter saído do emprego e ter pego o, como que fala? Acerto. Ter pego o acerto também e daí meus pais ajudaram com pouco, né? Senão é bem complicado. [...] A maior parte fui eu. 90% fui eu. [...] Então, mas eu acho que na época, eu acho que eles tirariam, eles arranjariam dinheiro pra fazer a mastectomia, porque pai e mãe quando… [...]. Então eu creio que o incentivo dos pais é o principal, não falo dos pais quem não tem nem pai, nem mãe, a pessoa mais próxima que tem, porque sem esse incentivo é complicado [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] uma das minhas avós que veio conversar comigo, mãe da minha mãe, ela é uma avó que tenho uma relação muito próxima, ela inclusive, iniciativa da minha avó vir falar sobre isso [...] 'ah, pois é, porque eu noto do jeito que tu é, das coisas que tu gosta que eu acho que tu devia ter nascido menino'. Ela me disse nessas palavras, ai é claro, isso já começou a sair assim, ela que veio falar isso pra mim, bom se ela veio falar, conversei com ela 'tomei essa posição, vou assumir uma identidade de homem, eu vou trocar de nome e todas essas coisas'. Ai a minha mãe, meu pai e minha irmã começaram a perceber também, conversei com eles, e a postura deles foi mais ou menos assim 'tu tem que ir num psiquiatra e num psicólogo e eles tem que dizer que é isso mesmo' [...] e também vamos deixar explícito que eu tinha essa coisa de apoio familiar de procurar um apoio de endócrino particular, porque é uma coisa que nem todo mundo tem, se não fosse isso talvez eu tivesse ido por conta, só porque né é uma realidade que acontece [...] a maioria dos meninos trans faz por conta, eu sou um dos poucos privilegiados que tem acesso. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

A instituição familiar se constitui então enquanto uma instância social que está atrelada ao bem estar biopsicossocial destes sujeitos. É nas relações familiares

que as normas de gênero são ensinadas e aprendidas desde a infância, não obstante, atuando em conjunto com o Estado, igreja, medicina, por meio da (cis)heteronormatividade, fabricando corpos sexuados (BENTO, 2003).

A partir destas normas de gênero que a identificação enquanto homem trans nas relações familiares é marcado tanto por repreensões quanto por resistências (OLIVEIRA, 2015), mas também, podemos evidenciar nos discursos dos nossos interlocutores que as relações familiares podem, além disso, subverter as normas de gênero, mediante assistência por parte da instituição familiar, mesmo que num primeiro momento, tais familiares sintam medo ou não concordem com o processo de transição.

Como evidenciado, este apoio, principalmente financeiro, pode estar relacionado também à busca mais rápida de atributos masculinos desejados a partir de procedimentos cirúrgicos, consultas médias e psicológicas e hormonioterapia, sendo mais uma vez articulado com a categoria de tempo e espera proposto por Braz (2018). Infelizmente, este apoio tanto moral quanto financeiro por parte de familiares não é uma realidade para todos os homens trans, sendo que pensamentos envolvendo a expulsão de casa ao reivindicar a identidade de gênero estão no imaginário de alguns dos entrevistados.

Assim, a atividade da prostituição é tida como uma possibilidade de sobrevivência caso não houvesse esta aceitação da transexualidade por parte de familiares ou por necessidades financeiras, sendo que um dos entrevistados já praticou a atividade da prostituição. Entretanto, os homens trans que concebem a prostituição como uma forma de sobrevivência, mas que não a praticam, relatam uma dificuldade em aceitar seus corpos sendo tocados por terceiros para fins exclusivamente econômicos-sexuais (categoria espacial 'Corpo' - categoria discursiva - 'Prostituição'; 3,61%).

> [...] eu vejo a quantidade de homens trans que tá entrando na prostituição porque o pai tá jogando na rua, porque a mãe tá jogando na rua. Ou porque a mãe aceitava e o pai não, a mãe morreu, o pai jogou na rua. Ou o pai aceitava e a mãe não... morreu e jogou na rua... seria a mesma situação comigo, se minha mãe morresse e meu pai ficasse, eu não sabia o que que seria de mim hoje em dia, provavelmente eu acho que ia tá morto. [...] Porque na minha opinião eu cogito que a últimas, das últimas opções que eu teria é a prostituição. Eu não ia conseguir. Eu tenho um problema com meu próprio corpo, imagina uma outra pessoa tocar meu corpo? Não ia dar certo, então eu acho que ia acabar morrendo de fome, ou alguém me matar, ou alguma coisa ia acontecer comigo [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [Você já viveu da atividade da prostituição?] Não, mas queria. [necessidade?] sim, mas acho que é uma coisa que não consigo. Eu tenho a necessidade, eu penso muito nisso, mas acho que não vou. Eu tenho umas questões com meu próprio corpo, não de achar ruim meu corpo, mas de não aceitar outras pessoas tocando meu corpo, questões da minha infância, enfim, que não foram muito legais. [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Silva (2011) afirma que não só existe uma escassez de referencial teórico acerca da prostituição masculina, mas também que são autores homens que teorizaram grande parte do universo que abrange o fenômeno da prostituição feminina. Não obstante, existe uma ausência no que tange a literatura sobre a prostituição transmasculina, ao passo que referenciais teóricos sobre prostituição transfeminina são encontrados em pelo menos 14 títulos de pesquisas científicas brasileiras publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES[49]. Assim, torna-se urgente a compreensão sobre o fenômeno da prostituição transmasculina, suas dinâmicas e articulações.

O que nos chama atenção nesta categoria discursiva é sua relação com a experiência tátil e os corpos destes sujeitos. Conforme afirma Silva M. (2018), os relacionamentos afetivo-sexuais podem ser compreendidos enquanto sinônimos de 'segurança e conforto'. Partindo desta ideia, podemos pressupor que as relações para fins econômicos-sexuais se configuram enquanto o oposto desta ideia de proteção, na qual estes homens trans estariam vulneráveis, por exemplo, não suportando que outras pessoas toquem seus corpos.

Estas considerações podem ser melhor compreendidas com a categoria discursiva 'Sentimento' (12,65%) da categoria espacial 'Corpo', uma vez que existe o sentimento de inferioridade nestes indivíduos, justamente no que diz respeito aos relacionamentos afetivo-sexuais. Assim, alguns homens trans sentem-se inferiores em relação aos homens cis ou possuem medo de revelar sua transexualidade para seus potenciais parceiros ou parceiras:

> [...] eu fiquei tenso em não conseguir dizer pras pessoas que eu era trans, sabe, tipo assim, no início eu ficava com algumas pessoas aqui, daí as pessoas não sabiam que eu era trans e aí, eu ficava meio desconfortável... relacionado ao lado afetivo. [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

[49] Até 1º de abril de 2019.

> [...] você sabe que você é trans e aí você tá com uma menina e hétero, tá, ela é uma menina que tá com um homem, beleza. Mas aí aparece um homem cis, você já acha que ela vai te trocar, aquela insegurança. Eu sempre tive isso, eu mesmo me diminuía perto dos homens cis, sempre me senti inferior, até hoje bate aquela ansiedade e eu me sinto inferior em relação a homem cis, em relação a relacionamentos amorosos, em muita coisa me sinto inferior ainda, mas pelo menos agora eu consigo, eu consigo bater no peito e falar com orgulho quem eu sou, tirando na parte amorosa, de não conseguir me relacionar muito bem, eu tenho orgulho de quem eu sou. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Em sua pesquisa com homens trans, Ávila (2014) evidenciou que os relacionamentos estáveis destes sujeitos e outras pessoas estavam atrelados ao nível de segurança que possuem das suas masculinidades. Assim, para a autora, alguns homens trans possuem dificuldades em relacionamentos afetivo-sexuais frente à elaboração ainda insatisfeita de seus corpos masculinos. Por outro lado, Silva M. (2018) afirma que a (re)elaboração da identidade transexual por parte dos parceiros e parceiras dos sujeitos trans podem ocasionar em desgastes e rompimento do relacionamento, denunciando também uma carência de referencial teórico sobre relacionamentos afetivo-sexuais destes sujeitos.

Além disso, a categoria discursiva 'Sentimento' torna-se relevante para a compreensão da constituição das identidades e masculinidades destes homens trans, pois é através dela que constatamos que não podemos conceber somente o corpo físico, mas que é imprescindível compreendermos como as questões psicológicas afetam a (re)elaboração da identidade masculina pleiteadas por estes sujeitos.

Assim, o processo de autoaceitação, processo de transição, processo de assumir a transexualidade socialmente está repleto de sentimentos distintos além da insegurança, mas também da alegria, do medo, da angústia, da culpa e do sofrimento, como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

> [...] quando sai do consultório médico com a receita, eu tava pulando de alegria, eu pulava de alegria, fui correndo literalmente, fui correndo pra farmácia, e ai... cheguei lá tipo, louco, né, e assim o hormônio que o médico me prescreveu a dose era 500$, só que tinha um convênio, ai liguei pra minha mãe, mesmo ela não sendo ok com o início do hormônio, ela: 'pegue o remédio'. A mulher disse 'vai aplicar hoje?', 'agora!'. Bah, foi um dia sensacional! [...] foi o início de águas novas. [despertar da fênix] foi, literalmente. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] Só que não é bem assim que acontece porque logo comecei a tomar testosterona eu comecei a me preocupar como é que eu ia fazer com a questão da minha mama tal, porque daí do aparecimento dos outros caracteres masculinos né. Então você começa a ficar mais angustiado por causa disso. E daí eu comecei a entrar em desespero também devido a isso. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] na verdade não foi tranquilo, né, porque teve um dia que cheguei em casa e eu tava sofrendo de ansiedade, sofrendo assim, que meu deus, o que que minha mãe vai pensar, eu preciso falar pra ela que eu vou pegar encaminhamento, eu preciso falar pra ela como é que eu vou falar... e tipo pirando assim. [...] Ai comecei a ter a crise assim, daí minha mãe chegou no quarto. [...] Dai ela falou: 'ah, o que que foi? Vem cá?'. Nossa e eu tentando controlar a crise, tava muito forte. Aí eu comecei: 'ahh, me desculpe, mãe... me desculpe. Eu não queria, me desculpe...' [...] e ela: 'mas o que que foi?'. 'Eu sou trans... desculpe...'. Daí ela: 'não, mas eu já sabia, né, você já tinha falado. Tá tudo bem'. 'Nãooo... você tem vergonha de mim, não sei o que...' aí, e choro né, nossa senhora. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Podemos evidenciar nos discursos mais uma vez que a hormonioterapia, inserida no contexto do processo de transição, significa renascimento, sendo o apoio e incentivo dos familiares indispensáveis, e que as mudanças físicas realizadas a partir da hormonioterapia aumentam a angústia devido a coexistência de atributos masculinos e femininos, devido a presença dos seios. Para Silva M. (2018), a hostilidade vivenciada nas relações familiares e sociais pode ocasionar quadros de ansiedade, estresse e depressão, mas que também são estas mesmas relações familiares e sociais que podem atuar como redes de apoio promovendo proteção contra estes mesmos sentimentos.

Assim, conforme a autora, esta rede de apoio, em conjunto com relacionamentos afetivos-sexuais saudáveis, é necessária para uma vivência satisfatória das pessoas trans, promovendo, como exposto acima, segurança e conforto, auxiliando, assim, no desenvolvimento biopsicossocial destes sujeitos.

A culpa também se constitui enquanto um sentimento que está presente na vida destes homens trans, principalmente relacionadas ao processo de autoaceitação, afetando-os de diferentes maneiras, podendo chegar à quadros depressivos e tentativas de suicídios. Assim, a categoria discursiva 'Doença' (4,82%) da categoria espacial 'Corpo', evidencia alguns discursos referentes à depressão e ideação suicida destes homens trans:

> [...] eu sou borderline, tive ansiedade, depressão, várias tentativas de suicídio, tanto na infância quanto na adolescência [...] que eu também, por conta do meu corpo de querer me machucar, por conta de genital, peito, eu olhava assim, era criança, peito pouquinho assim, a partir dos 18, sabe? Mas eu tinha muito medo de ver eles crescendo, ficava todo tempo, criança olhando e dando... 'eu tenho que aproveitar isso aqui máximo agora, que depois talvez cresça e eu vá ter um corpo que eu não vou suportar, esses aspectos... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] eu lembro que quando eu tinha 11 anos minha mãe me levou num clínico geral e ele falou: 'você tem que cuidar da sua filha porque ela tá com depressão e é por causa do corpo dela', eu lembro dele falando isso na consulta, 'só que o corpo dela, porque ela é gorda'. Sempre tive essa coisa me acho feio porque sou gordo. E isso foi bem presente nessa época da oitava série que minha mãe me colocou em vôlei, porque o médico falou que tinha que fazer exercício [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Dentre os 10 homens trans participantes da pesquisa, 8 já tiveram quadros depressivos ou que estão em tratamento da depressão e demais sintomas, incluindo crises de ansiedade. Ainda, 4 afirmaram a existência de pensamentos suicidas. Destes, 3 efetivaram alguma tentativa do episódio (todas mais de uma vez).

Segundo o Grupo Gay da Bahia (2019), a cada 20 horas uma pessoa LGBT+ é assassinada ou comete suicídio, vítima da homotransfobia. Assim, os “suicídios de pessoas LGBT+, sobretudo jovens, sempre devem ser qualificados como potencializados pelo preconceito e discriminação por sexo e gênero, devendo constar nos relatórios de mortes desse segmento juntamente com os homicídios” (GGB, 2019, p. 10).

Desde 2016, a partir do ‘Relatório das Mortes de LGBT+ do Brasil’, que o Grupo Gay da Bahia inclui casos de suicídios de pessoas LGBT+ em seus documentos. No referido ano, foram registrados 26 suicídios, passando para 58 casos em 2017 e 100 registros de casos em 2018, correspondendo a um acréscimo de 284,62% relacionados ao primeiro ano da divulgação dos dados (2016).

A pesquisa realizada por Toomey, Syvertsen e Shramko (2018) com 120.617 adolescentes com idades entre 11 e 19 anos, evidenciou que jovens mulheres cis relataram níveis mais baixos de comportamento suicida (17,6%) quando comparados com jovens trans (homem trans, mulher trans, não binário e questionando[50]), mas maiores níveis comparados à jovens homens cisgêneros (9,8%). Os dados demonstram que jovens homens trans (50,8%) e jovens não

[50] Termo utilizado pelos autores para se referir às pessoas que estavam em processo de exploração ou questionamento de suas identidades de gênero.

binários (41,8%) possuem os mais altos níveis de comportamento suicida em comparação com outros grupos[51]. Assim, jovens trans são mais vulneráveis ao comportamento suicida em comparação com jovens cis (TOOMEY; SYVERTSEN; SHRAMKO, 2018).

Bauer *et al.* (2015) apontam que o apoio social, inclusive apoio familiar referente à identidade de gênero; redução da transfobia; alteração do documento de identificação pessoal de acordo com o seu gênero, bem como procedimento cirúrgico quando necessário, foram associados à grandes reduções de ideação suicida entre pessoas transexuais.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)[52], o suicídio trata-se de um problema de saúde pública, acometendo aproximadamente 800.000 pessoas anualmente em todo mundo, sendo a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 e 29 anos, após acidentes de trânsito. Dentre os fatores de risco gerais, está presente as questões de orientação sexual e identidade de gênero mediante discriminações, baixa escolaridade, estresse social, problemas nas relações familiares, sociais e sistemas de apoio; perturbações mentais, sentimentos de baixa autoestima, dentre outros (OMS, 2006; 2014).

No que tange o fator de risco 'discriminação', a OMS (2014) afirma que a perda de liberdade, rejeição, estigmatização e violência podem provocar ideação suicida. Além disso, as perturbações de humor vêm sendo associadas aos comportamentos suicidas, sendo a depressão e seus sintomas potenciais riscos de suicídio (OMS, 2006).

Isto pode explicar o índice de ideação suicida no grupo pesquisado frente às situações de estigmatização e violência. Ainda, estas considerações são um alerta no que tange a associação entre comportamento suicida e perturbações mentais, vide as pessoas participantes afirmaram ter tido quadros depressivos e demais sintomas.

Assim, as questões envolvendo doenças, neste caso, a depressão, também fazem parte da (re)elaboração das identidades e das transmasculinidades destes sujeitos, sendo que este estado corpóreo - doença - está inserido na relação entre

---

[51] Além dos grupos já citados, os níveis de comportamento suicida de mulheres transexuais e questionando contabilizam 29,9% e 27,9%, respectivamente.

[52] OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha Informativa - Suicídio**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839>. Acesso em: 22 dez. 2019.

"corpo e sociedade e, portanto, espaço", como destaca Silva (2013, p. 29).

Como visto, esta (re)elaboração das identidades e (trans)masculinidades são múltiplas e mutáveis que variam no espaço-tempo, sendo as relações entre múltiplas masculinidades dialéticas, imbricadas por relações de poder (CONNELL, 2003).

Evidenciamos então que as transmasculinidades também são múltiplas, mas que não podem ser simplesmente entendidas enquanto transmasculinidades subordinadas às masculinidades hegemônicas, sendo concebidas com caráter fixo e imutável. Ao contrário, devemos considerar que estas transmasculinidades subordinadas são (re)elaboradas de diferentes formas por estes homens trans, podendo estabelecer relações de hegemonia, cumplicidade, subordinação e marginalização, mesmo sendo subordinadas às masculinidades hegemônicas na proposta de Connell (2003).

Neste sentido, é preciso considerar uma perspectiva interseccional para a compreensão destas diferentes relações, bem como destacar a passabilidade enquanto uma categoria de análise, na medida em que estes sujeitos não só desestabilizam como também contribuem para a constituição da masculinidade hegemônica mediante sua corporeidade.

Assim, este capítulo evidenciou o movimento de (re)elaboração das transmasculinidades e identidades a partir da corporeidade dos homens trans entrevistados. Estas considerações são importantes na medida que contribuem na compreensão de como as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades. No capítulo a seguir, adentraremos nas questões relacionadas à educação e as dinâmicas de acesso e permanência destes sujeitos em espaços acadêmicos.

CAPÍTULO III - ESPAÇO E ENSINO SUPERIOR: DINÂMICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE HOMENS TRANS DO SUL DO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo compreender a dinâmica e o funcionamento dos espaços educacionais de nível superior (públicos e privados) e as relações de acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior do Sul do Brasil. Esta dinâmica e funcionamento estão embasados na produção e reprodução da heterossexualidade compulsória, se configurando enquanto espacialidades nas quais historicamente algumas pessoas trans foram excluídas a partir de uma negação ao seu direito ao estudo. Evidenciamos que os espaços educacionais de nível superior não estão alheios aos outros espaços, como o espaço escolar e as espacialidades do trabalho formal, mas que estas espacialidades estão imbricadas, contribuindo com a marginalização e vulnerabilidade social desta população, especialmente homens trans.

Assim, este capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção evidencia a existência do funcionamento (cis)heteronormativo do ensino superior em que políticas específicas devem existir para possibilitar o acesso e a permanência do grupo pesquisado. Na segunda seção, compreendemos os espaços educacionais de nível superior enquanto (cis)heteronormativos, localizando os homens trans na margem das relações de poder, mas que ao mesmo tempo, com suas vivências, podem desestabilizar a hegemonia e subverter a ordem e possibilitar novas configurações deste espaço.

3.1 Ensino Superior (cis)heteronormativo: quando o direito ao estudo é negado

Desde minha dissertação de mestrado venho buscando compreender as relações entre espaços educacionais e (cis)heteronormatividade. Neste sentido, os resultados evidenciados apontam que os espaços educacionais de nível superior são heterossexualizados, assim como o espaço escolar, sendo ambos vivenciados e organizados não somente a partir de práticas (cis)heteronormativas, mas também por discursos (cis)heteronormativos, operando-se processos de co-constituição mútua entre espacialidades e práticas discursivas (SANTOS, 2015).

Assim, a compreensão do funcionamento e dinâmica do sistema educacional brasileiro pode nos proporcionar um entendimento de como a educação brasileira, sobretudo, a educação superior, é constituída pela (cis)heteronormatividade, onde

as vivências de corpos dissidentes da matriz cultural proposta por Butler (2013 [1990]) enfrentam cotidianamente constrangimentos e exclusões.

Este funcionamento e dinâmica do ensino superior se dá a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como aponta o art. 207 da Constituição Federal de 1988. Entretanto, mesmo que os três elementos apareçam em algum momento nesta reflexão, é o princípio do ensino que possui maior ênfase nas discussões estabelecidas. Neste sentido, faz-se necessária a compreensão da Educação que, segundo Luckesi (1994), na e para a sociedade, pode ser estabelecida por três tendências filosófico-políticas[53], a saber: (1) educação como redenção; (2) educação como reprodução e; (3) educação como transformação.

A (1) educação como redenção estabelece a sociedade como um elemento orgânico e harmonioso, no qual os seres humanos sobre(vivem). Todavia, como existem algumas pessoas ou grupos que estão à margem da sociedade, integrar as pessoas neste todo social se constitui enquanto importante, concebendo a finalidade da educação como redentora (LUCKESI, 1994). Para Saviani (2012 [1983]), a marginalidade somente seria superada a partir da equalização social por meio da educação. As teorias educacionais consideram a sociedade harmoniosa e àqueles que estariam à margem dela seria de forma acidental, devendo a educação corrigir este desvio.

Segundo Luckesi (1994), é ingenuidade conceber a educação como redentora para compreender sua relação com a sociedade. Luckesi (1994) em diálogo com Saviani (2012 [1983]), critica esta tendência devido a inexistência de uma contextualização crítica, denominando-a de 'teoria não crítica da educação' (SAVIANI, 2012 [1983]), bem como denunciando que esta tendência ainda é reproduzida por profissionais da educação, os quais acreditam que suas práticas estão alheias da responsabilidade política.

A (2) educação como reprodução compreende a educação não somente como parte da sociedade, mas também como sua reprodutora. Diferentemente da tendência anterior, a qual atua 'sobre' a sociedade, a tendência reprodutora concebe a educação como integrante da sociedade e diretamente relacionada a reproduzir seus condicionantes (econômicos, sociais e políticos) (LUCKESI, 1994), sendo denominada por Saviani (2012 [1983]) como 'teoria crítico-reprodutivista da

[53] "Filosóficas, porque compreendem o seu sentido; e políticas, porque constituem um direcionamento para sua ação" (LUCKESI, 1994, p. 37).

educação'.

Nela, Saviani (2012 [1983]) considera a educação como um 'fator de marginalização' mediante discriminação social. Assim, a sociedade é marcada pela divisão de grupos, a partir de relações de poder, sendo a marginalidade um fenômeno intrínseco. Ao contrário das teorias educacionais anteriores, a educação não seria um meio de superar a marginalidade, mas seria o próprio fator para sua ocorrência, levando em conta seus condicionantes sociais (SAVIANI, 2012 [1983]).

Para Luckesi (1994, p. 42), esta tendência apenas evidencia "como atua a educação dentro da sociedade e não como ela deve atuar. [...] não propõe uma prática pedagógica, mas analisa a existente, projetando essa análise para o futuro". Numa perspectiva althusseriana[54], a escola é o instrumento de manutenção do sistema social vigente, ou seja, da reprodução de ideologias dominantes (LUCKESI, 1994). De acordo com Saviani (2012 [1983]):

> [...] enquanto as teorias não críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade por meio da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso. Segundo a concepção crítico-reprodutivista, o aparente fracasso é, na verdade, o êxito da escola; aquilo que se julga ser uma disfunção é, antes, a função própria da escola. Com efeito, sendo um instrumento de reprodução das relações de produção, a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e exploração. Daí seu caráter segregador e marginalizador. Daí sua natureza seletiva. (SAVIANI, 2012 [1983], p. 29).

Por fim, a (3) educação como transformação que, segundo Luckesi (1994), se apresenta como mediadora com vistas à um projeto social, demonstrando "[...] que é possível compreender a educação *dentro* da sociedade, com os seus determinantes e condicionantes, mas com a possibilidade de trabalhar pela sua democratização". Assim, é levado em consideração seus condicionantes de forma a utilizá-los estrategicamente para sua transformação. Esta tendência é denominada de 'crítica', considerando a educação 'como uma instância dialética' a qual medeia (pelo menos deveria) um projeto social (LUCKESI, 1994).

Independente de qual seja a tendência, como destaca Luckesi (1994), é de responsabilidade dos profissionais da educação encontrar qual delas sua prática irá se orientar. Neste sentido, Brandão (2007) afirma que não existe 'uma' educação,

---

[54] Althusser considera a escola um dos aparelhos do Estado, vinculada com a reprodução da ideologia dominante. Neste sentido, a escola atua a partir de dois vieses: os saberes práticos (técnicas como ler e escrever) e ao mesmo tempo, a escola atua ensinando a regra dos bons costumes (LUCKESI, 1994).

mas 'educações', não sendo a escola o único espaço para o processo de ensinar-aprender, sendo presente em todas as dimensões sociais. E é por isto mesmo que a educação, segundo o autor, está imbricada por relações de poder, intensificando as desigualdades; produzindo crenças e ideias a partir da socialização.

A existência de duas educações em curso há alguns anos é um exemplo das relações de poder presentes. A primeira diz respeito à educação da escola, a qual era paga e direcionada às 'pessoas de bem'. A segunda, por outro lado, era a educação da oficina, direcionada aos filhos de pais analfabetos e pobres, mas excelentes em seus ofícios (BRANDÂO, 2007).

Então, houve a luta pela democratização do ensino tanto de ricos quanto de pobres, através do reconhecimento do direito de estudar, resultando na origem da escola pública (BRANDÃO, 2007). Entretanto, como bem lembra o autor, esta suposta democratização do ensino estava articulada com os interesses dominantes e da economia mediante projeto político, utilizando o 'aparato pedagógico' com viés político, a partir da adaptação aos novos moldes e de novos modelos de controle social. Para Brandão (2007):

> Ora, às vezes mais útil do que comprar e discutir o conteúdo de estilos diferentes de definições ou propostas de tipos de educação, é procurar ver de onde eles vêm. Quem diz, em nome de quem e para quê? A variação da maneira como o triângulo educação-ensino-escola tem sido formulado no Brasil pelas pessoas que possuem o poder direto ou indireto de determinar como ele vai existir, dá o que pensar. (BRANDÃO, 2007, p. 85).

Para Brandão (2007), na medida em que os filhos dos pobres acessavam a escola pública e gratuita, a economia brasileira é transferida do campo para a indústria, evidenciando a inadequação do ensino escolar, visto que o acesso destas crianças a escola pública em conjunto com a perspectiva de direcionar o ensino para o viés do trabalho produtivo, "não fez mais do que trazer para dentro dos muros do colégio a divisão anterior entre o aprender-na-oficina para o *trabalho subalterno* e o aprender-na-escola o *trabalho dominante*" (BRANDÃO, 2007, p. 90).

As desigualdades existentes no que tange o fenômeno educacional não são pautadas somente nas desigualdades de classe, mas também, a mesma lógica pode ser pensada em relação à outras categorias. Como afirma Santos e Rabelo (2012), além de as desigualdades estarem relacionadas à pobreza, trabalho precário e desemprego, elas também estão relacionadas ao reconhecimento de grupos em desvantagem social. Desta forma, se a educação e a sociedade estão relacionadas

e, se viver em sociedade é viver na heterossexualidade, como afirma Wittig (1992), a compreensão da consolidação da educação brasileira - (cis)heteronormativa, em especial o ensino superior, se faz pertinente.

No que tange a educação brasileira, Anísio Teixeira defendia que a educação não é um privilégio, mas um direito social. As contribuições desse educador se pautaram na luta da 'democratização de um ensino de qualidade, da pesquisa qualificada e comprometida com problemas sociais e pela organização de pessoas e instituições comprometidas com a reinvenção da ciência, cultura, política e sociedade' (NUNES, 2000). Anísio Teixeira buscava “[...] organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade” (NUNES, 2000, p. 13).

Nunes (2000) afirma que as contribuições de Anísio Teixeira podem ser elaboradas a partir de dois vieses: pela educação popular (crianças, adolescentes e adultos); e pela formação de intelectuais. O educador concebia a escola como um espaço onde discentes poderiam projetar uma vida melhor, no qual a luta se firmava na ampliação de matrículas e no estabelecimento de um projeto pedagógico que levasse em consideração a realidade dos discentes.

> A concepção que sustenta essas iniciativas é a compreensão de que o ensino primário como o secundário têm uma finalidade cultural e devem atingir idealmente todas as crianças até a idade de 18 anos. Dentro dessa perspectiva ampla é que, para Anísio Teixeira, se colocaria a preparação das elites em todas as atividades e classes e não apenas nas atividades intelectuais. Essa postura é que o leva à proposta de articulação do ensino secundário com o ensino primário e superior e à defesa de transferências razoáveis de alunos entre os vários ramos do ensino secundário existentes à época. Em suma, o que sempre defendeu na sua obra escrita e administrativa é a educação comum a todas as crianças pelo maior tempo possível, a ampliação de facilidades educativas para os alunos talentosos, a variedade e flexibilidade do sistema educativo para atender às diferenças de capacidade e interesses. Com relação a esse último aspecto, os cursos destinados aos adultos foram um sucesso, pois atendiam ao desejo e necessidade de aprimoramento de conhecimentos desses estudantes. Essas iniciativas constituem medidas concretas de *redistribuição da educação como bem social.* (NUNES, 2000, p. 16-17).

Em se tratando das contribuições pelo viés da formação intelectual, Anísio Teixeira buscava a criação de instituições, neste caso, órgãos de fomento à pesquisa, universidades e centros de pesquisas, que 'formulassem intelectualmente a cultura humana', que se constituiriam como 'polos de irradiação científica, literária e filosófica' (NUNES, 2000).

Assim, podemos compreender o desenvolvimento do ensino superior brasileiro mediante reflexões de Saviani (2010). Para o autor, o ensino superior do Brasil até o final do Império, era constituído por cursos superiores instalados no país a partir de 1808, tratando-se de cursos isolados e públicos, não vinculados às universidades e; após a independência, a criação de duas Faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Recife, também isoladas e gratuitas. Posteriormente, o movimento pela desoficialização do ensino ganha destaque no final do Império, assolando o 'ensino oficial decretando a liberdade das profissões', surgindo no período republicano, faculdades e universidades:

> Esboçando uma visão de conjunto podemos dizer que no Brasil o ensino superior teve origem a partir de 1808 na forma dos cursos avulsos criados por iniciativa de D. João VI, sendo somente no primeiro quartel do século XX que aparecem algumas iniciativas, ainda isoladas e pouco exitosas de organização de universidades. (SAVIANI, 2010, p. 7).

Foi a partir do Decreto Nº 19.851/31, o qual estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras[55], que algumas instituições foram criadas[56], contudo, com acesso restrito às elites (SAVIANI, 2010). Assim, mediante pressão popular pelo direito ao acesso à universidade e pelo movimento estudantil, liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela reforma universitária, "[...] a questão da universidade assumia uma dimensão de ordem social e política bem mais ampla" (SAVIANI, 2010, p. 8).

Para Saviani (2010), até a Constituição Federal de 1988 primava-se o modelo napoleônico de universidade (prevalência do Estado), com mudanças na organização do ensino superior em 1990, se caracterizando a partir daí, como 'modelo anglo-saxônico na versão norte-americana' (prevalência da sociedade civil), diminuindo o processo de expansão das instituições públicas e aumentando o processo de expansão das instituições privadas.

Assim, conforme Saviani (2010), para atingir a política adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), mediante Plano Nacional de Educação (PNE) de 1997, para os próximos 10 anos, houve um aumento das vagas tanto nas instituições privadas, quanto nas públicas. Entretanto, não houveram investimentos

---

[55] Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 nov 2019.

[56] A criação da Universidade de São Paulo em 1934; da Universidade do Distrito Federal em 1935, extinta em 1939; PUC do Rio de Janeiro em 1941; PUC de São Paulo em 1946. Em 1950 houve a 'federalização' de instituições estaduais e privadas (SAVIANI, 2010).

adicionais para tal situação no que se refere ao aumento de vagas nesta última, mas estratégias para diminuição de custos, como a racionalização dos gastos por aluno, criação de estabelecimentos voltados preferencialmente para o ensino, cursos pós-secundários e ampliação do Ensino a Distância (EaD).

Para Barros (2015), as políticas educacionais voltadas ao ensino superior adotadas pelo governo FHC (1995-2002), estavam vinculadas à 'subordinação do Brasil à economia global, ao neoliberalismo e aos organismos multilaterais', prevalecendo uma percepção mercantilista do ensino superior mediante expansão por instituições privadas.

No que concerne o governo Lula (2003-2011), Saviani (2010), argumenta que se por um lado houve o aumento dos investimentos nas universidades federais, por outro, aumentou o estímulo à iniciativa privada, mediante Programa como Universidade para Todos (ProUni).

Para além do ProUni, Barros (2015, p. 362) afirma que o "Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas" são importantes políticas públicas de expansão e democratização do ensino superior, mas que possuem limites na 'redistribuição de oportunidades'. Segundo Barros (2015), para frear a expansão da iniciativa privada, o governo Lula:

> voltou suas ações para a sustentação financeira dos estabelecimentos existentes. Os principais mecanismos utilizados foram o ProUni e o Fies. E nas universidades federais, o Reuni, se propunha criar mais condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior. Outras medidas como o aumento da oferta de cursos superiores a distância e a política de cotas também contribuíram para reverter os índices baixíssimos de inclusão neste nível de ensino. (BARROS, 2015, p. 370).

Evidencia-se que mesmo de forma limitada e não alheio às críticas, a partir do governo Lula, houve um movimento de democratização do ensino superior, possibilitando seu acesso com vistas à justiça social, seja pelas políticas públicas ofertadas, seja pela interiorização das universidades (BARROS, 2015). É importante destacar neste ponto que pessoas trans também se beneficiaram destas políticas de democratização do ensino superior, mediante ações voltadas à população de baixa renda, como evidenciado por Scote (2017), principalmente a partir do ano de 2007[57].

[57] Além dos Programas já mencionados (ProUni, Fies, Reuni), Scote (2017) elenca a adoção do

Contudo, enfrenta desafios a democratização do ensino superior por vias da justiça social, visto que segundo Barros (2015) para a compreensão da dinâmica de acesso é preciso levar em consideração a qualidade educacional dos concluintes da educação básica.

Para Santos (2013), mesmo com o aumento de políticas para melhorar a qualidade educacional, mediante modificações em todos os seus níveis educacionais, a educação brasileira possui ainda muitos desafios para a consolidação de uma escola pública de qualidade e equidade.

Em se tratando de qualidade educacional, Dourado; Oliveira e Santos (2007) propõe que ela seja analisada de forma polissêmica, levando em consideração as dimensões intra e extraescolares. Segundo os autores, os índices do que vem a ser uma educação de qualidade são alterados no espaço-tempo, mediante novas perspectivas sociais. Ademais, sendo a educação 'constituída e constituinte das relações sociais', está intrinsecamente articulada com as dinâmicas econômica, social, cultural e política, não sendo possível realizar sua análise separadamente com tais dimensões:

> De modo geral, a criação de condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social também esbarra em uma realidade marcada pela desigualdade socioeconômico-cultural das regiões, localidades, segmentos sociais e dos sujeitos envolvidos, sobretudo dos atuais sujeitos-usuários da escola pública, o que exige o reconhecimento de que a qualidade da escola seja uma *qualidade social*, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 15).

Neste contexto, para uma educação de qualidade, independentemente do nível ou modalidade, deve-se considerar a inclusão a partir de uma perspectiva democrática da educação como direito e um bem social (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

Assim, a Constituição Federal de 1988[58] em seu Art. 6º, estabelece que a educação é um direito social[59], se constituindo como (Art. 205) dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, visando o pleno desenvolvimento da

---

Sistema de Seleção Unificada (SISU), projetos sociais como Transcidadania e cursinhos preparatórios liderados pelas ONGs como facilitadores do acesso ao ensino superior.

[58] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[59] Outros direitos sociais são: a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Segundo o Art. 206, inciso I, o ensino será ministrado baseado nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ainda, entre as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), está a 'superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação' (Art. 2, inciso III)[60].

Entretanto, o que se configura no que tange a educação brasileira historicamente é a dificuldade que pessoas trans enfrentam cotidianamente para a sua efetiva permanência através do espaço escolar, como podemos evidenciar nos trabalhos de Barbosa (2015) e Ornat (2008) e o acesso e a permanência nos espaços educacionais de nível superior, evidenciado no trabalho de Scote (2017), Santos (2017) e Nascimento (2018), revelando falhas no que concerne um ensino baseado na igualdade de condições de acesso e permanência como disposto no Art. 206, inciso I, da Constituição Federal de 1988 e na superação de desigualdades educacionais e erradicação de todas as formas de discriminação como disposto nas Diretrizes do PNE.

Esta dificuldade não representa esta população como um todo, uma vez que as vivências são heterogêneas e as estratégias múltiplas para o acesso, permanência e enfrentamentos através destas espacialidades, podendo tais pessoas utilizarem estas táticas de permanência resistindo ao sistema (cis)heteronormativo que constituem estes espaços, como esta própria tese se propõe compreender.

Não obstante, não restam dúvidas da necessidade de políticas específicas para este público no que diz respeito ao acesso e permanência desta população através dos espaços educacionais. Uma destas políticas diz respeito ao direito ao uso do nome social através destes espaços. O Conselho Nacional de Educação (CNE), em sua Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018[61], 'define o uso do nome social por pessoas trans nos registros escolares', podendo o aluno ou aluna maior de 18 anos solicitar a utilização do nome social durante a matrícula ou a

---

[60] PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. LEI Nº 13.005/2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[61] CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29 ago. 2018.

qualquer momento e, alunos ou alunas menores de 18 anos podem também solicitar a utilização do nome social, embora necessitem de um responsável legal. Esta Resolução CNE/CP nº 1/2018 é fundamentada no Parecer CNE/CP nº 14, de 12 de setembro de 2017[62], que estabelecia a 'normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica'.

Segundo o relatório deste Parecer CNE/CP nº 14/2017, a secretaria estadual de educação do Pará foi a primeira a aderir ao uso do nome social no ano de 2008, sendo reproduzido em outros estados brasileiros. Em se tratando da educação superior, a Universidade Federal do Amapá foi pioneira na adoção do uso do nome social. De acordo com o mesmo relatório, a regulamentação quanto ao uso do nome social para maiores de 18 anos se encontrava em conformidade entre as 24 secretarias estaduais de educação. Contudo, a adoção do nome social por menores de 18 anos enfrentava diferentes interpretações que, segundo tal parecer, silenciavam e restringiam o uso do nome social por menores de idade:

> Já sendo praticamente norma nacional o uso do nome social para maiores de 18 anos, convém considerar que a restrição aos de menoridade legal tem provocado graves consequências aos estudantes, aos seus familiares e, de modo geral, à sociedade brasileira, uma vez que a interdição do nome social a esse segmento não tem produzido os benefícios sociais e educacionais arrolados e preconizados na legislação nacional. Ao contrário, avolumam-se as estatísticas de violência e abandono da escola em função de bullying, assédio, constrangimento, preconceito, além de outras formas de discriminação, que podem ser minimizadas pela adoção do nome social e pelo respeito à identidade de gênero desses estudantes. (CNE/CP Nº 14, 2017, p. 7).

No estado do Paraná (PR), o nome social por menores de idade pode ser solicitado desde 2016, a partir do Parecer nº03/2016-CP/CEE[63]. Este documento faz uma reanálise do Parecer nº 04/2009 CAOPEduc[64] no qual contemplava o nome social nos documentos escolares internos somente para maiores de 18 anos. No estado de Santa Catarina (SC), a Resolução CEE/SC nº 048 de 5 de julho de

---

[62] CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 14, de 12 de setembro de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 29 ago. 2018.

[63] CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Parecer nº03/2016-CP/CEE. Disponível em: <http://www.educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/parecer_cp_cee_03_2016__nome_social.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[64] CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO. Parecer nº 04/2009 CAOPEduc. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/parecer/parecer_04_2009_caopeduc_prot_10934_09_nome_social.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

2016[65], ‘dispõe sobre a inclusão do nome social nos registros escolares internos’, para maiores de 18 anos e menores de 18 anos subscrito pelos pais ou responsáveis, revogando a Resolução CEE/SC nº 132/2009[66]. No estado do Rio Grande do Sul (RS), desde 2011, há a utilização do nome social em registros estaduais relativos a serviços públicos, incluindo as escolas. Assim, o Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011[67] ‘dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual’. Ainda, este Decreto possibilitou a instituição da Carteira de Nome Social (CNS) no estado do Rio Grande do Sul (RS) (Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012[68]), sendo válida somente neste estado.

Embora os estados da Região Sul já aderissem a utilização do nome social antes da publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2018, tal documento foi primordial na medida em que se unificaram nas 24 secretarias estaduais de educação a regulamentação quanto ao uso do nome social, resolvendo a questão da utilização do mesmo no que diz respeito à menoridade legal.

Não é somente na escola que o reconhecimento e adoção ao uso do nome social se tornou um direito, mas também ele passou a ser uma garantia em todos os níveis e modalidades de instituições e redes de ensino a partir da Resolução CNCD/LGBT nº 12, de 16 de janeiro de 2015[69], devendo o nome social constar em formulários e sistemas de informações em documentos internos e similares a partir de um campo específico para ele.

Esta Resolução evidencia também um levantamento realizado por Sala (2014), a qual afirma que no primeiro semestre de 2014, 20 universidades federais, 5 universidades estaduais e 6 institutos federais já haviam normatizado o

---

[65] CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. RESOLUÇÃO CEE/SC nº 48 de 05 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjAiPKZgcjdAhVDGJAKHdVmCzcQFjAAegQIAxAC&url=http%3A%2F%2Fwww.cee.sc.gov.br%2Findex.php%2Flegislacao-downloads%2Feducacao-superior%2Feducacao-superior-resolucoes%2F1395-resolucao-2016-048-cee-sc%2Ffile&usg=AOvVaw3mgzPUoEmnCv4QOInL8kHa>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[66] CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. RESOLUÇÃO CEE/SC nº 132/2009. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/comissoes/legislacao-e-normas/resolucoes-1/603-603>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[67] DECRETO Nº 48118, DE 27 DE JUNHO DE 2011. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/dec%2048.118.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[68] CARTEIRA DE NOME SOCIAL (CNS). Decreto nº 49.122/2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=241452>. Acesso em: 26 dez. 2016.

[69] CNCD/LGBT. Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015__parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans. Ainda, tal Resolução reconhece o uso do nome social em todo o âmbito administrativo do Ministério da Educação (MEC) desde a publicação da Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011[70].

No ano seguinte da Resolução CNCD/LGBT nº 12/2015, em 2016, a então presidenta Dilma Rousseff (PT), assinou o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016[71], que 'dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional'. Ou seja, o nome social poderá ser utilizado nos órgãos de serviço público federal, incluindo universidades federais e institutos federais.

O nome social também está presente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde 2014, obtendo o total de 102 pedidos para sua utilização no referido ano. No ano de 2015, este número aumentou em 172%, obtendo 278 pedidos, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)[72]. Em 2016, houve um aumento de 46%, sendo 408 pessoas atendidas de um total de 842 solicitações (432 solicitações não foram atendidas devido a ausência de documentos e outras 2 pessoas solicitantes obtiveram a retificação dos documentos), segundo dados do Inep[73].

Em 2017, o número de pessoas que solicitaram o uso do nome social no ENEM caiu para 303 e, em 2018, para 251 participantes[74]. Esta queda pode ser explicada, segundo o Inep, devido algumas pessoas não realizarem o exame por optarem a certificação do ensino médio através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceeja)[75]. Em 2019, houve

---

[70] MEC. Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/portaria-assegura-uso-de-nome-social-de-transexuais-e-travestis-em-orgaos-do-mec/>. Acesso em: 31 ago. 2018.

[71] DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

[72] G1. Nº de transexuais que usarão nome social no Enem cresce 172%, diz Inep. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/n-de-transexuais-que-usarao-nome-social-no-enem-cresce-172-diz-inep.html>. Acesso em: 31 ago. 2018.

[73] INEP. Nome social será usado por mais de 400 travestis e transexuais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nome-social-sera-usado-por-mais-de-400-travestis-e-transexuais/21206>. Acesso em: 31 ago. 2018

[74] BRASIL ESCOLA. Enem 2019: prazo para solicitação de nome social está aberto. Disponível em: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/enem/enem-2019-prazo-para-solicitacao-nome-social-esta-aberto/345355.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

[75] EBC. Mais de 300 pessoas vão fazer o Enem usando nome social neste ano. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/mais-de-300-pessoas-vao-fazer-o-enem-usando-nome-social-neste-ano>. Acesso em: 31 ago. 2018.

novamente um aumento do número de solicitações, contabilizando 394 participantes[76].

É importante destacar que há ações contrárias relacionadas à Resolução CNE/CP nº 1/2018 que autoriza a utilização do nome social de pessoas trans nos registros escolares. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 520/19[77], em trâmite na Câmara dos Deputados, apresentada pelo Deputado Dr. Jaziel (PL-CE) em conjunto com mais sete parlamentares[78], susta a normativa sob a justificativa de insuficientes debates sobre a autorização ou não do uso do nome social por pessoas trans na educação básica, afirmando que o projeto "pretende barrar o andamento da 'Agenda de Gênero' no nosso país", sob o pretexto de que a adoção do nome social na educação básica irá trazer 'implicações desastrosas', afetando negativamente principalmente discentes trans ou não trans.

O reconhecimento do nome social pode ser entendido enquanto um exercício da cidadania, pois como afirma Hogemann (2014), é a partir do nome que somos identificados e obtemos nossa individualidade. A sua utilização torna-se, então, como evidência Mendes (2012), imprescindível para a vivência educacional, na medida em que se evitará constrangimentos e ações discriminatórias. Sendo assim, ao contrário do que afirma o PDL nº520/19, os discentes trans e não trans são afetados positivamente na medida em que se evita situações constrangedoras e transfóbicas, bem como promove espaços para o respeito às identidades.

Embora o nome social como política de inclusão se constituir como uma possibilidade de garantida do acesso e permanência desta população nestes espaços educacionais, Lima (2013) ressalta que tal permanência não se limita somente a esta política de inclusão, na medida em que ela deve ser acompanhada por múltiplas ações, uma vez que somente o nome social não atinge uma permanência significativa, devido à preconceitos e discriminações, além de desconhecimento por parte das pessoas que vivenciam estes espaços.

---

[76] ESTADÃO. Enem 2019: nº de candidatos que optam por nome social aumenta 286%. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,n-de-candidatos-do-enem-que-optam-por-nome-social-aumenta-286,70003082317>. Acesso em: 20 fev. 2020.

[77] Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 520/19. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1794748&filename=Tramitacao-PDL+520/2019>. Acesso em: 18 fev. 2020.

[78] Silas Câmara (REPUBLIC-AM); Paulo Freire Costa (PL-SP), Otoni de Paula (PSC-RJ); Professora Dayane Pimentel (PSL-BA); Filipe Barros (PSL-PR), Chris Tonietto (PSL-RJ) e Eli Borges (SOLIDARI-TO).

Lima (2013) reconhece que estas múltiplas ações partem de diferentes investimentos, havendo a existência de fatores externos para a não permanência destas pessoas através destes espaços educacionais, tornando esses espaços uma realidade cada vez mais distante, principalmente no que se refere ao acesso ao ensino superior.

Dentre os retrocessos que permeiam a luta do movimento LGBT+ para garantia de direitos e respeito, alguns avanços tem sido conquistados especificamente a partir do Movimento Trans, possibilitando o acesso e a permanência aos espaços por esta população. Um desses avanços diz respeito ao Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018[79], que resolve a averbação da 'alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento no Registro Civil das Pessoas Naturais' (Art. 1º). Tal Provimento nº 73/2018 determina que pessoas maiores de 18 anos podem alterar, na certidão, em cartório, o prenome e gênero a qual se identificam, sem a necessidade da obrigatoriedade da comprovação da cirurgia e nem de decisão judicial, de forma gratuita.

A partir disso, discentes da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (RS), desde agosto de 2018, podem se autodeclarar enquanto pessoas trans e obter o nome e gênero adotado (neste caso, após alterá-lo em cartório) em documentos escolares como boletins, certificados, diplomas, lista de chamada de classe, sendo também possível a alteração de diplomas e históricos para aquelas pessoas concluintes da educação básica, cumprindo com a normativa do Provimento nº 73/2018[80]. Assim, estas pessoas não mais utilizariam o nome social na escola, uma vez que a alteração já seria realizada em cartório, bem como não havendo a necessidade de o nome atribuído ao nascimento constar ao lado do nome adotado nos documentos.

Desta forma, não somente a conquista do uso do nome social pelas secretarias estaduais de educação, a partir da Resolução CNE/CP nº 1/2018, mas também a possibilidade de alteração do nome e gênero na certidão de nascimento ou casamento em cartório para maiores de 18 anos, a partir do Provimento nº

---

[79] PROVIMENTO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/06/434a36c27d599882610e933b8505d0f0.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[80] G1. Alunos da rede pública estadual do RS poderão se autodeclarar transgêneros nos documentos escolares. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2018/08/29/alunos-da-rede-publica-estadual-do-rs-poderao-se-autodeclarar-transgeneros-nos-documentos-escolares.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2018.

73/2018, se constituem enquanto um progresso para a promoção do respeito e avanços no que concerne os direitos de pessoas trans nos mais diversos espaços. Vale ressaltar que a Resolução CNE/CP nº 1/2018 ainda se configura enquanto importante, pois assegura que discentes menos de 18 anos possam utilizar o nome social, visto que o Provimento nº 73/2018 é orientado exclusivamente para maiores de idade.

Além da adoção do nome social pelas instituições educacionais como uma política específica de acesso e permanência nestes locais por esta população, outras estratégias e ações afirmativas tem sido tomadas para ao acesso ao ensino superior, como o sistema de cotas destinadas à população trans. Um exemplo é o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) que foi a primeira instituição de nível superior a abrir inscrições na graduação com sistema de cotas para estes sujeitos[81], a partir do edital nº 06/2018, publicado em fevereiro de 2018[82].

A Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, também destinou vagas específicas para discentes trans na Escola Preparatória para o ENEM em seu edital publicado em janeiro do mesmo ano[83]. Na Universidade Federal Fluminense (UFF) temos conhecimento de três cursos de pós-graduação que destinam vagas pelo sistema de cotas desde 2017 (ingresso 2018), a saber: mestrado em Sociologia[84], doutorado em Psicologia[85] e mestrado em Comunicação[86] (com ingresso 2019).

Ainda, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) a partir de 2019 oferece

---

[81] G1. Universidade na Bahia é pioneira na criação de cotas para transexuais e travestis na graduação: 'Emblemático'. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/universidade-na-bahia-e-pioneira-na-criacao-de-cotas-para-transexuais-e-travestis-na-graduacao-emblematico.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[82] Edital nº 06/2018 - Processo seletivo para área básica de ingresso das licenciaturas interdisciplinares da rede Anísio Teixeira de colégios universitários. Disponível em: <http://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Edital-06-2018.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[83] BOL. UFABC abre cotas para estudantes trans em curso preparatório para o Enem. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/01/ufabc-abre-cotas-para-estudantes-trans-em-curso-preparatorio-para-o-enem>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[84] Edital nº 1/2017 – Mestrado em Sociologia. Disponível em: <http://www.editais.uff.br/sites/default/files/arquivos/2018-1_SOCIOLOGIA_-_M.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[85] Edital Doutorado em Psicologia. Disponível em: <http://www.editais.uff.br/sites/default/files/arquivos/2018-2_PSICOLOGIA_-_D.pdf>; Acesso em: 30 ago. 2018.

[86] Edital nº 1/2018 – Mestrado em Comunicação. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi_4LrSs5bdAhUEF5AKHaC_A_0QFjACegQICBAC&url=https%3A%2F%2Fapp.uff.br%2Fsispos%2Fcandidatura%2Feditais%2F3174%2Fdownload%3Farquivo_id%3D2101&usg=AOvVaw3pgstqaI8fc9-1tnK3dx7u>. Acesso em: 30 ago. 2018.

cotas para pessoas trans, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência e autismo[87]. Estas cotas dizem respeito ao acréscimo de 5% (por público) no total de vagas disponíveis tanto na graduação quanto pós-graduação, ou seja, não haverá alterações no número de vagas de ampla concorrência ou as vagas destinadas à negros. No Paraná (PR), o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, UFPR), desde o ano de 2014 possui vagas em seus editais de seleção, mas sendo preenchidas somente em 2017[88].

Evidenciamos que 2018 é o ano de consolidação de políticas afirmativas segundo sistema de cotas. Entretanto, este sistema tem enfrentado críticas e resistências[89] no que diz respeito à real necessidade e legitimidade das ofertas destas vagas. Um exemplo diz respeito ao Edital UFRJ nº 551, que estabelece, na seleção de ingresso no ano de 2019 no curso de mestrado no Programa em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH)[90], duas vagas destinadas às pessoas trans. Ademais, a coordenação do PPDH e diretoria do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) emitiu uma nota[91] referente à uma intimação judicial suspendendo o item 2.1 'c' do referido edital. Segundo a Ação Popular nº 5019476-37.2018.4.02.5101/RJ em trâmite perante a 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro, “[...] o edital padece de ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade, instituindo favorecimento político-ideológico por parte da instituição de ensino”[92].

Mesmo que o sistema de cotas, adoção do nome social e mudança do nome nos registros escolares e acadêmicos a partir da alteração anterior em cartório se

---

[87] EDUCAÇÃO E EMPREGO. Universidade do Estado da Bahia terá cotas para transexuais. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/08/universidade-do-estado-da-bahia-tera-cotas-para-transexuais-cjkb4i56f02zs01qc4ycpd1n7.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[88] UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pós-Graduação do Setor Litoral preenche pela primeira vez vagas destinadas à indígenas e transgêneros. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/pos-graduacao-do-setor-litoral-preenche-pela-primeira-vez-vagas-destinadas-a-indigenas-e-trans/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[89] GAZETA DO POVO. Cotas para transgêneros mostram incompreensão do papel da universidade. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cotas-para-transgeneros-mostram-incompreensao-do-papel-da-universidade-dm9rzaomtbqftylcrwbkcijs0/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[90] Edital UFRJ nº 551. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/edital_mestrado_2019.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

[91] NOTA DA COORDENAÇÃO DO PPDH. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/nota_coordenacao_mestrado_2019.pdf>. Acesso em 31 ago. 2018.

[92] AÇÃO POPULAR Nº 5019476-37.2018.4.02.5101/RJ. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/616013937/andamento-do-processo-n-acao-popular-n-5019476-22-08-2018-do-trf-2?ref=topic_feed>. Acesso em: 31 ago. 2018.

configurem como múltiplas ações para a permanência destas pessoas em espaços educacionais, como argumentou Lima (2013), ressaltamos que é preciso ainda reformular currículos, criar possibilidades de diálogos, desenvolver projetos, entre outras práticas que visem o combate à homotransfobia e promovam o respeito às identidades de gênero e sexuais.

Reconhecer que os espaços educacionais, em especial os espaços educacionais de nível superior, são organizados e vivenciados a partir da heterossexualidade compulsória, é o primeiro passo para a desconstrução de valores e normas vigentes que controlam e excluem estes mesmos corpos, possibilitando o acesso e uma vivência educacional mais significativa para esta população que historicamente lhe foi negada o direito ao estudo. Para Andrade (2012), o direito ao estudo quando negado, 'resulta no confinamento e na exclusão', originando a rejeição de seus corpos durante a vivência educacional, o que auxilia no movimento de culpabilização pela própria evasão escolar por parte destas pessoas.

Este processo de desconstrução de valores e normas não é linear e depende de vários agentes. Se pensarmos que o Brasil, em 2018, contava com 2.537 Instituições de Educação Superior (IES)[93] (299 públicas e 2.238 privadas), destas, 414 IES estão na Região Sul, sendo, no estado do Paraná (PR), 196 IES (14 públicas e 182 privadas); no estado de Santa Catarina (SC), 97 IES (8 públicas e 89 privadas) e; no estado do Rio Grande do Sul (RS), 121 IES (10 públicas e 111 privadas) (INEP, 2019), constatamos que o caminho para desconstruir currículos, práticas e discursos (cis)heteronormativos por todos os agentes que vivenciam estes mesmos espaços educacionais de nível superior se configura enquanto árduo, penoso e repleto de resistências. Porém, é através da luta pela promoção do respeito e pelo acesso e permanência igualitária desta população segundo estas espacialidades que poderemos conquistar uma educação enquanto direito para todas as pessoas.

Podemos ir além ao refletir sobre estes dados, os quais apontam que a educação superior no Brasil é majoritariamente privada, contabilizando mais de 75% das matrículas. Assim, no que concerne ao total de 8.450.755 de matrículas

[93] Instituições de Educação Superior entendidas como Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

realizadas nas IES brasileiras em 2018, 2.077.481 (24,58%) diz respeito às matrículas efetivadas no ensino público e, 6.373.274 (75,42%) no ensino privado. Em relação aos 1.264.288 de concluintes do referido ano, 259.302 (20,51%) se refere à conclusão da graduação no ensino público e, 1.004.986 (79,49%) no ensino privado (INEP, 2019).

Apesar de existir dados estatísticos referentes ao ensino superior, não são encontradas informações sobre os números de pessoas trans matriculadas e concluintes do ensino superior. Isto denuncia o silenciamento por parte das instituições de ensino e dos órgãos governamentais frente esta população, sendo que o número reduzido destas pessoas através destes espaços que são delas de direito seja uma resposta para a inexistência de tais dados. Contudo, tem-se constatado uma abertura para a vivência destes corpos através dos espaços educacionais de nível superior, como a própria tese evidencia, bem como a urgência de pesquisas e dados em âmbito educacional.

O funcionamento e dinâmica da educação brasileira por muito tempo estava (e está) comprometida com a (re)produção da (cis)heteronormatividade, como podemos constatar nos documentos que a norteiam. Segundo Cavalcante (2000, p. 12), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), “[...] apresenta-se como uma reordenação do sistema educacional por inteiro e abre um conjunto de inovações que podem fazer o acesso ao ensino superior menos elitista”. Entretanto, a LDB nº 9.394/96[94] não possibilitou um acesso ao ensino menos discriminatório em sua totalidade, uma vez que somente é mencionado as 'considerações com a diversidade étnico-racial' como princípio de base do ensino (Art. 3º, inciso XII), não considerando uma perspectiva interseccional, como considerações com a diversidade de gênero e sexual.

É evidente que o ensino superior ao longo da sua história foi preparado e projetado com vistas a um público específico, se constituindo enquanto um espaço por meio do qual a desigualdade, marginalização e estigmatização impedem a democratização do seu acesso por todos os indivíduos. Vale ressaltar novamente que 90% da população travesti e transexual se encontra na prostituição como meio de sobrevivência (ANTRA, 2018) e, desta forma, obtendo chances quase nulas de acessar estes espaços educacionais.

---

[94] LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

Contudo, existem pessoas que realizam movimentos de resistência e assujeitamento como destacado por Andrade (2012), possibilitando múltiplas relações através desses espaços. Sendo assim, tem-se constatado que pesquisas realizadas nas áreas do conhecimento 'Educação e Ensino'[95] vem se expandindo, mesmo que lentamente, tendo como marco principal a publicação sobre os sujeitos pelos próprios sujeitos, como é o caso de Andrade (2012), Sales (2012; 2018), Reidel (2013), Oliveira (2017), entre outras pessoas.

Isto resulta num avanço tanto social quanto científico, uma vez que as próprias pessoas estão produzindo saberes que envolvem suas próprias vivências e paralelamente conquistando direito de fala e direito de serem ouvidas, pois, por muito tempo, a população trans foi (e ainda é) objeto de estudo da produção do conhecimento científico. Entretanto, uma parte significativa não consegue acessar o próprio espaço que produz "verdades" sobre suas vivências. Ou seja, estas pessoas são objetos de estudo, mas na maioria das vezes não são seus próprios agentes.

Segundo dados da ANTRA, cerca de 82% da população encontra-se excluída do espaço escolar, o que possibilita um aumento da vulnerabilidade e violência, sendo que das pessoas que concluíram o ensino básico, somente 0,02% acessaram os espaços educacionais de nível superior, obtendo até agosto de 2018, 15 pessoas com título de doutorado em todo país[96].

Desta forma, constatamos a necessidade mais uma vez de políticas específicas para esta população no que diz respeito ao acesso e permanência nos espaços educacionais de nível superior, tanto no âmbito de graduação quanto de pós-graduação, pois também se constituem enquanto espaços de exclusão.

Podemos analisar o aumento da vulnerabilidade e violência que estas pessoas estão submetidas mediante exclusão educacional, a partir das reflexões de Silva *et al.* (2018), quando destacam que a vulnerabilidade é trabalhada de forma particular por cada pessoa trans, principalmente relacionada à vulnerabilidade à morte, uma vez que o Estado não elabora políticas específicas para o enfrentamento e prevenção às violências. A vulnerabilidade à morte é sentida em níveis distintos por cada sujeito, pois existe uma hierarquização social que diminui as chances de

[95] Dados obtidos a partir do levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações no site da CAPES.

[96] A nota pública não faz menção dos nomes das 15 pessoas com título de doutorado. ANTRA. **Nota Pública em apoio ao NEP-DH e PPDH da UFRJ**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/08/nota-publica-apoio-cotas-ufrj.pdf>. Acesso em: 08 set 2018.

homicídios.

Assim, Silva *et al.* (2018) afirmam a existência de uma transnecropolítica que determina quais indivíduos tem o direito de viver e quais devem morrer, constituindo estas pessoas enquanto 'inimigo' social. Esta transnecropolítica é colocada a prova quando estabelece limites espaciais para a vivência destes corpos transgressores da (cis)heteronormatividade, e assim impossibilitando a expressão de suas vivências.

> A transnecropolítica se efetiva na sociedade brasileira em um trabalho ordenado cotidianamente para criar as vidas que são consideradas importantes e aquelas que são descartáveis, como são consideradas as travestis e mulheres trans (e homens transexuais). A lógica política, social e econômica que opera a gestão da vida e morte dessas pessoas baseia-se na sua exclusão em vida, no extermínio do seu corpo e no ocultamento de sua existência após suas mortes. (SILVA, *et al.*, 2018, p. 57).

Seguindo esta lógica, podemos propor que o ensino se apresenta enquanto uma engrenagem para o funcionamento de uma transnecropolítica seletiva, como se os espaços educacionais não as pertencessem, principalmente os espaços educacionais de nível superior. Desta forma, parecendo que o ensino superior não são espaços para tais corpos, pois sua ausência nestas espacialidades é naturalizada. Assim, compreender como os espaços educacionais de nível superior são problematizados, pode possibilitar uma abertura para a compreensão destas vivências trans.

Como disposto na LDB nº 9394/96, uma das funções do ensino superior é formar pessoas em diferentes áreas do conhecimento que estejam aptos a exercer suas funções nos setores profissionais, contribuindo desta forma com o desenvolvimento social. Ademais, podemos dizer que algumas pessoas que exercem a atividade da prostituição como modo de sobrevivência não estão acessando, muito menos permanecendo, não somente através dos espaços educacionais, mas também, através das espacialidades do trabalho formal. Como afirma Silva (2008), a escola se constitui como um espaço interdito para a vivência de corpos que não correspondem a (cis)heteronormatividade, pois há conflitos contínuos para a permanência destas pessoas, comprometendo futuras realizações. O espaço interdito, para Silva (2013b), é produzido a partir de ações regulatórias, sendo efeito das relações de poder, ou seja, práticas que são interpretadas como se determinados espaços não fossem pertencentes à determinados sujeitos.

Podemos evidenciar que os espaços educacionais de nível superior são (cis)heteronormativos e não alheio aos outros espaços, como o espaço escolar e as

espacialidades do trabalho formal. Os espaços estão em contínua (re)elaboração, onde os discursos (cis)heteronormativos e práticas (cis)heteronormativas se realizam através deste, sendo necessário a criação de políticas específicas como o uso do nome social e sistemas de cotas voltadas à este público, possibilitando maiores chances de acesso e permanência por esta população através destas espacialidades, mesmo que precisem utilizar de táticas para suas (sobre)vivências.

3.2 Os espaços educacionais de nível superior e as táticas de permanência de homens trans através destes espaços

Compreender o conceito de espaço na presente discussão é primordial, uma vez que é a partir deste conceito-chave que podemos dar inteligibilidade sobre as vivências dos homens trans através dos espaços educacionais de nível superior e a constituição das suas múltiplas espacialidades. Neste sentido, utilizamos o conceito de espaço realizado por Massey (2008 [2005]; 2007), Massey e Keynes (2004) e o conceito de espaço formulado por Rose (1993) para discutir os espaços educacionais de nível superior e sua relação com as vivências espaciais de homens trans.

Massey (2008 [2005)] propõe pensar o espaço de maneira distinta, questionando a prática de pensá-lo enquanto superfície, mas passar a pensá-lo como um encontro de histórias. Em outras palavras, uma multiplicidade de trajetórias. Neste sentido, o espaço e a multiplicidade são co-constitutivos, pois, "sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço" (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 8).

Para tanto, Massey (2008 [2005]) apresenta a tríade para pensarmos o espaço: (1) enquanto produto de inter-relações, propondo uma compreensão relacional do mundo; (2) enquanto esfera da multiplicidade, na qual diferentes trajetórias coexistem e; (3) enquanto em contínua construção, compreendido como uma ‘simultaneidade de estórias-até-agora’, isto é, trajetórias múltiplas.

Compreender estes espaços como produto de inter-relações, com trajetórias (e narrativas) múltiplas e em contínua construção é proporcionar a existência de múltiplas relações sociais, mesmo que algumas não se estabeleçam. Considerar não somente trajetórias (cis)heteronormativas – como Massey (2008 [2005]) argumenta que a trajetória de homem (cis), branco, heterossexual foi *uma* das

trajetórias e não *a* universal, como há muito foi considerada – mas que coexistem múltiplas trajetórias a serem levadas em consideração. Deste modo, os espaços educacionais de nível superior são constituídos por distintas trajetórias, pois variadas pessoas vivenciam estes espaços, incluindo os homens trans.

É a partir destas relações que há o reconhecimento da espacialidade, vide a multiplicidade e a diferença (MASSEY; KEYNES, 2004). Nesta lógica, é preciso reconhecer a existência destes homens trans através destes espaços e, sobretudo, que eles possuem suas próprias trajetórias, as quais podem ser distintas, possibilitando, conforme os autores, uma certa autonomia, neste caso, por parte dos sujeitos.

> Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações. (MASSEY; KEYNES, 2004).

Massey e Keynes (2004) destacam a importância da última proposição (3) pois ela implica num fluxo constante de elaboração espacial, sempre com conexões a serem estabelecidas (embora algumas não se efetivem). Assim, para os autores, o espaço é constituído pelo imprevisível a partir da coexistência de diferentes trajetórias.

Não obstante, pensar sobre a coexistência de múltiplas trajetórias leva-nos a compreender a constituição do espaço enquanto uma possibilidade da coexistência temporal de distintas narrativas (ou discursos), como afirmado por Massey (2007). Ou seja, as temporalidades podem se cruzar ou se separar, neste último caso, se estivessem em contato, originando novas narrativas, consequentemente, novas interações e, por conseguinte, novas relações sociais. Nas palavras da autora:

> [...] o espacial é crucialmente o domínio da justaposição de narrativas dissonantes. Lugares e espaços, ao invés de serem posições com coerências distintas, tornam-se precisamente o foco do encontro do não-relacionado. Além disso, sendo assim, então o espacial em si mesmo torna-se gerador de narrativa. O espacial no seu papel de pôr em contato diferentes temporalidades gera uma provocação para a interação, o qual desencadeia novos processos sociais. (E por sua vez, isto enfatiza a natureza das narrativas como sendo não o desenrolar de alguma estória internalizada [algumas identidades já estabelecidas] – a história da Europa produzida por si mesma – mas sobre a interação e o processo de constituição de identidades – a noção reformulada de colonização). (MASSEY, 2007, p. 146).

Estas múltiplas trajetórias, geram, então, conforme a autora, a coexistência temporal de diferentes narrativas, que por sua vez, originam outras novas narrativas, logo, novas interações e relações sociais. O espaço então é entendido enquanto gerador de narrativas e estas, por sua vez, relacionadas à constituição das identidades. Para Massey e Keynes (2004), compreender o espaço como relações-entre vai de encontro com uma política 'anti-essencialista' da identidade, destacando a (re)elaboração das identidades numa perspectiva relacional e mutável. Neste sentido, espaço e identidade são co-constitutivos.

Para compreender a possibilidade da coexistência de múltiplas narrativas, é preciso levar em consideração aquilo que Massey (2007) chamou de 'geometria de poder de espaço-tempo'. Esta abordagem destaca esta coexistência de diferentes narrativas, as quais geram relações sociais que estão repletas de relações de poder e constituídas por 'articulações específicas' a partir da reflexão sobre lugares ('dentro' e 'fora' do lugar), lugares de encontro, isto é, aberto a coexistência de discursos.

Tais relações sociais são “configuradas para formar um espaço-tempo. Uma vez mais elas são abertas, porosas, inventadas e particularizadas como produto de interação”, podendo sofrer alterações ao longo do tempo. Assim, é na formação do espaço-tempo que vivenciamos; não obstante, através das relações de poder (MASSEY, 2007, p. 153). Da mesma forma, é na construção do espaço-tempo através das relações de poder que os homens trans vivenciam os espaços.

Massey (2008 [2005], p. 26) ao afirmar que “as trajetórias de outros podem ser imobilizadas enquanto prosseguimos com as nossas”, leva-nos a crer que, enquanto a trajetória (e narrativas) do homem (cis), branco, heterossexual (leia-se trajetórias - narrativas - (cis)heteronormativas) foi considerada *a* universal, as trajetórias (narrativas) das pessoas que não estão condizentes com a linearidade entre sexo, gênero e desejo foram imobilizadas ou até mesmo interrompidas em diversos espaços, dentre eles, os espaços educacionais.

Compreendemos então que existem cruzamentos de trajetórias (e narrativas), fazendo com que algumas trajetórias (e narrativas) espaciais sejam interrompidas em função da continuidade de outras, ou seja, algumas trajetórias (e narrativas) são compostas pelos espaços educacionais de nível superior, outras são interrompidas, e outras trajetórias (e narrativas) não são compostas por estas espacialidades. Nesta reflexão, discutimos as trajetórias de homens trans que

conseguiram "furar" o bloqueio (cis)heteronormativo e acessar os espaços educacionais de nível superior, assim, estabelecendo novas relações sociais. Relações sociais estas configuradas em uma geometria de poder de espaço-tempo, com lugares de encontro abertos à coexistência de novas trajetórias e novas narrativas (MASSEY, 2007; 2008[2005]). Trajetórias, que segundo Haesbaert (2017):

> [...] sintetiza esta dupla constituição espaço-temporal: não é possível definir trajetória sem vincular de maneira indissociável espaço e tempo. Provavelmente não exista melhor expressão, assim, para romper com a dicotomia entre as categorias mestras, espaço e tempo. [...] Ou seja, trajetória significa ao mesmo tempo o espaço (geográfico) percorrido e o movimento, o percurso (histórico) dessa jornada, totalmente geminados. Assim, a maior ou menor abertura do espaço para a configuração de novas trajetórias – em outros termos, a multiplicidade inerente ao espaço – é condição fundamental para a criação de uma nova história, de um novo tempo. (HAESBAERT, 2017, p. 6-7).

É justamente nesta multiplicidade de trajetórias (e narrativas) vivenciadas por homens trans que a (cis)heteronormatividade não está alheia, sendo a pluralidade de espacialidades vivenciadas pelos sujeitos, constituídas por diferentes relações de poder. Tal multiplicidade espacial que nos referimos diz respeito às espacialidades da casa, do trabalho, da saúde, educacionais, religiosas e político[97] que estes sujeitos vivenciam / vivenciaram.

Como propõe Massey e Keynes (2004), o fato de as relações sociais serem construídas indica que elas estão repletas de relações de poder. Neste sentido, é necessário "[...] reconhecer também a forma dessas relações, seu inevitável conteúdo de poder social, as relações de dominância e subordinação que elas podem requerer ou (mais positivamente), o potencial de capacidades que elas podem produzir" (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 21). Mais do que isto, para Massey (2007), além de reconhecer as relações de poder que estão inseridas nas relações sociais, é necessário darmos conta das relações de poder que estão imbricadas nos 'sistemas de conhecimento-poder' as quais damos inteligibilidade aos fenômenos.

Assim, ao acessar os espaços educacionais de nível superior, estes homens trans estabeleceram novas trajetórias (e narrativas) mediante novas interações e relações sociais. Contudo, dada a (cis)heteronormatividade constituinte dos espaços acadêmicos, estes homens trans necessitaram realizar táticas para a sua (sobre)vivência através destas espacialidades. Segundo Andrade (2012), pessoas

[97] As relações sociais estabelecidas através destas espacialidades serão discutidas no capítulo IV e V da presente tese.

trans utilizam de 'táticas para burlar a disciplina e o controle', desenvolvendo também, aquilo que a autora denomina de 'linhas de fuga' para acesso e permanência na escola.

Tais considerações foram constatadas quando evidenciamos que os sujeitos participantes da pesquisa também realizam táticas para efetivar sua permanência através dos espaços educacionais de nível superior, ou seja, as considerações de Andrade (2012) mesmo referindo-se ao espaço escolar, também pode ser percebidas no que concerne o espaço acadêmico.

As táticas utilizadas fazem-se necessárias uma vez que as políticas de inclusão, como o nome social (e cotas), não são suficientes para assegurar a permanência destas pessoas nos espaços, como afirmado por Lima (2013). Assim, a dinâmica de permanência através dos espaços educacionais vai muito além das políticas de inclusão, coagindo estes homens trans a realizarem táticas, com vistas a evitar constrangimentos e exclusões, acarretados pela transfobia, em suas vivências acadêmicas diárias, como pode ser evidenciado abaixo:

> Eu frequentei grupos que já seriam mais ou menos legais, eu fui nos específicos. Fora desses grupos, eu tava sempre sujeito a pessoas dizerem 'não, tu não podes entrar nesse banheiro, isso aí não é certo, não posso botar teu nome social'. Antes da regulamentação do nome social ali, poderia um professor dizer 'não, não vou usar esse nome social, a não ser que troque'. Estava sujeito a acontecer, poderia ter acontecido se eu não tivesse os esquemas de evitar, porque eu acho muito comum os homens trans arranjar uns esquemas pra evitar situações de constrangimentos, claro, não tenho esses relatos porque consegui evitar. (Entrevista realizada com Ciclope em 13 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

A partir da categorização das evocações mediante entrevista com os homens trans, evidenciamos que existem dois momentos principais em que as táticas utilizadas em espaços acadêmicos são colocadas em prática. Um destes momentos está relacionado quando docentes efetuam as chamadas de classe em sala de aula:

> [...] [e os colegas de turma?] eles foram saber, algumas pessoas da sala, foram saber depois de 4 meses que eu tava ali dentro da sala, porque eu esperava terminar a chamada, eu falava para os professor: ‘oh, você coloca presença pra mim?’. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo em 9 de maio de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] coloquei nome social no RA, na chamada... fiz final do ano passado. [...] só que pra isso eu cheguei e falei pra cada professor: 'Oh, professor, professora, do meu nome né na chamada', senão ia receber falta. [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar em 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] no primeiro ano não tinha nome social oficial na universidade, então eu tinha que depender da boa vontade dos professores. Ai professores que eu não tinha certeza que iam ser legais com isso, eu não fazia a cadeira, entendeu? Aí atrasei cadeiras obrigatórias [...] teve todos esses elementos que foram atrasando, aí os estágios também. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope em 13 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Podemos evidenciar que o profissional docente é o principal agente da finalidade da tática realizada, o qual pode ou não decidir, naquele momento, independente da legalidade/penalidade ou não do seu ato, sobre expor ou não, o aluno perante a turma. Desta forma, neste caso, mesmo que a tática seja realizada de modo a se evitar constrangimentos e exclusões, é o profissional docente que se configura enquanto pessoa que realiza a decisão, cabendo ao aluno uma posição de dependente de tais situações. Estas relações de poder que podem comprometer não somente as vivências acadêmicas, mas também o desempenho acadêmico, possibilitam o surgimento de novas táticas, como exemplo, a não realização da disciplina como evidenciado no discurso.

Do mesmo modo, outras táticas são colocadas em prática durante as vivências acadêmicas destes homens trans, não se restringindo à espacialidade da sala de aula, mas também a outros espaços da instituição, como no uso do banheiro (categoria espacial 'Banheiro Acadêmico'; 2,30% - 18 evocações)[98]:

> [...] antes o banheiro era meio complicado porque eu tinha que ir horários que não tivesse ninguém digamos nos corredores. Se eu estudava no último andar, eu ia no banheiro lá de baixo, exatamente pra ninguém me ver. Tipo: 'nossa, você é menina e ta usando banheiro masculino?' aí eu não ia ficar explicando porque eu também me sinto constrangido. Agora não, agora eu entro no masculino de boa e ninguém fala estranho, ninguém olha estranho, nada. (Entrevista realizada com Noturno em 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] eu ia no banheiro do deficiente físico... era um banheiro vazio, só eu frequentava lá, então... (Entrevista realizada com Homem de Gelo em 13 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] teve um dia que eu, nossa, precisava muito, tipo muito, e o bloco tava agitação e nenhum banheiro ficava tipo né, ninguém... daí eu: meu deus! Daí eu sei que eu caminhei até o hall tecnológico, que eu vi que ficava aberto. Daí pensava né, se eu precisar um dia, posso vir aqui. Eu via que ficava aberto e tal e teve um dia que, meu, precisava muito. Daí eu sai do bloco G e fui andando até o hall só pra usar o banheiro, depois voltei pro bloco [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar em 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná). [distância entre os dois pontos de 800 metros][99].

---

[98] A categoria espacial 'Banheiro Acadêmico' (2,30%) possui somente uma categoria discursiva 'Vivência Acadêmica' (100%).

[99] Distância contabilizada a partir do *Google Maps*.

> Então na educação física eu preferia não ir no banheiro lá, eu ia nos banheiros que eu sei que é mais vazio, eu dava uma olhada e via que não tinha ninguém, sabe, eu tinha todo um mecanismo pra lidar com isso, às vezes andava o dobro de distância, ou que eu sei que é mais vazio, porque os banheiros que é mais perto da sala de aula todo mundo vai no intervalo e tem aquele mais longe que agora não vai ter ninguém, eu vou naquele lá, e na psicologia já era mais tranquilo, era lugares, lugares separados [...]. (Entrevista realizada com Ciclope em 13 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

O desenvolvimento de táticas para o uso do banheiro está relacionado à arquitetura dos espaços (neste caso, banheiros masculinos com mictórios), à privacidade (utilização de banheiros especiais e individuais) e, principalmente sua relação com a passabilidade. Evidenciamos que as táticas para a utilização do banheiro dependem particularmente da passabilidade adquirida por parte destes homens trans, a qual se evitaria constrangimentos e exclusões ao ser lida numa perspectiva (cis)heteronormativa.

Utilizamos o termo tática em vez de estratégia, pois esta última se refere a manipulação *a partir de* relações de poder, ao passo que tática se refere a ação calculada *frente as* relações de poder (DE CERTEAU, 1998). Ou seja, a estratégia possui um lugar 'próprio', do querer e do poder, bem como do prever, 'antecipar-se'. Ao contrário, a tática não possui um lugar 'próprio', senão o lugar do outro, "e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha" (DE CERTEAU, 1998, p. 100). Em outras palavras, as táticas são ações calculadas dentro do campo das estratégias.

> Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai à caça. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (DE CERTEAU, 1998, p. 100-1).

Sendo a tática denominada pela ausência de poder e a estratégia, pelo seu contrário, como afirmado por De Certeau (1998), homens trans utilizam táticas de permanência para efetivar sua (sobre)vivência através destas espacialidades educacionais frente às geometrias de poder presentes. O fato de depender da decisão docente sobre respeitar ou não o nome social, constata-se a ausência de

poder; da mesma forma, isto também ocorre em relação ao uso do banheiro, pois a utilização do mesmo deve estar em conformidade com as normas de gênero. Ambas situações configurando-se enquanto táticas utilizadas no 'campo do inimigo' (DE CERTEAU, 1998), neste caso, (cis)heteronormativo.

A utilização destas táticas pelos homens trans deixa explícita as relações de poder que constituem os espaços acadêmicos, sendo espaços vivenciados de formas diferentes pelas pessoas que ali transitam, sejam elas trans ou não. Neste sentido, uma possibilidade de análise das espacialidades educacionais de nível superior pode ser realizada segundo conceito de espaço paradoxal proposto por Rose (1993), no que concerne a multiplicidade de localizações nas relações de poder.

A partir do que Teresa de Lauretis (1987) denominou de sujeito do feminismo, Rose (1993) elaborou um pensamento espacial, destacando a importância de outras imaginações espaciais que fossem além da distinção sexual, considerando outras categorias identitárias nas análises, desconstruindo também a concepção de uma identidade fixa, imutável, mas reafirmando a multiplicidade de identidades. Neste sentido, o sujeito do feminismo, segundo as múltiplas identidades, constitui-se em uma 'política de localização', a qual localiza os sujeitos nas relações de poder ressaltando os locais das diferenças que alguns sujeitos estão posicionados.

Para Rose (1993), a localização dos sujeitos é multidimensional e plurilocalizada. O sujeito pode oscilar e alterar sua localização nas relações de poder, dependendo das categorias identitárias como gênero, orientação sexual, raça/etnia, situação econômica, idade, etc. e, que são experienciadas ao mesmo tempo, assim, podendo tensionar e desestabilizar as relações de poder hegemônicas, constituindo novas configurações espaciais e relações sociais. Deste modo, o espaço para Rose (1993) é paradoxal, sendo ocupado o centro e a margem, *insider* e *outsider*, simultaneamente.

Portanto, a articulação das discussão de espaço paradoxal (ROSE, 1993) com as perspectivas elencadas por Massey (2008 [2005]) e Massey e Keynes (2004) sobre o espaço como constituído por inter-relações, esfera da multiplicidade e da diferença, em constante elaboração e como possibilidade de trajetórias coexistirem (MASSEY, 2007), nos possibilita compreender os espaços acadêmicos não somente constituídos pela (cis)heteronormatividade, mas também pela

desconstrução da norma.

O acesso e a permanência de homens trans e suas vivências nos espaços acadêmicos contribuem para a constituição do espaço, antes hegemonicamente (cis)heteronormativo, para novos espaços em que as trajetórias (e narrativas) de homens trans também coexistam. Neste sentido, ao utilizar de táticas de permanência, estes homens trans (re)estruturam os espaços acadêmicos, configurando novas relações sociais, podendo relocalizar-se nas relações de poder, principalmente relacionados à passabilidade.

Estes são apenas dois exemplos em que são utilizadas táticas pelo grupo pesquisado através dos espaços acadêmicos. Ressaltamos que outras táticas podem ser elaboradas com vistas à manutenção de sua permanência no ensino superior e demais espacialidades. Além do uso do banheiro, Scote (2017) argumenta que pessoas trans também enfrentam dificuldades para seu acesso e permanência no ensino superior relacionadas às questões financeiras (em especial na quitação da matrícula e mensalidades no ensino superior privado), acesso à moradia estudantil e bolsas de auxílio-alimentação, além da formação deficitária por parte dos profissionais no que concerne o tratamento adequado voltado às pessoas trans. Não obstante, também utilizam-se de táticas para assegurar suas (sobre)vivências.

Assim, evidenciamos a necessidade da elaboração de políticas não só de inclusão, mas também de permanência. Criticamos ainda a utilização de tais políticas de inclusão como desdobramentos, como se fossem capazes de se ampliar a todas as relações que podem ou não existir através dos espaços. O que se tem observado é que as políticas de inclusão para a população trans, não somente são insuficientes para acesso destas pessoas ao ensino superior, mas também que estas mesmas políticas de acesso são utilizadas ingenuamente como políticas de permanência.

Reiteramos mais uma vez a necessidade de reformular grades curriculares, fomentar espaços para o diálogo e convivência, desenvolver projetos e práticas que possibilitem a formação/capacitação de profissionais da educação, entre outras ações, para que as políticas voltadas à esta população não sejam pautadas somente no que diz respeito ao nome e ao uso do banheiro. Precisamos conceber a educação, independentemente do nível ou modalidade, enquanto mediadora de um projeto social (LUCKESI, 1994), levando em consideração os condicionantes sociais

numa perspectiva dialética, possibilitando assim a democratização a partir da transformação da sociedade.

É a partir desta democratização, pluralidade e possibilidades de inter-relações através do espaço que estes homens trans podem estabelecer as mais diversas relações em variadas espacialidades, pois, como afirma Massey (2008 [2005]), o espaço, possui uma multiplicidade de trajetórias, em que as pessoas têm suas próprias estórias para contar. Portanto, este capítulo evidenciou que a dinâmica e funcionamento da educação, em especial o ensino superior, estão embasados na produção e reprodução da (cis)heteronormatividade, contribuindo para a marginalização e vulnerabilidade social de algumas pessoas trans, mediante a negação do direito ao estudo.

Com vistas a amenizar este quadro, políticas específicas são elaboradas para possibilitar o acesso desta população em espaços educacionais de nível superior, embora ainda necessitem utilizar de táticas para efetivar sua permanência através destas espacialidades que, como bem lembra Scote (2017, p. 29), representam "uma das únicas possibilidades de visibilidade, ascensão cultural, econômica e social para esse grupo". Além disso, o acesso e permanência destes homens trans no ensino superior tensionam e desestabilizam a (cis)heteronormatividade, possibilitando novas configurações espaciais, além de novas vivências em múltiplas espacialidades.

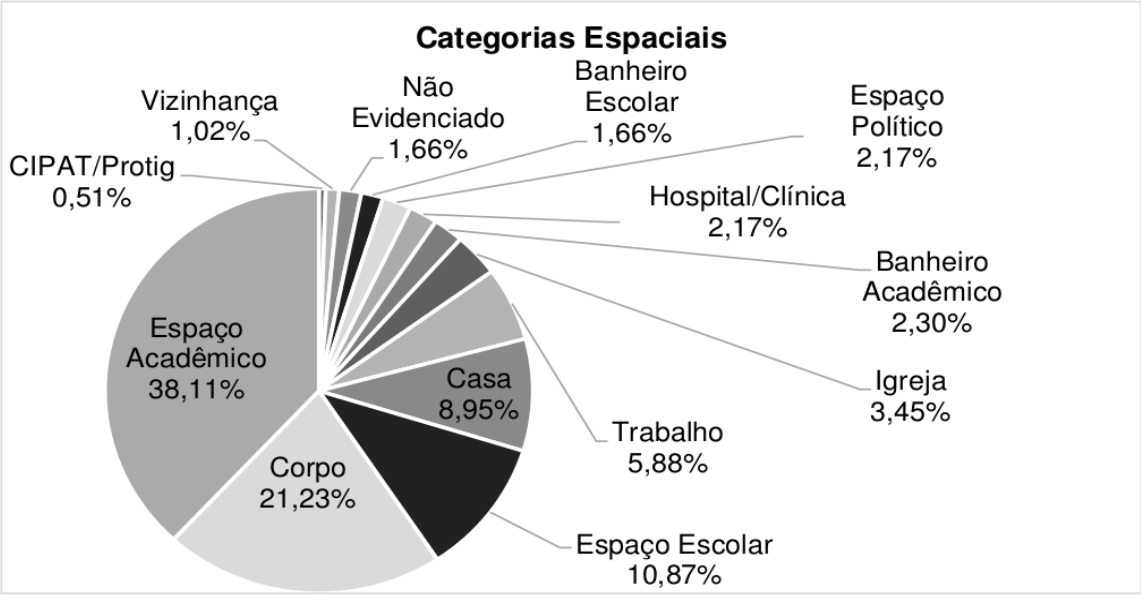
Neste sentido, para compreender como as vivências destes homens trans em espaços educacionais de nível superior constituem suas múltiplas espacialidades, estabelecemos até o momento as discussões teóricas sobre a (re)elaboração das identidades e das (trans)masculinidades, além da constituição da educação brasileira e as dinâmicas de acesso e permanência no ensino superior. A partir do capítulo IV, iniciamos as discussões dos resultados de campo, destacando as múltiplas espacialidades que eles vivenciam, bem como suas vivências acadêmicas e como estas possibilitam / possibilitaram uma relocalização nas relações de poder.

CAPÍTULO IV - A MULTIPLICIDADE ESPACIAL DE HOMENS TRANS QUE VIVENCIAM/VIVENCIARAM OS ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DO SUL DO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo compreender as vivências cotidianas dos homens trans através de suas múltiplas espacialidades. Assim, as relações sociais que estes sujeitos estabelecem / estabeleceram ao longo de suas vidas se dão a partir de diferentes espacialidades, constituindo-se, assim, em diferentes vivências.

Estas vivências heterogêneas são constituídas por relações de poder, estando relacionadas não somente à (re)elaboração das suas identidades e (trans)masculinidades as quais, como evidenciamos em nossas análises, variam no espaço-tempo, mas também estão articuladas com suas vivências acadêmicas. Assim, entre as múltiplas espacialidades que estes homens trans vivenciaram ao longo de suas trajetórias, elencamos, mediante análise de conteúdo (BARDIN, 1977), as categorias espaciais em conjunto com suas categorias discursivas evidenciadas no gráfico a seguir (Gráfico 3)[100]:

Gráfico 3 - Categorias Espaciais de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

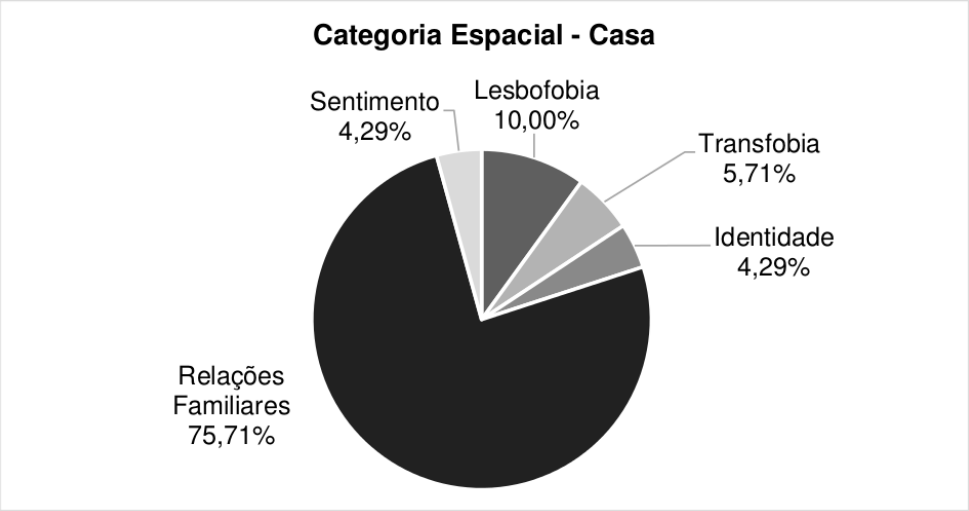
[100] A categoria espacial 'Não Evidenciado' (1,66%) será desconsiderada nesta análise por não possuir uma espacialidade específica.

4.1 O espaço familiar e a vizinhança

A categoria espacial 'Casa' com 8,95% do total das evocações está diretamente relacionada às questões familiares, (re)elaboração das identidades e manifestações da lesbofobia e transfobia. Esta categoria espacial está articulada com as demais categorias espaciais, pois as vivências espaciais dos homens trans através destes espaços são simultaneamente constituídas, podendo apresentar articulações mais ou menos intensificadas entre espacialidades. É através das relações familiares que discursos, valores e princípios são adquiridos desde o nascimento, que por sua vez, se constituem enquanto elementos em outras espacialidades, dentre elas, as espacialidades educacionais de nível superior (SANTOS, 2015).

Neste sentido, a categoria espacial 'Casa' (8,95% - 70 evocações) está intimamente relacionada à categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11%), na medida em que o apoio e incentivo familiar aos estudos, bem como o acolhimento e respeito ou não por parte de familiares podem influenciar positivamente ou negativamente as vivências acadêmicas destes sujeitos. Do mesmo modo, as vivências acadêmicas também podem influenciar as relações familiares, pois pode alterar as relações de saber/poder nas espacialidades da casa. Assim, o gráfico abaixo (Gráfico 4) evidencia as suas respectivas categorias discursivas:

Gráfico 4 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior; Categoria Espacial - 'Casa'.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Para Bachelard (1978, p. 201), a casa é compreendida como primeiro universo do ser humano, um berço no qual "a vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada", um potencial de sonhos; é onde residem os protetores. Contudo, esta proteção que confere à casa segundo Bachelard (1978), não pode ser compreendida enquanto absoluta, pois existem múltiplas relações que se estabelecem através destes espaços. Relações estas também carregadas de relações de poder. Neste sentido, a imagem da casa pode tonar-se sinônimo de sofrimento e dor quando preconceitos e discriminações estão presentes nas relações familiares, segundo uma criação (cis)heteronormativa (SANTOS, 2015).

Esta infância (cis)heterossexualizada pode ser compreendida mediante a metáfora das órbitas, proposta por Felipe e Bello (2009), as quais ora estamos próximos da matriz (cis)heterossexual, ora estamos longe. Ou seja, desde o nascimento, concepções sobre gênero nos são impostas. Desta forma, estamos próximos da matriz (cis)heterossexual. Assim, é mediante as relações sociais que estabelecemos em diferentes instâncias que nos posicionamos em relação à matriz (FELIPE; BELLO, 2009).

Por meio da criação (cis)heteronormativa, como destacado por Santos (2015), pessoas que não estão condizentes com a linearidade entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2013 [1990]), e que porventura estão posicionadas longe da matriz (cis)heteronormativa (FELIPE; BELLO, 2009), criam durante seu desenvolvimento pessoal e social sentimentos negativos, como pode ser evidenciado nos discursos abaixo (categoria discursiva 'Sentimento' - 4,29%):

> [...] E se eu não tivesse coragem agora eu não sei quando eu ia me assumir, porque eu tinha medo, tinha muito medo... eu tinha muito medo principalmente da reação das minhas irmãs, do pai... [...] (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Agora a família dela [da namorada] descobriu que eu sou trans... [...] daí anteontem a vó dela perguntou pra ela se eu era menina... daí ela explicou que eu era trans e tal. [...]. Perguntou se ela era sapatão. Daí ela disse: 'não vó, eu sou hetero, só que namoro um home trans'. Ela foi explicando assim [...] por parte da vó assim foi bem tranquilo. [...] eu fiquei meio com medo porque uma vez ela disse que se a vó dela soubesse, ia ser bem complicado de lidar. Daí quando ela me contou que a vó dela soube eu fiquei ‘nossa, agora já era’... [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...], mas a primeira pessoa que contei… na verdade não foi contar, na verdade eu fiz uma carta, né… deixei pra minha mãe e fui trabalhar. Não sou muito de falar tenho medo assim, prefiro escrever. Deixei a carta e fui trabalhar. Daí ela leu a carta e depois, lógico, ela mostrou pro meu pai a carta e daí eles entraram em contato comigo no serviço e tal e eu fiquei morrendo de medo que eles iam me mandar embora, que eu tava expulso de casa. Já tava preparado pra isso né..., mas foi muito ao contrário, né. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Nesta conjuntura, o medo é um sentimento que está presente não somente no próprio círculo familiar, mas também nas relações familiares que envolvem a família de parceiras e parceiros afetivo-sexuais. Assim, o medo da não aceitação, o medo da expulsão e o medo do abandono ao revelar a transexualidade perante a família, por exemplo, são sentimentos constantes nas vidas destes sujeitos.

Embora este sentimento de medo permaneça, o qual pode, por algum tempo, paralisar estes homens trans de reivindicar sua identidade de gênero perante a família, existe um momento em que revelar a transexualidade torna-se necessária devido à angústia de estar ocultando uma parte significativa do próprio ser, ou seja, sua própria identidade (categoria discursiva 'Identidade' - 4,29%):

> [...] só que eu me assumi mesmo foi em setembro de 2014 que eu me assumi pra minha família mesmo que foi um negócio assim que… chega um momento que você não suporta mais... uma angústia assim muito grande e você querer acabar com isso. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Para Ávila (2014), a revelação da transexualidade é constituída por sentimentos opostos de desejo de compartilhamento com outras pessoas, incluindo seus familiares, mas ao mesmo tempo, do medo da rejeição e dos resultados decorrentes deste anúncio. Vale (2018, p. 52) complementa que a revelação da transexualidade para os familiares configura-se enquanto um momento complexo, na qual a 'existência transexual' é caracterizada por diferentes dores, sejam elas "[...] dores emocionais, rejeição, repulsa, constrangimento".

Ao passo em que a transexualidade é revelada, inicia-se um processo de aceitação por parte de alguns familiares. Esta busca de aceitação, para Nascimento e Garcia (2018), também se configura enquanto uma experiência de sofrimento e dor por parte de pais e mães de sujeitos homo/transexuais.

O sofrimento e a dor argumentado pelos autores, parte principalmente das expectativas familiares, neste caso, (cis)heteronormativas, não supridas. Neste contexto, a dificuldade de aceitar uma nova história, diferente daquela que foi

fantasiada desde o nascimento da filha ou filho, torna-se um terreno fértil para as manifestações de lesbofobia e transfobia nas relações que confere à instituição familiar e, não obstante, contrariando o argumento de Bachelard (1978) da casa como protetora.

Desta forma, as relações familiares também são constituídas pela lesbofobia e transfobia, sendo a espacialidade da casa considerada um espaço (cis)heteronormativo, como destacado por Santos (2015). Como alguns de nossos entrevistados se afirmaram enquanto lésbicas anteriormente à transexualidade, evidenciamos manifestações de lesbofobia por parte de alguns familiares. Contudo, é importante salientar que a lesbofobia estava presente nestas relações mesmo que alguns sujeitos entrevistados não tenham afirmado anteriormente uma identidade lésbica.

Isto evidencia que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, a lesbofobia se constitui enquanto um elemento presente nas relações familiares, onde o simples desvio da (cis)heteronormatividade - como vestimentas, gestos ou atos em discordância com o gênero atribuído à genitália - já são suficientes para o exercício da lesbofobia, principalmente pelo distanciamento da feminilidade esperada (categoria discursiva 'Lesbofobia' - 10,00%):

> [...] porque era muito homofóbico [o pai - já falecido]. Uma vez ele viu minha irmã conversando com uma menina que era lésbica, conversando, na amizade, bateu nela, bateu na minha irmã porque ela tava conversando com uma lésbica […] [silêncio]. [...]. Minha mãe fala: 'ah, se ele tivesse vivo nessa época, tinha falado, sei lá, te jogado na rua, mandado você embora'... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> Aí chegou a vez que cheguei e contei pra minha mãe assim: 'Olha, tem como a gente procurar um médico?' Aquela ideia do médico é um Deus na terra que faz tudo, arruma tudo, conserta a gente... 'tem como o médico fazer eu ficar que nem meu pai?'. Nossa, eu apanhei que nem... [...] chegar e ter dias que meu pai dava uma surra, me chamar de sapatão, chamar de macaco, preto, sei lá o que. [...] Coisas assim... isso acontecia também dentro de casa, era reproduzido dentro de casa... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> Meu pai me expulsou de casa umas três vezes. Só que ele sempre voltava atrás. [...] Foi dois anos assim bem conturbado que era só briga lá em casa. [...] Ele falou que não tinha mais filha, né, no caso. Que eu tinha morrido pra ele. Que era pra eu ir embora, se eu fosse pra continuar assim era pra ir embora, deixar eles e tal. [...] eu não cheguei a sair. Quando eu tava me arrumando, ele voltava atrás. [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Podemos evidenciar que as agressões físicas são utilizadas como uma forma de correção do desvio da (cis)heteronormatividade, podendo ser acompanhadas por outras formas de hostilidade como o racismo, comprovando que é preciso analisar estas reflexões mediante perspectiva da interseccionalidade.

Costa *et al.* (2012) argumentam que existe uma violência doméstica também praticada tendo como alvo orientações sexuais dissidentes - e incluiríamos também identidades de gênero - pelos próprios integrantes da família (parentais ou não), sendo esta violência naturalizada e constante e, por isto mesmo, "[...] uma das mais perigosas, pois além de ser cometida pelas pessoas próximas das vítimas, inúmeras vezes ela se apresenta de forma silenciosa e dissimulada, imputando às suas vítimas um sofrimento indescritível tanto do ponto de vista físico, quanto do psicológico" (COSTA *et al.*, 2012, p. 3).

Para Bonassi *et al.* (2015), mesmo que exista uma violência psicológica também fora do espaço familiar, é através dele, mediante relações familiares, que a violência psicológica se origina que, conforme as autoras e, neste caso, corroborando com Costa *et al.* (2012), esta violência é naturalizada, ao passo que 'agressões, insultos, surras, expulsões de casa e da escola' se tornam constantes e invisibilizadas, colocando estes sujeitos numa posição de vulnerabilidade.

Evidenciamos nas entrevistas que a figura paterna possui a decisão de expulsão da casa, sendo estes dados também encontrados na pesquisa realizada com docentes por Santos (2015). Segundo a autora, ao serem indagados sobre um suposto desvio da (cis)heteronormatividade por parte de seus filhos e filhas, estes docentes afirmam que realizariam um processo de aceitação mediante diálogo. Contudo, observou-se que este processo de aceitação foi maior por parte das mães em relação aos pais, sendo que estes últimos determinam ou não a permanência do filho ou filha na casa, mesmo que a aceitação materna já tenha se efetivado.

Para Costa *et al.* (2012), a violência doméstica é sociohistoricamente justificada pela concepção de variados fatores como: 'família patriarcal monogâmica', 'moral religiosa', 'padrões sociais capitalistas', sendo a instituição familiar uma das primeiras instâncias a reproduzir padrões dominantes, corroborando com os argumentos de Bonassi *et al.* (2015).

A lesbofobia possui variadas relações no contexto familiar, ao passo que alguns homens trans que assumiram uma identidade lésbica, e que eventualmente sofreram a lesbofobia na espacialidade da casa afirmam que esta identificação

anterior facilitou posteriormente a aceitação/respeito da transexualidade por parte de familiares:

> Quando me assumi lésbica meus pais ficaram muito de cara. Daí chamaram o pastor lá em casa. Daí eles não aceitaram de começo. [...] minha mãe [...] não olhava na minha cara por umas duas semanas, não conversava comigo, ninguém lá em casa. Daí eu queria me vestir como homem, né, mesmo [...]. Estar no meio de homens assim, tipo festa de família, e meus pais não aceitavam... aí...daí foi indo, até que daí eu me assumi trans e foi um pouco mais tranquilo. [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Embora a revelação de uma identidade lésbica anterior à identidade transexual tenha facilitado este processo de aceitação/respeito da transexualidade pelo círculo familiar, infelizmente, a transfobia ainda é um elemento presente em muitas das relações familiares. Sobre este ponto, Zerbinati e Bruns (2019) analisaram qualitativamente 55 artigos sobre o fenômeno da transfobia, os quais foram categorizados de acordo com suas discussões, sendo uma destas categorias denominada pelos autores de 'transfobia e família'[101]. Esta categoria refere-se aos artigos sobre transfobia familiar e os riscos e proteção que constituem estas relações (BORNSTEIN *et al.*, 2006; JOKIĆ-BEGIĆ; KORAJLIJA; JURIN, 2014; KAPLAN *et al.*, 2015; MUÑOZ-LABOY *et al.*, 2017).

Zerbinati e Bruns (2019) destacam que é a partir do diálogo que as famílias se constituem enquanto protetoras e realizam movimentos de acolhimento, sendo o apoio familiar potencial influenciador na dimensão biopsicossocial da pessoa transexual. Além disso, os autores também evidenciaram em suas análises que a transfobia é manifestada nas relações afetivo-sexuais, sendo as mulheres trans as principais vítimas da violência doméstica. Sendo assim, a transfobia possui múltiplas formas de manifestações, não se restringindo somente ao núcleo familiar de origem.

Em outro estudo, Zerbinati e Bruns (2018) argumentam que a negligência familiar, em conjunto com o estresse e hostilidade voltadas às pessoas transexuais, pode contribuir no desenvolvimento de doenças mentais, como depressão e ansiedade. Para os autores, "a família merece atenção por ser considerada uma instituição que pode garantir importantes funções protetoras ao desenvolvimento físico e psicológico das crianças que não se identificam ou pouco se identificam com o gênero lhes atribuído no nascimento" (ZERBINATI; BRUNS, 2018, p. 37). As

[101] Além da categoria 'transfobia e família', Zerbinati e Bruns (2019) elencaram outras 6 categorias, a saber: 'transfobia e educação'; 'transfobia e saúde'; 'transfobia, psicologia e psicanálise'; 'transfobia, raça e religião'; 'transfobia adolescente' e; 'transfobia generalizada e transnegatividade internalizada'.

influências negativas decorrentes da negligência familiar são (e serão) refletidas em outras espacialidades. Assim, a compreensão da transfobia e as relações familiares são importantes na medida em que se estabelece uma associação nas vivências destes sujeitos (categoria discursiva 'Transfobia' - 5,71%):

> [...] o meu irmão é daquele que não aprova, mas ele também não julga, ele não concorda. Ele já falou muito claro que não concorda, não é uma questão nem de respeitar, é uma questão de tolerar, aquilo que ele falou: 'eu tolero'. Ele não respeita, tanto que tava passando a novela e passou a parte do Ivan ele disse: 'eu acho patético passar isso na TV em horário que criança tá vendo essas coisas'. Aí eu olhei pra cara de: 'você pretende ter filho?'. 'Pretendo'. 'Então você não vai deixar eu chegar perto dele porque eu vou iniciar ele a ser alguma coisa?'. Ele ficou calado... 'Se você não quer que eu chegue perto do seu filho, beleza, mas ele vai saber da minha existência. [...] daí ele falou: 'não, mas eu só acho que não deveria passar isso na TV'... [...] na verdade a transfobia é uma coisa que a pessoa já traz da... eu considero que a pessoa traz de casa mesmo, da convivência dela de casa, se o pai e a mãe falar sobre isso, a pessoa não ia ser desse jeito, então acho cada um traz da casa dele uma vivência e é transfóbico pela convivência que ele tem. Ele não procurar saber sobre o assunto e pra ele só ser aquilo e ponto. Meu irmão ele nunca teve, na minha família eu posso dizer que eu sou a ovelha negra, porque na minha família nunca pareceu trans, nunca apareceu lésbica, nunca apareceu nada, mas ai surgiu eu mais próximo dele [...] surgiu eu perto dele ainda e ele não soube e não sabe lidar até hoje, e ele não muda, ele não procura saber sobre [...] (não se permite) exatamente... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] eu senti hostilidade por parte do meu padrasto [como é a relação com ele?] é crítica, [ele te chama de [nome oculto]?] não [balançou a cabeça] e é uma coisa que muito me incomoda, porque tipo, estamos com visitas em casa, por exemplo, ele pede para as pessoas irem em casa, ele fala: 'fulana vai tá lá'. [E tua mãe?] ela falou assim: 'você tem que ter paciência com ele'. Não tenho que ter paciência porra nenhuma [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Evidenciamos que a transfobia é um elemento que constitui as relações familiares, neste caso, sendo aprendida e reproduzida pelos próprios integrantes da família, os quais não sabem como lidar com a presença de um familiar transexual, restando para este último viver diante de demonstrações transfóbicas por parte dos seus em um espaço que deveria ser sinônimo de acolhimento e segurança. Assim, muitos homens trans não são respeitados, mas tolerados nos seus círculos familiares.

Tolerar significa para Ferreira (2001) ser indulgente para com, ou ainda, consentir tacitamente, suportar. Assim, compreendendo a tolerância diretamente associada à permissividade (LOURO, 2013b). Em outras palavras, tolerar a transexualidade é corroborar com a (cis)heteronormatividade. Mais do que isso, a pessoa que tolera a transexualidade está em uma posição de permitir ou não a

expressão dos corpos por parte de sujeitos transexuais.

Esta permissividade pode depender do espaço-tempo em que as relações estão inseridas. Ou seja, podem existir determinados espaços em que a transexualidade será tolerada, como poderá haver outros espaços em que ela não será permitida. Por exemplo, pode ser que o corpo de um homem trans seja tolerado através da espacialidade da casa pelos seus familiares, mas que esta permissividade não ocorra em espaços públicos na presença destes mesmos familiares.

De toda forma, a categoria discursiva 'Relações Familiares' (75,71%) evidencia que o início da transição e a adoção do nome social por parte dos familiares é um processo lento que também demanda tempo. Em outras palavras, o fator tempo está não somente relacionado ao processo de transição pelo próprio homem trans, mas também pelos seus familiares que possuem certa dificuldade em compreender os elementos que constituem tal processo. É a temporalidade que permite que estes homens trans tenham suas identidades masculinas reconhecidas pelo seu círculo familiar, mas que ao mesmo tempo, também podem ser desrespeitadas:

> [ele te chama pelo nome social?] não, em casa não... [ele chama pelo nome de registro?] aham [e tua mãe?] minha mãe também. Acho que faz umas duas semanas ela me olhou assim... que eu fui falar que ia mudar meu nome no face né, pra eles não virem assim: 'meu deus!'. Daí a mãe falou assim: 'tá, né, só que não vou te chamar de [nome oculto]. Daí eu tipo... [...] sabe que eu não penso assim: 'ah, eles têm que me chamar, eles têm que me ver como homem...'. Eu não penso assim, sabe? São meus pais, eles têm o tempo deles... talvez eles nunca me chamem de [nome oculto], sabe, eu não vejo problema nisso, pra mim não é um problema... [...] com eles eu não esquento, sabe? [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Hoje é um pouco mais sossegado, mais tranquilo. Só que nem meu pai, assim, ele meio que não me trata muito como filho. Que nem meu irmão ele chama normal tipo ‘filho’, minha irmã de ‘filha’. Eu ele me chama só de [nome social oculto]. Tipo a gente não conversa muito assim. A gente conversa bem pouco assim. [...]. Minha mãe ela busca entender. Minha mãe ela sempre pergunta o que que é trans, o que é lésbica. Qual a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Ela sempre tá pesquisando também [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] claro que até eles acostumarem com gênero, nome social, foram alguns anos, mas isso é normal né, não exigiria diferente, mas claro que nesses primeiros meses, primeiro ano, esses primeiros anos eles são difíceis de qualquer jeito, porque tu tá tentando se afirmar socialmente, você quer que as pessoas, pra tu poder se estabelecer como um indivíduo e tudo, as pessoas tem que começar a te chamar pelo nome social, tu tem que tá afirmando isso o tempo todo, como pra família isso é um processo que demora inevitavelmente [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Neste ponto abrimos um parêntese, pois a questão da temporalidade também é evidenciada nas relações com a vizinhança. Assim, a categoria espacial 'Vizinhança' (1,02%) será discutida em conjunto com a categoria discursiva 'Relações Familiares' (75,71%) da categoria espacial 'Casa', pois as mesmas se entrelaçam e estão interligadas. Desta forma, a categoria espacial 'Vizinhança' possui uma única categoria discursiva: 'Vivências Sociais Amplas' (100%). Por vezes, são os próprios familiares destes homens trans que medeiam estas relações, explicando sobre a transexualidade e reivindicando a identidade de gênero do familiar transexual:

> [...] teve momentos de me pegar e tratar como ela, de me chamar de um nome nojento, assim, e eu de barba 'oh, que que tá pensando? Tá vendo uma mulher aqui, caralho?', ficava muito puto. Mas minha mãe chegou, conversou com as vizinhas, amigas dela, né, falou sobre... 'ah, não é mais assim que se chama, fulano de tal... [...] Dai, sei lá, os vizinhos são bem de boa agora, cumprimenta legal... [...] desconhecimento... daí eles espalharam pra cidade inteira, cidade pequena. Alguns vizinhos eram da minha escola, professora, a tia, acabaram espalhando... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] Então, a última vez que fui pra lá, pra [nome cidade oculta], foi esses dias. Foi bem interessante, assim, pessoal chegando: '[nome social oculto]'. Foi bem legal. Tem algumas pessoas parece que faz pra cutucar, sabe? Tipo, chega e fala: ‘Oh, [nome de registro ocultado]’. Dai de novo eu falo: ‘com quem você tá falando? Tá doido?’. ‘Oh, [nome de registro ocultado], eu to falando com você’. Ah, daí eu costumo a cortar [...] assim, os vizinhos ali de casa, tudo [nome oculto]… 'Ah, como você ficou um homem, não sei o que… agora tá pra nascer a barba, não sei o que'… eu fico todo empolgado assim, sabe? Bem legal [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] o vizinho mais próximo é o da esquerda e da direita, o da frente nem conversa. [...] esses vizinhos, sim, eles sabem, eu tenho eles no facebook, e às vezes eles falam o nome de registro, e eu olho, eles mesmo se corrigem... [...] tá lá no facebook, pelo amor de Deus... daí eles mesmo se corrigem. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Vale ressaltar também que não são todas as pessoas da vizinhança que respeitam o nome social ou que estabelecem relações mais estreitas com as

famílias destes homens trans. Além disso, estes sujeitos utilizam de táticas para evitar possíveis constrangimentos, como exemplo do interlocutor Fera, quando afirma que "[...] na questão vizinhança nunca, não sei, nunca me trataram diferente, [...] mas se me verem na rua, [...] e tem a vizinha do lado na rua e eu [...] meio que espero ela sair ou entrar [...] ou atravesso meia rua do outro lado, pra ficar longe e ela não me enxergar muito bem" (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

As táticas utilizadas pelos homens trans em suas relações de vizinhança também foram evidenciadas na pesquisa de Vale (2018). Segundo o autor, um de seus entrevistados optou por alterar a localização de moradia para evitar questionamentos da antiga vizinhança, frente à revelação da transexualidade, passando a rejeitar sua moradia de origem.

Ao mediar as situações com a vizinhança, as relações familiares extrapolam o círculo familiar, inserindo-se num contexto social mais amplo, transformando-se em relações subversivas da (cis)heteronormatividade como um processo heterogêneo e dinâmico, podendo variar de família para família. Assim, fechando o parêntese e voltando à relação de temporalidade da categoria discursiva 'Relações Familiares' da categoria espacial 'Casa', o processo de aceitação por pais e mães de homo/transexuais que demandava sofrimento e dor, como destacado por Nascimento e Garcia (2018), podem ser transformados, ao passo que estes sentimentos também são construídos, desta forma, podendo ser questionados:

> [...] a gente tinha umas tretas familiares que estavam cada vez mais pesadas por conta da transição […] parece que de tanto que eu bati nessa tecla e que eu insisti, eu venci no cansaço. Ai a minha mãe começou a perceber que aquilo tava trazendo muito sofrimento e que se ela não mudasse, ela ia perder o filho. Então, ela queria ter uma filha morta ou um filho vivo e feliz, sabe? Bem nesse sentido assim. [...] ela se tornou uma parceira muito grande pra mim, de me defender nos lugares e não deixar... mainha é tudo... […] ela procura entender cada vez mais. Antes ela não era aberta pra conversa, hoje ela tá mais aberta à raça, feminismo... […] tá aprendendo... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Para alguns homens trans, este processo de compreensão da transexualidade por parte de familiares demanda um processo de luto familiar - e por isto mesmo, tempo - onde a representação social, que é anterior à transição, morre, para que renasça uma nova representação social que estará sendo (re)elaborada constantemente a partir de uma nova identidade. É neste sentido que muitos dos

sujeitos afirmam que o processo de transição, incluindo principalmente a hormonioterapia, é o próprio renascimento do indivíduo.

Estas relações familiares associadas ao universo da transexualidade são múltiplas e heterogêneas, por meio das quais os diferentes atores do seio familiar precisam lidar. Assim, as relações que irmãs e/ou irmãos estabelecem com estes homens trans são diferentes entre si e entre as relações que pais ou mães estabelecem também com estes sujeitos. Isto é propor que cada integrante familiar concebe o fenômeno da transexualidade de uma forma distinta em relação aos outros, relações estas que podem ser tanto de acolhimento ou de exclusão:

> [...] eu me assumi lésbica masculinizada, aí já foi um choque assim principalmente pra minha irmã do meio. [...] Quando ela começou aceitar o meu namoro... ano passado, eu acabei terminando... Daí, dali uns meses eu me assumi trans. Aí tipo ela não, assim, eles não... como posso dizer? Acho que internamente eles levaram um choque, mas ela falou que já sabia... daí eu falei assim: 'mas então por que não me falou? Talvez tivesse me ajudado'... [risos] [...] daí ela falou assim: 'é que eu fiquei com medo que você não fosse, mas aí quisesse ser'. [...]. (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Meu irmão, ele é maravilhoso, assim... toda vida, 'meu irmão, meu irmão', me apresenta como irmão dele. Igual esses dias ele foi na faculdade ali, ele estuda em [nome da cidade oculta]... aí eu fui com ele [...] tinha um amigo dele lá fora, daí ele: 'esse aqui é meu irmão, [nome oculto]!'. [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> Ai com minhas irmãs assim, chamei as duas no quarto, teve um final de semana que as duas estavam lá, e tal... Daí eu falei: 'não, é que assim... é isso! Eu sou trans e tal'. Daí elas: 'nossa, conte uma novidade agora'... [risos]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> Meu irmão no começo dizia que tinha vergonha de mim, não queria sair comigo. Ai depois que eu falei do nome social, assim, tava um pouco mais tranquilo já... Ele foi o primeiro a me tratar no masculino lá em casa. Daí minha irmã, ela tinha acho que uns 3, 4 anos, quando eu me assumi lésbica, ela não entendia, daí a mãe não queria falar nada e tal. Ai depois ela... foi com 5, 6 anos que me assumi trans, aí eu expliquei pra ela, daí falei pra mãe, 'vai explicando, né, tem pessoas diferentes... não se identificam com o sexo e tal'. Daí eu fui explicando pra ela, daí ela me chama normal de [nome social oculto] ... [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Como podemos evidenciar, as relações familiares entre os sujeitos e seus irmãos e/ou irmãs (quando é o caso), podem ser relações de cumplicidade e reconhecimento da identidade de gênero, mas também podem ser estabelecidas relações de exclusão, vergonha e desaprovação, o que irá depender da particularidade de cada integrante familiar. Silva M. (2018) afirma que a pesquisa

realizada por Factor e Rothblum (2008) sobre a relação entre pessoas trans e seus irmãos e/ou irmãs evidenciou que existe um maior apoio social deste último grupo quando comparados ao apoio social por parte de pais e mães, vulnerabilizando a população trans frente à rejeição familiar.

Ainda, o processo de entendimento da transexualidade por parte de irmãs e/ou irmãos do sujeito transexual demanda tempo, além de sofrimento e dor, assim como nas experiências de aceitação por pais e mães como apontado por Nascimento e Garcia (2018).

Nas relações familiares destes homens trans também são manifestadas comparações principalmente voltadas às irmãs, sendo importante ressaltar que três dos entrevistados possuem uma irmã gêmea, onde a comparação é ainda mais evidente, principalmente antes da transição. Vale ressaltar que as relações entre irmãs / irmãos gêmeos são por vezes estabelecidas como se ambas / ambos possuíssem a mesma personalidade, desconsiderando suas individualidades.

Ao realizar tais comparações entre irmãos e/ou irmãs, sejam gêmeos ou não (lembrando que no caso destes últimos as comparações são ainda mais intensificadas como evidenciado nas entrevistas), pais e mães podem estar criando uma valoração entre filhos /filhas, quando um deles se torna o referencial:

> [em algum momento chegaram a comparar vocês principalmente por serem gêmeos?] toda vida, né... toda vida né... toda vida, nossa, tipo... 'olha a roupa que você tá, como é que os pia vão gostar de você? Olhe tua irmã! Porque você não se arruma igual tua irmã. Olha, passe maquiagem, oh, use vestido, use saia'. [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Tenho uma irmã mais velha que na época que as pessoas faziam muita comparação 'por que sua irmã é assim e você não? Por que sua irmã se veste assim e você não?'. [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Estas comparações eram realizadas principalmente levando-se em consideração as vestimentas, gestos e apetrechos ditos femininos, os quais, segundo familiares, supostamente não atrairia os meninos em consequência do afastamento da feminilidade. Assim, as relações familiares são influenciadas pela (cis)heteronormatividade, onde a 'correção' do desvio da norma é afirmado mediante agressões físicas.

Para Costa *et al.* (2012), os padrões sociais impostos constituem-se enquanto fator de ocorrência da violência doméstica, sendo estes padrões

repassados pelas gerações que, ao não serem seguidos em algumas situações durante o desenvolvimento pessoal e social dos filhos e filhas, desencadeiam conflitos nas relações familiares. Segundo os autores, é na tentativa de enquadrar os filhos e filhas na (cis)heteronormatividade que pais e mães utilizam de diferentes agressões em nome do amor, deixando marcas, muitas vezes, irreversíveis:

> [...] eu tenho lembranças de morar na antiga casa que eu morava, que foi antes dos 18 anos, de estar brincando com a minha irmã mais velha de casinha e eu ser o pai. E, não sei porque, mas eu lembro disso, de pegar o desodorante daqueles que você espirra e aperta e colocar dentro da calça. Quando minha mãe viu isso, ela correu, pegou, tirou de mim e me bateu. Eu lembro disso assim. Minha irmã horrorizada no canto e a gente... [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [...] Tanto que chegou um dia que eu fui pra aula, voltei da aula, minha mãe tinha tirado todas minhas roupas, tinha doado tudinho minhas roupas, tinha mudado tudinho o guarda-roupa. Nossa… foi terrível assim… foi… era um negócio meio termo, mas eu não queria aquilo, queria meus bonés, minhas bermudas. [...] Aí minha mãe pegou e trouxe todas as minhas roupas pra psicóloga pra dar pra doação. Ah, daí foi a hora que falei que não queria mais ir na psicóloga coisa nenhuma. [...] aí comecei a fazer academia, aí foi meu primeiro hormônio, com 15 anos… na verdade foi bomba [...] aí minha mãe foi, cortou a academia. Cortou tudo [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

A 'correção' do desvio da (cis)heteronormatividade realizada por familiares principalmente durante a infância e adolescência destes homens trans não se institui somente pelas vias de agressões físicas, mas por um conjunto de ações que permeiam o distanciamento da masculinidade desejada pelo sujeito. Assim, em especial as figuras maternas e paternas possuem um determinado controle sobre estes corpos e vigiam as expressões de gênero, e expressões que estejam em discordância com o gênero atribuído a partir da genitália devem ser reprimidas e coibidas.

Oliveira (2015) argumenta que é mediante as relações familiares que homens trans aprendem as normas de gênero, seja por repreensões, seja por si próprios ao descobrirem estas normas a partir das expressões de gênero dos adultos. Contudo, para o autor, alguns homens trans realizam práticas de resistências, mesmo inseridos num contexto familiar repreensivo.

Evidenciamos que o medo também está presente nas relações familiares, principalmente associados à transfobia que estes homens trans possam vir a sofrer socialmente. Desta forma, a casa é concebida para algumas famílias como um espaço de segurança, onde estes sujeitos estariam protegidos. Assim, a transfobia é

um fenômeno tão perverso que atinge não somente as pessoas trans, mas também as pessoas do seu convívio social, em especial, do círculo familiar. Atinge as pessoas que desviam da (cis)heteronormatividade e até as que possuem suas expressões de gênero inteligíveis. Independente de quando é manifestada, a transfobia deixa marcas, traumas e medos:

> [...] eu fico pensando se acontecer alguma coisa comigo, eu fico pensando a dor também que eu vou causar na minha família. Eu vejo o medo da minha mãe quando vou sair. Eu falo: mãe, vou no cinema e volto as 9. '9? tá muito tarde'... [...] daí eu: 'mãe, tem que ter uma vida. Não vou poder ficar dentro de casa me protegendo. Se for pra acontecer, infelizmente eu vou morrer, não vai ter o que faça'. [...] eles têm um medo compulsório de acontecer alguma coisa comigo, porque minha mãe vê, minha mãe sabe, passa notícia, ela vê reportagem e isso só vai aumentando o medo dela, só vai aumentando... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Diariamente as pessoas trans são alvos de hostilidade, de negligência e exclusão social, de múltiplas violências, incluindo situações em que são vítimas de homicídios, mediante a transfobia (JESUS, 2013). Desta forma, a correção do desvio da (cis)heteronormatividade não é realizada somente no seio familiar, mas é evidenciada em outros espaços. Assim, esta correção do desvio da (cis)heteronormatividade pelas vias das agressões físicas está associada aos casos de assassinatos de pessoas trans, pois fazem parte da morte social (mistanásia) que estas pessoas estão sujeitas, caminhando para o corredor da morte.

Em 2017, foram notificados 179 assassinatos de pessoas trans (169 travestis e mulheres trans e 10 homens trans). Estes dados são ainda mais alarmantes ao passo que somente 18 casos, ou seja, 10% destes assassinatos, tiveram a prisão decretada dos seus suspeitos (ANTRA, 2018). Segundo Benevides e Nogueira (2019), em 2018, ocorreram 163 assassinatos de pessoas trans no Brasil, sendo que deste total 158 eram travestis e mulheres trans, 4 homens trans e 1 pessoa não-binária. Destes, somente 15 casos tiveram a prisão decretada dos suspeitos, o que representa 9%. Em 2019, ocorreram 124 assassinatos de pessoas trans (121 travestis e mulheres trans e 2 homens trans), com 11 casos com suspeitos identificados, correspondendo à 8%, sendo apenas 7% dos suspeitos com a prisão decretada (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020). Devemos considerar também que existem relatórios relacionados à morte de lésbicas, que podendo erroneamente ter sido nomeados pelos veículos de divulgação dos casos de assassinatos, podem ser homens trans.

Conforme Benevides e Nogueira (2020), em 2019, 64% dos assassinatos aconteceram em vias públicas, indicando que a maioria dos assassinos não possuem relação 'direta, social ou afetiva' com a vítima, confirmando que as agressões físicas não ocorrem somente no seio familiar, mas que de toda forma, influenciam negativamente nas vivências socioespaciais destes homens trans, não obstante, em suas vivências acadêmicas.

4.2 Os espaços da saúde

A categoria espacial 'Hospital/Clínica' (2,17% - 17 evocações) pode ser analisada em conjunto com a categoria espacial 'CPATT/Protig' (0,51% - 4 evocações), pois ambas categorias espaciais se constituem enquanto espaços que estes homens trans estão inseridos para o acompanhamento médico e psicológico, obtenção de laudos de exames, receitas médicas, procedimentos cirúrgicos, entre outros elementos, durante seu processo de transição.

Ambas categorias discursivas estão relacionadas à categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11%) ao passo que o processo de transição é um processo intrínseco aos sujeitos que o iniciam, não podendo ser desvinculados das suas vivências espaciais. Neste caso, as relações entre espaço acadêmico e processo de transição se dão de forma mais evidente quando tal processo é iniciado antes ou durante a vivência acadêmica, isto é, o interlocutor que transicionou após a conclusão do curso de graduação não estabeleceu estas relações durante sua vivência acadêmica. As relações entre processo de transição e espaço acadêmico serão evidenciadas de forma mais explícita nas discussões da categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11%) no capítulo V da referida tese.

Assim, a categoria espacial 'CPATT/Protig' é constituída exclusivamente pela categoria discursiva 'Identidade' (100%), uma vez que é a partir destes espaços que alguns homens trans buscam reivindicar suas identidades masculinas. O CPATT (Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais), situado na cidade de Curitiba, Paraná, oferece acompanhamento médico e psicológico para travestis e pessoas transexuais durante seu processo de transição. Segundo a Secretaria da Saúde do Paraná (SESA-PR, 2017)[102], este centro foi inaugurado no ano de 2013[103],

[102] SECRETARIA DA SAÚDE DO PARANÁ. **Serviço do Estado oferece apoio no processo transexualizador**. Disponível em:

acompanhando até a data da publicação da matéria, 584 pessoas, sendo 331 mulheres trans e travestis e 253 homens trans.

Segundo a SESA-PR (2017), a periodicidade das consultas médicas e psicológicas variam dependendo do caso, podendo ser semanais, quinzenais ou mensais. "De janeiro até o final de julho de 2017, foram realizadas mais de 400 consultas médicas, 780 atendimentos psicológicos e foram dispensados mais de 43 mil comprimidos e 700 ampolas de hormonioterapia" (SESA-PR, 2017). Assim, o CPATT é reconhecido por alguns homens trans entrevistados como o espaço para iniciar o processo de transição:

> [...] Então agora o CPATT que é o lugar exatamente pra transexual e travesti [...] tomar hormônio... [...] ai ele [amigo] falou: 'eu queria saber como que funciona lá e tal porque agora eu quero tomar, fazer tudo com um acompanhamento médico e tudo mais', e pra ele poder mudar o nome depois né. Daí expliquei, daí ele vai começar a ir agora... fazer cadastro... [...]. (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] aí foi quando descobriu que tinha o CPATT [como você descobriu? Amigos?] não, não, eu não conhecia nenhum dos meninos trans, ninguém. Ai a [nome da namorada oculto] pesquisando na internet, falou: ‘eu achei. Vamos ligar lá’… [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [até então você não tinha começado o tratamento hormonal?] não, ainda não comecei na verdade... [tá previsto?] já foi mandado... já mandei encaminhamento tal, to esperando a CPATT liberar e daí, né... [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Segundo uma das interlocutoras de Oliveira (2015), o CPATT foi uma demanda vinda a partir das Conferências Nacionais LGBT de 2008 e 2011, requeridas principalmente pelo movimento trans, mas também este espaço já constava no Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT+ do Paraná.

Na primeira semana de atendimento ao público, nenhum homem trans buscou o CPATT, ao passo que 14 mulheres trans buscaram os atendimentos oferecidos. Em agosto, 5 meses após o início dos atendimentos, 92 pessoas trans estavam cadastradas, sendo que 84 frequentavam o espaço regularmente (62 mulheres trans e 22 homens trans). Já em dezembro, totalizavam 121 pessoas, destas 90 mulheres trans (74%) e 31 homens trans (26%).

<http://www.saude.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5664>. Acesso em: 11 jan. 2020.

[103] Em Oliveira (2015) encontramos evidências que o CPATT iniciou seus atendimentos em 2014.

Para os atendimentos realizados no CPATT, segundo Oliveira (2015), não são necessários encaminhamentos advindos de unidades básicas de saúde, mas é indispensável que todos os sujeitos realizem uma primeira consulta com todas as multiespecialidades que o serviço oferece, salvo os atendimentos com profissionais da assistência social que é realizado conforme demanda. Após esta consulta inicial, as pessoas decidem se querem ou não o acompanhamento com todos os profissionais disponíveis. Além disso, o espaço oferece encaminhamento para a realização de procedimentos cirúrgicos, contudo, necessitando acompanhamento multiprofissional com todas as especialidades devido aos protocolos do processo transexualizador.

Para Oliveira (2015), o CPATT constitui-se enquanto um espaço de convívio e de bem estar social, nas palavras do autor, 'hospitaleiro', na qual as pessoas que vivenciam este espaço trocam informações sobre a (re)elaboração das suas masculinidades e feminilidades, as situações de transfobia que sofreram e relatam suas vivências através dos espaços de saúde.

Um ponto importante destacado pelo autor é que o CPATT, mesmo sendo um ambiente hospitalar, mas que as pessoas possuem o livre-arbítrio para decidir sobre os atendimentos que irão buscar, configura-se enquanto um espaço aberto ao atendimento da população trans numa perspectiva despatologizante, pois, "a não obrigatoriedade dos serviços aliada a autoidentificação das pessoas como único critério para inclusão nos atendimentos e a própria eleição pelos/as usuários/as por qual(is) especialidade(s) anseiam, não seriam possíveis em um modo de atenção à saúde da população (trans) pautado no entendimento de suas vivências como doença [...]" (OLIVEIRA, 2015, p. 84).

Outro espaço que é destinado às pessoas trans para o acompanhamento médico e psicológico é o Protig (Programa de Identidade de Gênero), localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Também formado por uma equipe multiprofissional especializada, o Protig é uma das referências nacionais recebendo pessoas de todo o país desde o ano de 1998, quando ainda se chamava Programa de Transtorno de Identidade de Gênero (HCPA, 2019)[104].

Os atendimentos no Protig são individuais e coletivos, este último, realizados

[104] HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE. Programa de Identidade de Gênero (Protig). **Educação em Saúde**, v. 89, 2019. Disponível em: <https://hcpa.edu.br/area-do-paciente-apresentacao/area-do-paciente-sua-saude/educacao-em-saude/send/2-educacao-em-saude/99-programa-de-identidade-de-genero-protig>. Acesso em: 11 jan. 2020.

quinzenalmente. Assim, nos atendimentos, são discutidas questões relacionadas à (re)elaboração das identidades que estes sujeitos estão reivindicando, as dificuldades sociais que enfrentam ou poderão enfrentar em suas vivências e os aspectos que envolvem o universo do processo de transição. Também, é indispensável o acompanhamento dos familiares durante o processo (HCPA, 2019).

Contudo, o Protig vem recebendo críticas e ações judiciais relacionadas ao atendimento voltado à população trans, mediante descaso por parte de alguns profissionais[105], não sendo diferente como relatado por um dos sujeitos entrevistados:

> [...] é muito antigo, um dos primeiros programas, acho que desde 98, é referência, acho que foi o primeiro. E ai, assim, o Protig, eu tive uma relação ruim na época, eles eram muito, tinha uma assistente social, que ela era meio assim, eles tinham essa visão bem conservadora do diagnóstico psiquiatra e tal, e eu era bem ativista rebelde então eu não fui tratado legal, eu fui tratar assim 'ah, se tu tem tanta certeza, porque que tu é tão rebelde?', e eu também era rebelde, questionava, aquelas coisas... [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

O CPATT e o Protig se configuram enquanto espaços em que estes homens trans buscam para (re)elaborar suas identidades masculinas e realizar suas mudanças corporais por meio do processo transexualizador realizado pelo SUS após encaminhamentos. Estes espaços são utilizados pelos sujeitos como lugares de encontro, abertos a coexistências de discurso, como destacado por Massey (2007), discursos estes sobre as identidades transmasculinas, trocas de informações referente às transformações dos corpos, bem como relatos de manifestações transfóbicas vivenciadas tanto através dos espaços acadêmicos, quanto outros espaços.

Contudo, como evidenciado nas entrevistas, o CPATT, por ser o único centro do estado do Paraná a oferecer acompanhamento médico multiprofissional especializado e a hormonioterapia, alguns homens trans acabam abandonando os atendimentos, principalmente relacionados à distância em relação à cidade de residência. Também, não encontramos dados estatísticos concretos sobre o acesso ao CPATT pela população trans, a não ser alguns dados publicados pela própria secretaria de saúde do Paraná relacionados aos valores (R$) de medicamentos

[105] Paciente do Protig relata situação que enfrenta em hospital. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/2018/05/paciente-do-protig-relata-situacao-que-enfrentam-em-hospital/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

repassados ao programa[106].

Isto denuncia um silenciamento quantitativo e ausência de transparência por parte do governo em relação à quantidade de usuários e usuárias dos serviços, configurando-se naquilo que Bonassi *et al.* (2015) afirma ser uma mostra de transfobia institucional. Estes dados são importantes, como destaca Simpson, Chagas e Santos (2019)[107] para o delineamento de políticas públicas voltadas às travestis, mulheres trans e homens trans.

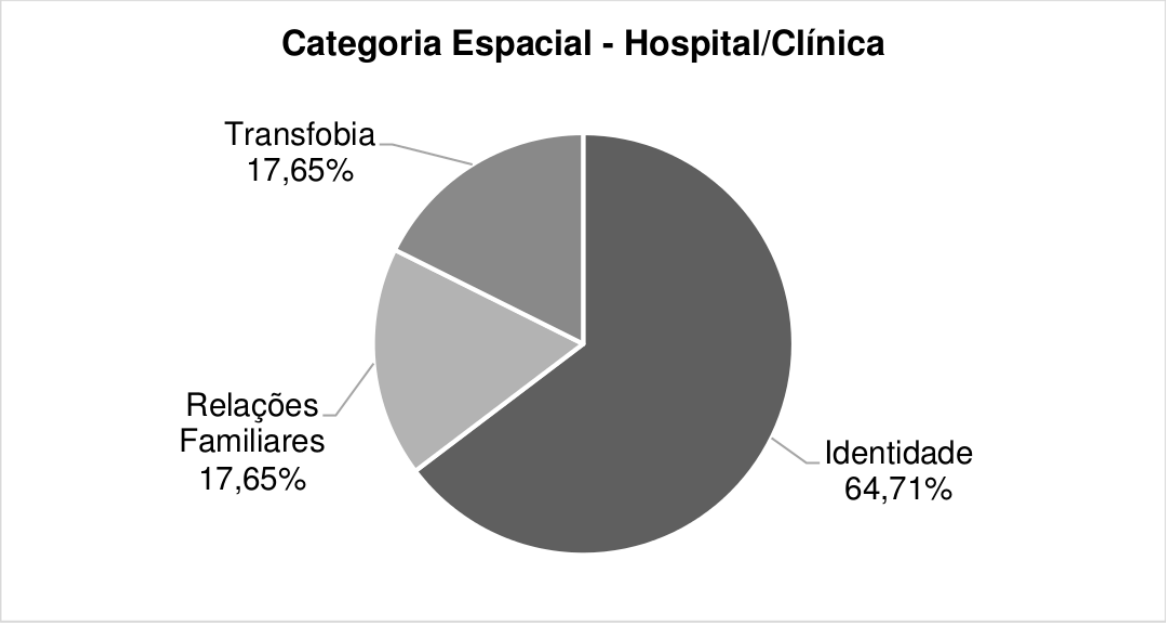
O CPATT e o Protig por vias do SUS não são os únicos espaços que contribuem com a (re)elaboração das identidades masculinas e as realizações das transformações corporais desejadas por estes sujeitos, sendo também possível fazer estes acompanhamentos durante o processo de transição por meio de procedimentos particulares. Assim, o gráfico 5 evidencia as categorias discursivas da categoria espacial 'Hospital/Clínica' (2,17%).

---

[106] Relatório detalhado do quadrimestre - RDQA - 3º quadrimestre e acumulado 2015. Disponível em <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio%20Gestao%20SESA/2015/RAG_3_Quadrimestre_2015.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020; Relatório detalhado do quadrimestre anterior - 1º quadrimestre 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Apresentacoes/2016/REL1oQUADRIMESTRE2016.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020. Relatório detalhado do quadrimestre anterior - 2º quadrimestre 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio%20Gestao%20SESA/2016/RDQA_2_Quadrimestre_2016.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020. Relatório detalhado do quadrimestre anterior - 3º quadrimestre 2016 e acumulado. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio%20Gestao%20SESA/2016/RDQA_3_Quadrimestre_2016.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020. Relatório anual de gestão - 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio%20Gestao%20SESA/2016/Relatorio_Anual_de_Gestao_2016.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020. Relatório detalhado do quadrimestre anterior - 1º quadrimestre 2017. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio%20Gestao%20SESA/2017/Relatorio_1_Quadrimestre_2017.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

[107] SIMPSON, Keila; CHAGAS, Bruna Iara Lorian; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos Santos. **O Movimento LGBT+ no Brasil e os avanços e retrocessos**. Ponta Grossa (PR), 2019. Mimeo.

Gráfico 5 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior; Categoria Espacial - 'Hospital/Clínica'.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Como evidenciado nas entrevistas, àqueles indivíduos que possuem recursos financeiros para o acompanhamento médico e psicológico e realização de procedimentos cirúrgicos, e que por ventura, não desejam acessar o processo transexualizador pelo serviço público, buscam hospitais e clínicas particulares - alguns mediante plano de saúde - para pleitear suas identidades masculinas mais rapidamente (categoria discursiva 'Identidade'; 64,71%):

> [...] eu faço numa médica lá no interior, uma clínica geral, mas medicina intensiva, assim, a minha médica de família, me conhece desde pequeno. Ela é bem de boa, super tranquila. E quando cheguei lá, ela não sabia o que era isso, que hormônio usar. Cheguei: 'olha, tem tal hormônio que a gente pode usar em tal dosagem [...] foi um processo de experimentação pra ela também. Hoje a gente tá super bem, então, eu chego lá, peço os exames, ela já faz a receita [...]. É particular porque ela não faz pelo SUS, então eu junto uma grana pra pagar meus hormônios, e pagar as consultas, e ela faz um preço legal... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] a primeira psicóloga que eu fui ela não quis me atender muito. Falou que não sabia fazer o laudo, que ia demorar dois anos pra ficar pronto o laudo. [...] Daí eu fui procurar um outro psicólogo. Foi meu professor na faculdade. [Quanto tempo demorou?] então [...] 4 meses. E também é por particular não precisa isso de dois anos. Dois anos precisa só se você tiver no SUS. [Pela primeira psicóloga era pelo SUS?] não, particular, mas ela por ser leiga no assunto. Ela pensou que tinha que ter acompanhamento de dois anos. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Podemos evidenciar nos discursos acima que, além da questão da temporalidade em comparação com o processo transexualizador realizado pelo SUS, existe uma defasagem na formação destes profissionais relacionados ao universo das transexualidades, podendo, inclusive, considerá-las a partir de uma visão patologizante. Este desconhecimento culmina no despreparo no atendimento e acompanhamento destas pessoas durante seu processo de transição, além de ser uma resposta que pode estar associada à transfobia por parte de alguns profissionais.

Segundo Jesus (2013), a população trans está categorizada socialmente mediante 6 dimensões, sendo uma delas realizada pela perspectiva clínica tradicional que leva em consideração a patologização das transexualidades, caracterizando-se, assim, como uma abordagem excludente, pois nega o direito destas pessoas trans de reivindicar suas identidades e as condicionam dependentes do discurso médico-biológico. Para a autora, além da dimensão clínica tradicional, existe a dimensão clínica identitária, que decorre da perspectiva identitária sobre o gênero pela clínica, constituindo-se, assim, como uma abordagem inclusiva. O quadro abaixo elaborado por Jesus (2013) evidencia as dimensões distintas em que as pessoas trans estão categorizadas:

Quadro 4 - Categorização social da população trans.

Categorização	Abordagem	Identidade de Gênero		
		Mulher transexual	**Homem transexual**	**Travesti**
Biológica	Neutra	Macho	Fêmea	Macho
Identitária	Inclusiva	Mulher	Homem	Homem e mulher; homem ou mulher; ou apenas travesti
Clínica tradicional	Excludente	Homem transexual ou transexual masculino	Mulher transexual ou transexual feminino	Travesti
Clínica identitária	Inclusiva	Mulher transexual	Homem transexual	Travesti
Laboral	Excludente	Profissional do sexo	Profissional do sexo	Profissional do sexo
Política	Inclusiva	Mulher transexual	Homem transexual	Travesti

Fonte: (JESUS, 2013, p. 107).

Conforme Jesus (2013), além destas duas abordagens já mencionadas, existe uma abordagem biológica que refere-se ao sexo biológico; a identitária, que leva em consideração a autoidentificação da pessoa; a laboral, que refere-se à associação entre população trans e prostituição; e a política, a qual diz respeito a reivindicação do gênero e a busca pela despatologização das transexualidades. Tais abordagens mais ou menos inclusivas são atribuídas mediante diferentes categorias elaboradas "[...] a partir da autopercepção, e da heteropercepção que valoriza a autoidentificação das pessoas trans ou que a psiquiatriza as identidades trans" (JESUS, 2013, p. 108).

Neste sentido, a perspectiva adotada pelos multiprofissionais durante o processo de transição pode ser tanto inclusiva, quanto excludente. Assim, o desconhecimento somado à transfobia praticada por profissionais da medicina, psicologia, assistência social, entre outros que estão envolvidos no processo, numa abordagem excludente, pode prolongar os quadros de ansiedade e sofrimento de homens trans, mulheres trans e travestis, não somente relacionadas ao preconceito,

discriminação e estigmatização mediante suas vivências sociais e acadêmicas, mas também relacionados ao sofrimento interno da não compreensão sobre a própria identidade:

> [...] minha mãe levou em psicóloga, a psicóloga não sabia o que tava acontecendo, ela não conseguiu identificar [...]. Então, daí eu ia na psicóloga, ela não sabia o que fazer, eu não sabia o que tava acontecendo. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Teve até uma psicóloga que ela tentava empurrar a sexualidade pra mim, e eu ficava tipo, mas é porque eu não me sinto assim: 'ah, é que você se veste assim e tudo mais', falei: 'eu sei, mas eu não me sinto assim'. Ai ela: 'mas é questão de tempo. Eu tava na quinta série, eu era aluno problema na escola [...]. Enfim, e aí... ela ficava tentando me empurrar a sexualidade. [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] minha mãe buscou auxílio de psicólogo e tal, e ai o psicólogo disse pra ela que ela tinha que fazer tratamento porque era uma coisa que ela fazia que me dava esse 'distúrbio' digamos assim, né, era a mentalidade dele na época, então minha mãe começou a fazer terapia. Isso é uma coisa que eu vejo como marcou pra ela. Imagina tu chegar, tu é uma jovem mãe de 25 anos, e aí vem um psicólogo dizer que tu tá fazendo um negócio que tá causando um distúrbio na criança, sabe? Isso é algo que, todo esse sistema de distúrbio e tal afeta também a família nesse caso, né? Então, pra ela hoje em dia, ouvir as pessoas dizendo: 'mas não é, as pessoas que são trans, elas são assim porque nasceram assim', é uma coisa que acho que dá um alívio pra ela. Mas assim, nessa época tinha a coisa de reprimir, por mais que fosse uma criança que não entendesse o que tava acontecendo [...] mas era algo que me marcava como: 'tem algo acontecendo e eu estou fazendo algo que está fazendo com que minha família me leve nesse ambiente que eu não sei direito o que acontece aqui, então é algo errado que tenho que reprimir'. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Neste contexto, evidenciamos que este despreparo profissional influencia diretamente as relações familiares, a qual será discutido mais adiante, bem como as vivências acadêmicas daqueles sujeitos que decidiram transicionar antes ou durante a graduação. Temos que ter em mente também, o contexto histórico-social apresentado nos discursos, pois, as discussões de gênero e sexualidades desassociadas da patologização das transexualidades e do determinismo biológico são recentes.

Segundo Leite Jr (2008), novos padrões do corpo, concepções de gênero e sexualidades foram categorizados pela ciência no final do século XIX e início do século XX, mas foi na década de 80, dentro de uma vertente pós-feminista e pós-estruturalista, que originam os Estudos *Queer*. Como objetivo, estes estudos criticam a postura universalista e essencialista sobre as categorias identidade, gênero,

sexualidade, corpo e as dualidades presentes nas discussões científicas, em especial àquelas relacionadas à medicina e psique.

O que não se pode negar é que este despreparo profissional está associado com a falta de informação sobre o assunto. Logo, esta desinformação pode resultar em manifestações transfóbicas pelos profissionais de saúde quando estes homens trans buscam os recursos necessários para seu processo de transição e, desta forma, influenciando suas vivências socioespaciais ao passo que estas espacialidades estão sendo simultaneamente constituídas (categoria discursiva 'Transfobia'; 17,65%):

> [...] daí ele [psicólogo] já fez um laudo e daí com esse laudo do meu perfil, tudo né, fui atrás da endócrina. Daí a primeira endócrina também que eu procurei, eu sofri preconceito, não quis me atender, que não entendia, que não sei o que. Foi meio transfóbica, daí eu não fui mais nela e procurei uma outra. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Além destes casos de transfobia por parte destes profissionais, destacamos a existência de uma transfobia institucional, principalmente no tocante ao respeito pelo nome social destes sujeitos. Bonassi *et al.* (2015) afirmam que existe uma violência institucional, além da violência física e psicológica que travestis, mulheres trans e homens trans sofrem. Dentre as violências institucionais, as autoras destacam: a transfobia[108] institucional (37%), a ausência de acesso à serviços (36%) e recusa de atendimento (27%)[109]. Para as autoras, a própria dificuldade no acesso (e destacamos também a permanência) aos serviços se constitui enquanto uma violência institucional, sendo "uma violência que se instaura e se capilariza em diferentes áreas e por meio da atuação de diversos profissionais" (BONASSI *et al.*, 2015, p. 92).

Segundo Bonassi *et al.* (2015), a transfobia e homofobia (masculina e feminina) são materializadas quando as instituições se recusam a respeitar o nome social e a utilização do banheiro, bem como a ausência de informações sobre as pessoas trans que vivenciam estes espaços. Abaixo, alguns dos discursos dos homens trans entrevistados que se referem à uma transfobia institucional relacionadas ao respeito do nome social no âmbito da saúde:

---

[108] As autoras utilizam o termo homofobia.

[109] Além destas violências institucionais, Bonassi *et al.* (2015) evidenciam o abuso de autoridade (27%), a violência policial (24%) e a demora excessiva no atendimento (24%).

> [...] eu até iria ali que o meu médico é ali da [nome do hospital oculto], é plano. Só que aí lá é o nome de registro que aparece no telão, então eu evito isso, sabe? Nossa, eu falei: 'oh, eu posso tá morrendo, mas eu não quero mais ir naquela Unimed ali'. Aparece o nome lá no telão grandão e tem que entrar… [você chegou a falar do nome social?] falei. Eles falaram assim que é a norma de lá, passa o cartão… [o direito do nome social] não existe pra eles, nossa senhora! Olha, é uma raiva que eu passo lá dentro. Uma raiva danada que eu passo lá dentro daquele hospital [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] fui esses tempos atrás num médico e tipo deu uma confusão com a recepcionista por causa do nome, daí ela não queria colocar o nome social... [...] eu tava com alergia e fui ver o que que era... daí a mulherzinha lá não queria colocar o nome social... ela disse que não podia, que não tinha... daí eu: 'Como não? Sendo que eu vim esses tempos atrás e deu bem tranquilo... [foi a mesma pessoa que atendeu?] não... eu já tive problema com essa daí da outra vez que eu fui. Ela falou que não pode que eu..., 'Mas é direito. É direito meu!' Aí ela pegou e ficou quieta... aí mostrei o cartão do SUS que está com nome social... aí ela só anotou no papelzinho [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Bonassi *et al.* (2015), reconhecem que existe uma formação inconsistente sobre as discussões de gênero e sexualidades, em especial sobre a população LGBT+, mas também que existe documentos em diversas áreas que inserem a população trans e seus direitos em seus textos. Assim, para as autoras, é indispensável que seja realizado um levantamento sobre o reconhecimento e acolhida de homens trans, mulheres trans e travestis através destes espaços para a obtenção de dados relacionados à violência institucional, física e psicológica.

Embora a área da saúde tenha uma concentração significativa de políticas públicas voltadas à população trans, Bonassi *et al.* (2015) alertam a ausência de formação voltada ao atendimento de usuários e usuárias dos serviços, os quais podem ser evidenciados nas porcentagens encontradas pelas autoras sobre violência física e psicológica sofrida por estas pessoas. Assim, tais violências, somadas à negação do direito à saúde, resultam no índice "[...] de pessoas que afirmaram não ter procurado atendimento médico, mesmo necessitando do serviço" (BONASSI *et al.*, 2015, p. 93). Não obstante, estas violências físicas e psicológicas estão associadas à um prejuízo social e acadêmico que estas pessoas estão sujeitas.

No tocante à categoria discursiva 'Relações Familiares' (17,65%), evidenciamos que o despreparo profissional sobre a transexualidade influência nas concepções que familiares possuem sobre a mesma, como já evidenciado na categoria discursiva 'Identidade' (64,71%). Neste sentido, segundo alguns

entrevistados, foi principalmente no período da infância e adolescência que pais e mães os encaminharam para sessões de terapia com psicólogas e psicólogos com vistas à 'correção' do desvio da (cis)heteronormatividade, como se este suposto desvio pudesse ser corrigido. Além disso, é possível evidenciar o discurso médico-biológico por parte de psiquiatras, ao destacar a patologização das transexualidades em conversas entre profissionais da medicina e psicologia e familiares dos sujeitos durante as consultas:

> [...] Aí começaram a me levar pra psicóloga depois disso. [...] eu já tava com uns 11 anos... aí me levaram pro psicólogo até os 16 [Como eram as sessões? Ela entendia?] Nada, tentava curar, falava pra mim que era pro meus pais entender e pro meus pais falava que ia fazer eu mudar [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] a consulta era assim, eu entrava um tempo e depois minha mãe entrava. Daí minha mãe entrou, daí eu pedi pra ela, a psiquiatra, falasse da transexualidade. Pior erro. Ela falou o que a psiquiatria define enquanto transexualidade. Aí eu fiquei olhando pra ela e pra minha mãe em choque. Só que daí nós saímos, no corredor fui perguntar pra enfermeira, perguntando da minha psicóloga, porque queria que minha mãe falasse com minha psicóloga depois disso, porque eu fiquei horrorizado, imagine minha mãe. [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Conforme Oliveira (2015) afirma, a Associação Americana de Psiquiatria (APA), a partir da publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5[110], o gênero constitui-se enquanto um conjunto de fatores psicossociais os quais estão relacionados aos fatores biológicos. Segundo o autor, com a publicação desta edição, a APA continua reproduzindo um discurso que prima o determinismo biológico para a definição de gênero.

O DSM-5 apresenta um protocolo de diagnóstico da disforia de gênero categorizados mediante fases de desenvolvimento: criança, adolescente e adulto. Em crianças, a disforia de gênero está apresentada na categoria 302.6 (F64.2) como: "incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses", devendo ser manifestada pelo menos por 6 dos 8 pontos do diagnóstico, tendo que obrigatoriamente um dos pontos ser: "forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do

[110] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-5. 5ª edição. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnosico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

designado)", além da condição estar "associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo" (APA, 2014, p. 452). Em adolescentes e adultos, a disforia de gênero está apresentada na categoria 302.85 (F64.1), devendo ser diagnosticada em 2 dos 6 pontos do protocolo.

Ao considerar o ponto do diagnóstico a condição de estar associada ao prejuízo no funcionamento social, acadêmico, entre outras áreas, a APA (2014) leva em conta que a própria transexualidade culmina neste quadro, desconsiderando que o real motivo para tais situações são decorrentes do estigma e violência que estas pessoas vivenciam, inclusive pelos próprios profissionais de saúde, induzindo à vivências sociais e acadêmicas, entre outras, prejudicadas.

Para Leite Jr (2008), as normas de gênero são impostas por variados campos do saber, em especial o discurso biomédico que se constitui enquanto legitimador das expressões de gênero naturalizadas e, por conseguinte, justificadas pela ciência.

Se estas considerações realizadas na perspectiva clínica da psiquiatria forem absorvidas por profissionais, na medida em que acreditam que o gênero possui um fator biológico, somado à ideia de que a transexualidade pode ser diagnosticada, é o mesmo que considerar esta última enquanto uma patologia passível de tratamento. Aqui podemos evidenciar o discurso médico-biológico apresentado por Butler (2013 [1990]) alimentando o mecanismo de gênero. Não obstante, influenciando as relações familiares sobre tais concepções, conectado com as vivências espaciais de homens trans no ensino superior.

Este jogo de influências também possui outras relações, ao passo que o círculo familiar não só é influenciado por estes discursos, mas também influenciador na dinâmica que permeia o processo de transição através dos espaços da saúde, podendo até mesmo pressionar a decisão médica na obtenção de laudos de exames, receitas médicas para a hormonioterapia e encaminhamentos para procedimentos cirúrgicos:

> [...] Dai na segunda endócrina que eu fui eu é… ela me aceitou e a minha mãe até foi junto quando foi nessa segunda endócrino, minha mãe foi junto pra dar uma pressão. Querendo ou não ajuda, né, influencia, né, a mãe indo, o médico vê que né, a família tá aceitando que não tem nenhum problema. Apesar de você ser maior de idade… daí essa endócrino aceitou, bem de boa, bem tranquilo e é ela que tá me acompanhando até hoje, depois de 1 ano e 8 meses... de testosterona é ela que tá me acompanhando até hoje. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Como recomendado pelo Protig (HCPA, 2019), o acompanhamento familiar é indispensável durante o processo de transição. Segundo o estudo realizado por Silva e Cerqueira-Santos (2018), quanto maior o apoio familiar que homens trans, mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias possuem, maiores são os níveis de satisfação com o suporte social e maiores são as influências deste apoio familiar, associados à autoestima destas pessoas. Conforme os autores, o apoio social, incluindo o apoio familiar, "pode atenuar o estresse psicológico da estigmatização, melhorar a autoestima e a identidade social trans, fornecendo suporte para violências perpetradas por uma sociedade (cis)heteronormativa" (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2018, p. 422). Incluiríamos também que este suporte seria refletido em suas vivências acadêmicas, pois tais espacialidades são co-constituídas cotidianamente.

Como evidenciado pelos discursos, este apoio familiar parece também influenciar nas decisões médicas relacionadas ao processo de transição, uma vez que a presença de um familiar durante os acompanhamentos acelera os avanços dos procedimentos realizados e que consequentemente dependam da decisão de profissionais envolvidos.

Assim, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre as influências das relações familiares no processo de transição, não somente no que diz respeito aos sujeitos trans, mas também como estes sujeitos percebem a influência da presença familiar no que refere-se ao acompanhamento médico e psicológico durante o processo, contribuindo, assim, nas suas dimensões biopsicossociais e nas vivências espaciais, incluindo as vivências acadêmicas.

4.3 Os espaços religiosos

A categoria espacial 'Igreja' (3,45% - 27 evocações) é constituída pelas categorias discursivas 'Lesbofobia' (11,11%), 'Transfobia' (14,81%) e 'Vivência

Religiosa' (74,07%). Assim, esta categoria espacial está relacionada à vivência religiosa - seja ela, positiva ou negativa - destes homens trans, além de situações que envolvam preconceitos e discriminações sofridas por estes sujeitos através dos espaços religiosos.

Como evidenciado nas entrevistas realizadas para a elaboração desta tese, 3 dos entrevistados afirmaram ser católicos; 2 candomblecistas; 1 agnóstico e 4 não possuem uma religião. Desta forma, as vivências destes homens trans através dos espaços religiosos são heterogêneas, sendo indispensáveis a elaboração de uma inteligibilidade sobre estas espacialidades, pois é a partir destas relações que estes sujeitos determinam sua permanência ou não nestes espaços. Além disso, as questões envolvendo a religião estão relacionadas às vivências acadêmicas destes homens trans, uma vez que além de alguns a praticarem, outras pessoas que vivenciam os espaços educacionais de nível superior também são constituídas por discursos religiosos. Assim, dependendo da perspectiva religiosa e das concepções sobre gênero e sexualidades, as vivências acadêmicas podem ser tensionadas, fortalecendo o fenômeno da transfobia.

Nascimento e Costa (2015) alertam para o número reduzido de discussões entre gênero, sexualidades e religião pelo campo científico geográfico brasileiro, mas que estão em ascensão principalmente pela diversidade tanto de expressões de gênero e sexuais, quanto religiosas.

Partindo da premissa de que a religião é um construto social - e, por isto mesmo, passível de transformação, imbricada por relações de poder e por relações entre categorias sociais; que são delineadas e que delineiam as sociedades (SOUZA, 2004) - a ciência geográfica busca compreender as influências dos padrões hegemônicos diante da gama de possibilidades de expressão de gênero e sexualidades, incluindo as relações de subversão, principalmente pela perspectiva humanista e cultural da Ciência Geográfica (NASCIMENTO; COSTA, 2015).

Para Souza (2004), o número de discussões sobre as relações entre gênero e religião são ainda reduzidas, sendo as publicações concentradas em três revistas acadêmicas, a saber: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Mandrágora, sendo esta última, uma revista que aborda especificamente sobre Estudos Feministas e Religião.

Conforme Santos (2015), a Igreja possui uma ampla contribuição para o fortalecimento da LGBTfobia que é um elemento constituinte de diversas

espacialidades, sendo que, nesta reflexão, esta afirmação pode ser comprovada ao passo que a hostilidade voltada às orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes está presente em pelo menos 7 das 11 categorias espaciais, tanto no que diz respeito à lesbofobia quanto transfobia.

Para Borrillo (2010) a lesbofobia (e homofobia) derivam da tradição judaico-cristã, ao passo que a reprodução da hostilidade situa os atos homossexuais masculinos ou femininos e seus ou suas praticantes à margem da Natureza e não dignos ou dignas da salvação, considerando a heterossexualidade como a única forma correta de vivência. Desta maneira, é através destes espaços religiosos que ocorrem manifestações lesbofóbicas como podem ser evidenciadas nos discursos abaixo:

> [...] tinha uns amigos que eu andava lá na cidade que eram gays e lésbicas [...], eu frequentava a igreja e eles também. Teve um dia, eu não lembro certinho o que que aconteceu que o padre na frente da igreja começou a detonar a gente, começou a falar ‘porque isso não presta e não sei o que, não sei o que’… a gente tava sentado lá na frente, tinha uns bancos, né, a gente tava sentado lá, ai eu falei: 'nunca mais, nunca mais' [...] (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] senti hostilidade nesses espaços, por exemplo, eu lembro nesse centro espírita, e não foi por parte do pessoal que organizava, foi por parte de um aluno que estava lá comigo, foi tipo 'credo, você é sapatão?' essas coisas 'tá aqui dentro, sabia que Deus não sei o que?', essas coisas. Mas daí foi um tempo rápido que passei ali dentro [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Estas manifestações lesbofóbicas, anterior à transição, conforme os discursos, possibilitaram a evasão de alguns homens trans dos espaços religiosos, visto que são espaços que constantemente estes sujeitos são interditados ou colocados em uma posição de constrangimento.

Santos (2015) elenca o discurso teológico-monoteísta como um dos discursos que alimentam o mecanismo de gênero proposto por Butler (2013 [1990]) - além daqueles já expostos pela autora: discurso médico-biológico e discurso jurídico - justamente pelo discurso religioso apresentar este caráter preconceituoso e discriminatório, que muitas vezes são pronunciados no cenário político brasileiro, somado à tradição judaico-cristã.

A Igreja censurou textos sagrados com vistas à promoção da heterossexualidade monogâmica, invisibilizando sentimentos homoafetivos entre personagens bíblicos e, por conseguinte, condenando as homossexualidades nos

seus textos; os quais configuram-se enquanto provas de manifestação de discursos de ódio na Bíblia (BORRILLO, 2010).

Contudo, não somente a lesbofobia e homofobia são produzidas e reproduzidas nestes espaços, como também a transfobia é um elemento que faz parte da constituição espacial. Assim, a transfobia é um fenômeno que pode apresentar-se enquanto invisível e camuflada, mas que resulta em sentimentos negativos, fazendo com que estes homens trans não se sintam pertencentes ou bem vindos nas espacialidades religiosas:

> [você sofreu transfobia na igreja?] olha, não diretamente, mas indiretamente. Sabe quando você vê no olhar da pessoa? Quando a pessoa tá te olhando com uma cara de raiva, ou com uma cara de nojo, sei lá, dá medo. Por isso que eu parei de ir por questão de medo... é um local que diz que tem que ser acolhido, amai uns aos outros, mas não é bem assim. Eu me sentia com medo, com medo das pessoas. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Eu acho que as religiões de um modo geral, elas sempre vão ser limitadas e sempre vão ter alguns excluídos. Então se tem religiões que 'ah, a gente te acolhe', pra mim não faz diferença porque eu acho que a gente é muito mais afetado pelas pessoas religiosas, pelas pessoas que vão manifestar esse tipo de religião. Se tem um pastor deputado que vai se submeter a uma lei que quer penalizar pessoas trans de usarem o banheiro de acordo com seu gênero, eu acho que daí meu embate com a religião é sempre de questionar essa violência contra pessoas LGBT ou qualquer outro tipo de violência. Quando eu questiono a questão da religião, acho que nunca é voltado pra questão da divindade, se Deus existe ou não [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [...] Tem muita pessoa LGBT dentro da umbanda e candomblé, muita mesmo. Mas a questão de gênero, ainda tem. Meu pai de santo fala que alguns pais de santo, mães de santo, usam tradições religiosas pra poder... pretexto pra ser transfóbico, pra não deixar homens trans usar calça na roda, mulher trans ter que usar calça na roda. Já meu pai de santo não. Eu vou de calça, blusa, se tiver mulher trans vai de saia, vestido. [...] por ter mais LGBT é uma religião que te permite mais, sabe? Te dá um pouco de liberdade. Talvez as pessoas mais velhas estejam um pouquinho mais abertas pra poder te receber, já que é um ambiente muito mais receptivo pra pessoas LGBT, mas também já vi muitos pais de santo ser transfóbico. Já fiquei com pai de santo que depois descobriu que eu era homem trans, ficou horrorizado [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

No que se refere a outras práticas religiosas, Dias e Colling (2018) realizam uma crítica relacionada aos terreiros candomblecistas devido à invisibilidade que pessoas transexuais e travestis estão suscetíveis através destes espaços que, mesmo acolhendo estes sujeitos, possuem limitações na expressão de determinadas identidades de gênero. Para os autores, "o Candomblé, sendo uma das religiões de matriz africana, tem uma organização social e política própria, um

contexto específico e, como não poderia ser diferente, também sofre os impactos das normas de gênero e sexualidade que vigoram na sociedade" (DIAS; COLLING, 2018, p. 97).

O vestuário, segundo os autores, se constitui enquanto um elemento de constrangimento, sobretudo para mulheres, uma vez que são negadas pelos líderes religiosos a usarem vestimentas femininas devido a presença do pênis. Assim, estas identidades são invisibilizadas que, não obstante, também realizam um movimento de resistências através destes espaços religiosos (DIAS; COLLING, 2018).

Nascimento e Costa (2015) argumentam que a religiosidade é um elemento de influência social estabelecendo padrões de masculinidades e feminilidades, as quais definem os controles das expressões de gênero e sexualidades. Segundo os autores, mesmo com a existência de uma 'diversidade religiosa', não foi possível diminuir a marginalização de pessoas que não estão condizentes com os padrões hegemônicos estabelecidos, uma vez que "as religiões têm, explícita ou implicitamente, em sua estrutura teológica e prática institucional e histórica, uma visão peculiar de cunho antropológico que constitui e delimita os papéis de gênero" (NASCIMENTO; COSTA, 2015, p. 191).

É diante deste quadro que alguns homens trans entrevistados afirmam que suas vivências religiosas são reduzidas, até mesmo inexistentes, pois a própria expressão do corpo através destes espaços são interditadas e postas em situações de repressão e coerção, mediante atos transfóbicos realizados pelas demais pessoas que vivenciam estes espaços, como também a partir de uma transfobia institucional. Esta transfobia também pode ser evidenciada quando pessoas que vivenciam os espaços acadêmicos utilizam do discurso religioso para manifestar seu preconceito e discriminação.

Dias e Colling (2018) argumentam que existe uma 'pseudoaceitação' da população LGBT+ em espaços religiosos, os quais muitas vezes têm negado o direito destes sujeitos de existir. Esta 'pseudoaceitação' é realizada quando estas pessoas, para vivenciar estes espaços, necessitam se comportar de acordo com as normas e valores estabelecidos, incluindo as de gênero e sexualidades.

É importante salientar que as manifestações transfóbicas não são práticas exclusivas de todas as pessoas religiosas, podendo estes espaços, inclusive, serem subversivos, como o próprio discurso evidencia. Para Nascimento e Costa (2015), as religiões afro tem sido uma possibilidade para que pessoas transexuais e travestis

possam estabelecer uma vivência religiosa em consonância com sua identidade de gênero, na medida em que diversas corporalidades podem ser expressas, desestabilizando a (cis)heteronormatividade.

Assim, a categoria discursiva 'Vivência Religiosa' (74,07%) evidencia que as vivências através destes espaços por estes homens trans são múltiplas e que variam de acordo com a relação que possuem com estes espaços e com as pessoas que vivenciam o mesmo. Segundo alguns entrevistados, as relações com os espaços religiosos foram tomando distância, seja por questões relacionadas à constrangimentos associados à identidade de gênero, seja por questões de conservadorismo com preconceito implícito. Desta forma, as vivências religiosas de alguns homens trans foram marcadas por interdições espaciais, constrangimentos sociais, preconceitos e discriminações associadas às manifestações transfóbicas através destes espaços:

> [...] sempre fui levado na igreja católica desde pequeno. Fiz catequese, crisma, fui coroinha, fiz todas aquelas coisas lá. [Como era a intensidade?] olha, ainda é bastante, não da minha parte, mas da parte da minha mãe, do meu irmão. Eu não gosto de ir na igreja por causa... porque é uma igreja ali que eu fui desde pequeno. Quando eu vou, as pessoas já olham com um olhar de 'pá... não acredito que é aquela pessoinha que vinha aqui, entrava com a bíblia...'. Até hoje passa foto minha pequenininha no telão da igreja lá, bem complicado. Daí eu falei pra minha mãe: 'melhor não ir não. O dia que você for em uma igreja que ninguém me conheça eu vou' [...] eu fui uma vez, daí quando eu fui, nunca mais, nunca mais na minha vida. Tinha gente que não reconhecia, perguntavam de mim pra minha mãe e eu tava ali... [...] minha mãe olhava com uma cara: 'tá bem'... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] é que tinha um lance conservador no geral que tava associado com a religião, conservador e de conformar as pessoas, tem todas umas regras, toda uma coisa que já sempre fui muito rebelde, já era o punk da família, já não queria tá dentro daquela coisa que já era conformada, então foi isso. Mas claro que, de forma indireta, não dá pra separar, porque daqui a pouco se eu to lá na missa, começa o padre a fazer um sermão sobre como é importante as pessoas casarem e terem filhos, ai isso também já pega nisso de diversidade sexual, porque já não contempla determinadas vivências, então aquilo pega, mas isso não tá sempre explícito. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

> [...] Foi mais ou menos assim que daí tipo o pastor ele falava bastante coisa assim tipo bem preconceituosa e daí tipo eu não me sentia bem naquele meio. Aí eu fui parando de ir aos poucos, assim... [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Conforme Souza (2004) argumenta, as relações sociais são influenciadas por meio de sistemas simbólicos (re)produzidos pela religião, que consequentemente, estabelecem as constituições de masculinidades e

feminilidades, não sendo possível a compreensão da elaboração do que é ser homem ou mulher socialmente sem levar em conta estas influências. Assim, se a religião influencia as relações sociais é evidente que ela pode influenciar as vivências acadêmicas destes homens trans, vide que espaços educacionais de nível superior e espaços religiosos estão simultaneamente sendo constituídos.

Mesmo o Brasil sendo concebido enquanto um país de múltiplas religiões, Fernandes (2013) afirma que é o cristianismo que tem destacado suas expressões pelo viés conservador sobre as discussões de gênero e sexualidades, fazendo com que pessoas que possuem suas identidades de gênero e sexuais não ininteligíveis à matriz heterossexual, sejam influenciadas por estes discursos fundamentalistas religiosos, mediante fortalecimento de manifestações LGBTfóbicas contra estes sujeitos.

Além de influenciar negativamente as vivências sociais (inclusive a acadêmica), de pessoas LGBT+, Fernandes (2013) afirma que a hegemonia cristã brasileira também influência as religiões afro-brasileiras, tornando o fenômeno ainda mais complexo quando categorias sociais como religião, gênero e sexualidade são interseccionadas. Diante destas constatações, o autor evidencia que, no Brasil, há: (1) o discurso conservador e o discurso progressista, discursos estes contraditórios; (2) uma disputa religiosa que foi consolidada nacionalmente; e, (3) índices elevados de mortes por LGBTfobia.

Segundo Nascimento e Costa (2015), mediante os discursos, são reproduzidos valores embasados na 'revelação divina'. Esta afirmação pode ser compreendida a partir das reflexões de Santos (2013), o qual define como teologia política a influência da religião na organização social e política, mediante interpretações da Bíblia. Desta forma, as teologias políticas possuem diferentes modos de controle social e político, sendo duas delas denominadas como ‘teologias fundamentalistas’, que tem por base a organização da sociedade mediante o escrituralismo sagrado; e as ‘teologias pluralistas’, que concebem uma visão humanista da religião, sendo que a revelação contribui para a organização da vida em sociedade.

Além das teologias pluralistas e teologias fundamentalistas, Santos (2013) argumenta que existem as ‘teologias tradicionalistas’ e as ‘teologias progressistas’. A primeira, atribuem o passado como a melhor maneira para se viver em sociedade segundo dados teológicos, consequentemente, naturalizando as desigualdades. Por

outro lado, as teologias progressistas dizem respeito aos oprimidos e opressores, criticando que a religião destes últimos é uma religião do capitalismo. Contudo, estas teologias vêm recebendo críticas, pois se constituiriam como uma nova maneira de poder religioso pairando sobre a sociedade.

Como destaca Santos (2015), não importa qual teologia política esteja em curso, a questão é que o discurso teológico-monoteísta está imbricado na vida social, limitando as práticas de expressão social, de gênero e sexuais. Contudo, sendo a religião um construto social (SOUZA, 2004), corroboramos com as afirmações de Dias e Colling (2018) quando alegam que a transformação das religiões são possíveis a partir de 'micropolíticas de afeto', de forma à subverter as normas vigentes, mediante o respeito às identidades de gênero (e sexuais) através destes espaços religiosos. Da mesma forma, podendo alterar as relações acadêmicas.

4.4 Os espaços políticos

A categoria espacial 'Espaço Político' (2,17% - 17 evocações) refere-se aos espaços que estes homens trans tiveram algum envolvimento com o movimento social, mais especificamente o movimento trans, durante suas vivências. Desta forma, esta categoria espacial é constituída pelas categorias discursivas 'Movimento Social' (64,71%) e 'Vivência Intragrupo' (35,29%), sendo esta última estabelecida a partir das vivências que estes sujeitos tiveram com outros homens trans, mulheres trans ou travestis na luta social.

Estes espaços estão intimamente conectados com os espaços educacionais de nível superior ao passo que a participação no movimento social, especificamente o movimento trans, produziu empoderamento para a vivência acadêmica de alguns homens trans[111].

Para compreendermos as relações presente entre as categorias discursivas da referida categoria espacial, precisamos evidenciar como se institui o movimento trans no Brasil. Para Carvalho e Carrara (2013), as travestis brasileiras estavam organizadas a partir de dois aspectos: o primeiro diz respeito à resistência policial devido à prostituição e, o segundo, mediante a atuação de ONGs que estavam à frente de projetos da luta contra a AIDS que, "apesar de se tratar de diferentes

[111] Estas considerações serão retomadas no capítulo V.

modelos (organizações religiosas, grupos gays, ONG/AIDS, poder público), a AIDS foi notadamente um catalisador da organização política dessas pessoas" (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 327-328).

Estas afirmações corroboram com os argumentos de Ávila (2014) quando afirma que a maior visibilidade que travestis e pessoas transexuais possuem em nossa sociedade atual se dá mediante mudanças de concepções sobre estas identidades, principalmente relacionadas à luta contra a AIDS, somadas entre outras diversas lutas coletivas, ao acesso à internet, realização da Parada do Orgulho LGBT+ e pela autorização de procedimentos cirúrgicos em 1997[112].

Foi somente com o movimento homossexual que as travestis surgem como agente político a partir da emergência de uma política identitária (CARVALHO; CARRARA, 2013). Entretanto, para estes autores, esta inserção no movimento já constituído por gays e lésbicas foi permeado por tensões e por um processo complexo, vide as vivências distintas entre os diferentes grupos, incluindo situações de negligência familiar, evasão educacional, deslocamentos, prostituição e criminalidade que não são encontrados na maioria das vivências gays e lésbicas.

Foi no ano de 1995, segundo Carvalho e Carrara (2013), que as travestis participaram do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, criando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), sendo integrada a letra 'T' na sigla. Até então, a categoria transexual não estava em evidência, aparecendo nas discussões políticas somente no final da década de 1990 e início dos anos 2000, trazida por ativistas trans que moravam fora do Brasil, ao lado dos conceitos de 'orientação sexual' e 'identidade de gênero'.

Segundo Ávila (2014), é preciso colocar em questão as discussões sobre a união das letras numa mesma sigla, pois, se por um lado, deram a percepção de um fortalecimento do movimento, por outro, acabaram invisibilizando as pessoas trans no interior do mesmo. Neste sentido, Carvalho e Carrara (2013) argumentam que existe um distanciamento social entre os diferentes grupos, construído pelas diferenças no que concerne a situação socioeconômica e capital cultural, influenciando principalmente as formulações de políticas públicas LGBT+. Desta

[112] De acordo com Jesus (2013), os procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual eram proibidos de serem realizados em âmbito nacional, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) até o ano de 1997, mesmo com a versão publicada da CID 9 no ano de 1979, que passou a incluir o então denominado *transexualismo* em sua lista de doenças que, mesmo patologizando as pessoas trans, possibilitava a realização de procedimentos cirúrgicos sem que médicos fossem acusados por lesão corporal contra estas pessoas.

forma, era necessário um movimento em que o 'protagonismo político' e o 'empoderamento' das travestis e pessoas transexuais se destacassem.

Além deste cenário complexo, existia um embate entre a utilização dos termos 'travestis' e 'transexual' dentro do próprio movimento, ao passo que, segundo Carvalho e Carrara (2013, p. 342), "enquanto as organizações de travestis surgem do binômio 'violência policial – AIDS', as organizações exclusivamente transexuais surgem a partir de relações entre pessoas que buscam esclarecer o 'fenômeno da transexualidade' e que demandam políticas de acesso às tecnologias médicas de transformação corporal". Segundo as interlocutoras dos autores, estes conhecimentos sobre as transexualidades somente foram possíveis graças ao nível educacional que as transexuais possuíam.

Foram nos anos 2000 que surgiram as redes nacionais de pessoas transexuais, tendo um destaque politicamente maior das transexuais, se distanciando do movimento LGBT+, marcando a consolidação do movimento trans brasileiro e a fundação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) (ÁVILA, 2014).

Neste momento, destacamos que as discussões sobre a consolidação do movimento trans brasileiro se deram principalmente a partir da luta de travestis e mulheres trans, sendo os homens trans invisibilizados neste processo. Isto pode ser evidenciado nas próprias entrevistas que realizamos com os homens trans, ao passo que afirmam o desconhecimento da transexualidade, sobretudo, masculina, e a associação estigmatizada das travestis com a prostituição.

Segundo Ávila (2014), os homens trans não estavam em evidência no movimento trans pelo menos até o ano de 2010, alegando a inexistência de 'grupos, associações ou organizações' destinadas a estes sujeitos o que, para Passos (2019), não significa inexistência das experiências transmasculinas antes desse período. Esta invisibilidade é justificada por um de nossos interlocutores:

> [...] O homem trans, as pessoas dizem: ‘tem pouco’... não é que tem pouco, que a gente não... entendeu? Não se mostra... eu particularmente não gosto de ficar me expondo... então... quando tem... já me pediram pra participar dessas regionais que tem pra conseguir coisas pra transexuais... eu já neguei o pedido porque eu não gosto disso. [...] é muita exposição e eu acho que é pior pra mim, né. Quanto mais você se expõe, pior é... só que tem gente que... que nem no caso delas, às vezes é necessário né. Porque acaba indo... [...] (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

Foi somente em 2011 que houve uma organização política especificamente voltada aos homens trans. Assim, no referido ano, foi criado o Núcleo de Apoio a Homens Trans (NAHT) que, segundo Ávila (2014), impulsionou em 2012 a criação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT)[113], com a participação mais ativa destes sujeitos no movimento, especialmente com o auxílio das redes sociais para a articulação mais política deste grupo que paulatinamente foi ampliando-se[114]. Mas, segundo Pedrini (2017), foi somente a partir do IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, realizado em São Paulo entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2014 que houve uma mudança política do movimento trans ao reconhecer as identidades transmasculinas enquanto mais uma categoria política.

Em 2013 foi criado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), primeiramente com sede em João Pessoa e, posteriormente, inaugurando em 2014 sua sede em Florianópolis, Santa Catarina, e outros núcleos em diferentes regiões do país (ÁVILA, 2014). Segundo Pedrini (2017), estes núcleos são uma extensão da sede nacional em determinados estados brasileiros, além do Distrito Federal, a saber: 'Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins'.

Para Ávila (2014), o IBRAT se distingue da ABHT no que concerne a presença de um núcleo de pesquisas. Assim, conforme Neves (2015), o IBRAT atua mediante eixos como: formação política, pesquisas sobre universo transmasculino e controle social[115]. Para o autor, desde sua inauguração, houve um aumento no número de núcleos de ativismos em diferentes estados, possibilitando que diversos homens trans participassem dos debates e organizações de/em eventos.

Ao realizar uma pesquisa com homens trans que participavam de um dos

---

[113] Segundo informações no site da associação, a "ABHT é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção da cidadania e os direitos humanos da população de homens trans e LGBT no Brasil, enquanto parte do movimento social LGBT". Disponível em: <http://homenstrans.blogspot.com/p/missao-institucional.html>. Acesso em: 19 jan. 2020.

[114] Conforme Ávila (2014, p. 194), "desde a sua fundação até dezembro de 2013, a ABHT tem cerca de 150 associados em todo o Brasil. A ABHT tem participado ativamente das discussões sobre despatologização das identidades trans e seus representantes têm tentado ocupar espaços importantes de decisões políticas, reivindicando reconhecimento de sua existência e respeito às suas demandas específicas. Em 2013 a ABHT se inseriu nas atividades do Dia da Visibilidade Trans. A ABHT organizou entre os dias 14 e 16 de junho de 2013 o I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste (I EHTNN) em João Pessoa".

[115] Segundo informações no site do instituto, "o IBRAT é um Instituto de desenvolvimento e monitoramento de pesquisas e discussões acadêmicas; Formação política e incentivo à militância; Controle social e fortalecimento do segmento". Disponível em: <http://institutoibrat.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em: 19 jan. 2020.

núcleos do IBRAT (IBRAT-ES), Pedrini (2017) evidencia a consolidação do núcleo mediante reuniões, realizações de eventos, transformações de espaços de militância LGBT+, bem como tensionamentos dentro do próprio núcleo. Estes tensionamentos internos também foram evidenciados nas entrevistas com os sujeitos participantes desta tese no núcleo IBRAT-RS especificamente[116] (categoria discursiva 'Movimento Social'; 64,71%):

> [...] hoje em dia a gente já não é aqui no Rio Grande do Sul não é IBRAT, a gente declarou independência. A gente fez uma mudança, somos o grupo de Homens Trans em Ação, o HTA. O IBRAT geral nacional existe, só que assim, ao longo desses anos foi mudando um pouco, teve mudança de gestão, presidente, líder nacional, e comecei a ter uma relação desgastada porque eu não tava assim, uma: acho que a instituição em si mudou o formato de não ser IBRAT RS, de ser IBRAT tal coisa, eles iam fazer essa mudança pelo menos, não sei se oficializou isso, mas dentro disso a gente já ia mudar como sendo um núcleo que ia ser filiado ao IBRAT, mas eu particularmente ao longo do tempo fiquei desgastado como uma das maneiras que estavam fazendo a gestão do IBRAT em si, resolvi que eu não queria mais ser do IBRAT. Daí eu sai do IBRAT e agora a gente fundou essa outra, na verdade são as mesmas pessoas, só mudamos o nome [...] e daí a gente tem essa coisa nossa, que é independente do IBRAT, mas é parceria, tudo mundo junto. E daí tem uma rede lá no fazendo gênero, os homens trans que estavam lá, a gente fez uma reunião e a gente fez um grupo de Rede Nacional de Organizações de Homens Trans RENOHT, a gente pegou a HTA, outros núcleos, outras ongs, juntamos tudo pra ficar todo mundo junto trocando umas ideias, pra todo mundo em coesão. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Como podemos evidenciar, os conflitos internos não ocorrem somente no núcleo em si, mas também entre este e o instituto nacional. Estes tensionamentos podem ser dos mais variados possíveis, mas foi a questão relacionada à gestão do instituto nacional e suas articulações em relação ao núcleo estadual que o discurso evidencia. Uma das saídas encontradas pelos homens trans ativistas para este impasse foi a criação de um novo grupo - com os mesmos sujeitos - denominado de Homens Trans em Ação (HTA) em 2017.

Não encontramos informações contundentes sobre o HTA, mas, segundo a página do grupo no *Facebook*: "de 2015 a 2016, o coletivo constituía o IBRAT-RS, entretanto, após mudanças estruturais nesta instituição, foi decidido que formaríamos um coletivo ou OSC[117] independente de um instituto nacional, mas que ainda trabalha em colaboração com quaisquer outros coletivos e OSC's de homens trans e/ou LGBT do país". Dentre as missões do HTA estão a atuação educativa e

[116] Nenhum dos entrevistados mencionou o IBRAT-PR durante as entrevistas.
[117] Organização da Sociedade Civil.

social; de visibilidade às pautas e demandas dos homens trans; formações para profissionais e homens trans relacionados aos direitos destes sujeitos e; fortalecimento de redes de apoio[118].

Mesmo que se constitua como um novo grupo, o HTA se mantém em colaboração com outros grupos, incluindo o IBRAT nacional. Pedrini (2017) destaca que os homens trans possuem uma rede de organização e aliados muito consolidada na luta social que, ao mesmo tempo que espera por políticas institucionalizadas, formulam suas próprias políticas mediante a militância ou na produção de estudos científicos (e autobiográficos) sobre o universo das transexualidades e transmasculinidades. Evidenciamos neste ponto mais uma associação entre a categoria 'Espaço Político' (2,17%) e 'Espaço Acadêmico' (38,11%), pois é na relação entre participação no movimento social e produção acadêmica que as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior se articulam na constituição das espacialidades, resultando no empoderamento.

Para Pedrini (2017, p. 63), "os homens trans é quem produzem em seus cotidianos formas variadas de fazer suas vidas acontecerem em atos políticos". Encontramos estas considerações também nos discursos de nossos interlocutores: "[...] até to com um projeto pra abrir lá [na ONG] [...] que daí vai ser um grupo de apoio assim tipo porque a gente não tem... [...]" (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná). Outro exemplo desta atuação política realizada pelos homens trans diz respeito à criação da Rede Nacional de Organizações de Homens Trans (RENOHT) que o discurso acima evidencia. Segundo o perfil do grupo HTA no Facebook:

> Em agosto de 2017, em uma reunião com alguns dos homens trans presentes no seminário "Fazendo Gênero", foi decidido começar a construção de uma Rede Nacional de Organizações de Homens Trans (RENOHT), que poderia também incluir homens trans ativistas que não fazem parte de nenhum coletivo ou organização formal, desde que estes estejam interessados em contribuir na luta política pelos direitos dos homens trans. Espera-se que esta rede possa articular a militância de todas as regiões do país, de maneira mais coesa e unida, mas ainda mantendo a autonomia regional de cada organização. (HTA, s./d.).

Desta forma, mesmo que estes homens trans tenham sido invisibilizados por muito tempo, não somente no movimento LGBT+, mas também dentro do próprio

[118] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/htacontato/about/?ref=page_internal>. Acesso em 11 fev. 2020.

movimento trans, estes sujeitos, com suas próprias pautas e desafios, constroem a própria política pautada na união com demais agentes, incluindo àqueles que estão fora da militância, constituindo-se, assim, enquanto um movimento democrático que visa a luta política pelos direitos e demandas dos homens trans. Como destaca Jesus (2013), os espaços conquistados pelas pessoas trans parte de um movimento, muitas vezes individual, mas também com grande influência de coletivos e grupos trans e aliados. Estes aliados podem ser encontrados nos mais variados espaços, dentre eles no ensino superior, vide grupos de pesquisa que discutem a temática de gênero e sexualidades, e na espacialidade da casa, a partir das relações familiares:

> [...] Aí minha mãe começou a entender, começou a procurar sobre. Eu me envolvi muito na militância, então sempre tava fazendo coisas, e sempre tinha coisas informativas lá em casa que a minha mãe lia e tal. Antes eu tinha que mentir que eu ia pra parada e depois tava na organização da parada LGBT e aí eu comecei a inserir minha mãe nesses espaços. [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Assim, o movimento político realizado por estes homens trans se mostra aberto e plural, a partir da inserção de diferentes agentes através dos espaços políticos e de militância. São também através destes espaços políticos que muitos homens trans estabelecem redes de apoio com outros homens trans, mas também com mulheres trans e travestis. São através destes espaços que estes sujeitos buscam apoio tanto psicossocial quanto durante seu processo de transição, mas sobretudo, são os espaços que se constituem enquanto potencializadores da representatividade (categoria discursiva 'Vivência Intragrupo'; 35,29%):

> [...] acredito que... pra mim foi muito importante. Acredito que pra todo mundo que entra lá tipo... mesmo que seja só pra pegar encaminhamento pra ir pro CPATT. Então tipo... a gente precisa deles, mas não é só pela necessidade de ter um encaminhamento, mas pela... sabe tipo de ver gente como você e ver gente passando por altas... é representatividade [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Em Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998, p. 1102), encontramos um significado de representação que pode auxiliar na compreensão da representatividade que as travestis, mulheres trans e homens trans possuem com os demais sujeitos representados destas categorias identitárias. Assim, para os autores, o substantivo representação de modo geral pode ser entendido enquanto "substituir, agir no lugar de ou em nome de alguém ou de alguma coisa; evocar

simbolicamente alguém ou alguma coisa; personificar". Para os autores, a representação na prática pode se dividir em significados: (1) voltados à uma ação de determinado comportamento; ou (2) de reprodução de particularidades, de modo a 'espelhar' aspectos dos sujeitos representados.

Assim, é a partir da representação na prática que o sujeito do discurso acima evidenciado se sente representado. A representação neste sentido, além de ser política, na luta pelas conquistas dos direitos das pessoas trans, também é uma representatividade particular de cada homem trans que, articulando ao espaço, vê na pessoa representante um sentimento de pertencimento. É como se as vivências destes sujeitos representantes fossem um reflexo das vidas dos sujeitos representados.

Voltando à questão dos movimentos políticos trans como abertos e plurais, é importante concebê-lo também como dinâmico, constituído por uma mobilidade social e, portanto, podendo ser transformados no espaço-tempo:

> [...] todo esse ativismo que fiz, isso mudou muito de 2013 pra cá, é outra, sabe? Vejo essas mudanças aconteceram muito rápido, então, parte desse ativismo que fui fazendo é baseado numa vivência minha que já é obsoleta. Esses homens trans de agora, já é outro homem trans, que tem que tá preparado. Que assim, essa militância que eu fiz, já dá um resultado pra homem trans que nem sei quem é, que nem sei precisar. É um mistério. Se eu tiver uma cabeça fechada, daqui a pouco a militância que to fazendo não tá mais servindo pros jovens, porque eu tenho que admitir que um dos efeitos da militância eu vou estar fazendo, ajudando a fazer um mundo novo que também desconheço [...] então essa visão que eu tenho e vim tendo até um certo ponto, talvez já não serve mais. Nome social é uma coisa super legal, mas daqui a pouco vai ter homens trans jovens que alguns talvez nome social não é tão importante, por exemplo. É uma coisa que pra mim 'não, nome social é importante'... [...] ou até socialmente, como eles conseguem ser tratados como homem sem depender com um nome social, o nome social já não é mais importante. Ou ao mesmo tempo, talvez a hormonização não é tão importante, porque socialmente não vai demarcar um lugar diferente de tratamento social, eles ainda vão te tratar como homem então tá bom, então tu vai ter outras configurações [você acha isso problemático por questões de perder direitos?] acho que não, só que a gente vai ter que saber trabalhar nessas mudanças de entender, porque se não daqui a pouco tu tem uma mentalidade fechada, porque o que acontece isso só pra ilustrar, tem homens trans mais velhos que acham que seria horrível um homem trans que não quer fazer cirurgia, tirar útero, engravidar, e acha que isso ai não é de homem, homem não engravida. Isso é uma mudança anterior a mim. E eu tenho que cuidar pra não ser esse homem trans que achava que não podia homem trans engravidar [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

O discurso acima destaca que o movimento trans, como qualquer outro movimento social, necessita caminhar junto às transformações da sociedade. Desta

forma, este fazer e refazer social, incluindo o do movimento político, é um processo de construção do desconhecido e de desconstrução do próprio sujeito. Ou seja, ao passo que homens trans, mulheres trans e travestis (re)fazem o movimento trans, estão (re)fazendo a si mesmos em um processo dialético permeado por tensões e distensões. Portanto, os movimentos sociais e, nesta reflexão, especificamente o movimento trans, são construções culturais que estão sendo (re)elaboradas no devir de um processo ainda incógnito, assim como as identidades e (trans)masculinidades, bem como o próprio espaço no conceito de Massey (2008 [2005]).

Como destaca Jesus (2013, p. 115), o movimento trans conquistou notoriedade mediante manifestações públicas, mas foi a partir do ativismo em rede que esta visibilidade se intensificou. Estes ativismos em rede, segundo a autora, "fabricam novas realidades sociais, reconfigurações das relações de gênero, por meio da combinação de elementos cotidianos e extracotidianos, demarcando suas identidades pessoais e sociais". Desta forma, a partir de suas múltiplas vivências que as pessoas trans não esgotam sua subjetividade, demonstrando a complexidade do seu ser, como qualquer outro indivíduo (JESUS, 2013). É nesta perspectiva que estes homens trans necessitam estar abertos às novas relações sociais que constantemente são estabelecidas, assim, transformando o movimento transmasculino condizente com a realidade social em que está inserido.

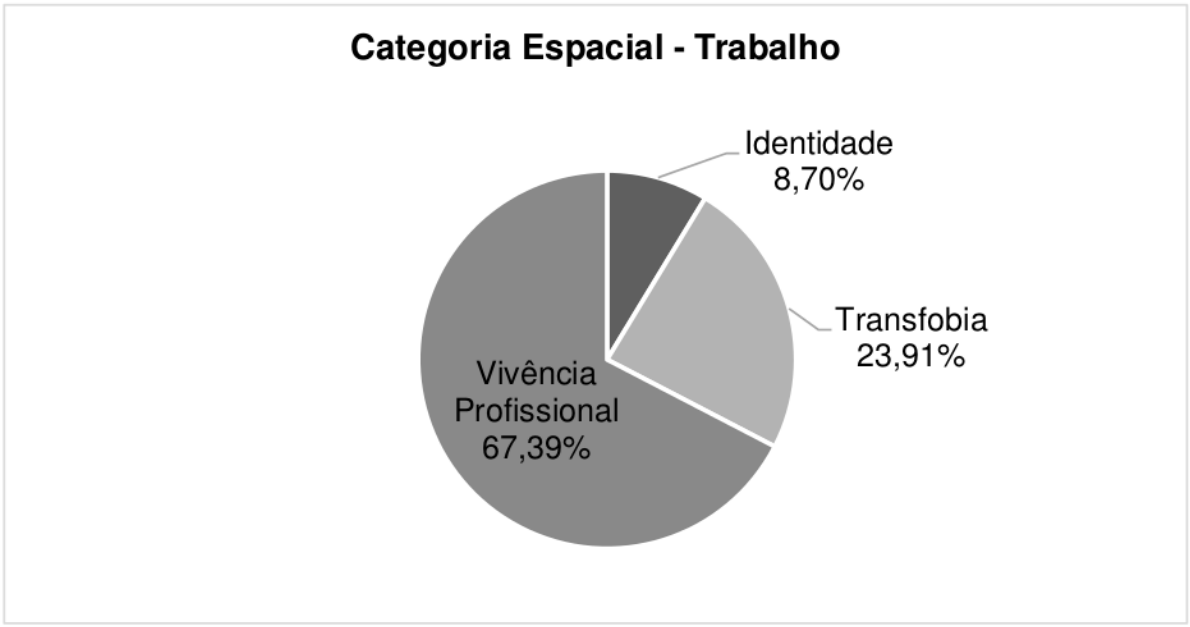
4.5 O espaço do trabalho

Outro espaço que está articulado com as demais espacialidades diz respeito às espacialidades do trabalho. Esta categoria espacial é constituída por categorias discursivas que evidenciam que a (re)elaboração da identidade e (trans)masculinidade pode também estar relacionada principalmente à independência financeira, na medida em que se configura enquanto um pressuposto para reivindicar a identidade masculina.

Além disso, estas espacialidades do trabalho não estão isentas de manifestações transfóbicas (institucionais, físicas e psicológicas), o que dificulta o acesso e permanência ao mercado formal de trabalho, mas que diante deste quadro, a partir de suas vivências profissionais (formais e informais), buscam uma ascensão social, seja para angariar os procedimentos cirúrgicos desejáveis, seja para

conquistar sua independência e estabilidade financeira e sua autonomia. Vale ressaltar também que alguns entrevistados iniciaram seu processo de transição também durante sua vivência profissional, concomitantemente ou não à sua vivência acadêmica. O gráfico abaixo evidencia as categorias discursivas da categoria espacial 'Trabalho' (5,88% - 46 evocações).

Gráfico 6 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior; Categoria Espacial - 'Trabalho'.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Rego (2015) preocupou-se em problematizar com mais profundidade as relações que os homens trans estabelecem nas suas vivências profissionais, denunciando a inexistência de pesquisas relacionadas a espacialidades do trabalho, bem como a interseccionalidade relacionada aos recursos financeiros entre os sujeitos do próprio grupo. Assim, contribuindo com as discussões relacionadas ao mercado de trabalho por parte de homens trans, buscamos compreender as relações existentes entre categorias discursivas e analisar os elementos que estão inseridos neste contexto.

Ao observar o gráfico 6, evidenciamos as conexões entre categorias espaciais e discursivas quando compreendemos que as relações que tais categorias estabelecem influenciam e são influenciadas. Desta forma, a categoria discursiva 'Identidade' (8,70%) da referida categoria espacial, possui relação mais intensa com

a categoria espacial 'Casa' (8,95%) e com a categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11%); não que as demais categorias espaciais não estabeleçam uma relação, mas que foi a graduação possibilitou a conquista de um contrato formal de trabalho (anterior à transição), estabelecendo uma situação de independência e estabilidade financeira que o encorajou a revelar a transexualidade para a família:

> [...] Quem aceita, quem não aceita? Azar. To trabalhando, tenho meu dinheiro [...] dá um empoderamento de você ter um estudo, um trabalho, com certeza, né, sendo independente. [...] Também na época eu já tava trabalhando, daí você já tem uma independência de contar [para a família], de não ter medo de contar porque você tá trabalhando né [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Esta necessidade de independência e estabilidade financeira pode ser explicada pelo medo que estes homens trans possuem de serem expulsos de casa ao revelar sua identidade masculina. Como já evidenciado na categoria espacial 'Casa' (8,95%), é a figura paterna que decide a permanência dos sujeitos neste espaço. Assim, caso este homem trans fosse expulso desta espacialidade, teria pelo menos os subsídios mínimos para manter sua 'sobrevivência' a partir da sua independência e estabilidade financeira mediante empregabilidade.

Entretanto, o medo apresentado foi deslocado para outra espacialidade, neste caso, do trabalho. Ou seja, embora exista a ausência do medo por parte das relações familiares em decorrência do recurso financeiro que este homem trans possuía ao revelar sua identidade transmasculina, existe o medo da não aceitação, agora por parte de colegas profissionais. Desta forma, evidenciamos o medo de constrangimentos e perseguições nas espacialidades do trabalho, caso houvesse a descoberta da transexualidade pelos colegas, mesmo tendo contrato com tempo delimitado assinado pela empresa:

> A questão de medo de quando eu, do momento que eu ainda era lésbica, nunca tive medo disso. Mas a partir do momento que comecei a tomar hormônio em maio de 2015, em transição, eu comecei a ficar muito estressado, muito nervoso, muito ansioso, medo, de como que eu ia contar pra elas [colegas profissionais], né, o que que eu tava fazendo, porque a voz começa a mudar, começa a ter irritabilidade por causa do hormônio [...] não podiam me mandar embora, era contrato. E só que mesmo assim, tem um medo do constrangimento e eu pensava todo dia de como eu ia contar pra elas[...] Então, quando eu comecei a tomar o hormônio, começou a minha voz a mudar, elas vinham me perguntar se eu tava com resfriado, com voz diferente, né? Daí eu falava: 'é deve ser sinusite, né?', porque eu não queria contar, até porque eu sabia que não ia ficar muito tempo naquele hospital [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [você trabalhou depois do início da transição?] trabalhei, mas foi complicado, porque na verdade quando eu me percebi trans, eu tinha acabado de entrar no meu trabalho em 2014. Eu estava na universidade e daí eu tinha conseguido um trabalho de Comunicação Social de uma secretaria x aqui da minha cidade. Ai fui me percebendo e sempre tive muita ansiedade do tipo o que está acontecendo [...] embora eu pensasse: 'se eu cortar o cabelo o que vai acontecer, pode haver retaliação?', a partir do momento em que eu assumi uma identidade masculina, pode ser que eu tenha problemas porque talvez nem todos respeitem isso. [...] eu não tinha transicionado, eu só tinha me percebido transexual. Eu soube que existia transexualidade em maio de 2014, em junho depois dessa busca incessante, eu me percebi transexual [...] assumi minha identidade pras pessoas em 2015, continuei trabalhando e daí na minha vida social, rede social, já tinha mudado as coisas, só nunca tinha chegado no meu trabalho e falado, porque eu não sabia o que falar e como falar [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Evidenciamos que os homens trans que decidiram iniciar o processo de transição durante suas vivências profissionais relatam o medo constante da não aceitação/respeito de sua identidade transmasculina por parte das pessoas que vivenciam as espacialidades do trabalho. Este medo pode ser entendido enquanto um reflexo da hostilidade sofrida pela população trans em uma sociedade transfóbica, que coloca estas pessoas em situações de vulnerabilidade social a partir do desemprego.

Em sua pesquisa, Ávila (2014) se deparou com muitos dos interlocutores que, após o início da transição, tiveram dificuldades no acesso ao mercado de trabalho ou que foram demitidos de seus empregos, repercutindo diretamente no processo de transição ao não possuir renda para dar sua continuidade. Estas constatações foram encontradas também por Rego (2015), quando afirma que as relações que estes sujeitos estabelecem com as espacialidades do trabalho dizem respeito ao processo de transição[119] que, de um lado, existem àqueles homens trans que necessitam trabalhar para dar continuidade ao processo e, de outro lado, àqueles que são demitidos de seus empregos justamente por iniciá-lo. Diante deste cenário, oscilam "entre continuar e correr os riscos de um mercado demandante de homens e mulheres 'verdadeiros' ou podem esperar até que estejam em situações de renda mais confortáveis" (REGO, 2015, p. 127).

[119] Segundo Rego (2015, p. 128), "mesmo que se tenha acesso à transição de gênero pública medicamente assistida, isso não implica cobertura econômica total. É preciso dispor de horários livres para consultas médicas e dinâmicas de grupo psicanalíticas. Os exames clínicos e/ou laboratoriais que necessitam para as avaliações médicas também não são financiados pelo Processo Transexualizador do SUS. As mudanças no guarda-roupa, as modificações corporais protéticas imediatas e a dinâmica judicial [anterior ao Provimento nº 73] para mudar de nome e gênero nos documentos oficiais antes ou depois da 'conclusão' do processo médico também competem às condições econômicas e de capital social".

Felizmente, o processo de transição iniciado durante a vivência profissional pode estabelecer também redes de apoio entre alguns colegas, bem como o respeito ao uso do nome social, incluindo pessoas que ocupam os maiores cargos profissionais. Estas considerações podem ser evidenciadas na categoria discursiva 'Vivência Profissional' (67,39%):

> [...] eu coloquei no meu face, pedindo ajuda na mastectomia pra juntar o resto do dinheiro, só que daí eu bloqueei [...] todo mundo do hospital. E daí, o que aconteceu, uma das minhas amigas [...] compartilhou minha vaquinha e quando é compartilhado… aparece, né [...] fulano de tal compartilhou. E daí eu cheguei lá no hospital [...] [uma das colegas de profissão disse] 'eu vou te ajudar'. Eu levei um susto, como assim me ajudar? 'eu já sei!'. Daí eu levei aquele baque, né. Levei aquele baque. [...] daí até uma certa época ela me ajudou, ela me dava um pouco de dinheiro pra comprar, porque eu tava perdendo o emprego, né, por causa da transição e daí ela, essa que veio primeiro conversar comigo, ela me ajudou um pouco, falava pra ela não precisava, porque ela precisava de dinheiro mais que eu, né. Falava pra ela que não precisava de dinheiro algum pra mim. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

A partir deste cenário, podemos constatar que as espacialidades do trabalho são, ao mesmo tempo, espaços transfóbicos (como a própria categoria discursiva evidencia), constituídos pelo sentimento do medo e possibilidades de sofrer constrangimentos, mas que também, são compostos por redes de apoio e solidariedade entre seus colaboradores e colaboradoras. Estas relações mais ou menos conflituosas através destes espaços irão depender diretamente das pessoas que os vivenciam a partir de suas próprias concepções sobre as transexualidades.

Entre as maiores dificuldades enfrentadas pelos homens trans entrevistados durante sua vivência profissional e acesso ao mercado de trabalho, destacamos: (1) o desconhecimento por grande parte da administração das instituições frente ao processo de contratação de pessoas transexuais quanto ao uso do nome social; (2) na elaboração de currículos profissionais para enviar às plataformas por parte dos homens trans; (3) na espera pelas alterações de documentos como conselhos de classe profissional e carteira de trabalho frente à retificação do nome; (4) formulários de inscrição para concursos públicos com a inexistência do espaço para inserção do nome social; e, (5) pelo sofrimento causado pela transfobia institucional, física e psicológica. Estas dificuldades 'empurram' alguns homens trans ao mercado informal de trabalho, em situações de subempregos, com baixas remunerações e perdas de direitos trabalhistas. Abaixo, alguns discursos que evidenciam estas dificuldades encontradas pelos homens trans participantes da pesquisa:

> [...] eu levei o currículo com o nome de nascimento e embaixo o nome social. Porque eu ficava muito na dúvida. Eu não sei muito bem como funciona isso de currículo. Tem uns que falam que não precisa ter nome de nascimento, só o nome social. Tem outros que falam que precisa ter [...]. Então não sei muito bem como funciona. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Até era muito difícil conseguir emprego por causa justamente dos documentos. Retifiquei há um ano e foi quando eu estava pra conseguir a bolsa, então, eu não tive oportunidade mais, mas quando eu procurei emprego antes, difícil. [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Segundo Oliveira (2015), as maiores dificuldades vivenciadas pelos homens trans estão relacionadas ao espaço escolar, pois, quando são discutidas as relações de mercado de trabalho, eles denunciam situações de exclusão e dificuldade de permanência através das espacialidades do trabalho. Sendo assim, Kaffer *et al.* (2016) destaca que estas dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho condicionam travestis e mulheres trans à prostituição por falta de opção.

Atrelado a isto, os autores argumentam que o abandono dos estudos em resposta às violências físicas e psicológicas sofridas por estes sujeitos culminam na baixa, e por vezes inexistente, qualificação profissional que possibilitariam o acesso à empregos melhores e mais rentáveis. Vale destacar novamente que um dos nossos interlocutores exerceu a atividade da prostituição.

Além das dificuldades encontradas por estes homens trans, há relatos de que eles enfrentaram / enfrentariam um certo prejuízo profissional para o estabelecimento de suas carreiras, sendo que tal prejuízo supostamente poderia diminuir com a retificação do nome e gênero nos documentos. Na pesquisa de Ávila (2014), a autora evidencia que a retificação do nome para os homens trans constitui-se enquanto um elemento importante na busca pelo emprego que, não obstante, subsidia os processos relativos à transição, como acompanhamento médico e psicológico. Neste ponto, Ávila (2014) lembra que não são todas as pessoas trans que possuem condições de deslocamento até os centros de apoio pela rede pública - como também já evidenciamos na categoria espacial 'CPATT/Protig' (0,51%) - e que possuem condições financeiras para a contratação de profissionais da advocacia para abertura de processos judiciais, visando a retificação do nome de registro (neste caso, anterior ao Provimento nº 73):

> [você acha que você teve ou irá ter algum prejuízo na sua carreira enquanto professor?] eu acho que sim... [por quê?] porque mesmo... bom... talvez depois que eu consiga mudar meu nome de registro não tanto [...]. (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

> [você teve algum prejuízo na sua carreira profissional?] tive, porque eu não consegui estabelecer uma identidade profissional da mesma forma que os outros e o meu acesso à identidade profissional, pensando especificamente no campo da educação física, ela é prejudicada pela questão corporal, porque a visão que as pessoas tem do teu corpo, às vezes te marca, às vezes até, por exemplo, se tu é mais gordinho, não é que impeça, tá, mas se tu é mais gordinho as pessoas talvez não te veem como alguém mais competente que o cara bombado [...] não que isso seja um fator real, mas às vezes na visão das pessoas é. E como eu tinha assim uma aparência física destoante do normativo, não era o cara bombadão, [...] as pessoas, isso dificultava o acesso pra mim, então... [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Compreendemos que, mais do que a própria retificação dos documentos, os prejuízos profissionais que estes homens trans estão suscetíveis vão muito além do que o reconhecimento documental das suas identidades transmasculinas. Assim, precisamos compreender que estes prejuízos profissionais possuem uma origem muito mais profunda, arraigada socialmente e com resultados devastadores, que são amplificadas pela situação de ampliação de precarização das relações de trabalho principalmente pós impeachment da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016[120].

A alteração do nome em cartório (ou pela via judicial como anteriormente era realizada) com certeza poderia auxiliar na busca pela independência e estabilidade financeira, mas não parece-nos ser suficiente, pois existem outras relações que devem ser consideradas, como o recurso da passabilidade, a situação brasileira de precariedade das relações de trabalho, a própria corporeidade e até mesmo as questões relacionadas ao aprimoramento profissional mediante formação inicial e continuada destes profissionais, entre outras relações.

Desta forma, fazendo uma analogia ao discurso acima, a identidade profissional deste homem trans está em desvantagem, pois seu corpo não condiz com as normas pré estabelecidas socialmente como um 'bom' profissional da educação física - neste caso, musculoso - colocando sua capacidade profissional em dúvida. Semelhante à esta ideia, pensemos agora que este mesmo homem trans tenha seus documentos retificados, mas que por ventura, mesmo com um corpo

[120] Desemprego, trabalho informal e desigualdade cresceram no ano passado. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/12/desemprego-e-trabalho-informal-cresceram-no-ano-passado/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

atlético, não tenha uma passabilidade cis, ou que ainda suas expressões corporais sejam próximas à feminilidade, mesmo assim, sua capacidade profissional ainda estaria sendo colocada em dúvida simplesmente por ser trans.

Seria uma inocência de nossa parte se pensássemos ao contrário, pois basta-nos recorrer às estatísticas de que 90% da população trans utilizam a prostituição como forma de sobrevivência (ANTRA, 2018). Estes dados não são concebidos a partir de meros dissabores do cotidiano por parte destas pessoas trans, mas são resultados de uma transfobia ativa em nossa sociedade que cotidianamente nega-lhes seus direitos, incluindo a moradia, a educação e a empregabilidade (categoria discursiva 'Transfobia'; 23,91%):

> [você acha que terá prejuízo na carreira profissional?] Eu nunca procurei emprego assim, mas eu tenho certeza que eu vou ter dificuldade de arrumar emprego por ser trans, isso já coloquei na cabeça e já sei. Porque eu vejo, sabe, vejo na internet meninos trans que são formados, conheço vários meninos trans formados em Educação Física e eles não conseguem arrumar emprego na cidade deles, meninos trans formado em Direito, tem meninos trans em Administração e eles não conseguem emprego, não conseguem emprego.... mesmo mudando o nome, parece que... não sei o que tem que as pessoas descobrem que você é trans, não sei como que eles descobrem, eu fico me perguntando como descobrem, você muda seus documento, você muda sua vida, muda de cidade, não deixa rastros, você finge que morreu e nasce de volta, e a pessoa descobre, cara, não sei como eles descobrem e não te contratam por isso [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Segundo as entrevistas realizadas para a elaboração desta tese, a transfobia se manifesta através das vivências profissionais de diversas maneiras desde olhares, cochichos, comentários, deboches até expressões de violência física. Ela se (re)produz nestes espaços mediante ignorância ou desconhecimento, estando presentes nos processos de contratação de colaboradores (entrevistas, entregas de currículos, entrega de documentos oficiais, etc.), até casos de demissões voluntárias.

Para Rego (2015), se por um lado, a corporeidade destes homens trans não condiz com as informações dos documentos, estes não conseguem acessar o mercado de trabalho; se estão empregados, encontram dificuldades de permanência através destes espaços ao iniciar o processo de transição:

> [...] era de ter olhares, chacota, cochicho, de chegar no meu chefe e perguntar se você tinha algum tipo de frustração, de começar a falar, ver uma notícia de trans na internet e falar: 'ah, esse aqui tem que matar tudo, tem que bater'... ficar dando cutuco assim, toques pra tentar tirar alguma coisa de mim, não sei qual era a ideia deles... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] eu fiz 17 [entrevistas] fora umas 4 que eu não fui [...] Uma das entrevistas que eu fiz de uma empresa lá, eles falaram que eles queriam um 'homem de verdade' [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] ela chegou e falou pra mim se eu me interessaria em trabalhar em homecare como nutricionista [...] daí eu falei sim, né, to desempregado, né, o que vier… daí eu entrei conversar com o dono dessa empresa e ele começou a me falar no feminino comigo. Daí eu já me toquei que minha prima tinha passado pra ele o nome de registro. Só que não tinha como porque eu já tava num processo muito avançado de transição. Daí minha mãe falava pra tirar a barba, coisa, mas não, eu me negava isso, eu falava: 'não vou fazer isso! Se não quiser aceitar, não vai...', entende? que não me sujeitava a isso [...] E daí o cara pediu meu currículo, quando e dei meu currículo pra ele, ele sumiu. Nunca mais entrou em contato [acha que foi transfobia?] ah, com certeza, porque quando eu não tinha mandado nenhum currículo super conversava [...] até falava dos pacientes que tinha. Quantos pacientes que tinha. Ai quando mandei meu currículo nunca mais, nada… [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] aconteceu duas vezes, que o gerente amou meu inglês, achou sensacional, a gente conversou e ele: 'vem cá, que você passou pra última etapa, isso e aquilo' [...] E ai eu fui um dos selecionados, [...] e ai, o gerente geral do hotel, me chamou depois num canto e tal, pedindo meu documento, minha carteira de trabalho, ai eu: 'é agora'. Tirei meu documento, comecei a explicar pra ele, aí ele: 'ah, só um minuto'. Ele saiu da sala, ficou uns 10 minutos fora, depois ele voltou pra mim e disse: 'ah, legal a gente vai entrar em contato com você e tal' e nunca mais entrou. E depois, na última vez, foi a mulher que, era vaga para secretariado, né, e ai ela foi e falou que no final do processo todo ela falou: 'eu não sabia e tal, mas a gente não pode te empregar, porque a gente não trabalha com esse tipo de política aqui', ai eu 'ah, tá'. [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Muitos homens trans, pelo medo do desemprego e principalmente devido às necessidades financeiras, acabam suportando tais manifestações transfóbicas realizadas através das espacialidades do trabalho, permanecendo muitas vezes em subempregos que os agridem simbolicamente e que os desvalorizam tanto intelectualmente e financeiramente mediante baixos salários, tendo que se submeter à tais situações:

> [você fica lá por causa do dinheiro?] exatamente, não tenho outra... porque assim, o serviço é muito difícil, desgastante […] mas o lugar, nessa questão da transfobia, ela já veio de vários jeitos, mas é sempre debochando. Eu acho que isso é o pior: 'ah, a gente precisava de um macho aqui nessa cozinha'. Sempre que vão tirar um sarro [...] essa menina mesmo, ficamos amigos e as pessoas sempre falavam que tínhamos alguma coisa romântica, mas ela era sempre ridicularizada por isso [...] ou eu ouvia 'ah, ela não gosta de você porque ela gosta de pau', essa coisa do pênis lá dentro é bem forte, porque ali eu vejo que é um antro muito falocêntrico. [...], mas nunca houve um desrespeito do tipo de alguém chegar e começar a me ofender, não. O desrespeito que sinto é sempre nessas horas do deboche, do sarro, da brincadeira [...], mas já rolou, eu já me senti, nossa, extremamente mal, 'eu to aqui obrigado porque eu não tenho outra opção na minha vida' [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

A partir de um impasse que um dos interlocutores de Oliveira (2015) obteve durante sua vivência profissional, o autor constata que todas as pessoas são separadas no âmbito profissional não conforme suas identidades de gênero, mas a partir de seus órgãos genitais, pois, mesmo que seu interlocutor tenha iniciado sua hormonioterapia há pelos menos 7 anos, isto é, já obtendo características masculinas e aumento da massa corporal (força muscular), que inclusive era um dos requisitos para investidura no cargo, mesmo assim, este sujeito enfrentava um constrangimento por parte de seus superiores sobre qual cargo ocupar ou ainda qual banheiro utilizar dentro da empresa.

Para Adelman *et al.* (2003), o mercado formal de trabalho é generificado a partir da bipolaridade normatizada, onde certos valores e avaliações que compete a cada gênero estão imbricados dentro dessa lógica, fazendo com que pessoas desviantes da (cis)heteronormatividade sintam-se rejeitadas por não se encaixarem em determinados seguimentos do mercado formal de trabalho. E, mesmo que a qualificação profissional mediante nível educacional não seja um requisito para o cargo, ainda existe a possibilidade destes homens trans não serem efetivados, vide suas corporeidades não condizentes com a norma, evidenciando que a empregabilidade é demarcada para um grupo de pessoas em específico (àquelas que possuem identidades de gênero inteligíveis à matriz cultural da (cis)heteronormatividade), comprovando a existência de um 'corpo produtivo' nas relações de trabalho por meio da associação entre 'produção e gênero' (REGO, 2015).

Assim, chamamos a atenção que o acesso à uma boa colocação no mercado formal de trabalho está intimamente relacionada ao homem trans possuir uma formação condizente com uma boa qualificação profissional, evidenciando que

os espaços educacionais são articulados com o acesso às espacialidades do trabalho.

Contudo, temos que compreender que a formação inicial não é sinônimo de emprego, ao passo que estes homens trans enfrentam / enfrentarão dificuldades para seu acesso e permanência e possivelmente desemprego por simplesmente serem quem são, como esta própria categoria espacial evidencia. Neste sentido, as categorias espaciais relacionadas aos espaços educacionais precisam ser analisadas para então evidenciarmos as relações existentes em espacialidades distintas.

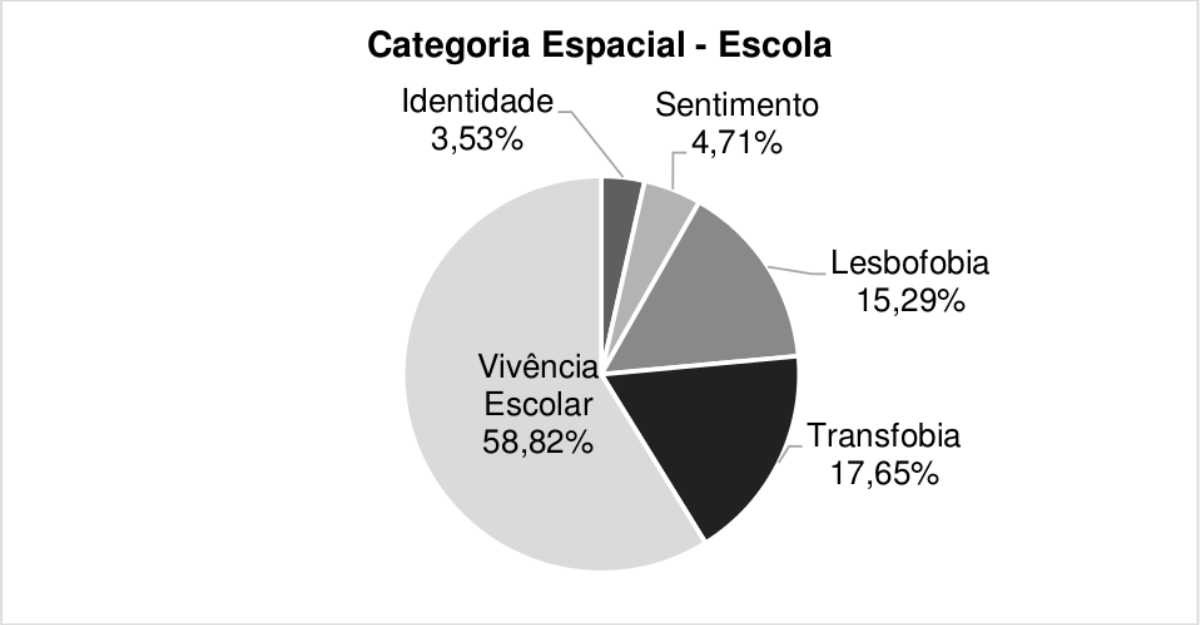
4.6 O espaço escolar e a espacialidade do banheiro

Até o momento realizamos uma análise sobre os espaços públicos e privados que os homens trans vivenciam / vivenciaram ao longo de suas vidas, estabelecendo as mais diversas relações socioespaciais. Por um lado, evidenciamos que estas relações heterogêneas estão articuladas com a (re)elaboração das suas identidades e (trans)masculinidades. Por outro lado, evidenciamos também que estes espaços estão conectados uns com os outros mediante relações de poder, numa tessitura que sustenta tais (re)elaborações de identidades; conexões mais ou menos fortes que influenciam diretamente na vivência social e acadêmica destes sujeitos.

Dentre estes espaço, encontra-se o espaço escolar que está intimamente ligado às vivências acadêmicas dos homens trans entrevistados porque além de o acesso e permanência destes homens trans através dos espaços acadêmicos demandar obrigatoriamente uma vivência escolar; também, alguns homens trans retornam ao espaço escolar para a realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios durante sua graduação, estabelecendo, assim, vivências totalmente distintas daquelas definidas durante sua vivência escolar. Neste sentido, os espaços escolares compõem a compreensão de como as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades. Sendo assim, realizamos uma análise da categoria espacial 'Espaço Escolar' (10,87% - 85 evocações), com suas respectivas categorias discursivas conforme demonstra o gráfico 7 abaixo. Além disso, realizamos uma análise da categoria espacial 'Banheiro Escolar' (1,66% - 13 evocações), considerada aqui

enquanto uma escala interna da escola.

Gráfico 7 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior; Categoria Espacial - 'Espaço Escolar'.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Sendo a escola uma instituição social onde as pessoas passam um certo período de suas vidas, o espaço escolar se configura enquanto um espaço de socialização. Sendo assim, é a partir dos processos de socialização que as pessoas (re)elaboram suas identidades (HALL, 2005 [1992]; CASTELLS, 1999 [1997]; DUBAR, 1997). Deste modo, é através de suas vivências (incluindo a escolar, mas não somente ela) que alguns homens trans começam a se identificar pelo universo masculino, como evidencia o discurso abaixo (categoria discursiva 'Identidade'; 3,53%):

> [...] eu não me sentia pertencente, mas tava mais do lado masculino, sempre tava muito mais do lado dos meninos, e não sei se por ser colégio particular eu ganhei um respeito muito grande, principalmente dos meninos [...] e esses quatro anos eu era tipo o rei. A maioria das pessoas me tratavam no masculino já, me tratavam no masculino porque meu nome de registro, o apelido dele, tanto é masculino quanto feminino. Então, quando as pessoas me chamavam, achavam que era o apelido que elas estavam usando era masculino, o nome, e aí tinha algumas pessoas que me chamavam pelo masculino [...] e eu respondia [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Passos (2019) afirma que a família e a escola são os principais núcleos de

socialização, estabelecidos a partir de uma multiplicidade de relações que variam no espaço-tempo. Contudo, a escola, que deveria possibilitar o pleno desenvolvimento humano, ainda é considerada para muitas pessoas trans como um espaço disciplinador de corpos e (re)produtor da (cis)heteronormatividade. Assim, Vale (2018) ressalta que mesmo que ambas sejam as principais instituições no processo de socialização, também são as primeiras instâncias que os homens trans são hostilizados.

Relacionada a este cenário, está a categoria discursiva 'Sentimento' (4,71%), na medida em que o processo de identificação enquanto sujeito transmasculino está em oposição à uma identificação feminina. Assim, o medo de ser identificado enquanto mulher faz parte de um processo de socialização complexo, principalmente através do espaço escolar, pois, se este espaço também é generificado, como destaca Louro (2013a), as pessoas que são ininteligíveis às normas de gênero são excluídas e interditadas espacialmente:

> [...] Eu sempre tive muito medo das pessoas me verem como uma mulher masculinizada, porque eu não queria que elas me vissem enquanto uma mulher [...]. Durante minha adolescência, esse processo de socialização com as pessoas foi muito complicado, principalmente na escola, justamente o que estava dizendo. As meninas me achavam muito estranha pra andar com elas, os meninos não gostavam de meninas andando com eles. Ai eu lembro de sempre tá sozinho, mas sempre ser visado [era alvo de piadas e comentários?] é, eu sempre fui uma pessoa mais, como posso dizer, eu nunca fui uma pessoa muito passiva até esse momento, no fundamental, porque eu tinha medo e o meu medo fazia com que eu me impunha na frente das pessoas, embora fosse retraído, extremamente tímido, não gostava de conversar e tal, mas sempre se rolasse coisa assim, eu tentava não demonstrar que eu estava com medo justamente porque eu tinha muito medo das pessoas, sei lá, sofrer algum tipo de violência [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

O discurso acima também evidencia o medo relacionado às violências físicas e psicológicas que estes homens trans podem sofrer em âmbito escolar. Contudo, este medo não era recebido passivamente pelo sujeito; pelo contrário, era transformado em resistência. Outras entrevistas evidenciam a mesma situação: quando alguns homens trans eram confrontados em suas vivências escolares, quando conseguiam, revidavam mediante violência física.

O sofrimento causado a estes homens trans durante suas vivências escolares, segundo Pamplona (2018), são carregados consigo até os dias atuais, fazendo com que ainda se sintam culpados. Segundo a autora, mais do que o próprio tempo que estes sujeitos frequentaram a escola, é necessário compreender

como vivenciaram estes espaços, "como transitam pelos poderes estabelecidos, como tomam para si o direito de falar, de se fazerem escutar" (PAMPLONA, 2018, p. 167). Desta forma, é neste jogo de relações que os corpos destes homens trans são marcados.

As violências físicas e psicológicas são muito recorrentes na vivência escolar de todas as pessoas LGBT+, mas parecem ser particularmente mais intensas quando relacionadas às vivências escolares de pessoas transexuais e travestis, vide estatísticas já mencionadas de evasão e exclusão escolar e, segundo a própria percepção de alguns dos entrevistados.

Sendo o espaço escolar (cis)heteronormativo e LGBTfóbico (SANTOS, 2015), manifestações lesbofóbicas e transfóbicas também fazem parte da constituição desta espacialidade, assim como na espacialidade da casa como já evidenciado neste capítulo e no ensino superior, como será evidenciado no capítulo a seguir. Desta forma, as categorias discursivas 'Lesbofobia' (15,29%) e 'Transfobia' (17,65%) referem-se à hostilidade que estes homens trans vivenciaram através do espaço escolar.

Em relação à lesbofobia, os sujeitos relatam violências manifestadas principalmente a partir de comentários, piadas, constrangimento, agressões físicas e psicológicas e afastamento por parte de colegas e docentes. É importante salientar novamente que, mesmo que alguns homens trans não tenham tido uma identificação lésbica anterior à transição, também sofreram atos lesbofóbicos durante sua vivência escolar. Além disso, estas hostilidades podem ser intensificadas mediante outras formas de preconceito e discriminação associadas à outras categorias sociais:

> [...] eu já ouvi comentários como: 'não basta ser negro, tinha que ser, não falou transexual, falou sapatão... [...] Não basta ser negro, tinha que ser sapatão, só faltou ser gordo ainda'... soltou gordofobia junto. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] e a piada, [...] de chegar na escola e ouvir 'ah, sapatão', 'tu não é homem, porque tá agindo assim, te liga'. 'sai da fila dos meninos'... 'te orienta sabe, pare de se vestir assim'... era mais nesse aspecto as coisas que eu ouvia, e eu não conseguia entender, sabe? [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] E daí quando me assumi como lésbica, bastante gente se afastou... sabe? Até assim... professores assim [...] como eu jogava basquete [...] no time, na hora que eu me assumi e falei pras meninas [...] teve duas, três gurias que se afastaram. [...] Dai depois assim, depois acabou que elas saíram do colégio e tal, saíram do time, me falaram que elas falavam super mal de mim... [...] eu me relacionar com gurias, sendo lésbica, elas falavam um monte, sabe? [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] essa época eu levei uma pedrada na cabeça de um menino porque eu tinha entrado no banheiro, isso na terceira série. Aí minha mãe me tirou da escola e eu fui pra uma outra, só que daí eu apanhava, os meninos me ameaçavam, eu lembro de ameaças reais [violência física?] física. [...] eu tenho muita lembrança da pedrada porque foi depois de um passeio, tava entrando assim pra trocar de roupa, ai o menino tacou a pedra, e fui pra casa porque era perto, ai eu tirei a camiseta da escola que era branca e joguei no lixo porque não conseguia lavar e ai ela [mãe] viu, por isso ela perguntou [...] daí foi quando ela mudou de escola. [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Conforme Santos (2015), a LGBTfobia está presente através do espaço escolar de forma velada e mascarada, mediante piadas, comentários, brincadeiras, violência física e na desaprovação de relacionamentos homoafetivos; está nos livros didáticos, no currículo escolar (cis)heteronormativo e nas chamadas de classe que não incluem o nome social, na estrutura, nas carteiras e nos banheiros (PRADO; JUNQUEIRA, 2011), sendo mais do que necessária a compreensão de que a LGBTfobia não corresponde simplesmente à agressões físicas e verbais (ERBISTI, 2011), mas há um conjunto de fatores que diminuem, menosprezam, excluem e inferiorizam determinados corpos. Não obstante, estes aspectos também são evidenciados na configuração do espaço acadêmico, constituindo-se, assim, como uma extensão da escola, reproduzindo em certa medida seus mesmos padrões generificados.

Evidencia-se que entre tantas violências sofridas por estes homens trans durante suas vivências escolares, quando possível, estes sujeitos omitiam tais situações perante as relações familiares. Quando sofriam tais manifestações, oscilavam entre contar aos familiares, correndo o risco das situações serem naturalizadas como algo que ocorre na escola justificada principalmente pela normalidade do *bullying* escolar e a naturalização do preconceito; e entre contar e sofrer uma dupla hostilidade, agora em casa, como se os culpados fossem os próprios sujeitos por não seguirem as normas sociais impostas de gênero e sexualidade:

> [...] o gênero começou a fazer diferença, [...] eu tava na terceira série, estudava num colégio público, municipal, e aí eu fui jogar bola com os meninos. Daí não me deixaram jogar bola e tal, não tinha aula, não tinha professor e daí liberaram a gente pra ficar na quadra. E aí eu teimoso, fui jogar a bola do mesmo jeito, mesmo eles não me querendo lá, eles não me passavam a bola direito. E depois do futebol - era no final da rua, era uma rua sem saída a escola, e ai tinha uma avenida lá embaixo e tinha uma passarela, e eu morava nessa rua, só que mais pra frente - e ai quando eu sai da escola, tinha um grupinho me esperando de meninos. Não me bateram muito, mas me pegaram pela camisa, 'ah, você quer ficar com os meninos, isso e aquilo, então você vai ficar junto com a gente e tal'. E aí pegaram minha cabeça e colocaram pra fora da passarela, me ameaçando de jogar lá de cima. Acho que meu trauma de altura é relacionado a esse dia. E teve uma outra vez que correndo deles, eu bati meu nariz no poste e eu quebrei meu nariz, aí cheguei em casa com o nariz todo ensanguentado, pingando sangue. Minha mãe perguntou... 'ah, tava correndo na praça, olhei pra trás, quando virei, bati'. [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Mas, se optam por omitir as manifestações de violência, sofrem calados, culminando em um sofrimento interno que só aumenta com a soma cotidiana de situações hostis, podendo levar à quadros de ansiedade, depressão e isolamento social, comprometendo especialmente uma vivência escolar saudável e influenciando no seu processo de ensino-aprendizagem, refletindo negativamente em projeções e perspectivas do próprio futuro acadêmico ou não.

Segundo Ávila (2014), desde a infância que os homens trans utilizam aquilo que chamamos no capítulo anterior de táticas de permanência como o isolamento, evitando atividades grupais e realizando negociações a partir de uma identidade de 'melhor aluno', o que também evidenciamos com nossos interlocutores. Por vezes, estes sujeitos utilizaram o próprio conhecimento relacionado aos saberes escolares para serem aceitos na escola (isto também será reproduzido no ensino superior), elaborando uma personalidade CDF[121] e ocultando outras identidades que poderiam dar subsídios para manifestações preconceituosas e discriminatórias: "[...] eu tive uma outra identidade pra compensar todas as outras coisas, eu era o CDF da turma sendo o muito inteligente, então eu não precisei lidar com essa coisa de gênero, então abafou assim, ai eu comecei a ter outra identidade, o inteligente [...]" (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Assim, é mediante estas táticas de permanência que estes homens trans conseguem / conseguiram permanecer tanto na educação básica, quanto no ensino superior, mediante negociações e acordos estabelecidos junto à seus pares,

[121] Abreviação de 'crânio de ferro', pessoa muito estudiosa.

acreditando que, ao demonstrar uma identidade inteligente, como afirma o interlocutor Ciclope, ou até mesmo outras identidades como o engraçado, o bagunceiro, o violento, o popular, o esportista, etc., e reprimindo uma identidade de gênero ou sexual dissidente, tentavam se sobressair, estando supostamente 'protegidos' do preconceito e discriminação.

Em relação à transfobia, alguns sujeitos que já se autoidentificavam enquanto homens trans na escola, relatam situações constrangedoras e o desrespeito pelo nome social por parte de colegas de turma e docentes:

> [...] eu não usei o nome social [na chamada de classe] porque eu não sabia, eu soube no último ano do ensino médio, no terceirão [...]. Daí eu: ‘ah, falta só mais um ano, vou aguentar, né?’. Só que nesse terceirão, último ano, foi bem complicado, tinha gente assim que não aceitava, muita gente se afastou. Daí eu pedia pra chamar pelo nome social tipo nos amigos assim. Na chamada não cheguei a pedir assim. [...] eu pedia pra chamar pelo nome social né... aí eles me chamavam tipo pelo de registro pra me provocar [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] quando ela fez a chamada e chegou no [nome social oculto], ela falou: [nome social oculto]? Eu: 'presente, professora. Ela começou a dar risada. 'Isso é uma brincadeira, uma piada?'. Daí eu: 'não'..., 'Mas seu nome não é...' E eu: 'Agora é'. 'Que estranho'... Daí eu: 'não é estranho professora, as coisas mudam, dá voltas e as coisas mudam'. Daí ela: 'então tá bom, tá bom'... [e a turma?] Em silêncio. Todo mundo em silêncio, por isso ela se sentiu mal... [...] Porque eu conversei com a turma, no primeiro dia de aula... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Neste sentido, o espaço escolar é constituído pela lesbofobia e transfobia, o que não quer dizer que não existam outras formas de hostilidade como a homofobia voltada à gays e a bifobia voltado à bissexuais, o racismo e o sexismo, podendo apresentar-se institucionalmente. Santos (2015) evidencia que a institucionalização da LGBTfobia é decorrente de atos discursivos e práticas daqueles que vivenciam o espaço escolar. Esta institucionalização se estabelece também a partir da omissão tanto individual, quanto coletiva de profissionais docentes relacionado às discussões de gênero e sexualidades, causando a ausência do debate em sala de aula, fruto do despreparo profissional sobre os temas, somado à própria LGBTfobia destes profissionais. Evidenciamos estas manifestações quando alguns homens trans que iniciaram a transição durante a vivência escolar denunciam a omissão de docentes frente às atitudes transfóbicas:

> [...] tipo tive duas brigas em sala, não de chegar bater, mas foi uma discussão. Um piá começou a falar: ‘você é menina e não sei o que’. Daí eu: ‘não, não sou’... Daí eu me empunhava. Só que o professor ficava quieto, não falava nada. Isso que achei bem errado, porque ele devia ter falado alguma coisa pelo menos pra não ficar aquela coisa chata. Daí os piás ficavam falando que eu ia apanhar que nem homem [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Tinha uma professora nossa lá que ela era muito gente boa. Aí ela perguntou dentro da sala: [...] ‘gente, tenho que fazer uma pergunta pra vocês: o que vocês acham do [nome oculto]?’. Foi perguntando de um em um. [...] Daí ela falou assim: ‘sabe o que que é [nome oculto], que eu to fazendo essa pergunta?’. Daí eu falei: ‘Eu quero saber, to curioso!’. Ela: ‘por que ali dentro da coordenação, tão falando o seguinte: que não vão aquietar quando te ver de saia ou vestido [...] eu to aqui, oh, nem que eu seja demitida aqui dessa escola eu não vou deixar isso acontecer. Eu não vou deixar acontecer. Não vou deixar fazerem isso com você'. [...] algum professor que falou foi responsabilizado?] não, porque quem, a pessoa que falou, a mulher que falou, era vice diretora da escola aí não aconteceu nada. [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

Conforme Santos (2015) argumenta, as relações de poder presentes na escola são reproduzidas pelos discursos docentes - mas também podem ser reproduzidos de outras formas (práticas e currículos) e por outros agentes (discentes, equipe pedagógica, demais funcionários, comunidade externa) - os quais estão, em certa medida, articulados com as concepções que estes / estas profissionais têm sobre gênero e sexualidade; discursos estes que podem ser reproduzidos em outros espaços, criando, assim, novas configurações e possibilidades.

Temos que levar em conta também que não são todos os docentes que se omitem diante de situações transfóbicas, mas que existem profissionais que buscam criar espaços de abertura para tais discussões e estabelecer redes de apoio junto ao corpo discente. Alguns entrevistados apontam ainda que a ausência destas discussões durante sua formação escolar impossibilitou o próprio entendimento, fato que repercutiu diretamente em sua qualidade de vida, como evidenciamos no discurso abaixo (Vivência Escolar; 58,82%):

> [...] mas deveria ter isso dentro do ensino médio, pelo menos no Ensino Médio [...] que é adolescência, entre 15, 16, 17 anos, deveria ser falado sobre isso porque, que nem eu, se tivesse falado sobre isso eu já teria me encaixado nisso e talvez hoje em dia… [nem teria se assumido enquanto lésbica] isso. Não teria confundido, não teria passado por toda essa angústia de não saber o que é, o que não é, o que que era. E ter começado o processo de transição bem antes, lá com 17 anos. Então… e eu creio que isso melhore muito a qualidade de vida, né, do que você ficar aprisionado em uma coisa que você não é [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Este não entendimento da própria existência pode acarretar em uma vivência escolar não significativa e traumática, em que as interações se tornam quase que inexistentes, posicionando estes sujeitos no isolamento e na exclusão, aumentando assim as chances de uma evasão escolar, comprometendo uma possível vivência acadêmica.

Conforme as entrevistas realizadas, comparado ao ensino superior, o espaço escolar se configura enquanto o espaço mais lesbofóbico e transfóbico. Esta afirmativa é justificada, segundo alguns interlocutores, quando concebemos a faixa etária dos discentes de ambos os níveis educacionais, alegando que discentes da educação básica teriam um conhecimento sobre gênero e sexualidades mais limitado em relação aos discentes do ensino superior.

Do nosso ponto de vista, esta justificativa é muito simplista para explicar um fenômeno tão complexo e dinâmico. Se assim fosse, não existiria hostilidade no ensino superior e estes homens trans poderiam livremente expressar suas corporeidades sem o auxílio de táticas de permanência. Ou seja, não podemos colocar ambos os espaços, os quais possuem cada um suas particularidades e suas próprias relações, em comparação para explicar o mesmo fenômeno.

Devemos pensar que ambos os espaços estão intimamente relacionados com a reprodução e produção da (cis)heteronormatividade, pois caso contrário, como veremos no próximo capitulo, a categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11%) não apresentaria também as categorias discursivas 'Lesbofobia' (1,34%) e 'Transfobia' (14,43%). Se levarmos em consideração que ambos os espaços são generificados e preocupados em manter esta mesma lógica de gênero, podemos começar a compreender as relações que ambos estabelecem para manutenção de tal lógica.

Antes de realizar comparações entre as espacialidades, devemos ter em mente que as relações que ambas estabelecem são múltiplas, como também são

distintos os agentes que produzem cada uma das espacialidades. Assim, as manifestações lesbofóbicas e transfóbicas são sentidas de diferentes formas pelos homens trans, o que vai depender de como cada um irá agir frente às situações de hostilidade. Desta forma, não podemos fazer uma comparação de maior ou menor intensidade de manifestações da hostilidade entre escola e ensino superior, mas podemos afirmar que, segundo as entrevistas, as maiores dificuldades de permanência enfrentadas são mais evidentes através do espaço escolar, principalmente no período de transição entre ensino fundamental e ensino médio:

> [...] Foi do fundamental pro médio. Que daí tipo eu assim não sabia né tipo direito o que tava acontecendo comigo [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] eu não podia nem ir no banheiro, porque eu mostrava aquela identidade, tinha os uniformes separados, uniforme de meninas e meninos, eram aquelas saia-short, e aí eu não usava saia-shorts de jeito nenhum, aí comprei uniforme todo masculino. Tanto que a blusa pras meninas era baby look e o short-saia, e tinha uma calça lycra e dos meninos, era aquela tactel, aí eu usava uniforme todo masculino e tal, e meu cabelo curto, tinha um blackzinho curtinho e tal. Então, ninguém me reconhecia enquanto menina, nem enquanto lésbica [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Podemos evidenciar também neste discurso que as normas de gênero são materializadas de diversas maneiras na escola, seja através de uniformes masculinos e femininos, pelo banheiro, pela disposição da fila da turma, pela disposição das carteiras em sala de aula, pelos esportes que são destinados para meninas e meninos, etc. Esta generificação é imposta cotidianamente e que, muitas vezes, estes homens trans durante sua vivência escolar, não possuíam forças suficientes para contrapor-se às regras de gênero:

> [...] na escola básica, assim, o impacto inicial foi esse de perceber a escola como um ambiente que contém regras de gênero e que não tenho força suficiente pra dizer pras pessoas adultas que aquelas regras estão erradas, que eu não to nessas regras. Então, eu fiquei na minha [...] mas então, experiência escolar, gênero e regras de gênero... então eu tenho umas memórias ali da pré-escola em que [...] eu to ali na fila das meninas, olhando a fila dos meninos e pensando, bah, na minha concepção eu devia tá ali, mas por alguma razão me colocaram nessa aqui e eu não posso dizer que não, porque eles são adultos e eu não posso me contrapor. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Para estes homens trans, dentre as espacialidades da escola, o banheiro parece ser a espacialidade que mais realçava as normas de gênero. Assim, a categoria espacial 'Banheiro Escolar' (1,66%) com suas respectivas categorias

discursivas 'Vivência Escolar' (76,92%) e 'Sentimento' (23,08%), evidenciam que mesmo que alguns dos entrevistados tenham transicionado durante a vivência escolar, o que se destaca nas outras entrevistas é a utilização obrigatória do banheiro feminino no ensino fundamental.

No ensino médio, alguns homens trans evitavam a todo custo adentrar nesta espacialidade, desenvolvendo, assim, problemas de saúde, mas também táticas como a utilização do banheiro docente e banheiros de estabelecimentos próximos à escola. Quando decidiam usar o banheiro masculino, o medo de serem descobertos fazia com que estivessem em constante vigilância. E quando eram 'pegos', sua transmasculinidade era reduzida pelos colegas em tons de deboche:

> [...] na escola foi feminino... muito desconforto, não era meu banheiro e sempre tava cheio de gurias fazendo as coisas delas... [...] tipo queria ter um banheiro só pra mim. Às vezes eu usava o banheiro do professor, que era um banheiro mais neutro... [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] inclusive em relação ao banheiro, quando era mais novo eu peguei 5 infecções urinárias, ficava prendendo muito tempo o xixi [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Os corpos são regulados mediante saberes e práticas pedagógicas que possibilitam que a escola seja (re)produtora e reguladora do gênero (PAMPLONA, 2018). Como destaca Louro (2013a), a escola possui uma função também de delimitar as posições dos corpos através do espaço, aprovando ou reprovando práticas, apontando modelos de referencial, permitindo que algumas pessoas se reconheçam neste modelo, enquanto outras não. Desta forma, uma suposta explicação da maior dificuldade enfrentada pelos homens trans na escola seja justificada pela (re)produção das normas de gênero, as quais não poderiam, pelo menos naquele momento escolar, serem contestadas, anuladas ou refutadas diante dos adultos que as reproduziam. Não obstante, estas mesmas normas também serão (re)produzidas através das espacialidades de nível superior, como veremos no próximo capítulo.

Portanto, este capítulo evidenciou que estas múltiplas espacialidades estão articuladas de certa forma com as normas de gênero, mediante relações de poder e que fazem parte na (re)elaboração das identidades e (trans)masculinidades destes homens trans. Estas múltiplas vivências em múltiplas espacialidades fazem parte da constituição destes sujeitos, as quais reverberam nas suas vivências acadêmicas e,

em contrapartida, as vivências acadêmicas também são reverberadas na constituição das múltiplas espacialidades. Assim, existe uma co-constituição entre espacialidades distintas segundo relações de poder presentes através destes espaços. Neste sentido, o capítulo V da referida tese evidencia como as vivências acadêmicas destes homens trans possibilitam uma relocalização nas relações de poder entre centro e margem através das múltiplas espacialidades.

CAPÍTULO V - ESPAÇOS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E A RELOCALIZAÇÃO DOS HOMENS TRANS NAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE CENTRO E MARGEM

Este capítulo tem por objetivo compreender como as vivências acadêmicas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior possibilitam uma relocalização nas relações de poder entre centro e margem nas suas múltiplas espacialidades.

Vimos até agora que os espaços que estes homens trans vivenciam / vivenciaram são contextos fundamentais na (re)elaboração de suas identidades e (trans)masculinidades e que estão articulados entre si a partir de uma dinâmica espacial. Não obstante, esta dinâmica espacial também é composta por relações de poder, influenciando nas vivências e localização destes homens trans na constituição dos espaços.

Este capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção refere-se às vivências acadêmicas que estes homens trans estabelecem / estabeleceram no ensino superior, este entendido aqui enquanto um espaço (cis)heteronormativo e LGBTfóbico, localizando os homens trans na margem das relações de poder; mas também como uma possibilidade espacial para estas e outras vivências trans, podendo conturbar as relações hegemônicas. A segunda seção evidencia que tais vivências acadêmicas possibilitam uma relocalização dos sujeitos nas relações de poder entre centro e margem em suas múltiplas espacialidades, desenvolvendo novas relações e configurações espaciais.

5.1 A vivência acadêmica de homens trans através dos espaços educacionais de nível superior

As vivências acadêmicas das pessoas trans não foram um fenômeno que despertou o interesse de muitos pesquisadores e pesquisadoras brasileiras. Foi somente a partir do ano de 2015 que as relações entre espaço acadêmico e as identidades transexuais e identidades travestis começaram a ser analisadas pelo campo científico brasileiro. Isto decorre de um lado, pela interdição espacial acadêmica que estas pessoas estavam sujeitas, visto a evasão escolar anterior, que culminou na ausência destas identidades no ensino superior; e por outro lado, à uma transfobia institucional que reitera a ideia de que os Estudos de Gênero e Sexualidades não são um fazer científico válido.

Numa busca no banco de dados a partir do Catálogo de teses e dissertações, encontramos 10 pesquisas que abordam sobre as relações entre ensino superior e vivências acadêmicas de travestis, homens trans e mulheres trans, o que corresponde à 2,46% do total dos estudos sobre transexualidades (DUARTE, 2015; SCOTE, 2017; SILVA, 2017; CORREA, 2017; SANTOS, 2017; BUTKOVSKY JUNIOR, 2017; NASCIMENTO, 2018; ARAÚJO, 2018; FARIA, 2018; ITAQUI, 2018), sendo 7 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Os Programas de Pós-Graduação que as pesquisas estão vinculadas são: Educação, Saúde Coletiva, Sociologia, Administração, Sociais e Humanidades.

Em seu estudo, Duarte (2015) identificou quais as representações sociais que discentes LGBT+ possuem em relação ao seu processo de escolarização e como isto influenciou em seus projetos de vida. O autor destaca a dificuldade no processo metodológico da pesquisa, devido ao número reduzido de pessoas trans no ensino superior, sendo que do grupo pesquisado, somente uma mulher trans participou do estudo. Já Silva (2017), aborda indiretamente as vivências acadêmicas trans mediante análise do processo de regulamentação do uso do nome social nas universidades estaduais do Estado do Paraná. Assim, a autora realiza um mapeamento das instituições de ensino superior públicas paranaenses que fazem uso do nome social mediante publicações de documentos internos das instituições, comprovando a necessidade desta política pública para as pessoas trans que vivenciam os espaços acadêmicos.

Semelhante à Silva (2017), Correa (2017), busca compreender as relações entre as vivências de pessoas trans e os processos de regulamentação do uso do nome social em duas instituições acadêmicas; discussão também realizada por Butkovsky Junior (2017) que, em sua pesquisa, discute os meandros da atribuição do nome social por discentes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) mediante Resolução nº 23/2014 do Conselho Universitário[122] que regulamenta a utilização do nome social na referida instituição.

Em relação às discussões de acesso e/ou permanência, Scote (2017) analisou as dificuldades de acesso e permanência de seis mulheres trans e um homem trans no ensino superior. Segundo o autor, mesmo que as ações afirmativas

[122] UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução Nº 23/2014**. Disponível em: <http://www.daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no._23.2014_-_nome_social_para_travestis_e_transexuais_1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

possibilitassem que a educação brasileira se configurasse enquanto um espaço mais democrático, é indispensável que políticas públicas específicas voltadas à população trans sejam debatidas. Santos (2017), ao analisar o processo formativo e a permanência de pessoas trans no ensino superior, constatou que estes sujeitos utilizam de ferramentas para resistir às normas de gênero impostas socialmente através dos espaços acadêmicos, transformando estes espaços enquanto possibilidades para suas vivências. Por outro lado, Itaqui (2018) buscou analisar a experiência do curso TransENEM/Porto Alegre enquanto dispositivo para acesso à Educação Superior, constatando que tal curso contribui para o acesso a este nível de ensino.

Assim como Scote (2017), Santos (2017) e Itaqui (2018), Nascimento (2018) também compreendeu as vivências trans e as dinâmicas de acesso e permanência em uma determinada instituição de ensino superior pública. A partir da história de vida de suas interlocutoras e interlocutor, a autora destaca a existência de uma transfobia velada que constitui os espaços educacionais de nível superior. Esta existência de transfobia em espaços acadêmicos, além da homofobia e bifobia, também foi analisada por Faria (2018). Em sua pesquisa, o autor identificou as manifestações de violências sofridas pela população LGBT+ universitária e os mecanismos utilizados por estas pessoas para enfrentar tais hostilidades, participando da pesquisa somente um homem trans. Por fim, Araújo (2018)[123] analisa os processos de aprendizagem de travestis universitárias, afirmando a importância da compreensão das vivências acadêmicas desta população para a reformulação das dinâmicas acadêmicas.

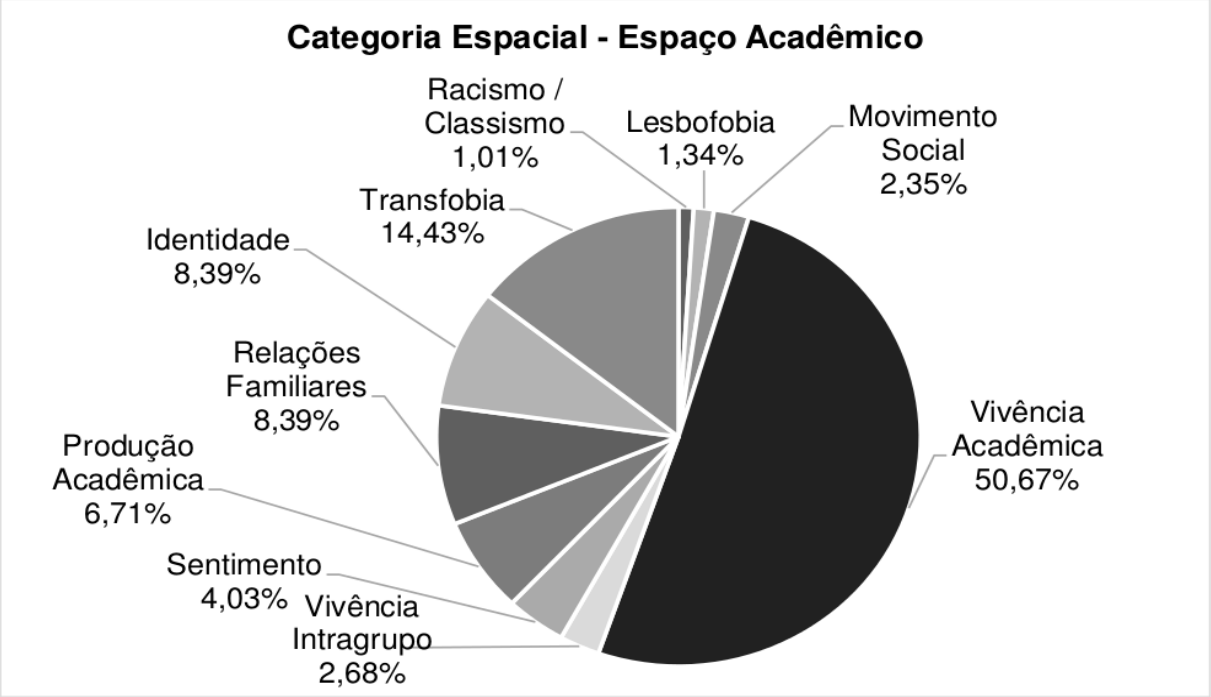
Dentre estes estudos, 5 trazem os homens trans como participantes da pesquisa (SCOTE, 2017; CORREA, 2017; SANTOS, 2017; NASCIMENTO, 2018; FARIA, 2018). Nenhum estudo aborda exclusivamente sobre as vivências acadêmicas transmasculinas, sendo que àqueles em que eles participam, ainda estão em menor número quando comparados às mulheres trans e travestis[124] e nenhuma destas pesquisas estão vinculadas à Programas de Pós-Graduação em Geografia. Assim, estas pesquisas são utilizadas para nosso embasamento teórico - em conjunto com outros referenciais pertinentes ao tema, para as discussões dos

[123] Segundo a Plataforma Sucupira, o trabalho não possui divulgação autorizada.
[124] Somente um estudo, o de Correa (2017), apresenta paridade no número de participantes (3 mulheres trans e 3 homens trans).

resultados desta tese obtidos a partir das entrevistas com homens trans.

Dentre as categorias espaciais já evidenciadas, a categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11% - 298 evocações) se apresenta enquanto uma categoria que possibilita uma relocalização dos homens trans nas relações de poder entre centro e margem nas múltiplas espacialidades; o que não quer dizer que as demais categorias espaciais não o façam, mas, segundo as entrevistas, é mediante o ensino superior que são conquistadas maiores chances de inserção no mercado formal de trabalho e ascensão profissional, de respeito e orgulho por parte de alguns familiares e amizades, bem como a admiração por parte de outros homens trans, mulheres trans e travestis. Desta forma, para compreendermos estas relações, primeiramente precisamos analisar as vivências acadêmicas que estes sujeitos estabeleceram no ensino superior, mediante categorias discursivas da referia categoria espacial como evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Categorias Discursivas de homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior; Categoria Espacial - 'Espaço Acadêmico'.



Fonte: Entrevistas realizadas com homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 14 de janeiro de 2016 a 07 de abril de 2018.
Nota: Informações organizadas pela autora.

Como já argumentado, os espaços são parte integrante na (re)elaboração das identidades e das (trans)masculinidades dos homens trans a partir de processos

de socialização, não sendo diferente quando se trata dos espaços educacionais de nível superior. É durante suas vivências acadêmicas que estes homens trans estabelecem as mais diversas interações sociais, promovendo uma multiplicidade de trajetórias (e narrativas) nestes espaços. Assim, as vivências acadêmicas destes sujeitos e o trânsito através das espacialidades estão diretamente relacionadas em como se percebiam enquanto ser humano, numa relação com si mesmos e com o mundo.

Conforme Duarte (2015), o ensino superior possibilita que algumas pessoas trans rompam certos valores conservadores que são reproduzidos no seio familiar e na escola, fazendo com que consigam, ao acessar estes espaços, somado à participação em coletivos que tenham como foco as questões de gênero e sexualidades, reivindicar suas identidades de gênero a qual pertencem. Desta forma, o acesso de pessoas trans no ensino superior constitui-se enquanto importante, não somente para sua vida acadêmica (e profissional), mas também no que concerne a sua vivência pessoal (SANTOS, 2017).

Evidenciamos então nas entrevistas que a autoidentificação enquanto homem trans é distinta e particular para cada sujeito, isto é, ela não é linear, podendo ocorrer em diferentes fases da vida, conforme exposto também por Zambrano (2011), e parece estar associada ao conhecimento sobre transexualidade e transmasculinidades, que também se dá de diversas maneiras (na escola, no ensino superior, na internet, na mídia, no contato com outras pessoas trans, etc.). Santos (2017) afirma que a busca pelo conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidades contribuem para que pessoas trans reivindiquem suas identidades de gênero, posicionando o espaço acadêmico enquanto uma possibilidade para suas vivências e (re)elaboração de suas identidades, como resistência para assegurar sua corporeidade nestes espaços.

A partir desta identificação transmasculina, mais especificamente do início do processo de transição (que também difere para cada sujeito[125]), que estes homens trans transformam suas vivências espaciais. Portanto, sujeitos que se autoidentificaram como homens trans antes de acessar o ensino superior tem relações sociais distintas daqueles que iniciaram a transição durante sua vivência

[125] Como já evidenciado, para alguns homens trans entrevistados, o processo de transição se inicia com uma transição social mediante vestimentas, adoção do nome social, corte de cabelo, etc., e para outros, ela se inicia com o início da hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos.

acadêmica ou após o término da graduação. Estas relações podem ser evidenciadas nos discursos abaixo referentes à categoria discursiva 'Identidade' (8,39%):

> [...] no Ensino Médio foi mais fácil de malear, mas como eu já conheço as peças, durante [o ensino superior] seria mais difícil, porque durante, eles não iam conseguir me chamar do nome que eu ia escolher, eles não iam conseguir porque já conheci a maioria das pessoas que estudou comigo [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Ah, seria mais difícil, eu acredito, porque tem bastante gente que não respeita, né? Que nem tem um caso de um amigo meu que ele mudou agora assim e... ele fez o primeiro ano, ele mudou agora [transicionou]... eu não cheguei a perguntar pra ele, mas acredito que deve ter sido um pouco complicado [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Ambos os discursos acima colocados são de alguns dos homens trans entrevistados que transicionaram antes de acessar o ensino superior. A análise do discurso corresponde que a dificuldade não está no ato de transicionar (e confirmamos isso quando o processo de transição é sinônimo de renascimento do indivíduo), mas nas dificuldades enfrentadas pelos sujeitos frente ao desrespeito pelos seus pares. Neste contexto, estes homens trans estão localizados na margem das relações de poder na constituição do espaço paradoxal (ROSE, 1993).

Além disso, segundo as entrevistas, existe uma associação entre o processo de transição e a passabilidade em relação à vivência acadêmica, de modo que o respeito à identidade de gênero está atrelada ao se "passar por", ou seja, mesmo que este homem trans tenha iniciado o processo de transição antes de acessar o ensino superior, se sua passabilidade for mínima ou nula, também encontrarão algumas das dificuldades enfrentadas pelos homens trans que transicionaram durante sua vivência acadêmica, permanecendo ainda à margem das relações de poder no espaço acadêmico:

> Eu acredito assim, se eu tivesse começado antes a hormonização ia tá bem diferente agora. Ia tá pelo menos com barba aqui ó [mostrou a mandíbula], o que mais quero. A voz ia ter mudado, que essa voz ainda tá muito fina. Mas acho que teria mudado muita coisa. Não precisaria ter me apresentado pra ninguém que eu conheço dentro da faculdade como [nome de registro de nascimento oculto]… [...] eu pretendo dar o mais rápido possível [entrada na retificação dos documentos] assim pra pelo menos o diploma sair como [nome social oculto], tudo e… porque nossa, é complicado isso ai de formar e sair com diploma… [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] eu vou falar assim... mais por mim, dificuldade do pronome e tal, isso me incomodava muito quando não tava hormonizado. Aí fui me hormonizando, as pessoas foram se ligando mais, foram mudando a forma como elas me viam, e como me tratavam. Isso foi bastante visível. Inclusive entre meus amigos, a forma como tratar, como me veem. Aí começou a barba, as mudanças no corpo, a voz foi super rápido... e a relação era outra, o tratamento era outro, eu tinha uma aparência mais de menininho de 17 anos, a minha puberdade, real, oficial [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Podemos evidenciar novamente o fator tempo associado ao processo de transição, ou seja, é a partir da temporalidade que a aceitação/respeito vão sendo estabelecidos paulatinamente nas interações sociais destes homens trans. Contudo, a aceitação/respeito está atrelada às características masculinas que estes sujeitos obtêm, principalmente conquistadas pela hormonioterapia que possui um destaque nas vivências sociais. Assim, existe uma certa dificuldade pelos pares em conceber uma identidade masculina ao sujeito que pode ser explicada pela ininteligibilidade de gênero ao serem lidos.

Existem então aqueles homens trans que acessaram o ensino superior - com uma identidade lésbica ou não - mas que iniciaram sua transição durante sua vivência acadêmica, como o caso de um dos interlocutores que transicionou do 2º para o 3º ano do curso de graduação. Existem ainda àqueles que cursavam determinada graduação, mas que optaram por desistir do curso que, no caso dos homens trans entrevistados, ocorreu por um período determinado, uma vez que voltaram a estudar:

> [...] tinha terminado o Ensino Médio, tava trabalhando na prefeitura como estagiário e tava cursando direito a noite, trabalhava o dia inteiro e estudava a noite [...] [você usava nome de registro na chamada?] Tinha. Isso que me deu um impulso pra sair [do curso] porque eu me vi numa situação que ou eu assumia minha identidade completamente e me entendia dessa forma, ou eu acabava com tudo por ali. Eu não conseguia mais suportar, não tava mais dando, não aguentava mais vivenciar um eu que não era eu no meu trabalho, não conseguia vivenciar aquela identidade na faculdade, não queria me formar, ser conhecido pelo que faço, me dedico muito pelo que faço e quero ser conhecido pelo que faço. Eu não queria que as pessoas me conhecessem do jeito que tava e era isso que me incomodava. Eu não queria que minha professora me visse da forma como tava, eu não conseguia nem fazer amigos, eu me fechava, vivia num mundo muito amargo, fechado que era só meu, e chegou nesse ponto que não aguentava mais. Decidi largar trabalho, largar faculdade, largar tudo e abandonar tudo e começar a fazer esse processo de eu mesmo trabalhar pra depois começar a colocar isso pra fora [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] eu fazia Relações Internacionais antes, lá em [nome da cidade oculto], eu fazia na particular que eu tinha FIES, eu fazia e trabalhava no hotel ao mesmo tempo [...] Ai eu sai de Relações Internacionais porque eu falei assim: 'eu não quero a dor de cabeça de transicionar dentro da universidade'. Eu sabia que ia chamar muita atenção e falta de grana também, porque eu perdi meu FIES [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Ao realizar o discurso "eu não quero a dor de cabeça de transicionar dentro da universidade", mais uma vez podemos observar que o interlocutor não está se referindo ao processo de transição em si, mas possivelmente às relações de confronto, exclusão e interdição que teria que estabelecer com as pessoas que vivenciam o espaço acadêmico. Desta forma, ao transicionar durante a graduação, este homem trans tensionaria as relações de poder podendo ser posicionado à margem destas relações justamente pelo ato de transicionar em uma espacialidade (cis)heteronormativa.

Na perspectiva do espaço paradoxal de Rose (1993), estes tensionamentos de centro e margem relocaliza o sujeito no espaço, constituindo, assim, variadas e múltiplas configurações que podem desestabilizar as relações, originando novas localizações que são ocupadas simultaneamente. Isto quer dizer que, mesmo que este homem trans, ao transicionar, ocupe a posição de margem relacionado à sua identidade de gênero no espaço acadêmico, ele pode estabelecer, ao mesmo tempo, posição central nas diferentes relações que possam vir a instituir neste mesmo espaço.

Neste cenário de dúvida entre transicionar ou não durante a vivência acadêmica, existe uma ambiguidade que alguns sujeitos precisaram lidar. Se ainda não transicionaram antes de acessar o ensino superior: ou decidem iniciar a transição paralelamente às suas vivências acadêmicas, sabendo das dificuldades que iriam enfrentar; ou decidem não transicionar durante sua vivência acadêmica - fato que pode acarretar além de ansiedade, depressão, etc., podendo acarretar também em desistência do curso de graduação, retornar ao ensino superior depois de um tempo com a transição já iniciada, seja em outro curso/instituição ou não. Neste caso, estabelecendo outras novas configurações espaciais com novos tensionamentos de centro e margem frente às relações de poder:

> [...] muito mais fácil agora. É mais fácil agora depois que transicionei, antes de entrar [no ensino superior]. Eu acho que só por poder evitar fadiga de ouvir comentários transfóbicos, de ter gente no pé da sua orelha, falando de coisa, não sei, pra mim é mais evitar violência, sabe? [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Para Nascimento (2018), pessoas que transicionam durante a graduação, precisam resolver além de assuntos relacionados à sua identidade de gênero, as questões envolvidas após conclusão do curso, quando da não retificação dos documentos, impossibilitando uma vivência profissional plena destes sujeitos.

Evidenciamos também que um dos homens trans entrevistados iniciou seu processo de transição após a graduação, vivenciando o espaço acadêmico a partir de uma identidade lésbica. Não vamos nos ater à vivência acadêmica deste sujeito a partir desta identidade e orientação sexual - e este nem se constitui enquanto propósito da referida tese - mas evidenciar que a identificação masculina no período após a graduação culminou em outras relações espaciais.

Mesmo que este homem trans não tenha sofrido uma transfobia física, psicológica ou institucional, ou ainda uma lesbofobia nestes mesmos termos, nos espaços educacionais de nível superior, as dificuldades enfrentadas além de terem uma característica burocrática, reverberam nos mais variados espaços e situações (lembrando que este sujeito iniciou sua transição durante sua vivência profissional). Deste modo, este homem trans relata que teve que se ater à um processo de retificação de nome não somente dos documentos de identificação oficiais, mas também ao diploma e carteira de conselho profissional:

> [...] então eu creio que pra mim, no meu caso, se eu tivesse saído da faculdade já com a mastectomia, com a retificação dos documentos, já teria sido muito mais fácil, porque daí eu já teria saído com o diploma como [nome oculto], a minha carteirinha do meu conselho também já teria; então já teria entrado no mercado de trabalho visto como [nome oculto]. Não como agora, que as pessoas me conheceram com um jeito e agora to passando por todo esse processo de volta, ter que mudar documento, então eu acho que dentro da graduação eu acho muito mais fácil. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

O discurso evidencia que iniciar o processo de transição antes da conclusão do ensino superior, e que este processo esteja necessariamente avançado quanto à realização de procedimentos cirúrgicos e retificação de documentos, supostamente facilitaria a inserção no mercado formal de trabalho. Concordamos em partes sobre esta afirmação, pois, ter um corpo condizente com as normas de gênero diminui as possibilidades de sofrer violências, como destaca Lanz (2014), uma vez que ter o

recurso da passabilidade é sinônimo de proteção e segurança. Assim, as chances de acesso e permanência nestas espacialidades do trabalho e demais espacialidades são maiores. Mas estas relações são ainda mais complexas.

Lembramos que na categoria espacial 'Trabalho' (5,88%), evidenciamos que a (re)elaboração da identidade está relacionada à independência e estabilidade financeira, mas também relacionada ao recurso financeiro para a continuidade do processo de transição. Em outras palavras, alguns homens trans utilizam sua força de trabalho para angariar recursos financeiros para as transformações corporais e acompanhamentos médico e psicológico, mas que estas mesmas transformações durante a vivência profissional podem culminar na sua demissão (REGO, 2015).

Podemos começar a pensar então que o acesso e permanência no mercado formal de trabalho depende diretamente de uma 'escala' de passabilidade, mas não podemos afirmar que o processo de transição (antes, durante ou depois da conclusão do ensino superior) e a graduação são reflexos de empregabilidade, pois, como argumentado por Fragoso; Valadas e Paulos (2019, p. 5), "[...] possuir um grau acadêmico funciona cada vez menos como fator diferenciador no acesso ao emprego". Para os autores, ao colocar o ensino superior como espaço para desenvolver a empregabilidade, são desconsiderados os papeis e importância das políticas públicas, Estado, governos e empregadores como dimensões integrantes neste processo, além de culpabilizar os estudantes (FRAGOSO; VALADAS; PAULOS, 2019).

Assim, o que podemos afirmar é que o processo de transição pode facilitar, por um lado, a permanência destes homens trans no ensino superior, como evidenciado no discurso abaixo; mas por outro lado, este processo de transição também possui consequências quanto às violências transfóbicas que não poderiam ser diminuídas nestas análises:

> [...] eu acho que não conseguiria ter terminado a faculdade sem ter feito a transição, eu não sei o que teria acontecido, mas sabe, é uma coisa que tranca a vida, mas claro, tem pessoas que conseguem lidar com isso e fazer a transição depois [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Também podemos afirmar que o processo de transição (incluindo principalmente a alteração de nome e gênero em documentos oficiais) antes da conclusão do curso, possibilita a emissão de diploma, carteira de conselho profissional, histórico escolar, certidão de matrícula e demais documentos que

contenham o nome retificado; elementos que poderiam aumentar as chances de inserção destes indivíduos no mercado formal de trabalho e de forma mais rápida.

Temos que levar em consideração que ao transicionarem, estes homens trans poderiam (ou não) estar vivenciando o espaço acadêmico, e simultaneamente, estarem vivenciando outros espaços, como as espacialidades do trabalho, da casa, da igreja, etc. Desta forma, não podemos realizar uma análise do processo de transição somente relacionado ao ensino superior, como se estes espaços fossem os únicos espaços de convivência social destes sujeitos, mas devemos considerar que as vivências espaciais estão conectadas umas com as outras e que as relações estabelecidas a partir do início do processo de transição perpassam diferentes espacialidades. Um exemplo disso é o medo enquanto um sentimento presente tanto nas relações acadêmicas, quanto nas relações familiares, profissionais e escolares, como já evidenciado no capítulo anterior.

Com outras configurações, o medo que alguns sujeitos apresentam em suas vivências acadêmicas estão principalmente relacionadas ao medo da rejeição e dos constrangimentos, além da insegurança (categoria discursiva 'Sentimento'; 4,03%):

> Quando eu voltei a estudar, o meu maior medo era ser chacota, meu medo, na verdade, não que as pessoas me ridicularizassem publicamente, porque acho difícil isso acontecer, mas me sentir mal de tá ali porque eu sei que as pessoas estão debochando de mim, eu tinha muito medo disso acontecer na minha sala. Quando eu voltei, já voltei com nome social, não tinha feito muitas mudanças, era sim identificado enquanto uma mulher, mas eu sempre tive a seguinte postura: 'quem tem que se afirmar enquanto homem ou não, sou eu. Ninguém tem que falar se você é homem ou mulher, então se alguém perguntar, eu sou homem'. Daí lembro que ano passado, quando eu voltei em 2016, foi 4 meses muito difíceis, de muito choro, será que consigo ficar aqui? Como vai ser? Como as pessoas vão me tratar? E o banheiro? Imagina, não conseguia usar o banheiro, eu tinha realmente muito medo. A universidade é um espaço que me sinto inseguro, não tanto quantos outros espaços [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [...] eu achava que ia ser pior, eu achava que iria ser rejeitado, que ninguém ia querer ser meu amigo, que ninguém ia querer andar comigo, que ninguém ia querer fazer trabalho em grupo comigo, essas coisas [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Assim, o medo que alguns homens trans sentem está relacionado à diferentes espaços, uma vez que tais sentimentos fazem parte da constituição do ser, mas que podem apresentar-se de variadas maneiras, segundo diferentes relações. Isto evidencia a multiplicidade do espaço destacado por Massey (2008 [2005]), onde um ou variados aspectos influenciam na dinâmica espacial,

determinando sua configuração. Desta forma, o medo presente na espacialidade da casa pode, entre outros fatores, estar relacionado à rejeição e a não aceitação familiar e a expulsão de casa; por outro lado, o medo presente nas espacialidades do trabalho pode, entre outros fatores, estar relacionado à rejeição, a não aceitação e a perseguições por parte de colegas de trabalho, demissão do emprego e desemprego, além das violências transfóbicas. Neste sentido, diferentemente da espacialidade da casa, a espacialidade do trabalho, da escola e também do ensino superior, o medo de violências transfóbicas, principalmente a física e de constrangimentos, está presente de forma mais intensa, evidenciando a multiplicidade de relações que podem ocorrer nos espaços.

Os espaços educacionais de nível superior constituem-se então enquanto espaços de insegurança para algumas vivências trans pela presença de relações transfóbicas nestes espaços, mesmo que de forma velada. Assim, esta insegurança pode gerar um sofrimento psicológico mediante o medo da não aceitação, rejeição e exclusão social. Para Scote (2017), além do medo de isolamento, estes sujeitos criam um medo de que as reproduções de hostilidade que antes eram presenciadas na escola sejam (re)vividas também nos espaços educacionais de nível superior.

Mesmo com a presença do medo, alguns homens trans conseguem lidar com as relações que se estabelecem ao longo de suas vidas, produzindo um empoderamento com as suas vivências. Ainda que nem todos os homens trans entrevistados tenham tido algum envolvimento com os movimentos sociais, especificamente o movimento trans, e grupos de pesquisa que discutem a temática, é possível evidenciar que àqueles que tiveram contato em algum momento, seja durante a vivência acadêmica ou não, afirmam que esta participação produziu empoderamento para sua vivência tanto acadêmica, quanto social ampla (categoria discursiva 'Movimento Social'; 2,35%).

Para Gohn (2004), empoderamento tem um caráter polissêmico que, em termos conceituais, segundo Kleba e Wendausen (2009), podem ser compreendidos mediante dois aspectos, um associado às ações assistencialistas e outro que defende a autodeterminação em nível pessoal ou coletivo. Assim, "tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades [...]; como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal, etc. [...]",

este último com caráter assistencialista (GOHN, 2004, p. 23). Conforme esta autora, 'a natureza, o caráter e o sentido do projeto social das instituições'[126] envolvidas neste processo, é que delimitam, entre outros fatores, quais dos ambos projetos estão se referindo. Entre as instituições citadas, a autora destaca os movimentos sociais como um indicador que evidencia a natureza do projeto.

Correa (2017) destaca a importância de grupos de pesquisa universitários sobre gênero e sexualidades na (re)elaboração das identidades trans, mas que o vínculo de amizades são elementos mais expressivos nas vivências acadêmicas destes sujeitos. Os vínculos sociais estabelecidos com outras pessoas LGBT+, segundo Duarte (2015), constituem-se enquanto importantes para as vivências acadêmicas de pessoas trans, na medida em que estas convivências auxiliam nas suas subjetividades. Além disso, estes vínculos possibilitam também o enfrentamento e resistência na defesa pela identidade de gênero por parte destes sujeitos.

Para um dos interlocutores de Nascimento (2018), o envolvimento com a militância proporciona conforto e bem estar na medida em que estabelece um vínculo com outras pessoas trans, originando um sentimento de reconhecimento ao evidenciar que suas vivências e dificuldades são semelhantes. Desta forma, o movimento social e a militância são propulsores de conhecimento e resistência frente às violências e desigualdades em âmbito acadêmico, além de proporcionar visibilidade e auxílio às pessoas trans (SANTOS, 2017). Neste sentido, as pessoas trans imaginam a possibilidade de um outro espaço acadêmico constituído para além da (cis)heteronormatividade, com configurações subversivas e de resistência. Rose (1993), destaca que as práticas de subversão são possíveis somente quando o sujeito concebe que o espaço pode ser configurado de uma outra forma que não seja a hegemônica. Assim, a oscilação entre centro e margem dependem de um outro local que seja a referência para possibilitar a resistência.

> [...] acho que, na verdade o movimento social me empoderou primeiro pra eu querer tá dentro de um ambiente da universidade, porque como eu tinha muito fresco na memória as coisas que me aconteceram na escola, de não poder usar o banheiro, trauma mesmo... [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

[126] Gohn (2004, p. 23) cita como instituições "dos mediadores, das ONGs e do terceiro setor de uma forma geral, das entidades que organizam os projetos, buscam os financiamentos, fazem as parcerias - com o governos, com outras entidades e organizações do terceiro setor da sociedade civil, com os organismos da cooperação internacional, e com os movimentos sociais".

> [...] esse empoderamento no movimento social foi o que garantiu que eu conseguisse fazer a faculdade. Foi a minha maneira que achei de fazer a universidade porque foi a identidade escudo. Eu era protegido por essa identidade ativista. [...] Eu também achei, através desse ativismo, esses grupos que pude me desenvolver, a identidade homem trans sem ter rejeição social, porque no ativismo as pessoas me tratavam como homem [...] a gente também foi semeando cada vez um grupo maior, cada vez fazendo ações educativas através desses núcleos de pesquisa, desse ativismo, desenvolvendo, espalhando a semente, então isso vai mudando a sociedade. [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

> [Essa participação produziu empoderamento pra sua vivência no ensino superior?] Bastante. E chegou a empoderar outras pessoas também, de conseguir me impor mais, de falar, de alguém falar uma merda, de tratar outras pessoas mal, de chegar e intervir, de fazer movimentos de intervenção na faculdade, de fazer colagem de cartazes e tal... de fazer outras pessoas pensarem sobre a temática, outras pessoas se empoderarem, de fazer outras pessoas começaram a fazer movimento também, em parada livre, em eventos [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Este empoderamento, segundo as entrevistas, auxiliou tanto na decisão de acessar e permanecer no ensino superior, vide traumas anteriores vivenciados no espaço escolar, como também frente às situações de desconforto e constrangimentos. Assim, evidenciamos que o empoderamento conquistado a partir do movimento trans e grupos de estudos, permitiram o pleno desenvolvimento e a reivindicação como homem trans, vide relações estabelecidas também intragrupo (categoria discursiva 'Vivência Intragrupo'; 2,68%).

A vivência intragrupo extrapola o ensino superior, estabelecendo relações com pessoas trans que não vivenciam os espaços acadêmicos, neste sentido, fazendo com que encontrem nestes homens trans uma inspiração, comprovando que os espaços educacionais de nível superior também são espaços possíveis para a expressão de seus corpos. Além disso, foi a partir deste empoderamento, que estes sujeitos utilizaram seu lugar de fala, propuseram intervenções e estabeleceram redes de apoio e debates. Desta forma, podemos evidenciar que este empoderamento possui uma característica capilar que possibilita que outras pessoas façam parte de um movimento que coloca em pauta as discussões sobre as vivências trans, logo, empoderando-as também.

Assim, os espaços acadêmicos são paradoxais, no qual as pessoas trans reconhecem a hegemonia e a possibilidade de resistência e desconstrução que, ao tensionar as relações de poder, reconfiguram a ordem e dinâmica espacial, ameaçando as estruturas normatizadoras que determinam quem está no centro e

quem está na margem (ROSE, 1993).

Kleba e Wendausen (2009), ao realizarem uma revisão teórica sobre o conceito de empoderamento, afirmam que este está associado aos aspectos 'cognitivos, afetivos e condutuais', e constituído por múltiplas dimensões a saber: a psicológica ou individual, com vistas à emancipação das pessoas a partir da sua autonomia e liberdade; a grupal ou organizacional, com ênfase na reciprocidade do respeito e apoio, além do pertencimento; e estrutural ou política, a partir do 'engajamento, corresponsabilização e participação social'.

Assim, compreendemos que, ao participar do movimento social, os homens trans produziram um processo de empoderamento nas três dimensões apresentadas. Isto corrobora com as argumentações de Kleba e Wendausen (2009, p. 742), pois, conforme as autoras, "os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a ressignificação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana", além de reconfigurar a dinâmica espacial. A militância trans através dos espaços acadêmicos possibilita uma transformação espacial, as quais auxiliam na desconstrução de padrões hegemônicos e no respeito pelas suas identidades de gênero (SCOTE, 2017). Para o autor:

> O exercício da militância no contexto universitário surge como um imperativo na construção das políticas inclusivas para esse segmento no interior destas, uma vez que permite a transição de uma política feitas 'pelo/a' outro/a em uma política construída 'com' o/a outro/a. A participação das pessoas trans é essencial na construção de ações que ampliem a visibilidade e debates sobre questões relacionadas a população LGBT. É notória a necessidade de um diálogo constante com as demandas do movimento social organizado dentro do contexto universitário entre as/os gestoras/es e docentes no que diz respeito às ações coletivas e políticas públicas. (SCOTE, 2017, p. 126).

A (re)elaboração do empoderamento é constante e mais do que necessária através de um espaço que está configurado também mediante manifestações de violências. Sendo assim, existem tensionamentos estabelecidos a partir de relações de poder durante o processo de empoderamento (KLEBA; WENDAUSEN, 2009) e, por isto mesmo, estes sujeitos, ao empoderar-se, deixam de lado alguns dogmas e paradigmas que são reproduzidos socialmente.

Segundo as entrevistas, as manifestações lesbofóbicas, transfóbicas, racistas e classistas também constituem os espaços educacionais de nível superior,

mesmo que alguns homens trans participantes desta pesquisa afirmem não terem sofrido tais hostilidades durante suas vivências acadêmicas. Assim, as categorias discursivas 'Lesbofobia' (1,34%), 'Transfobia' (14,43%) e 'Racismo/Classismo' (1,01%) podem ser analisadas em conjunto para melhor inteligibilidade destas manifestações.

Nem todos os homens trans que afirmaram uma identidade lésbica, anterior à identidade transexual, argumentam que sofreram manifestações lesbofóbicas durante sua vivência acadêmica. Outros, por sua vez, eram atingidos por esta hostilidade durante a realização do vestibular ou da matrícula do curso. Além disso, a lesbofobia esteve presente também nos momentos dos estágios na escola, extrapolando as vivências acadêmicas.

Um dos interlocutores que transicionou após a conclusão da graduação, afirma não ter sofrido lesbofobia durante sua vivência acadêmica, mas que utilizava a tática de permanência como aluno CDF para não sofrer violências. Esta tática foi também evidenciada no capítulo anterior, sendo utilizada através do espaço escolar como forma de proteção contra preconceitos e discriminações. Além disso, ela relocalizou este homem trans durante sua graduação no centro das relações de poder, como pode ser evidenciado abaixo:

> [Na graduação você ganhou o mérito acadêmico] [...]. É, isso. Que foram as maiores notas entre os 4 anos. [...] [E como você se sentiu em relação à turma?] Empoderamento. Eu me senti assim... é... porque, pela faculdade por eu ser homossexual. Então eu sentia um empoderamento muito grande por eu ser o melhor aluno na época da turma toda. Todos, todo mundo na minha turma era hétero. [...] Então eu me sentia, né, por ser o melhor. [...] Então eu creio que talvez esse empoderamento por eu ser considerado CDF na turma, tenha ajudado eu não ter tido preconceito dentro. Porque quando alguém precisava de ajuda pra estudar vinham pedir pra mim [...]. Então, creio que essa parte de eu estudar, coisas assim, é um empoderamento muito grande. [...]. (Entrevista realizada com Fera no dia 10 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Como observado, o empoderamento pode ser (re)elaborado a partir de outras relações, as quais, neste caso, estavam relacionadas aos conhecimentos. O empoderamento pelo conhecimento também foi evidenciado por Duarte (2015), embora sua interlocutora tenha se referido aos conhecimentos sobre os direitos individuais da pessoa humana além de seus direitos enquanto pessoa trans, e não especificamente seus conhecimentos acadêmicos conteudistas. Seja por questões de conhecimentos legais ou acadêmicos, o conhecimento constitui-se enquanto ferramenta de empoderamento a partir do nível pessoal que, segundo Kleba e

Wendausen (2009):

> [...] desencadeia convicção acerca da própria competência e capacidade (poder influenciar decisivamente situações); compreensão crítica sobre o contexto e as relações sociopolíticas; autoconfiança e disponibilidade para tomar o destino nas próprias mãos; e o desejo de ser ativo e de exercer influência sobre o meio. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e liberdade. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 742).

As manifestações racistas e classistas também estão presentes nas espacialidades educacionais de nível superior, principalmente através de piadas em tons de brincadeira. Gonçalves e Ambar (2015) argumentam que os negros eram proibidos de estudar sob a ótica de que a educação era dispensável, vide suas incapacidades para o trabalho, a partir de um discurso que inferiorizava a raça negra. Desta forma, se estavam ausentes da escola, também o estariam ausente do ensino superior. Fato este que ecoa atualmente ao ser constatado o número reduzido de negros nos espaços acadêmicos, consolidando-o como majoritariamente espaços institucionais brancos. Sendo assim, "as universidades públicas brasileiras foram construídas para acolherem uma clientela oriunda de segmentos da classe dominante e de setores da classe média, bastante diferente do cotidiano de estudantes negro(a)s, em sua maioria, de origem proletária" (GONÇALVES; AMBAR, 2015, p. 208). Não obstante, estas relações são refletidas até os dias de hoje, sujeitando que homens trans negros sofram, além de transfobia, o racismo através destes espaços.

> [...] Teve a festa junina da Educação Física né, ele não soltou na maldade, mas soltou do mesmo jeito, então foi racista, ele falou que na festa junina ia ter a cadeia lá e tudo mais, daí ele falou assim: 'viu, [nome oculto], vai ter cadeira, cuidado'. E eu: 'cuidado com o que?'. 'Ué, eu to brincando'... 'Brincando com o quê? Piada... Piada o quê? Racista!'... 'Desculpa, não vou fazer mais'... [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> Parece que tinha uma coisa, um muro entre nós. Eu via que eu tava num lugar diferente. Eles me colocavam nesse lugar diferente o tempo todo. [...] Eu estudei em colégio público a vida inteira, e tinha umas épocas que a gente não tinha professores [...] e isso me afetou no vestibular e na faculdade. [...] E eu ficava muito triste que na escola eu era o crânio e na faculdade eu me sentia super burro. Meus colegas, um deles chegou e disse assim: 'ah, isso aqui não é pra ti, sabe? Psicologia não é pra ti. Neuroanatomia não é pra ti'. E esse mesmo colega chegou uma vez pra mim, sentou do meu lado e disse: 'olha, tu tem que tomar banho melhor, tem que esfregar mais, porque tua pele tá escura'. Eu falei: 'cara, essa é minha pele, eu tenho essa pele, tá sendo racista!' [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Gonçalves e Ambar (2015) afirmam existir um isolamento social de alguns discentes negros e negras no ensino superior, engendrando um não pertencimento relacionados ao espaço acadêmico, fazendo também com que se sintam inferiores intelectualmente, vide uma educação básica quase sempre deficitária se comparada com a educação que grande parte de discentes brancos receberam ao longo de sua vivência educacional.

Para Marques (2018), paulatinamente observa-se desde a década de 1990 o acesso ao ensino superior por uma parte da população brasileira que até então não vivenciava o espaço acadêmico. Esta abertura para novas vivências se dá, segundo os autores, mediante políticas públicas afirmativas voltadas a viabilizar a entrada de estudantes negros e negras, indígenas e concluintes de escolas públicas no ensino superior, mas que ainda enfrenta dificuldades para a permanência destas pessoas nestes espaços. Estas políticas públicas voltadas ao acesso dos grupos anteriormente excluídos ao ensino superior, conquistadas principalmente pelas reivindicações do movimento negro (MARQUES, 2018), possibilitou, segundo Scote (2017), o acesso também de pessoas trans negras ou de famílias mais pobres.

A transfobia também é um fenômeno complexo e que está presente através nos espaços educacionais de nível superior a partir de múltiplas relações. Ela pode ser manifestada de diferentes formas mediante uma transfobia física, psicológica, institucional e/ou velada, a partir de diferentes agentes em diferentes espacialidades. Para Nascimento (2018), a transfobia é um fenômeno que atinge as pessoas trans, sendo por vezes minimizada e silenciadas nos espaços acadêmicos a partir de olhares, julgamentos e da não adoção do nome social.

Alguns homens trans entrevistados afirmam que sofrer ou não transfobia depende diretamente do recurso da passabilidade. Contudo, mesmo que o sujeito tenha uma passabilidade condizente com as normas (cis)heteronormativas, ela pode ser manifestada quando a transexualidade é 'descoberta'. Um exemplo é a não retificação dos documentos, mesmo quando o sujeito apresenta características ditas masculinas. Assim, ao necessitar de um determinado recurso administrativo em sua vivência acadêmica, um dos sujeitos relata que a transfobia foi manifestada quando seu nome de registro de nascimento foi revelado:

> [ela - a atendente - foi preconceituosa ou é porque ela não entendia o processo?] até então, era um pouco dos dois, um pouco porque ela não entendeu o processo e quando ela se tocou que eu era um homem trans ela ficou mais restrita, entendeu? Então ela não falou mais daí. Ela só me deu as coisas que era pra assinar, falou: 'oh, assina aqui...'. [...] Bem rasteira [...] tipo, teu nome de registro aqui, você é uma menina e acabou. Foi assim. Tipo a cara dela, não precisa nem falar nada... [...]. (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

Atos transfóbicos podem ser reproduzidos também devido à falta de conhecimento sobre a transexualidade, como evidencia o discurso acima. Mas parece que estas manifestações transfóbicas são realizadas principalmente pela dificuldade que algumas pessoas apresentam ao não conceber as identidades trans como mais uma possibilidade de vivência.

Este fato, somado ao desconhecimento sobre a população trans, produzem situações de constrangimento e exclusão. Ao não ter uma passabilidade, alguns homens trans ainda estão suscetíveis de serem chamados por pronomes femininos, ainda mais quando possuem atributos corporais visíveis que refletem uma feminilidade, a exemplo dos seios:

> [...] eu acho que teria problemas, como por exemplo, o [nome oculto], que é amigo trans aqui, ele tem problemas sérios dentro da faculdade porque, por exemplo, ele tem peito grande, então tipo, muita gente ainda chama ele no feminino, sabe? Aí tem professor inclusive que também trata ele no feminino. Então eu acho que se eu tivesse na exposição que ele tá, talvez eu sofreria e... e eu acho também a universidade, querendo ou não, a sociedade é uma sociedade cisnormativa, então é uma sociedade que não tá bem preparada pra ver que existem pessoas além de pessoas cis, que existem pessoas que ultrapassam esse âmbito, esse aspecto do cisnormativo, sabe? Eu acho que esse é o problema, sabe, das pessoas acharem que tudo, de que nada vai além daquilo que elas são, de que nada vai além do cisgênero [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Se existe uma sociedade que é (cis)heteronormativa, e que as pessoas estão inseridas neste determinado contexto social, e que estas mesmas pessoas vivenciam instâncias sociais diferentes que, por sua vez, também são reproduzidas por estas mesmas pessoas, é evidente que pessoas e espaços sejam reproduzidos também nesta mesma lógica. Neste sentido, muitos foram os casos de transfobia vivenciados nos espaços educacionais de nível superior e que foram relatados por nossos interlocutores. Mais do que descrever todos os casos envolvendo a transfobia, nos parece mais coerente analisar quais as situações que estes casos ocorrem e quais são seus agentes.

Os casos de transfobia relatados pelos sujeitos entrevistados foram

realizados: 1) por parte de colegas de turma: desrespeito pelo nome social e identidade de gênero, inferiorização da masculinidade a partir de piadas e comentários como: 'meio homem', 'está quase, só falta uma coisa' (referindo-se ao órgão genital) e ainda 'o [nome social oculto], não é o [nome social oculto]!' (referindo-se à transexualidade) e a invasão de privacidade ao contar para outras pessoas da turma sobre a transexualidade resultando em olhares, afastamentos e cochichos; 2) por parte de docentes: desrespeito pelo nome social (incluindo na chamada de classe) e identidade de gênero, perseguições (na atribuição de notas em provas e atividades avaliativas) e afastamentos; 3) por parte de pessoas do setor administrativo: desrespeito pelo nome social durante a matrícula e no empréstimo de livros na biblioteca, bem como na inserção do nome social no sistema da instituição; 4) por parte de outras pessoas que vivenciam os espaços acadêmicos: olhares e comentários na utilização do banheiro, inferiorização da masculinidade a partir de piadas e comentários como: 'será que é de borracha?' (referindo-se ao órgão genital) e comentários como: 'hum, que cheiro de couro' (referindo-se à relacionamento homoafetivo e não heterossexual, desrespeitando a identidade de gênero do sujeito).

Um fato importante de ser destacado é que na maioria dos casos relatados, estes homens trans não se calaram e enfrentaram seus agressores, seja pela conversa perante a turma ou especificamente com o indivíduo, seja exigindo seus direitos junto à seus pares, coordenação e corpo docente, com possibilidades de processos jurídicos caso estes direitos não fossem adquiridos; evidenciando que estes sujeitos possuem conhecimentos sobre tais situações. Além disso, é importante destacar que estes casos transfóbicos foram categorizados a partir dos agentes e situações, mas que não refletem todo o grupo (discentes, docentes, administrativo), visto que estes homens trans também estabeleceram redes de apoio e proteção nos espaços acadêmicos.

Conforme o estudo de Nascimento (2018), o vínculo com colegas mostra-se indispensável para a conclusão da graduação, fazendo com que a vivência acadêmica trans fosse menos dolorosa e que, de certa forma, possibilitasse uma segurança para estes sujeitos no ensino superior frente às manifestações de violências transfóbicas.

O fenômeno da transfobia foi problematizado por Duarte (2015), Scote (2017), Nascimento (2018), Santos (2017) e Faria (2018), evidenciando assim que

os espaços educacionais de nível superior são espaços constituídos também pela produção e reprodução deste tipo de violência. As manifestações transfóbicas sofridas pelos homens trans entrevistados deixaram marcas em suas vidas que, mesmo enfrentando seus agressores, influenciaram negativamente em suas vivências acadêmicas.

Para um dos interlocutores, as manifestações transfóbicas sofridas através do espaço acadêmico eram intensas, o que culminou na desistência da primeira graduação e, consequentemente, atrasando seus estudos, retomando-os somente em outra instituição educacional que respeitasse sua identidade de gênero e seu nome social; fato que também foi evidenciado por Duarte (2015)[127].

Quanto à reprodução das violências transfóbicas nos espaços educacionais de nível superior, as entrevistas evidenciam que a transfobia é uma violência estrutural e institucional que pode ser reproduzida mediante ausências e silenciamentos. I - Ausência de formação profissional para docentes, discentes e outras pessoas que vivenciam os espaços acadêmicos, em especial o administrativo; II - Silenciamento decorrente da falta de discussões sobre a temática de gênero e sexualidades em todos os níveis educacionais, o que resultaria numa maior compreensão das transexualidades e travestilidades; III - um currículo universitário (cis)heteronormativo; IV - desconhecimento e ignorância sobre as vivências trans originado possivelmente pelos tópicos anteriores:

> [...] é todo um sistema porque a transfobia é uma violência estrutural e institucional, e ela tá enraizada na sociedade, tem o senso comum, as pessoas ficam reproduzindo isso, e como as pessoas tão inseridas no sistema transfóbico, no sistema cissexista, elas vão acabar reproduzindo isso dentro das instituições. Então, é muito natural o profissional da saúde, da educação, enfim, acabarem reproduzindo seus próprios preconceitos dentro desses ambientes. Então eu vejo que é isso assim na universidade também. Falta qualificação profissional, falta entendimento sistemático, falta sensibilidade, então por isso é importante falar, as vezes não é questão de ódio. Tem questão de ódio? Tem. Mas tem muito também desconhecimento da temática, porque se as pessoas tivessem nas escolas, desde pequeninho trabalhar gênero e sexualidade, hoje seria diferente. Ter tido isso na faculdade, como professor, psicólogo, médico, enfim, as coisas fariam toda a diferença, eu vejo que é mais por esse caminho [...] é estrutural e institucional [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

[127] "A estudante afirma ter largado a faculdade durante dois anos por conta do preconceito e da discriminação e que neste tempo pensou em se prostituir nas ruas. Entretanto, após um longo período de recolhimento emocional e apoio de seu pai, que diferentemente de sua mãe, decidiu acolhê-la, Lyah resolveu voltar para a universidade e se graduar em psicologia, pois percebeu que sua realidade enquanto transexual não mudaria e que como plano de ação deveria superar a transfobia que sempre lhe causara dor e sofrimento" (DUARTE, 2015, p. 219).

> [Como que você compreende a reprodução da transfobia na universidade?] ah, eu acho que assim, é a falta deles abordarem ali, o conhecimento e falar, explicar a situação, custava, né, às vezes, pelo menos uma vez no ano fazer uma palestra, chamar o pessoal pra conhecer mais o tema, mas eles não fazem isso, não… [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> E os professores também tem muitos problemas em relação à gênero, que eu já tive que corrigir vários professores meus quando trataram travestis no masculino, de eu ter que no meio da aula levantar a mão [...]. Então eu acho que falta por exemplo, talvez um curso de formação pros professores, sabe? [...]. A gente pediu pra um dos professores [...] que ele usasse o termo LGBT [...] ele se recusou a usar o termo LGBT e tudo mais. E eu acho que são esses problemas, ele virou e disse: 'não sou eu que tenho que me adaptar aos movimentos, são vocês que tem que adaptar a academia. A academia não é adaptável'. Eu acho que esse é o problema, professores que se mantém no meio hierárquico, 'eu sou o doutor', pelo amor de Deus, calma, não é bem assim. E eu acho também que isso, acho que o que falta seja um trabalho de formação com professores e humildade deles pra poderem receber um curso de formação de quem é, de quem tá chegando na universidade agora. [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

A própria presença de corpos trans no ensino superior já desestabiliza as normas de gênero. Mas, mais do que isto, estes sujeitos contribuem para a formação profissional tanto de docentes, quanto de seus pares ao fomentar discussões sobre a temática. É a partir de embates e contestações teóricas durante as aulas que alguns homens trans realizam um movimento de subversão da norma, seja mediante enfrentamentos, seja mediante a construção do conhecimento científico vide produção acadêmica sobre seus próprios corpos. E é neste sentido que existe a emergência de conceber o espaço paradoxal de Rose (1993) que norteia estas discussões sobre ensino superior, visto que as vivências destes homens trans são complexas, segundo movimentos de exclusão e resistências que abrem novas possibilidades de constituição dos espaços.

Um ensino superior democrático só é conquistado quando o conhecimento é construído em conjunto e tudo o que está na contramão desta máxima, reproduz um espaço acadêmico que não reflete a própria sociedade em que está inserido.

É este cenário que a categoria discursiva 'Produção Acadêmica' (6,71%) apresenta os trabalhos e as aspirações desenvolvidas pelos homens trans entrevistados sobre as vivências transmasculinas. Do total de sujeitos entrevistados, 2 estavam desenvolvendo pesquisas sobre transmasculinidades; 4 tinham a pretensão de realizar o trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre o tema; 1 dos sujeitos realiza pesquisas sobre a população LGBT+, mas não decidiu sobre a continuidade da temática no desenvolvimento do TCC; 1 deles desenvolveu seu

TCC abordando indiretamente as vivências trans; 1 dos homens trans entrevistados nunca pensou nesta possibilidade e; 1 dos indivíduos defendeu seu TCC com outra temática que não tem relação com as transexualidades. As 2 pesquisas em andamento no momento da entrevista foram:

> [Pensa em fazer o TCC sobre a temática?] Já to fazendo. Eu to fazendo sobre a perspectiva de como as pessoas trans percebem o atendimento psicológico na área da saúde pública e privada e elencar isso com a iniciação das identidades. Como as pessoas cis costumam colonizar as pessoas trans como se... parece que a gente sempre tá dependendo delas pra conseguir fazer tudo e como se o nosso gênero não fosse um legítimo, como o cis fosse um gênero legítimo e o nosso não, e se colocassem diferenças entre nós e uma patologização. Então a ideia é trabalhar a questão da patologização e o atendimento psíquico. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> Eu escrevo minha pesquisa a respeito da transexualidade. Meu TCC é o homem transexual no discurso na e pela mídia brasileira. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Podemos evidenciar que a temática das transexualidades pode ser discutida nos mais variados cursos de formação profissional, mas que também não são todos os homens trans que desejam desenvolver estudos acadêmicos sobre o assunto. Isto demonstra que é importante compreender que mesmo estes sujeitos sendo trans, não existe uma obrigatoriedade que determina o que cada indivíduo deva pesquisar. Além disso, as entrevistas denunciam uma defasagem de publicações científicas sobre o universo da transexualidade (e a análise sobre os resultados do banco de teses e dissertações sobre a temática comprovam isso), mas mais especificamente sobre estudos químicos e fisiológicos, relacionados às alterações corporais devido à hormonioterapia com testosterona.

Realizando uma busca no banco de dados a partir do Catálogo da CAPES, das 21 pesquisas relacionadas ao universo transmasculino, somente 2 referem-se às dimensões citadas. Em sua pesquisa, Velho (2016) utiliza uma perspectiva patologizante das transexualidades, posicionando sua etiologia como não bem delimitada, vide poucos estudos realizados que se preocuparam em determinar sua origem, sendo que os resultados obtidos afirmam que a causa da transexualidade:

> [...] ainda não está completamente definida, poucos países realizam pesquisas nesta área, não se sabe a causa da ocorrência na população, porém, teorias sobre a influência hormonal no desenvolvimento cerebral, alterações cromossômicas e teorias psicodinâmicas se inter-relacionam na tentativa de esclarecer a causa dessa condição. (VELHO, 2016, p. 13).

A busca por uma possível etiologia já posiciona as transexualidades como doença, em vez de considerá-las enquanto mais uma identidade de gênero válida no desenvolvimento humano. A autora ainda discorre em um tópico sobre a 'prevalência de casos de transexualidade'. Ao considerar que existem teorias para sua causa e uma prevalência, reitera a ideia de que as transexualidades (e travestilidades) podem estar relacionadas a algo que as pessoas possuem de mais ou de menos no seu desenvolvimento, seja em nível hormonal, cromossômico, determinada área do cérebro, etc. Estas mesmas relações de causa podem ser questionadas para a busca de uma suposta origem das homossexualidades, como afirma Sousa Filho (2009). Para Oliveira (2015, p. 33) "classificar a transexualidade como 'transexualismo' (o sufixo ismo denota presença de doença), não é apenas um ato de codificar uma patologia. É a norma heterossexual atuando, hierarquizando, legitimando e tornando possível apenas as vidas, os indivíduos que estão rigorosamente de acordo com as suas delimitações".

Embora Velho (2016) aborde as transexualidades numa vertente patológica, a autora traz alguns resultados mediante revisão sistemática e meta-análise sobre a influência da testosterona no Índice de Massa Corporal (IMC), pressão arterial e perfil metabólico, hematócrito, hemoglobina e enzimas hepáticas de homens trans[128].

Segundo a autora, os resultados esperados da hormonioterapia contínua com a testosterona refletem nas alterações da voz, aumento de pelos corporais, alterações da composição corporal e suspensão do período menstrual (alguns com efeitos irreversíveis, como o agravamento da voz, e reversíveis como a suspensão da menstruação), sendo estes os objetivos dos homens trans que iniciam a hormonioterapia (VELHO, 2016).

A partir da análise das pesquisas encontradas, Velho (2016) constata que, mesmo com o baixo número de estudos sobre a influência da testosterona, o referencial teórico afirma ser seguro sua utilização na hormonioterapia em homens

[128] A autora buscou estudos publicados nas bases de dados *Medline (PUBMED) and EMBASE*. O critério de inclusão foram intervenções com qualquer dose de testosterona e estudos que apresentavam comparações entre variáveis clínicas e metabólicas no período pré e pós hormonioterapia. Para a meta-análise, foram incluídos somente artigos que abordassem a influência da testosterona em hormonioterapia por 12 meses. A busca nas bases de dados resultou em 391 artigos sobre a temática, mas somente 13 deles estavam condizentes com os critérios de inclusão na pesquisa. Destes, 3 artigos estavam dentro dos critérios incluídos para a meta-análise (VELHO, 2016).

trans e que a aplicação da testosterona durante um ano "[...] aumenta significativamente (a) testosterona sérica, pressão arterial sistólica, hematócrito, hemoglobina e diminui significativamente o colesterol HDL", levando à necessidade do acompanhamento médico; mas que estas alterações não se configuram enquanto contraindicação da hormonioterapia com testosterona em homens trans (VELHO, 2016, p. 35).

Outro estudo encontrado em nosso banco de dados sobre travestilidades e transexualidades, que aborde especificamente sobre o universo transmasculino e as alterações decorrentes da hormonioterapia com testosterona, refere-se à pesquisa de Cunha (2017). A autora buscou avaliar a presença de fatores de risco cardiovascular em homens trans em hormonioterapia com testosterona, além de avaliar se existe relações entre as alterações do gene do receptor androgênico e o surgimento dos fatores de risco para doenças do coração e dos vasos sanguíneos nestes sujeitos.

Como um dos critérios de inclusão, a autora determinou o tempo mínimo em hormonioterapia com testosterona de um ano. Participaram da pesquisa 46 homens trans. O grupo controle foi constituído por 147 pessoas sem problemas cardiovasculares (76 mulheres e 71 homens cisgêneros), que foram pareados de acordo com a idade e IMC com os homens trans. O grupo controle para avaliar as relações entre alterações do gene receptor androgênico e o surgimento de fatores de risco cardiovasculares foi constituído por 87 mulheres cisgêneras. Em seu estudo, Cunha (2017) conclui que:

> As prevalências de obesidade e hipertensão observadas foram maiores do que as encontradas na literatura transgênero, enquanto as de dislipidemia e tabagismo foram menores. A prevalência de diabetes mellitus foi semelhante à prevalência relatada na literatura. Homens transexuais em tratamento androgênico apresentaram significativamente maior rigidez aórtica do que controles masculinos, mas não do que controles femininos. Porém, no subgrupo de indivíduos na faixa etária acima de 42 anos, identificamos a presença de rigidez aórtica significativamente maior nos homens transexuais do que nos controles masculino e feminino da mesma faixa etária, o que sugere um potencial efeito da terapia androgênica sobre os vasos. Não houve diferença de diâmetro, distensão relativa e espessura íntima-média carotídea entre homens transexuais e controles. Obesidade e hipertensão arterial sistêmica foram preditores de maior rigidez arterial em homens transexuais em tratamento androgênico. Tabagismo, dislipidemia e diabetes não influenciaram as propriedades dos vasos arteriais em homens transexuais em tratamento androgênico. Os parâmetros correlacionados à rigidez aórtica foram a idade, o tempo de tratamento androgênico e a relação cintura-quadril. As propriedades da artéria carótida se correlacionaram com idade, parâmetros antropométricos e parâmetros glicêmicos. Tratos curtos CAG do gene do receptor androgênico (≤20 repetições) se associaram a menor sensibilidade insulínica em homens transexuais em tratamento androgênico. O tamanho do trato CAG do gene do receptor androgênico não se associou significativamente com a presença de comorbidades metabólicas, parâmetros antropométricos, pressóricos e lipídicos em homens transexuais em tratamento androgênico. Não houve associação do tamanho do trato CAG do gene do receptor androgênico com nenhuma das propriedades dos vasos arteriais avaliadas. (CUNHA, 2016, p. 78-9).

Estes dois estudos (VELHO, 2016; CUNHA, 2017) constituem-se enquanto as primeiras pesquisas sobre as influências da hormonioterapia com testosterona em homens trans. Entretanto, constatamos que, além da insuficiência de estudos relacionados às alterações físico-químicas e metabólicas em homens trans que recorrem à hormonioterapia como parte de seu processo de transição - que não é o interesse desta tese - evidenciamos a carência de estudos sobre tais aspectos numa vertente despatologizante, que não incluam estes sujeitos como portadores de uma doença ou que se esforçam para apresentar uma origem em resposta de alguma alteração anormal durante seu desenvolvimento humano. Assim, faz-se pertinente a realização de pesquisas sobre as possíveis influências da testosterona (e também da utilização de hormônios para mulheres trans e travestis) nas composições corporais destes indivíduos, mas que estejam desassociadas à uma patologização desta população.

Outro ponto relacionado à produção acadêmica que evidenciamos nas entrevistas, diz respeito às dúvidas perante as publicações científicas anteriores à retificação de documentos. Assim, mesmo utilizando o nome social, alguns entrevistados afirmam a dificuldade na nominação de documentos como artigos,

resumos submetidos em eventos científicos, TCC, Currículo Lattes, entre outros.

Não encontramos dados concretos sobre a utilização do nome social em documentos referentes à produção acadêmica interna das instituições (TCC, trabalhos avaliativos, etc.), mas que em alguns eventos[129] e revistas científicas[130], o nome social pode ser incluído no cadastro e inscrição. Sobre o Currículo Lattes, desde 2018, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) permite que usuários e usuárias da plataforma Lattes incluam no formulário de cadastro sua identificação pelo nome social, podendo também ser realizada a busca respeitando a identidade de gênero da pessoa[131].

As vivências acadêmicas destes homens trans são marcadas tanto pelo apoio e incentivo moral e/ou financeiro de familiares, como também são marcadas pela ausência destas relações. Neste sentido, as relações familiares influenciam na vivência educacional destes sujeitos, podendo auxiliar ou não no acesso e permanência deles no ensino superior (categoria discursiva 'Relações Familiares'; 8,39%). Dos 10 homens trans entrevistados, 9 deles afirmam receber apoio e incentivo moral e/ou financeiro por parte de seus familiares, mesmo que alguns dos familiares não tenha simpatizado com o curso de graduação escolhido, como evidenciado no discurso abaixo:

> [...] A minha mãe incentivou fazer o vestibular, mas Geografia assim ela: 'faça o vestibular!', 'vou fazer mãe'. 'Para quê?'. 'Geografia, mãe'. 'Para quê Geografia???' [risos]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Para Nepomuceno e Witter (2010), a família mostra-se como uma das entidades que mais influenciam a escolha profissional por parte de adolescentes, sendo que as famílias de alunas matriculadas em instituições privadas tendem a influenciar mais do que a família de alunas matriculadas em instituições públicas, mesmo que essa diferença seja irrisória. Além disso, entre as famílias de alunos em ambas as modalidades institucionais, não houve diferença significativa. Abaixo, alguns discursos que evidenciam o apoio e o incentivo do círculo familiar e suas influências:

---

[129] Evento: Fazendo Gênero 12: lugares de fala: direitos, diversidades, afetos.

[130] A Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero e Terr@ Plural possuem um campo específico 'como prefere ser chamado', constituindo a nomeação que será apresentada ao público leitor das revistas científicas. Ambas as revistas fazem parte da mesma plataforma.

[131] ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUANDOS. **CNPq inclui nome social no Currículo Lattes**. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/13/04/2018/cnpq-inclui-nome-social-no-curriculo-lattes/>. Acesso em: 4 fev. 2020.

> [Teve apoio e incentivo moral/financeiro da sua família?] Sim, é porque a minha mãe sempre me incentivou a estudar [...] ela nunca chegou na gente e falou: 'vá arrumar emprego!'. [...] Quer dizer, então, a gente nunca teve uma preocupação de arrumar emprego porque minha mãe mandava sempre estudar [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] era só apoio moral, eu tive que trabalhar, tive que me virar e tentar meu jeito... se hoje, bom, eu preciso dessa bolsa, não só pra pagar, mas porque ela também precisa que eu ajudei ela, sabe? Se um dia ela precisar de uma grana, uma força... [...] Nossa relação é muito de amizade com minha mãe, tipo uma amiga [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] eu sempre gostei de estudar o que me interessa, [...] foi basicamente porque na minha família é assim, sabe: 'estude que você vai ter um tipo de sucesso, se você não estudar, você não vai ter'. E minha mãe sempre valorizou muito o estudo [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] eles incentivavam assim... na verdade não sei como é que foi, mas minha mãe, a gente sempre foi pra escola assim, sabia que tinha o dever [...] tem o dever de eu estudar, de passar também, porque sabia que ia perder alguma coisa se não fosse bem [...] Então, mas incentivo assim no 'olha, parabéns!' e tal, não tinha muito [risos]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] sim, teve como também se for pensar que minha família tem aquela configuração classe média, todo mundo fez universidade, então essa configuração social o mínimo era fazer uma universidade, era o que era esperado, era uma obrigação, não é nem um apoio, outra configuração familiar é diferente, mas nessa configuração o mínimo que se espera era eu fazer [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Como evidenciado, o apoio e incentivo moral e/ou financeiro por parte de familiares podem ser analisados mediante múltiplas perspectivas. A primeira atribui o apoio/incentivo aos estudos como uma atividade que exige uma dedicação exclusiva, pela qual o sujeito não necessitaria trabalhar para dedicar-se a ele. A segunda perspectiva refere-se ao apoio/incentivo aos estudos exclusivamente moral em decorrência de recursos financeiros insuficientes para bancá-los, fazendo com que o sujeito enfrentasse uma dupla jornada entre estudo e trabalho. A terceira perspectiva aborda o apoio/incentivo aos estudos enquanto reflexo de sucesso e de ascensão social. Por fim, a quarta perspectiva atribui o apoio/incentivo aos estudos enquanto um dever do sujeito, uma obrigação que precisa ser concluída e que já é esperada pelo círculo familiar.

Se pensarmos que 9 entre 10 sujeitos tiveram este apoio e incentivo moral e/ou financeiro por parte de seus familiares, podemos evidenciar que estas relações influenciam diretamente em suas vivências educacionais; o que também é

constatado por Scote (2017), quando afirma que, mesmo que algumas de suas interlocutoras tivessem terminado a educação básica fora do período preestabelecido, os laços familiares foram determinantes para esta conclusão. Quanto ao ensino superior, uma das influências que destacamos foi de que o apoio e incentivo moral e/ou financeiro de familiares foram cruciais para a não desistência dos estudos em nível superior por parte dos sujeitos:

> [...] nunca pensei [em desistir de estudar] por causa do apoio da minha mãe mesmo. Tipo eu parava e pensava: nossa cara, eu vou sofrer na universidade... eu pensava: vou sofrer... Mas minha mãe via que eu tava pensando essas coisas, ela vinha e falava: 'não, você não vai por eles, você vai por você, você vai por quem você vai ser, não por quem vai te encher o saco lá, você caga pra eles, segue tua vida. É capaz de que você cresça, seja alguém, e é capaz de que eles trabalhem pra você, vai poder olhar pra cara deles e dizer não, você que se foda' [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Brito e Soares (2014, p. 241), ao compreender a influência das relações familiares na aprendizagem, constataram que "[...] a família pode contribuir positiva ou negativamente no processo de aprendizagem escolar, pois a criança internaliza os acontecimentos que ocorrem em casa e os exterioriza na escola". Sendo assim, os autores argumentam que é preciso manter uma estabilidade familiar, com vistas a diminuir as influências negativas na aprendizagem destes discentes. Isto também pode ser considerado quando tratamos do ensino superior e dos casos de não aceitação familiar decorrentes da transfobia que podem prejudicar o processo de aprendizagem e desempenho acadêmico.

Tem-se constatado também que, segundo Correa (2017), o rompimento de laços familiares pode influenciar para uma 'insuficiência econômica', na qual as bolsas de estudos tornam-se significativamente importantes para manter a população trans no ensino superior, vide expulsão de casa e o não acesso ao mercado formal de trabalho.

Ressaltamos que estas relações familiares são múltiplas e estabelecidas a partir do contexto social em que cada homem trans está inserido e, por isto mesmo, parece-nos que estas relações de apoio e incentivo são definidas culturalmente em cada círculo familiar. Todavia, é importante salientar também que nem todos os homens trans que vivenciam os espaços educacionais de nível superior tiveram ao longo de suas vidas apoios e incentivos, pois um dos nossos interlocutores confirma

este fato[132]. Também é necessário considerar que quando alguns homens trans não vivenciam os espaços acadêmicos, não podemos pressupor que estes sujeitos não tenham tido tais apoios e incentivos de seus familiares, mas que simplesmente decidiram não o vivenciar a partir de variados fatores.

Durante suas vivências acadêmicas, estes homens trans estavam propensos à constrangimentos cotidianos relacionados à ininteligibilidade de seus corpos, mas também estavam sujeitos às relações de aliança, afeto e proteção. Assim, a categoria discursiva 'Vivência Acadêmica' (50,67%), refere-se às experiências cotidianas positivas e negativas que tais indivíduos vivenciaram no ensino superior.

As situações de constrangimentos vão muito além das questões relacionadas ao desrespeito ao nome social, mas numa perspectiva multifatorial que influencia negativamente as vivências acadêmicas destes sujeitos, podendo afetar inclusive seu processo de aprendizagem. Assim, alguns homens trans vivenciam os espaços educacionais de nível superior numa vigilância constante que interfere na própria construção do conhecimento, podendo intervir numa formação inicial defasada, relacionada aos conteúdos das disciplinas que poderão afetar negativamente seu futuro e vivência profissional:

> [Atrapalhou muito nas relações acadêmicas?] sim, atrapalhou, e pra mim também era um peso, como falei, tu tá numa guerra, né, tu tá ali. [...] Isso que eu vejo como interfere, mesmo quando eu, cheio dos privilégios de raça, classe, família, eu posso tá ali na universidade tranquilamente, mas ao mesmo tempo não, 100% não, mas aquilo tá ali. [...] Agora to estudando pra concurso pra fazer residência, aí eu vejo que eu tenho essas memórias de tá na aula e estudando a lei orgânica da saúde, essas coisas, mas eu não podia tá aproveitando 100% daquilo ali, porque eu tava ali na guerra. Eu tava num ambiente que eu nunca sabia se as pessoas... como elas iam tá me lendo, como elas iam me tratar, como não sei o que. Então, eu sempre tava na guerra, era mentalidade assim, to no escuro e to aqui preparado pras coisas [...] e isso marcou minha experiência universitária. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Mesmo este interlocutor tendo a consciência dos seus privilégios sociais, ele permanece em constante vigilância para eventuais constrangimentos em

---

[132] "[...] Minha mãe vive falando também que tenho que trabalhar, que não tenho nada, que faculdade não ajuda em nada [eles não te dão incentivo e apoio?] Nenhum. Nossa, quando eu entrei na universidade, eu tinha 17 anos, ela tinha que assinar, ela nunca foi, eu tive que abrir firma no meu nome, coisas lá no cartório. [...] É que assim, não quer dizer que eles nunca me deixaram estudar e não sei o que... na escola era sempre 'você tem que terminar porque era obrigação', mas sempre fui um aluno extremamente elogiado, nem se eles quisessem tinham uma coisa pra falar. Só que na universidade parece que eles sentem muito distantes, daí eles falam pra mim [você é o primeiro a ter ensino superior?] na minha família sim [...]". (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

decorrência da transexualidade que poderiam vir a ocorrer nas relações com outras pessoas. O próprio discurso faz uma analogia à um campo de batalha em que é indispensável que o sujeito esteja sempre em alerta, buscando estar cauteloso a fim de se evitar preconceitos e discriminações, evidenciando, assim, que a constituição desta espacialidade é composta por relações de poder. Esta vigilância também foi evidenciada por Faria (2018) durante sua pesquisa em relação às vivências acadêmicas de pessoas LGBT+. Desta forma, é a partir destas relações que o processo formativo educacional pode posicionar-se em segundo plano, prejudicando a aprendizagem e marcando suas vivências e desempenho acadêmico.

Evidenciamos também o fator tempo nas relações sociais com colegas e professores segundo a decisão de alguns homens trans por optarem pelo início do processo de transição durante sua vivência acadêmica. Desta forma, o reconhecimento de uma identidade masculina para as pessoas do convívio acadêmico se deu de diferentes formas e temporalidades em um processo heterogêneo e particular; para outras pessoas, no entanto, este reconhecimento da identidade de gênero nunca foi estabelecido e respeitado a partir da transição no decorrer do curso de graduação.

Estas situações demonstram uma vivência acadêmica totalmente diferente daqueles sujeitos que já acessaram o ensino superior reivindicando uma identidade masculina. Diante disso, no caso da transição ter sido iniciada antes de acessar o ensino superior (e incluiríamos também as relações de passabilidade nesta análise), a revelação da transexualidade para as pessoas do convívio acadêmico também se diferem, sendo que para alguns homens trans, a transexualidade só é revelada para pessoas mais próximas e de confiança, sendo que em outras situações, é descoberta sem o seu consentimento. Neste último caso, é comum os relatos dos entrevistados relacionados às pessoas que compartilharam com terceiros estas informações, fomentando brechas para manifestações da transfobia principalmente delineada mediante comentários e piadas.

Tem-se uma ideia errônea e transfóbica de que as pessoas trans precisam 'avisar' terceiros da sua transexualidade. Da mesma forma que uma pessoa cis não precisa contar que ela é cis, não há cabimento de que pessoas trans necessitem informar que são trans se a situação e/ou espaço não demanda isto. Esta obrigatoriedade que algumas pessoas acreditam que deve existir, reforça a ideia de uma inferioridade das pessoas trans, naturalizando a violência transfóbica.

Neste sentido, nem todos os colegas e docentes tem conhecimento da transexualidade, outros a 'descobriram' a partir de relações tensionadas, e outras, possuem conhecimento da transexualidade pelo próprio sujeito. De modo geral, as relações com colegas de turma dos homens trans entrevistados constituem-se enquanto tranquilas e baseadas no respeito, mesmo que algumas pessoas da sala tenham se afastado. Por outro lado, evidenciamos que estas relações variam de instituição para instituição e de turma para turma, dada as experiências com turmas anteriores por parte de homens trans que desistiram da primeira graduação para iniciar ou dar continuidade ao seu processo de transição devido às relações conturbadas:

> [Como é a relação com os colegas de turma?] Relação muito boa, se ama, se adora, se encontra, se abraça, se beija, pergunta como está, relação super boa, não tem nada de... não tem nenhum que... ninguém mesmo [E na outra universidade?] na outra não tenho contato... eu tinha contato com 1 ou 2 pessoas, mas era uma coisa muito superficial e também cortei relações com todo mundo quando sai de [nome da cidade oculto], quis realmente começar do zero [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

As relações destes homens trans com os docentes do curso de graduação são distintas, baseadas no respeito, mas por tensionamentos. Assim, evidenciamos a existência de: 1) docentes que reproduzem a transfobia segundo comentários durante as aulas; 2) docentes que estabelecem redes de apoio aos sujeitos, que promovem as discussões de gênero e sexualidades e abrem espaços para as discussões sobre transexualidade pelo próprio homem trans; 3) docentes que se omitem e invisibilizam as discussões de gênero e sexualidades como um elemento na formação profissional; e 4) docentes que estão abertos a aprender e se desculpam quando reproduzem a transfobia ou causam algum constrangimento ao indivíduo. Assim, concebendo o espaço como a esfera da multiplicidade (MASSEY, 2008 [2005]), qualquer posição nas relações de poder entre centro e margem é possível, em qualquer espacialidade (ROSE, 1993).

> Mas tive professores maravilhosos, fantásticos que me ajudaram muito, me deram apoio, me fizeram trazer essa temática pra sala de aula, trazer esse tema pra debater, discutir questões de gênero, sexualidade, raça, enfim, pessoas fantásticas [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> A gente teve um problema com um professor semestre passado, que a gente tirou ele. A gente falou: 'a gente não é obrigado'. Sabe aquela pessoa que não é bem piada que ela faz, mas é tipo usar de *talking* o tempo todo... 'ah, os homossexuais isso e aquilo?'. [...], mas a gente tirou ele. Fez uma carta, a turma inteira. Foi unanimidade. Fez uma carta, entregou pro colegiado [...] eles foram super tranquilos, super apoiaram, porque, por exemplo, não fazia sentido. [...] aí a gente tirou ele, mas foi o único que a gente teve problema, e os outros professores me amam na verdade [risos] [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] no início, mesmo sem intenção tinha situações de chegar no primeiro dia de aula e o prof. colocou a lista de chamada no projetor pra ir fazendo a chamada e ver quem é quem. Ai nesse dia, eu sai da sala e levei, não que levei falta, mas depois fui falar com ele. Deixei ele fazer a chamada, depois voltei pra sala, ele pediu desculpas, achei bem legal, não só ele reconheceu, mas as listas de chamada vinham documento pronto PDF, sei lá, e ai ele se deu o trabalho de fazer outro com o nome certo pra não aparecer [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Existe ainda uma situação de desconforto em específico para três dos homens trans entrevistados que cursam / cursaram a graduação em Educação Física. Segundo estes homens trans, as aulas de natação constituem-se enquanto extremamente desconfortáveis, vide situações que estes sujeitos se submetem para realizar a disciplina. Para tanto, evidenciamos que estes homens trans utilizaram de táticas como não frequentar a aula até a realização da cirurgia de mastectomia ou utilizar o banheiro no momento mais propício, em decorrência do banheiro masculino não possuir divisórias. Neste sentido, existe uma preocupação que gera uma ansiedade na vivência acadêmica relacionada à estas aulas:

> [Na Educação Física vocês têm aulas de natação?] Ano que vem, não teve ainda..., mas é uma preocupação, falei pra minha mãe que antes da cirurgia eu vou deixar essa matéria até. [...] vou ficar retido nessa matéria, não vou fazer ela, porque eu vi os meninos todos tem que ser de sunga e as meninas de maio. Não pode ser outra roupa, mas eu não vou fazer natação, já falei pra minha mãe, já expliquei o porquê [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> Eu tive, ano passado eu tive aula de natação. [...] E daí tem as aulas geralmente separa mulher x homem [...] Nossa, eu gostava muito de tá na natação, sabe? Eu participava do projeto de natação, dava aula pra criança lá, gostava muito de tá lá. Só que as vezes pensava: 'meu, será que vou ou não vou? Será que continuo?' Pela questão do banheiro. [...] Eu não me sentia confortável de ir no banheiro masculino de forma alguma, porque lá também é chuveiro coletivo, chuveiro sem divisão. No feminino tem. Ai beleza. Só que eu espero todas as meninas saírem do banheiro e ia [...] Só que na hora que tava saindo o pessoal do projeto, tava entrando, as senhoras da hidro. Então geralmente assim eu tinha 5 minutos pra não ser visto, só que isso não era possível [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Constatamos então que os constrangimentos durante as vivências acadêmicas destes homens trans vão muito além da questão do respeito e da adoção do nome social. Estas considerações também foram encontradas por Duarte (2015) quando analisa as vivências escolares de uma de suas interlocutoras que se autoidentificava como mulher trans, considerando a disciplina de Educação Física Escolar como uma experiência traumática.

O curso em questão é em grande parte, senão totalmente, generificado, dificultando uma vivência acadêmica satisfatória de homens trans, como também de mulheres trans e travestis. Não somente a questão da disciplina de natação causa desconforto, incluindo outras matérias que envolvem a prática de esportes, exigindo com que estes homens trans encontrem diferentes maneiras para a conclusão destas disciplinas obrigatórias. Além das situações de constrangimentos, estes homens trans podem estar suscetíveis à uma inferiorização de suas masculinidades, principalmente ao frequentarem as aulas de práticas de esportes:

> [...] O pessoal da educação física é muito assim, o pessoal dos esportes, e aí tem essa coisa da masculinidade [...]. Eu já me sentia meio, não por questões biológicas, tá, por questões de bom, eu não pude ter a mesma vivência que esses caras, porque eu não era tratado igual, então como é que vou fazer essas cadeiras? E aí depois da transição ia ser pior. Antes eu fazia, eu tinha minha expressão como eu era, por exemplo, cadeira do judô, karatê, eu adorava artes marciais, aí tá. E fazia lá os judô, era aquela coisa assim que tu via que o professor identificava que eu tinha habilidade, força, essas coisas, e ele ficava meio no impasse, mas isso não ficava explícito, eu sentia isso. [...] No grupo das meninas, eu era definitivamente mais forte, mas eu deveria estar no grupo das meninas de acordo do sistema vigente, mas era muito evidente que eu podia tá no dos meninos, entende? Eu podia falar, mas não. O certo era estar no grupo das meninas, e eu era mais forte que todo mundo ali, mas não por ser homem, mas pelo meu jeito, é que isso é complicado, mas ai ficava naquele limbo que tinha algo errado nessa interferência assim, mas isso pré transição, só que ai eu podia me expressar, eu não me sentia inseguro da maneira que eu era. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Assim, o curso de Educação Física tanto quanto outros, constitui-se enquanto um marcador de corpos a partir de uma estrutura biologizante, que os controla e delimita seu lugar de expressão, além de quais expressões são permitidas para os corpos masculinos e femininos a partir da genitália. Neste contexto, é necessário colocar o gênero em questão e reformular as premissas que norteiam tais disciplinas, ampliar as possibilidades de vestimentas para as aulas de natação e que não se resumam somente à maiô e sunga. Desconstruir a separação das práticas de esportes por gênero principalmente relacionados às genitálias. Além

disso, estruturar a arquitetura dos banheiros para melhor conforto de seus usuários e suas usuárias e realizar uma formação docente e discente sobre gênero e sexualidades.

Devide *et al.* (2011), ao realizarem uma pesquisa bibliográfica e documental intitulada 'Estudos de gênero na Educação Física Brasileira', afirmam que o gênero, enquanto categoria de análise, começou a ser problematizado na Educação Física brasileira no final da década de 1980, conquistando notoriedade na década de 1990, a partir de Programas de Pós-Graduação, com teses e dissertações, além de artigos e livros, deixando de lado o determinismo biológico presente nas discussões, incluindo a exclusão das mulheres. Segundo os autores, os estudos pioneiros sobre a temática no campo da Educação Física destacavam as questões de gênero na Educação Física Escolar, sob aspectos de estereótipos e papéis sexuais, bem como na separação de discentes a partir de seu sexo biológico.

Mesmo com o aumento expressivo do interesse sobre os Estudos de Gênero na Educação Física, ainda são evidenciados o uso incorreto do conceito de gênero, em especial pelas ciências biomédicas, podendo ser um reflexo da ausência de discussões sobre o tema nos cursos de graduação e formação de profissionais de Educação Física (DEVIDE *et al.*, 2011). As pesquisas, segundo os autores, estavam relacionadas majoritariamente às mulheres, assim, não realizando nenhuma alusão até então sobre as relações de corpos transmasculinos e transfemininos e a Educação Física.

Sobre o que se refere à passabilidade, as vivências acadêmicas de alguns sujeitos foram 'mais tranquilas' em relação a outros homens trans justamente por ter um corpo condizente com as características masculinas somado à retificação de documentos ou respeito ao nome social. Sendo assim, para alguns, o vestibular, a matrícula, o primeiro dia de aula, por exemplo, foram vivências totalmente diferentes, que dependia da situação institucional de respeitar ou não o nome social e da passabilidade conquistada. Além disso, devido a alguns deles não terem se identificado enquanto homens trans - alguns com identidade lésbica, outros não - no momento do vestibular, matrícula ou primeiro dia de aula, não sofreram constrangimentos:

> [Qual sua avaliação sobre o primeiro dia de aula?] Eu estava super animado, na verdade. [...] depois que eu consegui a passabilidade, sabe, depois que comecei a tomar hormônio e tudo mais, já tem mais de 2 anos que tomo hormônio, então assim, não foi algo que eu tava tenso, sabe [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [Como foi fazer o vestibular? Algum constrangimento?] como na época eu não tinha essa questão de transexual e a questão do nome, eu não tive constrangimentos, mas foi pra mim muito maçante por uma série de coisas. [mas na matrícula?] não, porque a transexualidade não foi manifestada em nenhum momento no primeiro ano. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

Ao considerar suas vivências acadêmicas 'mais tranquilas' devido ao recurso da passabilidade, bem como, por estar em uma instituição educacional que respeita a identidade de gênero das pessoas, podemos constatar que alguns homens trans tiveram vivências acadêmicas mais saudáveis e mais significativas em relação a outros. Estas vivências acadêmicas saudáveis não dizem somente respeito a estes dois fatores já mencionados, mas que além deles, existe um conjunto de elementos que possibilitam que estes corpos trans vivenciem suas experiências acadêmicas mais expressivas de tal modo que agregam positivamente suas vidas, como apoio e incentivo familiar e recurso financeiro disponível. Assim, os espaços educacionais de nível superior evidenciam tanto a sua multiplicidade de relações e a diferença que os constituem, com variadas trajetórias e narrativas simultâneas, inseridas, como argumentado por Massey (2007), em uma geometria de poder de espaço-tempo, quanto o paradoxo, que permite no jogo de tensionamentos delinear novas relações sociais e transformações espaciais (ROSE, 1993). Portanto, estas vivências acadêmicas, umas mais satisfatórias, outras menos, podem possibilitar uma relocalização destes sujeitos nas relações de poder na constituição das suas múltiplas espacialidades, o que será evidenciado na seção a seguir.

5.2 A relocalização dos homens trans que vivenciam / vivenciaram os espaços educacionais de nível superior nas relações de poder entre centro e margem nas suas múltiplas espacialidades.

A hostilidade e o preconceito atrelados às transexualidades faz com que pessoas trans sejam interditadas de determinados espaços, excluídas e rejeitadas de outros. Desta forma, a ausência destas pessoas nas mais variadas espacialidades por muito tempo foram entendidas, para algumas pessoas cis e até por algumas pessoas trans, como espaços que não às pertencem, na qual suas

corporeidades dificilmente poderiam ser expressadas através deles, sem sofrerem algum tipo de violência.

Constatamos então ao longo desta tese, que o movimento social, em especial o movimento trans, possibilitou, através de muitos entraves e desafios, novas vivências espaciais desta população, incluindo as espacialidades educacionais de nível superior. Estes espaços, que agora constituem-se por novas relações e configurações, são almejados por boa parte das pessoas trans, constituindo-se enquanto potencialmente transformadores de suas vivências sociais, possibilitando de certo modo uma relocalização destes sujeitos nas relações de poder entre centro e margem que estabelecem em suas múltiplas espacialidades.

Neste sentido, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e categorização dos discursos, buscamos as evocações discursivas da categoria espacial 'Espaço Acadêmico' (38,11%) que evidenciem uma nova dinâmica espacial conquistadas por estes homens trans ao vivenciar os espaços educacionais de nível superior. Assim, o fio condutor da reflexão é este tensionamento das relações de poder que o acesso e permanência no ensino superior pelos homens trans proporciona nas demais espacialidades vivenciadas por eles.

A presença dos homens trans através dos espaços educacionais de nível superior não somente conturbam e tensionam as normas hegemônicas que constituem estes mesmos espaços, mas também conturbam e tensionam demais espacialidades que os sujeitos vivenciam, alterando as relações espaciais, estabelecendo, segundo Rose (1993), não os *insiders* e *outsiders*, mas o centro e a margem.

Analisando as evocações discursivas que possibilitam estes tensionamentos nas relações de poder, evidenciamos que há três espacialidades principais em que ocorrem tais oscilações entre centro e margem: na espacialidade da casa, na espacialidade do trabalho e no espaço político. Isso não quer dizer que não haja estes tensionamentos em outras espacialidades vivenciadas pelos homens trans já elencadas nesta tese, pois vivemos constantemente oscilando entre os dois polos, num fluxo dinâmico e paradoxal, a partir de nossas categorias identitárias, com variadas possibilidades de configurações (ROSE, 1993). Assim, evidenciamos abaixo as três espacialidades que possibilitam uma relocalização dos homens trans nas relações de poder:

- Espacialidade da casa

Segundo as entrevistas, algumas relações familiares foram alteradas (enquanto outras não) após o acesso e permanência no espaço acadêmico pelos sujeitos. A partir dos discursos abaixo, evidenciamos que, de modo geral, após acessar o ensino superior, estes homens trans começaram a ser vistos com outros olhos pelo seio familiar, e que esta maior visibilidade proporciona para estes sujeitos outras vivências na espacialidade da casa, muitas vezes diferentes daquelas vivências familiares conturbadas que estavam suscetíveis antes de acessarem estes espaços acadêmicos. Assim, a partir da compreensão do espaço paradoxal (ROSE, 1993), a ordem hegemônica do espaço é tensionada a partir da relocalização destes homens trans no centro das relações de poder:

> [O fato de você estar na graduação, mudou a relação que você tinha com seus familiares?] Ah, sim. Bastante! Quando eu comecei... a passar, tirar nota boa, assim, nossa senhora. Ah, hoje em dia tá bem legal a situação. Eu vejo que eles olham pra mim e 'vai ter um futuro, vai ser alguém, vai estudar, arrumar serviço'. Hoje em dia eu vejo eles me olhando assim, sabe? Mas antes, quando eu reprovava…. [...] Nossa, minha mãe, quando eu comentei assim, nossa, eu acho que ela achou que eu ia começar a usar droga, começar a sair em qualquer esquina, e não sei o que, eu acho que ela achou que eu ia fazer isso. Mas eu mostrei pra ela que não era isso, que eu quero estudar, eu quero me formar, eu quero arrumar um serviço, eu quero construir uma vida e… hoje em dia eles me veem bem assim, eles me olham bem [...]. (Entrevista realizada com Homem Múltiplo no dia 09 de maio de 2017 em Maringá, Paraná).

> [...] Eu larguei a faculdade, Relações Internacionais, e quando larguei, logo depois já comecei a transição, então minha mãe pensou de cara 'parou de estudar, já era, não vai voltar mais, vai começar a se drogar muito'. A minha mãe chegou a falar comigo questão de drogas e tudo mais que me envolvesse, me perdesse, já que parei de estudar e tudo mais [...] E quando passei na faculdade, apesar de ter passado aqui no sul, minha mãe não tem tanto uma situação financeira boa pra me sustentar né, ai depois que passei, minha mãe me deu total apoio, ela 'vamos sim'. Melhorou [a relação] sabe, muito, porque depois que repeti de ano na quinta série, apesar de ser na quinta série, meus parentes todos levaram isso muito em consideração, e ai eu fiquei meio que... o único da família que abandonou os estudos [...] então tinha uma pressão [...] inclusive, depois que eu passei pra cá, eu senti esse alívio, senti essa pressão saindo do meu ombro, agora a pressão é só tipo assim 'se forma', mas as pessoas tão vendo também que eu tenho projeção de fazer mestrado, doutorado [...] Nossa, minha mãe fica muito feliz [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

> [...] Ah sim, né, [...] porque, querendo ou não, estar na universidade é uma questão de sucesso. Que eles consideram sucesso e também tipo... aí não vamos falar, vamos falar sobre ele, vamos falar que ele está na universidade, pronto. Não precisa falar mais nada. A questão de sexualidade dele, identidade de gênero não precisa falar. Ele é um acadêmico de educação física. Pronto. [Dá um respaldo?] É muito ruim isso, né, mas é real isso [...] pode ser usado, então, eu estou na universidade, está tudo bem. To seguindo o que tem que seguir. Não decepcionei meus pais. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] Agora meus pais, eles me veem de outra forma, me veem mais responsável e tal... e... da família até eles perguntam da faculdade e tal... daí eles falam: 'ah, mas agora você vai ser rico, não sei o que... depois da universidade, não sei o que', entendeu? [...] Antes minha família não conversava muito assim, depois que eu entrei na universidade, nossa... vem tia, tio, vem me perguntar as coisas, vem falar... [...]. (Entrevista realizada com Míssil no dia 08 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Neste contexto, se antes viviam-se situações de margem nas relações de poder, o bom desempenho acadêmico, o interesse no estudo e as percepções de que o ensino superior é sinônimo de sucesso profissional e financeiro, relocaliza estes homens trans no centro das relações de poder, ou no mínimo tensiona-se este posicionamento de margem. Assim, para estes homens trans, seus familiares ressignificaram algumas relações preestabelecidas, compreendendo que estes sujeitos também possuem projetos de vida, os quais podem ser alcançados, não obstante, através de suas vivências acadêmicas.

Entretanto, partindo da premissa da produção do espaço constituído pela multiplicidade e pela diferença (MASSEY, 2008 [2005]), com as coexistências de várias trajetórias e relações, nem todas as vivências de homens trans no ensino superior foram suficientes para relocalizar alguns sujeitos nas relações de poder constituintes da espacialidade da casa:

> [O fato de você estar cursando graduação alterou sua relação com seus familiares?] Pior que não, eu pensava que tipo vou falar pra minha mãe que vou fazer Educação Física, minha mãe vai olhar e vai falar: 'meu deus, vai passar fome'. Mas até que não. Meu irmão é formado em Administração, a outra em Administração, outra em Gestão de Pessoas, e aí surgiu eu, todo mundo: 'WHAT?'. Eu falei, eu gosto de esportes... daí eles falaram: 'não, se é o que você gosta.'. [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] era uma obrigação. Tipo obrigação de estudar, tirava uma nova super alta [...] minha mãe dizia assim: 'não faz mais que obrigação'. Não me surpreende se aparecer isso. [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

> [...] na minha situação de classe, então, é o mínimo que é o esperado [...] na minha família eu no caso fui, o atrasado em relação a isso, né, então, como era o mínimo esperado... [...]. (Entrevista realizada com Ciclope no dia 13 de outubro de 2017 em São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Como podemos evidenciar, para alguns homens trans, o acesso e a vivência acadêmica no ensino superior não alteraram as relações familiares, dada o significado de que realizar uma graduação era o mínimo esperado para o sujeito, frente à sua trajetória educacional anterior. Assim, mesmo com uma vivência no ensino superior, estes homens trans podem estar localizados na margem das relações de poder na espacialidade da casa.

Estas considerações evidenciam então o paradoxo das espacialidades da casa, pois, se existem homens trans que podem relocalizar-se nas relações de poder - agora na posição central - constituintes da espacialidade da casa após sua vivência acadêmica, também existem àqueles homens trans que permanecem à margem destas relações, mesmo após o acesso ao ensino superior. Para compreender estas relações é preciso levar em conta a interseccionalidade nas análises do fenômeno, pois, como afirmado por Rose (1993), as diferenças podem ser toleradas, mas nunca apagadas.

Deste modo, evidenciamos que os homens trans que permanecem à margem das relações de poder na espacialidade da casa, mesmo após acessarem os espaços educacionais de nível superior, estão inseridos em relações familiares onde cursar uma graduação já estava no imaginário familiar, isto é, a graduação torna-se uma obrigação. Por vezes, estes homens trans sentem-se pressionados como se estivessem 'atrasados' em relação aos outros familiares, como destaca o discurso, evidenciando outro ponto importante, pois este posicionamento mantido à margem, está em relação à outras pessoas do convívio familiar que já são graduadas. Novamente, demandando o reconhecimento da interseccionalidade no estabelecimento das relações entre centro e margem.

- Espacialidade do trabalho

É o ensino superior que oportuniza novas relações em nível profissional ou pessoal. Foi a partir da vivência acadêmica que alguns homens trans começam a almejar um mestrado, um doutorado, uma carreira profissional e uma ascensão social, como pode ser evidenciado nos discursos abaixo:

> [Por que você optou em fazer este curso de graduação?] Porque eu sei que sem estudo é muito difícil da gente conseguir alguma coisa, ainda mais sendo transexual, né? Então eu acho que quando você tem pelo menos um ensino superior, você consegue entrar no mercado de trabalho, mesmo com dificuldades, mas você entra. [...]. (Entrevista realizada com Noturno no dia 14 de janeiro de 2016 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] eu quero aprender, eu quero sair daqui formado, eu vou me lançar pro mestrado. Já to nesse processo, eu quero mestrado, vou fazer prova ano que vem, já to pensando nisso. Vou ocupar o espaço [...]. (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Evidenciamos mais uma vez que a graduação é concebida enquanto um recurso para empregabilidade. Mas mais do que isso, a vivência acadêmica oportuniza melhores colocações no mercado formal de trabalho. Além disso, a hierarquização educacional pode ser compreendida também enquanto constituída por relações de poder dentro da própria instituição acadêmica, pois, ao almejar a pós-graduação, estes homens trans possibilitam uma relocalização futura entre centro e margem nas próprias relações acadêmicas.

- Espaço Político

As relações estabelecidas com as pessoas trans também são ressignificadas. Assim, estes homens trans passam a ser vistos como inspiração e representatividade para àquelas pessoas trans que não acessaram o ensino superior. Neste sentido, nestas relações, estes homens trans estão localizados no centro das relações de poder, visto que vivenciar os espaços acadêmicos pode significar força e persistência:

> [...] elas me veem de forma diferente por eu tá na universidade sim, elas veem: 'olha tá na universidade'. [...] Eu tento sempre ajudar elas e tal. 'Ah, você já ta na universidade, e eu to aqui ainda'. Tento falar: 'não, mas você vai conseguir'. Eu tento sempre incentivar dessa forma. [...] de forma alguma vou chegar e falar: 'oh, eu sou melhor que você'. De forma alguma. Eu quero que elas vejam que é possível. Que eu cheguei lá eu tive todos os meus privilégios, mas que elas também podem sendo trans [embora elas não tenham o mesmo privilégio, mas que elas têm a possibilidade] Aham. Tipo o fator trans, identidade de gênero não seja um impedimento pra elas, sabe? [...]. (Entrevista realizada com Mancha Solar no dia 16 de fevereiro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

> [...] já vi muitas mulheres trans falar que eu sou guerreiro, que eu sou muito forte, já falaram do [nome oculto] também, que se descobriu trans na faculdade [...] se descobriu esse ano [...] mas muita mulher trans fala que eu tenho muita força por eu ter conseguido chegar até aqui, mas eu não considero que isso foi por um fato de só eu ser forte, mas sim, pelo fato da minha família ter me dado essa força [...]. (Entrevista realizada com Pique no dia 11 de outubro de 2017 em Ponta Grossa, Paraná).

Com suas vivências acadêmicas estes homens trans possibilitam o entendimento de que os espaços educacionais de nível superior também são espacialidades pertencentes à população trans. Assim, é a partir das suas vivências acadêmicas que adquirem o orgulho e o respeito da família frente às responsabilidades que uma formação profissional pressupõe, e a admiração e inspiração por parte de outras pessoas trans. Através da vivência acadêmica, tanto são projetados sonhos e desejos, como também os mesmos são realizados e compartilhados.

São as vivências através das espacialidades educacionais de nível superior que potencializam, como visto na fala dos homens trans, as alterações nas relações de poder entre centro e margem - ou pelo menos tensionam as normas que os localizam na margem - que constituem as várias espacialidades vivenciadas por eles. São as vivências acadêmicas que viabilizam mais ou menos recursos para a concretização de objetivos e metas pessoais e profissionais, individuais e coletivas. Concede, segundo as entrevistas, uma perspectiva de futuro, amplia os horizontes e as expectativas de vida, mas, sobretudo, renova as esperanças destes sujeitos:

> É um sonho. Por isso que eu falo que a universidade mudou a minha vida, não é de ter feito uma graduação. Não. Foi as oportunidades que eu tive, as pessoas que eu convivi, as coisas que eu faço, sabe, todo mundo me respeita [...]. (Entrevista realizada com Wolverine no dia 07 de abril de 2018 em Apucarana, Paraná).

> [...] voltou também a me dar perspectiva, a faculdade me deu perspectiva de que também sim, eu posso ter filhos daqui uns anos, de que quando eu tiver, eu posso fazer, não sei, acho talvez se eu seguir o que to planejando, eu vou ser um cara foda, sabe, e ai eu vou poder morar onde eu tiver a fim de morar, se eu quiser voltar pro Canadá, eu vou poder voltar pro Canadá, poder inclusive dar aula lá se quiser, então não sei. Consegui, inclusive, ampliar minhas expectativas de vida, sabe? Porque é aquele lance dos 35 anos de expectativa de vida pra pessoas trans martelava na cabeça, sabe? E o lance do suicídio também martelava muito na minha cabeça, e depois que eu passei, me deu perspectiva. Me deu perspectiva; agora eu tenho perspectiva de futuro. Essa é a palavra. Eu nunca tinha usado essa palavra antes, perspectiva é o que a faculdade me deu. De conseguir me imaginar tendo, de ver meus professores e falar 'daqui uns anos vou ser eu, vou tá lá, e eu vou fazer a diferença', vai ser mais uma pessoa trans. [...] Quando eu comecei a fazer a transição, às vezes eu pensava que seria só aquilo, que eu não ia poder ter mais do que só um trabalho informal, de trabalhar como garçom, e literalmente, achei que as coisas iam se fechar pra mim, total, e por um bom tempo, que era muita gente me falando que não ia dar certo, que era melhor eu esperar se formar pra fazer a transição [...] na verdade a transição não é o fim, tem muita gente que acha que a transição é o final e que na verdade, quem dá essa perspectiva de final, são as pessoas cis, as pessoas cis dão essa perspectiva de final pra gente [...]. 2015 foi o início, acho que comecei de novo [...]. (Entrevista realizada com Skype no dia 16 de outubro de 2017 em Pelotas, Rio Grande do Sul).

Mais do que a própria vivência acadêmica em espaços educacionais de nível superior, o processo de transição, como afirma o discurso acima, também possibilitou uma relocalização espacial destes homens trans, que agora vivem a plenitude de seu ser nos mais variados espaços que antes não acessavam. Assim, evidenciamos a possibilidade de potência da simultaneidade de vivência acadêmica e processo de transição destes homens trans nas relações de poder, transformando tanto os espaços como as relações que estabelecem com ele, sendo necessário considerar o empoderamento neste contexto.

É necessário então reconhecer que estes sujeitos, por meio de suas corporeidades e a presença de seus corpos, desestabilizam as normas de gênero, mas que, ao mesmo tempo, também criam movimentos de resistências ao ocuparem esses espaços que são deles de direito. A política de resistência, como argumenta Rose (1993), se dá a partir do reconhecimento da diferença, e é neste cenário que estes homens trans transformam estes espaços, não a partir de discursos hegemônicos, mas a partir de suas próprias trajetórias (e narrativas), produzindo novas composições espaciais.

Segundo um dos interlocutores, é importante que as pessoas trans vivenciem os espaços acadêmicos conscientes de que é preciso: "[...] chegar e estudando, conhecendo coisas novas, agregando isso ao teu cotidiano [...], se aproximar daquelas teorias [...], se aproximar dos outros, [...], levar o conhecimento

pra fora da universidade, empoderar outras pessoas, não só tu te empoderar, mas empoderar quem tá por fora e levar pra periferia também que não tem acesso à isso" (Entrevista realizada com Homem de Gelo no dia 13 de outubro de 2017 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul).

Que o conhecimento seja produzido sobre e também por pessoas trans e que seja compartilhado em outros espaços para além do ensino superior. Que estas pessoas sejam reconhecidas pelo seu trabalho enquanto profissionais competentes e criativas. Que a graduação não seja uma obrigação, mas uma possibilidade à mais para as vivências desta população que há tanto foi marginalizada e excluída. Por fim, que estas pessoas tenham a perspectiva de que podem ocupar todos os espaços e possibilitar a abertura da sua própria relocalização nas relações de poder.

Portanto, as vivências destes homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil possibilitam a constituição de suas múltiplas espacialidades, segundo outras configurações e arranjos que, ao desconstruir a ordem vigente, possibilitam outras formas de produzir os espaços a partir das suas relocalizações nas relações de poder.

CONCLUSÃO

Esta tese teve por objetivo compreender como as vivências de homens trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades. Constatamos que as práticas sociais que constituem os espaços educacionais de nível superior estão comprometidas com a (re)produção da (cis)heteronormatividade e que não estão alheios aos outros espaços que estes homens trans vivenciam simultaneamente. Neste sentido, compreendendo o espaço enquanto produto de inter-relações, esfera da multiplicidade e sempre em construção (MASSEY, 2008 [2005]) - com trajetórias coexistindo, possibilitando, assim, a existência de múltiplas narrativas, a multiplicidade destas trajetórias e narrativas estão imbricadas numa geometria de poder, produzindo novas relações sociais (MASSEY, 2007). É nesta multiplicidade que novos espaços e identidades são produzidas.

Desta forma, elencamos nesta tese três subquestões para evidenciar nossos resultados. A primeira subquestão: 'Como se institui o processo de identificação dos homens trans que vivenciam o ensino superior?', evidenciou que a (re)elaboração das identidades e transmasculinidades destes homens trans são realizadas mediante processos abertos e mutáveis, fluídos e relacionais, segundo a coexistência de categorias identitárias cambiantes e em constante movimento e, deste modo, interseccionado através dos espaços. Assim, esta (re)elaboração é tanto individual, quanto coletiva, a partir de processos de socialização dos sujeitos. Igualmente, não somente os espaços e as identidades são processos abertos, como os corpos também estão em constante transformações, não podendo ser concebidos enquanto produtos acabados ou essencializados, uma vez que o próprio processo de transição que estes homens trans vivenciam destaca tal elemento. Isto evidencia o avanço conceitual o qual contribui para o crescimento do campo científico geográfico brasileiro.

Uma vez que o recorte do grupo é heterogêneo e a fluidez entre identidades um elemento constituinte das mesmas, constatamos que novas identidades - transitórias e instáveis, são (re)elaboradas a todo instante no espaço-tempo mediante relações de poder. Assim, não há uma maneira exclusiva de ser homem trans pertencendo à uma identidade já elaborada, mas uma multiplicidade de (re)elaborações identitárias possíveis. Do mesmo modo, são múltiplas as formas de

(re)elaboração das masculinidades, sendo a corporeidade um elemento neste processo. Diante deste cenário, em que a corporeidade dos homens trans torna-se importante para a elaboração das suas masculinidades, é relevante nos questionar se seria a busca pela passabilidade o primeiro passo rumo à uma masculinidade hegemônica pelos homens trans?

Respondendo ao questionamento, ao contrário do que concluiu Ávila (2014) de que as transmasculinidades - enquanto uma masculinidade sem pênis - são desestabilizadoras de masculinidades hegemônicas, pensamos que - além do que Ávila (2014) propôs - as transmasculinidades, a partir da busca por uma passabilidade condizente com os padrões cisnormativos, reiteram ainda mais as masculinidades hegemônicas. Ou seja, ao levarmos em consideração que os corpos são tanto objetos quanto agentes da prática social (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), os homens trans não somente desestabilizam, mas também contribuem para a constituição da masculinidade hegemônica, que por ventura, os exclui socialmente.

Como afirmado por Lanz (2014, p. 135), ao 'passar completamente', a pessoa trans legitima o binarismo, "[...] em vez [de] constituir elemento de luta pelo direito constitucional de livre expressão, direito que contempla, sem dúvida alguma, a expressão da identidade de gênero com a qual a pessoa mais se identifica.

Constatamos que o processo de identificação masculina se dá naturalmente na infância, quando os marcadores de gênero são desconsiderados. É quando atingem a puberdade, acarretando nas transformações naturais dos corpos, que tais marcadores que definem padrões de masculinidades e feminilidades são impostos com mais intensidade. Neste contexto, o desenvolvimento do corpo está articulado ao espaço, determinando os espaços que este corpo (sexuado) pode vivenciar. A partir disso, inicia-se um processo de feminilização (RIBEIRO, A., 2018), em que alguns homens trans entrevistados assumem uma identidade lésbica, anterior à identidade transexual, principalmente pelo desconhecimento das transexualidades masculinas, decorrente da invisibilidade destas identidades.

Este desconhecimento das transexualidades, somado à estigmatização, marginalização e julgamento das travestilidades associadas à prostituição, culmina num processo complexo de autoaceitação para alguns homens trans em que o sentimento de culpa influência nas suas vivências, podendo levar à quadros depressivos e tentativas de suicídio. Assim, evidenciamos que o apoio familiar tanto

contribui para que estes homens trans sintam-se seguros e protegidos, como facilita o processo de autoaceitação e enfrentamento à transfobia.

Além disso, uma parte da produção científica brasileira sobre transexualidades essencializou estas identidades, através de "verdades" instituídas pela Ciência ao longo da história, patologizando-as e associando-as exclusivamente ao desejo de realização de procedimentos cirúrgicos ou terapias hormonais. Mesmo que uma parte da produção científica brasileira tenha essencializado as transexualidades, constatamos um movimento que busca ressignificar estas identidades numa perspectiva não essencialista e que evidencia a multiplicidade na sua constituição. Quando falamos especificamente da produção científica sobre transmasculinidades, evidenciamos que a produção científica brasileira ainda é pequena em relação ao total de publicações sobre as transexualidades, correspondendo à 5,17% do total de trabalhos (406 pesquisas), sendo que principais temas discutidos referem-se à: 'transmasculinidade', 'saúde', 'corpo', 'processo de transição' e 'despatologização'.

Buscando responder a segunda subquestão: 'Como os espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil são vivenciados pelos homens trans?', evidenciamos que os espaços acadêmicos são estruturados a partir de uma dinâmica e funcionamento (cis)heteronormativo, contribuindo para a exclusão da população trans destes espaços a partir da negação do direito ao estudo.

Embora a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estejam presentes na dinâmica e funcionamento do ensino superior, é o elemento ensino que está em evidência nas discussões realizadas, deixando os elementos da pesquisa e extensão abertos à novas discussões, estabelecendo, assim, um novo campo de questionamentos.

Evidenciamos que os espaços educacionais de nível superior não estão alheios aos outros espaços, mas que as múltiplas espacialidades estão imbricadas, colaborando com a marginalização e vulnerabilidade social de homens trans. Contudo, àqueles que conseguem acessar os espaços acadêmicos estabelecem novas trajetórias (e narrativas) mediante novas interações e relações sociais. Mas, dada a (cis)heteronormatividade constituinte dos espaços acadêmicos, estes homens trans necessitaram realizar táticas para a sua permanência através destas espacialidades, evidenciando as relações de poder constituintes destes espaços.

A partir de uma perspectiva paradoxal (ROSE, 1993), constatamos que os

espaços educacionais de nível superior são constituídos pela ordem hegemônica, as quais são desestabilizadas através das vivências acadêmicas destes sujeitos, possibilitando a compreensão do espaço acadêmico constituído pela (cis)heteronormatividade, mas também pela desconstrução destas normas mediante subversão e resistências.

Evidenciamos que a presença destes homens trans nos espaços educacionais de nível superior tensionam e desestabilizam as relações de poder, constituindo novas configurações espaciais e relações sociais, podendo relocalizar estes sujeitos no centro e margem destas relações simultaneamente. Se antes eram hegemonicamente (cis)heteronormativos, após o acesso e permanência destes sujeitos, os espaços acadêmicos são transformados e novos espaços são constituídos, espaços estes que as trajetórias (e narrativas) de homens trans também coexistem.

Por fim, respondendo a terceira subquestão desta tese: 'Como as vivências acadêmicas de homens trans no ensino superior relocalizam estas pessoas em suas múltiplas espacialidades?', constatamos que as espacialidades que os homens trans vivenciam como a espacialidade da casa, do trabalho, da igreja, da saúde, da política, da vizinhança, da escola e do ensino superior, estão conectadas umas com as outras mediante relações de poder que influenciam a vivência social e acadêmica dos sujeitos.

Assim, compreendemos que o apoio e incentivo aos estudos e o acolhimento e respeito pelos familiares interferem em suas vivências acadêmicas. Do mesmo modo, tais vivências acadêmicas também influenciam as relações familiares, alterando as relações de poder presentes na espacialidade da casa. Constatamos que a temporalidade também está presente nestas relações, ocorrendo um período de luto familiar para que a nova identidade seja reconhecida. Além disso, as agressões físicas, entre outros elementos, são utilizadas como forma de correção do desvio da (cis)heteronormatividade, permitindo que pais e mães tenham um controle sobre os corpos, mantendo-se vigilantes das normas de gênero.

Outro ponto evidenciado nesta tese foi de que a participação no movimento social produziu empoderamento para a vivência acadêmica de alguns sujeitos. O movimento político realizado pelos homens trans é aberto e plural, estabelecendo redes de apoio com seus pares e representatividade. É também no movimento político que estes homens trans se constroem e se desconstroem num processo

dialético permeado por tensões. Além disso, constatamos que a independência e estabilidade financeira possui certa relação com a reivindicação da identidade masculina para alguns sujeitos, configurando-se enquanto subsídio caso fossem expulsos de casa. Este medo de expulsão é o reflexo de uma sociedade (cis)heteronormativa, que exclui e marginalizam estes homens trans.

Assim, compreendendo os espaços educacionais de nível superior enquanto espacialidades (cis)heteronormativas, a localização destes homens trans nas relações de poder é a margem. Estes homens trans, ao reconhecer a hegemonia, criam possibilidades de resistência e desconstrução que, ao tensionar as relações de poder com suas vivências acadêmicas, reconfiguram a ordem e a dinâmica espacial na constituição das múltiplas espacialidades que vivenciam. Portanto, com suas vivências acadêmicas, eles podem conturbar as relações espaciais, originando novas configurações e arranjos através das suas múltiplas espacialidades, ao relocalizar-se simultaneamente nas relações de poder entre centro e margem, numa perspectiva paradoxal.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; AJAIME, Emmanoelle; LOPES, Sabrina Bandeira; SAVRASOFF, Tatiana. Travestis e transexuais e os outros: identidade e experiências de vida. **Revista Gênero**, v. 4, n. 1, p. 65-100, 2003.

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história, a história da mulher**. Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

AMENDOLA, Fernanda; ALVARENGA, Márcia Regina Martins; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. Índice de vulnerabilidade a incapacidades e dependência (IVF-ID), segundo condições sociais e de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 2063–2071, 2017.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.

ALVES, Maria de Fátima Paz. Masculinidade/s: considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam homens. **Revista Ártemis**, n. 3 p. 2-14, 2005.

ALVES, Natália Cristina; GUIMARÃES, Raul Borges. Escala geográfica, câncer de mama e corpo feminino. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 245-253, 2010.

AMORIM, Alexandre de Souza. **Homens (in)visíveis**: a experiência de transhomens brasileiros nas mídias virtuais. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFSC, Florianópolis - SC.

ANDERSON, Kay. Engendering race research: unsettling the self-other dichotomy. In: DUNCAN, Nancy. **Body space**. New York: Routledge, p. 197-211, 1996.

ANDERSON, Walter Truett. **O futuro do eu**: um estudo da sociedade da pós-identidade. São Paulo: Cultrix, 2002.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência a ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFC, Fortaleza - CE.

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> Acesso em: 18 ago. 2018.

ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. **Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas**: transformando modos de educar e de resistência na universidade. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFPI, Teresina - PI.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a**

emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis - SC.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina. In: **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Florianópolis. ANAIS (Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos). Florianópolis, UFSC, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

BACHELARD, Caston. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/03/Bachelard-Cole%C3%A7%C3%A3o-Os-Pensadores-1978.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. Snowball (Bola de Neve): Uma Técnica Metodológica Para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação – SIRSSE**, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf> Acesso em: 10 fev. 2018.

BARBOSA, Ana Carolina Santos. **A construção de corpos travestis: trajetórias que falam de binarismos e subversões no espaço escolar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - **Programa de Pós Graduação em Geografia,** PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr./jun. 2015.

BAUER, Greta R.; SCHEIM, Ayden I.; PYNE, Jake; TRAVERS, Robb; HAMMOND, Rebecca. Intervenable factors associated with suicide risk in transgender persons: a respondent driven sampling study in Ontario, Canadá. **BMC Public Health**, v. 15, n. 525, p. 1-15, 2015.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na

transexualidade. **Bagoas**, n. 4, p. 95-112, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. Labrys: **Estudos Feministas**, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em <http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONASSI, Bruna Camillo; AMARAL, Marília dos Santos; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; QUEIROZ, Mariana Amaral de. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicología**, v.17, n.3, p. 83-98, 2015.

BORNSTEIN, Donica R.; FAWCETT, Jake; SULLIVAN, Mirianne; SENTURIA, Kirsten D.; SHIU-THORNTON, Senturia. Understanding the experiences of lesbian, bisexual and trans survivors of domestic violence: a qualitative study. **Journal of Homosexuality**, v. 51, n. 1, p. 159-181, 2006.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. (Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOTTON, Fernando Bagiotto. "As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica". **Revista Vernáculo**, n.19 e 20, p. 109-120, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-365, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRAZ, Camilo. “Eu já tenho nome” – itinerários de homens trans em busca de respeito. **Habitus**, v. 16, n. 1, p. 162-176, 2018.

BROWNE, Kath. Transgender Geographies. In: GOLDBERG, Abbie E. **The SAGE Encyclopedia of LGBTQ Studies**. Londres: SAGE, p. 1216-1220, 2016.

BROWNE, Kath; LIM, Jason. Trans lives in the ‘gay capital of the UK’. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 5, p. 615-633, 2010.

BROWNE, Kath; NASH, Catherine J.; HINES, Sally. Introduction: towards trans geographies. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 5, p. 573-577, 2010.

BROZ, Mariana Álvarez. Las paradojas de la (in)visibilidad. trayectorias de vida de las personas transmasculinas en la Argentina contemporánea. **Horizontes Antropológicos**, ano 23, n. 47, p. 227-258, 2017.

BRITO, Roberta Gama; SOARES, Sebastião Silva. Influência da família na aprendizagem escolar da criança: ponto de reflexão. **Revista exitus**, v. 4, n. 1, p. 241-253, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 [1990].

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Roudedge, 1993.

BUTKOVSKY JUNIOR, Carlos Alberto. **Identidade de gênero e reconhecimento: o registro do nome social no meio acadêmico (um estudo de caso na UFES)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, UFES, Vitória - ES.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CARVALHO, Raquel Alves dos Reis Gomes de. **Corpo de Luta**: emergência pública de transmasculinidades e organização política de homens trans na cena brasileira em princípios dos anos 2000. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UERJ, Rio de Janeiro - RJ.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do 'fenômeno transexual' (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999 [1997].

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: INEP, 2000.

CERVI, Thales de Almeida Nogueira. **Homens transexuais e saúde: a efetivação do acesso à saúde de homens trans e a criação do núcleo trans UNIFESP**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, UNIFESP, São Paulo - SP.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2015.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

CONNELL, Raewyn. **Gender**. Cambridge: Polity Press, 2002.

CONNELL, Raewyn. Políticas da Masculinidade. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CORDEIRO, Ana Carolina Silva. **Gênero, corpo, saúde e direitos: experiências e narrativas de homens (trans) e homens (boys) em espaços públicos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFPE, Recife - PE.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós- graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis - SC.

COSTA, Érika Flávia Soares da; VIEIRA, Izis Karoliny Ferreira; SANTOS, Jéssica Lourenço de Sá; SANTOS, Marli de Araújo. Violência doméstica contra homossexuais: máscaras e mitos: A mídia como instrumento de (in)visibilidade da violência contra homossexuais no âmbito familiar. In: **VI Congresso internacional de estudos sobre diversidade sexual e de gênero da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura**. ANAIS (VI Congresso internacional de estudos sobre diversidade sexual e de gênero da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura). Salvador, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6309574-Violencia-domestica-contra-homossexuais-mascaras-e-mitos.html>. Acesso em: 6 dez. 2019.

COSTA, Iracy Rúbia Vaz da. **Holofotes sobre carnes: transhomens nas artes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós- graduação em Artes, UFPA, Belém - PA.

COUTO, Maria Aparecida Souza. Masculinidades e feminilidades: a construção de si no contexto escola. **Aurora**, ano V, n. 7, p. 114-123, jan. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, n. 1, p. 171-189, 2002 [2000].

CSORDAS, Thomas. Fenomenologia cultural corporeidade: agência, diferença sexual, e doença. **Educação**, v. 36, n. 3, p. 292-305, set./dez. 2013.

CSORDAS, Thomas. Corpo/significado/cura. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. Resenha de: DUCCIN, Luciana. **Horizontes Antropológicos**, ano 14, n. 30, p. 308-311, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n30/a19v1430.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CUNHA, Flávia Siqueira. **Prevalência dos fatores de risco cardiovascular em homens transexuais em tratamento com ésteres de testosterona e sua associação com as variantes polimórficas do gene do receptor androgênico**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Endocrinologia, USP, São Paulo - SP.

CUTTER, Susan Lynn. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 59-69, jun. 2011. (Tradução de Victor Ferreira). Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/165#text>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CUTTER, Susan Lynn; BORUFF, Bryan; SHIRLEY, Lynn. Social Vulnerability to Environmental Hazards. **Social Science Quarterly**, v. 84, n. 1, p. 242–261, 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEVIDE, Fabiano Pries; OSBORNE, Renata; SILVA, Elza Rosa; FERREIRA, Renato Callado; CLAIR, Emerson Saint; NERY, Luiz Carlos Pessoa. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, v. 17, n. 1, p. 93-103, 2011.

DIAS, Claudenilson; COLLING, Leandro. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no candomblé da Bahia. **E*x aequo***, n. 38, p. 95-110, 2018.

DOAN, Petra L. The tyranny of gendered spaces – reflections from beyond the gender dichotomy. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 5, p. 635-654, 2010.

DOURADO, Luiz Fernando (Coord.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação**: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educação+conceitos+e+definições/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139ccedddb4?version=1.3>. Acesso em: 27 dez. 2019.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidades lgbt sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFPA, Belém - PA.

DUBAR, Claude. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto editora, 1997. (Tradução: Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas).

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007 [1977].

FACTOR, Rhonda Jo; ROTHBLUM, Esther D. A study of transgender adults and their non- transgender siblings on demographic characteristics, social support, and experiences of violence. **Journal of LGBT Health Research**, v. 3, n. 3, p. 11-30, 2007.

FARIA, Mateus Aparecido de. **A luta é coletiva, mas a resistência é individual? violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades**. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Instituto René Rachou da FIOCRUZ, Belo

Horizonte - MG.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de Comportamentos Homofóbicos no Cotidiano da Educação Infantil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas**.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 141-158, 2009.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 485-492, jul./set. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIALHO, Fabrício Mendes. Uma Crítica ao Conceito de Masculinidade Hegemônica. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. VII Fazendo Gênero, Florianópolis. ANAIS (Seminário Internacional Fazendo Gênero). Florianópolis, UFSC. 2006. p. 1-7. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/E/Edilane_Bertelli_09.pdf>. Acesso em 27 nov. 2019.

FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra T.; PAULOS, Liliana. Ensino superior e empregabilidade: percepções de estudantes e graduados, empregadores e acadêmicos. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. 1-17, 2019.

FREITAS, Rafaela Vasconcelos. **Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da interne**t. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFMG, Belo Horizonte - MG.

GHERINI, Pamela Michelena de Marchi; VALENTIM, Giovanna; BENEVIDES, Bruna; DAIER, Felipe Brandão. **Guia para retificação do registro civil de pessoas não-cisgêneras**. 2019. Disponível em <https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Guia_retificacao_genero-V10-1.pdf >. Acesso em: 2 nov. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOLDBERG, Abbie E. **The SAGE Encyclopedia of LGBTQ Studies**. Londres: SAGE, 2016.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 202-213, 2015.

GORMAN-MURRAY, Andrew; MCKINNON, Scott; DOMINEY-HOWES, Dale; NASH, Catherine J.; BOLTON, Rillark. Listening and learning: giving voice to trans experiences of disasters. **Gender, Place and Culture**, p. 1-23, 2017.

GOTTSCHILD, Brenda Dixon. **The black dancing body**: a geography from coon to cool. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

GREINER, Crhistine. **O corpo**: pistas para estudos indisciplinares. São Paulo, Annablume, 2005.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violêntas de LGBT+ no Brasil – Relatório 2018**. 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Lugares que fazem diferença: encontros com Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 5-10, mai./ago. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005 [1992].

HERZER. **A queda para o alto**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HINES, Sally. Queerly situated? Exploring negotiations of trans queer subjectivities at work and within community spaces in the UK. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 5, p. 597-613, 2010.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e Diversidade Sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, v. 21, n. 39, p. 217-231, abr. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à educação superior: a experiência do TransENEM Porto Alegre**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UNILASALLE, Canoas - RS.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (re)construção:** Gênero, Corpo e Publicidade. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JOHNSON, Allan G. The **Gender Knot**: unraveling our patriarchal legacy. Filadélfia: Temple University Press, 1997.

JOHNSTON, Lynda. Flexing femininity: female body-builders refiguring the body. **Gender, Place and Culture**, v. 3, n. 3, p. 227-240, 1996.

JOHNSTON, Lynda. **Gender and sexuality I**: Genderqueer geographies? Geography Programme. Faculty of Arts and Social Sciences / University of Waikato,

2015.

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. Trans(itional) Geographies: Bodies, Binaries, Places and Spaces. In: brown, Gavin; BROWNE, Kath. **The routledge research companion to geographies of sex and sexualities.** Londres e New York: Routledge, p. 45-53, 2016.

JOKIĆ-BEGIĆ, Natasa; KORAJLIJA, Anita L.; JURIN, Tanja. "Psychosocial adjustment to sex reassignment surgery: a qualitative examination and personal experiences of six transsexual persons in Croatia". **The Scientific World Journal**, v. 2014, p. 1-12, 2014.

KAFFER, Karen Ketlin; RAMOS, Felipe Gerais; ALVES, Alvaro Luis; TONON, Leonardo. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. In: **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. IV CBEO, Porto Alegre. ANAIS (IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais). Porto Alegre, p. 1-13, 2016.

KAPLAN, Rachel L.; WAGNER, Glenn J.; NEHME, Simon; AUNON, Frances; KHOURI, Danielle; Mokhbat, Jacques. Forms of safety and their impact on health: an exploration of hiv/aids-related risk and resilience among trans women in Lebanon. **Health Care Women Int.**, v. 36, n. 8, p. 917-935, 2015.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPR, Curitiba - PR.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 157-179, 2004.

LEITE JUNIOR, Jorge. **"Nossos corpos também mudam"**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo – PR.

LESSA, Jordhan. **Eu trans a alça da bolsa: relatos de um transexual**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

LIMA, Maria Lucia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de travestis e transexuais**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP.

LONGHURST, Robyn. Refocusing groups: pregnant women's geographical experiences of Hamilton, New Zealand/Aotearoa. **Area**, v. 28, n. 2, p. 143-149, 1996.

LONGHURST, Robyn. (Dis)embodied geographies. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 4, p. 486-501, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estrutulista. Petrópolis: Vozes, 2013a.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2013b.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, ano 9, p. 541-553, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlo. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUNDGREN, Lina; JONSSON, Anna. Assessment of social vulnerability: a literature review of vulnerability related to climate change and natural hazards. **Centre for Climate Science and Policy Research Briefing**, n. 9, p. 1-16, 2012. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:552075/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 14 nov. 2019.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**, n. 3, p. 142-155, mai. 2007.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MATOS, Marlise. **Reinvenções do Vínculo Amoroso**: Cultura e Identidade de Gênero na Modernidade Tardia. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MCDOWELL, Linda. Body work: heterosexual gender performances in city workplaces. In: BELL, David; VALENTINE, Gill (Eds.). **Mapping desire**: geographies of sexualities. London: Routledge, p. 75-95, 1995.

MCKLINTOCK, Anne. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest**. Londres: Routledge, 1995.

MEARNS, Graeme W.; BONNER-THOMPSON, Carl; HOPKINS, Peter. Trans experiences of a university campus in northern England. **Area**, p. 1-7, 2019.

MENDES, Thiago Meneses de Castro. **A homofobia na Universidade de Brasília**: discriminação, expressões e representações entre estudantes. 2012. Monografia. (Bacharelado em Serviço Social), UnB, Brasília - DF.

MÉNDEZ, Lucas Platero. **Trans*exualidades. Acompañamientos, factores de salud y recursos educativos**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2014.

MOSS, Pamela; DYCK, Isabel. **Women, body, illness**: space and identity in the everyday lives of women with chronic illness. Lamham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2002.

MUÑOZ-LABOY, Miguel; SEVERSON, Nicolette; LEVINE, Ethan; MARTÍNEZ, Omar. "Latino men who have sex with transgender women: the influence of heteronormativity, homonegativity and transphobia on gender and sexual scripts". **Culture, Health & Sexuality**, v. 19, n. 9, p. 964-978, 2017.

NAMASTE, Viviane K. **Invisible Lives**: The Erasure of Transsexual and Transgendered People. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

NASCIMENTO, Priscilla de Souza. **Estudantes transexuais e travestis, acessibilidade, direitos e formação na Universidade Federal Fluminense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, UFF, Volta Redonda - RJ.

NASCIMENTO, Rogéria Fernandes do; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homo/transexualidades e família: análise de um grupo voltado a pais e mães de LGBTs. **Laplage em Revista**, v.4, n.3, p. 209-224, set./dez. 2018.

NASCIMENTO, Taiane Flôres do; COSTA, Benhur Pinós da. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afrobrasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 181-204, jul./dez. 2015.

NASH, Catherine J. Trans geographies, embodiment and experience. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 5, p. 579-595, 2010.

NAST, Heidi; PILE, Steve. **Places through the body**. London: Routledge, 1998.

NEPOMUCENO, Ricardo Ferreira; WITTER, Geraldina Porto. Influência da família na decisão profissional: opinião de adolescentes. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 15-22, 2010.

NERY, João W. **Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Transmasculinidades e o cuidado em saúde: desafios e impasses por vidas não-fascistas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Clínica Médica, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n.73, p. 9-40, dez. 2000.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. **“Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal - RN.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFPR, Curitiba - PR.

OMS. **Prevenção do suicídio**: um recurso para conselheiros. Departamento de Saúde Mental e de Abuso de Substâncias. 2006. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

ORNAT, Marcio Jose. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR**. 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa – PR.

OST, Sheila Beatriz. **Gênero politizado – narrativa de transhomens em vídeos do youtube**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, ULBRA, Canoas - RS.

PAMPLONA, Renata Silva. **Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFScar, São Carlos - SP.

PASSOS, Giseli Cristina dos. **Homens (trans) docentes: transmasculinidades na educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, UTFPR, Curitiba - PR.

PEDRINI, Mateus Dias. **Homens trans(bordados): experiências juntas e misturadas na produção de outras masculinidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, UFES, Vitória - ES.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestilidades nômades: a expl osão dos binarismos e a emergência queering. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 539-547, mai./ago. 2012.

PILE, Steve. **The body and the city**: psychoanalysis, space and subjectivity. London: Routledge, 1996.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. v. 11, n. 2, p. 263-274, jun./dez. 2008.

PRINS, Baukje. Narrative accounts of origins: a Blind Spot in the Intersectiona

Approach?. **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 3, p. 277-290, 2006.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. **Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRN, Natal - RN.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto**: histórias de professoras transexuais e travesties na educação brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre - RS.

REPOLÊS, Sofia Gonçalves. **Recalculando rotas: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFMG - MG.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Experiências transmasculinas: o limiar entre corpo, gênero e desejo na constituição de um sentido de si**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFBA, Salvador - BA.

RIBEIRO, Daniel de Oliveira Medeiros. **Negociando com as normas: transexualidades masculinas, reconhecimentos e agências**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais, UFJF, Juiz de Fora - MG.

ROOKE, Alison. Trans youth, science and art: creating (trans) gendered space. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 5, p. 655-672, 2010.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

RUBIN, Henry. **Self-made Men**: Identity and Embodiment Among Transsexual Men. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SALA, Arianna. **Documento técnico contendo diagnóstico da situação educacional de travestis e transexuais, apontando possibilidades de ações articuladas junto a programas do Ministério da Educação e aos sistemas de ensino voltados à formação básica, profissional e superior**. Brasília: Organização de Estados Ibero-americanos, 2014. Projeto nº BRA/10/001 – 0EI, Edital: 55/2014.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-graduação em Educação, UFMT, Rondonópolis - MT.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escolas (da vida)**: cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pós-graduação em Psicologia, UNESP, Assis - SP.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **Espaço Escolar, homossexualidade e prática discursiva docente em Ponta Grossa, Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa - PR.

SANTOS, Adriana Lohanna. **Formação das pessoas transexuais na universidade federal de sergipe**: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFS, São Cristovão - SE.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SANTOS, Claudemy Correia dos; RABELO, Luciana Maria Guimarães. Democratização do acesso ao ensino superior e justiça social. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 318-328, jul./dez. 2012.

SANTOS, Joedson Brito dos. Avanços e desafios da Educação Brasileira na atualidade: uma reflexão a partir das Contribuições de Hannoun e a Educação Infantil como aposta Enactante. In: **XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, Recife. ANAIS (Cadernos ANPAE), Recife. 2013. v. I. p. 1-14. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JoedsonBritodosSantos-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis Pedagógica**, n. 8, v. 2, p. 4-17, 2010.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direito a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFSCar, Sorocaba - SP.

SHARP, Joanne P. Gendering nationhood: a feminist engagement with national identity. In: DUNCAN, Nancy. **Body space**. New York: Routledge, p. 197-211, 1996.

SILVA, Aline Oliveira Gomes. **Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná**: coalizões, permanências e persistências.

2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós -graduação em Ciências Sociais, UEL, Londrina - PR.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras. **Psico**, v. 49, n. 4, p. 422-432, 2018.

SILVA, Caio Ramos da. Identidade e pós-identidade, uma perspectiva *queer*. **Revista Contraponto**, v. 1, n. 2, p. 141-165, jan./jul. 2015.

SILVA, Diogo Sousa. **"Existe uma barreira que faz com que as pessoas trans não cheguem lá": itinerários terapêuticos, necessidades e demandas de saúde de homens trans no município de Salvador – BA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Comunitária, UFBA, Salvador - BA.

SILVA, Edson Armando. Tensões e corporalidades no espaço religioso católico. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. PontaGrossa: Todapalavra, p. 239-255, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferin. **Maneiras de ler geografia e cultura**. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura, p. 28-36, 2013a.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 143-182, 2013b.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da Ciência Geográfica. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 39-55, jan./jun. de 2010.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geouerj**, v. 1, n. 18, p. 1-18, 2008.

SILVA, Joseli Maria; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista; PERACETA FILHO, Emilson; ROSSI, Rodrigo. Geografia e Gênero no Brasil: uma análise da Feminização do campo científico. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 2, p. 38-62, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina de Aguiar Oliveira; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das Geografias Feministas e Queer: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 85-142, 2013.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: PIRES, Cláudia Zeferino, HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da. **Plurilocalidades do sujeito:** representações e ações no

território. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, p. 56-75, 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CABRAL, Vinicius; LEE, Debora, RIQUELME, Fernanda. “Quando uma Trans é morta, outras mil se levanta”: Transnecropolítica e Transresistência no Brasil. In: ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SILVA, José Maurício da. Prostituição masculina: um destino pulsional?. **Polêm!ca**, v. 10, n. 1, p. 161-181, jan./mar. 2011.

SILVA, Junior Augusto da. **"Uma viagem nem tão solitária": uma experiência de produção de masculinidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, UERJ, Rio de Janeiro - RJ.

SILVA, Mariana Furtado. **Trajetórias Trans**: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, USP, Ribeirão Preto - SP.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais, Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMONSEN, Kirsten. The body as battlefield. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 25, n. 1, p. 7-9, 2000.

SMITH, Neil. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographical scale. **Social Text**, n. 33, p. 54-81, 1992.

SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 95-124, 2009.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 122-130, set./dez. 2004.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**: a busca de identidade. São Paulo: EdUsp, 1999 [1959]. (Tradução: Geraldo Gerson de Souza).

SULLIVAN, Corrinne Tayce. Majesty in the city: experiences of an Aboriginal transgender sex worker in Sydney, Australia. **Gender, Place and Culture**, v. 25, n. 12, p. 1681-1702, 2018.

SULLIVAN, Corrinne Tayce; DAY, Madi. Indigenous transmasculine Australians & sex work. **Emotion, Space and Society**, v. 32, p. 1-7, 2019.

TOOMEY, Russell B.; SYVERTSEN, Amy K.; SHRAMKO, Maura. Transgender Adolescent Suicide Behavior. **PEDIATRICS**, v. 142, n. 4, out. 2018.

VALE, Johnatan Ferreira Marques do. **Transmasculinidade, corpo e cuidado de si: análise da transexualidade no Ambulatório TT [travestis e transexuais] da cidade de João Pessoa - Paraíba**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPB, João Pessoa - PB.

VELHO, Indiara da Rosa. **Efeitos da terapia hormonal com testosterona sobre IMC, pressão arterial e perfillaboratorial em homens transgêneros: uma revisão sistemática e meta-análise**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, UFRS, Porto Alegre, RS.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. (Tradução: Javier Sáez e Paco Vidarte). Beacon Press, Boston: Editorial EGALES, S.L., 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais, Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBRANO, Elizabeth. Transexuais: identidade e cidadania. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 97-107, 2011.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. **Revista Periódicus**, v. 2, n. 11, p. 195-216, mai./out. 2019.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer?. **Pensando Famílias**, v. 22, n. 2, p. 37-51, dez. 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Tese de Doutorado em Geografia
Título do Projeto: "Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades".

Local:

Data:

Tempo de áudio:

E-mail da pessoa entrevistada:

Telefone / WhatsApp da pessoa entrevistada:

SOBRE A PESSOA ENTREVISTADA

- Nome Social
- (Sugestão de Nome Fictício)
- Idade?
- Identidade étnico-racial?
- Estado Civil?
- Tem filhos e filhas? Quantos? Idade?
- Se não tem filhos e filhas, você tem outros dependentes?
- Mora com quem?
- Mora em casa própria, alugada ou cedida?
- Cidade de Nascimento?
- Cidade de Residência?
- Quais cidades você já morou?
- Vive ou viveu da atividade da prostituição? Quanto tempo viveu ou vive da prostituição?
- Se não vive da prostituição, trabalha em qual atividade? Onde? Desde quando?
- Já trabalhou em outras atividades? Quais?
- Renda individual?
- Renda familiar?
- As despesas familiares são socializadas?
- Recebe ajuda financeira de terceiros?
- Você tem religião?
- Intensidade de participação religiosa?

- Sabe-se que as religiões têm um forte cunho preconceituoso. A partir disto, como você vê a relação entre a sua vivência religiosa e sua orientação sexual / identidade de gênero?

SOBRE O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO / IDENTIDADE

- Como você se autoidentifica? (Identidade de gênero/orientação sexual)?
- Como foi o processo de transição/autoidentificação? Quando iniciou esse reconhecimento? (História de Vida)
    - Relações familiares
    - Relações escolares
    - Relações de vizinhança
    - Relações sociais amplas
    - Relações profissionais
- Relações acadêmicas (A transformação ocorreu antes ou depois da graduação?)
- Se fosse para fazer a transição dentro da universidade, seria mais fácil ou mais difícil?
- Como é vivenciar a universidade sendo uma travesti / pessoa transexual?

SOBRE A VIVÊNCIA EDUCACIONAL

- Como foi a sua vivência no ensino fundamental? (Relação entre esta vivência e a Identidade de gênero / Orientação sexual) (docentes, colegas, administrativo, direção, equipe pedagógica, funcionários)
- Como foi a sua vivência no ensino médio? (Relação entre esta vivência e a Identidade de gênero / Orientação sexual)? (Docentes, colegas, administrativo, direção, equipe pedagógica, funcionários)
- Você teve um intervalo de tempo entre a finalização do Ensino Médio e a entrada na Universidade? (Quantos anos entre ensino médio e graduação?)
- Ano de entrada na universidade?
- Idade de entrada na universidade?
- Qual curso você fez / faz?

- A universidade é pública ou privada? Qual Universidade?
- Estrou por cota (social ou racial) ou vaga universal?
- Se privada, entrou por Prouni? FIES? Parcelamento Privado?
- Porque você escolheu este curso?
- Quantas vezes tentou vestibular? (Quantas vezes pode utilizar o nome social?)
- Teve apoio/incentivo moral e/ou financeiro da família? (Do ensino básico ao ensino superior)
- Como foi o momento da realização do vestibular / como foi este momento para você? (Em relação ao nome social, constrangimentos, exclusões, etc.)
- Como foi o dia da matrícula?
- Se teve, como foi o dia do trote?
- Quais locais mais frequentados/que mais gostava na universidade? Porque gostava?
- Quais locais de desconforto? Por quê?
- Como era o uso do banheiro?
- Frequentava o Restaurante Universitário (RU)?
- Como era (é) a relação com colegas de turma?
- Como era (é) a relação com docentes do curso?
- Como era (é) a relação com o administrativo / coordenação / reitoria / colegiado / departamento?
- Qual a sua avaliação sobre o primeiro dia de aula e o primeiro ano de graduação?
- Você teve algum envolvimento em algum momento da graduação com algum movimento social? (Movimento estudantil / movimento feminista / movimento negro / movimento LGBT / outros)?
- Esta participação em algum movimento social produziu empoderamento para a sua vivência na universidade?
- Você desenvolveu algum trabalho em alguma disciplina do curso relacionada às temáticas das sexualidades?
- Seu trabalho de conclusão de curso abordou alguma temática relacionada as sexualidades / preconceito / travestilidade / transexualidade / transfobia / etc.?
- Já sofreu transfobia na universidade? (Relato do tipo de transfobia / relato de casos)

- Você teve algum prejuízo na sua carreira profissional por ser travesti / pessoa transexual (relato de casos)?
- Se o seu curso demandava a realização de estágios obrigatórios, como foi esta experiência sendo uma travesti / pessoa transexual?
- Como você compreende a (re)produção da transfobia na universidade?

SOBRE A VIVÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

- Qual curso de pós-graduação você escolheu e por quê?
- Porque escolheu este orientador / orientadora?
- Qual a sua temática de pesquisa?
- Como foi seu processo de seleção enquanto uma travesti / pessoa transexual?
- Como foi (é) sua relação com colegas de curso?
- Como foi (é) sua relação com os docentes do curso de pós-graduação?
- Como foi (é) sua relação com a coordenação do curso de pós-graduação?
- Como foi (é) sua relação com a secretaria do curso de pós-graduação e geral da Universidade?
- As disciplinas foram escolhidas na relação com as temáticas de gênero e sexualidades?
- Como foi o processo de qualificação, caso já tenha qualificado? (Para mestrados e doutorados)
- Como foi o momento da banca de defesa de dissertação/tese enquanto uma travesti / pessoa transexual?

SOBRE O PROCESSO DE RELOCALIZAÇÃO / EMPODERAMENTO

- Como o fato de você ter cursado (estar cursando) um curso superior alterou a relação que você tinha com seus:
    - Familiares?
    - Amigos?
    - Amigos de infância?
    - Movimentos Sociais (movimento estudantil / movimento feminista / movimento negro / movimento LGBT / outros)?

    - Profissional?
    - Universidade?
    - Relações sociais nos espaços religiosos?
    - Vizinhança?
    - Relações sociais amplas?
- Sofreu hostilidade de algum grupo de convívio (familiares, amigos, colegas de trabalho, colegas de curso, colegas de vivência religiosa, vizinhos) por ter ou fazer uma graduação?
- De forma geral, como a continuidade nos estudos produziu empoderamento para a sua vida?

MENSAGEM FINAL

- O que você falaria para as travestis / pessoas transexuais sobre a necessidade de continuidade nos estudos / da importância da continuidade dos estudos para as travestis e pessoas trans?

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em conceder entrevista e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado “Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades” desenvolvida sob a responsabilidade da pesquisadora Adelaine Ellis Carbonar dos Santos, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Professor Doutor Marcio Jose Ornat, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail geogenero@gmail.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é compreender como as vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil constituem suas múltiplas espacialidades. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ponta Grossa, ____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) testemunha (a): _____